



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
4<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53<sup>a</sup> LEGILATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)  
(período de 1º a 28 de fevereiro de 2011)**

---

**ANO LXVI – SUP. AO DSF N° 27 – QUARTA-FEIRA, 02 DE MARÇO DE 2011 – BRASÍLIA-DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)	<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>1ª VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Wilson Santiago - (PMDB-PB)	<b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena - (PSDB-PB)	<b>1º</b> - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO)	<b>2º</b> - João Durval - (PDT-BA)
	<b>3º</b> - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	<b>4º</b> - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

## LIDERANÇA

<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</b>	<b>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</b>	<b>Bloco Parlamentar PSDB/DEM (PSDB/DEM) - 15</b>
<b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> .....	<b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldeir Moka Ricardo Ferreira Casildo Maldaner	<b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b>
<b>Líder do PT - 15</b> <b>Humberto Costa</b> Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	<b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia	<b>Líder do DEM - 5</b> <b>José Agripino (2)</b>
<b>Líder do PR - 5</b> <b>Magno Malta</b>	<b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b>	<b>PTB - 6</b>
<b>Líder do PDT - 4</b> Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	<b>Líder do PMN - 1</b> Sérgio Petecão	<b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
<b>Líder do PSB - 3</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b> Vice-Líder do PSB Lídice da Mata	<b>Líder do PV - 1</b> Paulo Davim	
<b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b>	<b>PPS - 1</b> <b>Líder</b> Itamar Franco - PPS	<b>Governo</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego
<b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>		
<b>PSOL - 2</b> <b>Líder</b> <b>Marinor Brito - PSOL</b>		

**Notas:**

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

<b>Expediente</b>	
<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

<b>– SECRETARIA-GERAL DA MESA</b>	
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 28 de fevereiro de 2011).....	4
<b>    1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE</b>	
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011.....	46
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011.....	53
<b>1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ</b>	
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de fevereiro de 2011.....	80
<b>1.2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA</b>	
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011.....	114
<b>1.2.4 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA</b>	
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011.....	120



## **SENADO FEDERAL**

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da  
54<sup>a</sup> Legislatura - 2011**

**Resenha Mensal  
(269, II, do RISF)  
Fevereiro/2011**

**A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

Sessões plenárias do Senado Federal  
02 a 28/02/2011

<b>Tipo da sessão</b>	<b>Quantidade</b>
Deliberativa Ordinária	8
Extraordinária	1
Não Deliberativa	9
<b>Total de sessões realizadas</b>	<b>18</b>
Reunião Preparatória	3

**Quadro Geral de Matérias**  
**02 a 28/02/2011**

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Total
<b>PEC</b>	0	0	1	1	<b>2</b>
<b>PLC</b>	2	9	0	1	<b>12</b>
<b>PLS</b>	0	17	0	3	<b>20</b>
<b>PDS</b>	0	83	0	1	<b>84</b>
<b>MSF</b>	10	0	0	0	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>109</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>128</b>

## Quadro Geral de Medidas Provisórias

02 a 28/02/2011

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
PLV	2	2
Total	2	2

**Quadro de Requerimentos**  
**02 a 28/02/2011**

Natureza	Total
Auditória	5
Congratulações, pesar e assemelhados	23
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão temporária	5
Desarquivamento de matéria	13
Informações	6
Missão (em representação do Senado Federal)	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	4
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	2
Urgência para matéria	1
Voto de censura	1
<b>Total Geral</b>	<b>67</b>

## Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

02 a 28/02/2011

	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	-	11	11
PROJETO DE LEI DO SENADO	17	-	17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	83	83
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>94</b>	<b>111</b>

**Quadro de Requerimentos de Licença  
(Sem ônus)**

02 a 28/02/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	<b>25</b>
Art. 40 (2)	<b>1</b>
Art. 43, I (3)	<b>3</b>
Art. 43, II (4)	<b>8</b>
<b>Total Geral</b>	<b>37</b>

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença  
(Com ônus) \***

02 a 28/02/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	<b>2</b>

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

\* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

**Matérias apreciadas pelo Senado Federal**  
**02 a 28/02/2011**

**Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2**

**1. Ao arquivo. Total: 2**

**Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 23/2008	Altera os arts. 52 e 243 da Constituição Federal para dispor sobre aprovação pelo Senado Federal nas operações de compra e arrendamento nas terras rurais localizadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.	Paulo Paim	14/02/2011

**Prejudicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 22/2009	Altera o § 2º do art. 20 da Constituição Federal, para reduzir a faixa de fronteira para quinze quilômetros de largura.	Osmar Dias	04/02/2011

**Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 2**

**1. À Câmara dos Deputados. Total: 2**

**Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 15/2010	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, 8.685, de 20 de julho de 1993, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, e 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 8.162, de 8 de janeiro de 1991, e 12.096, de 24 de novembro de 2009; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	08/02/2011
PLV 1/2011	Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	15/02/2011

**Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 12****1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 26/2008	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Celso Russomanno	22/02/2011

**2. Ao arquivo. Total: 1****Prejudicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 186/2008	Acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, tornando a terceira luz de freio equipamento obrigatório de automóveis e veículos de passageiros, de cargas e mistos.	Luiz Bittencourt	04/02/2011

**3. À sanção. Total: 10****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 1/2011	Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.	Presidente da República	23/02/2011

**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 215/2009	Confere ao Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil.	Beto Albuquerque	04/02/2011
PLC 108/2010	Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.	Roberto Alves	04/02/2011
PLC 109/2010	Institui o Dia Nacional do Empresário Contábil.	Arnaldo Faria de Sá	04/02/2011
PLC 36/2009	Institui o dia 6 de dezembro como Dia Nacional do Extensionista Rural.	Narcio Rodrigues	08/02/2011
PLC 250/2009	Institui o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado am âmbito nacional.	Nilmar Ruiz	08/02/2011
PLC 271/2009	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola.	Luis Carlos Heinze	08/02/2011
PLC 36/2010	Inscreve os nomes dos heróis da Revolta dos Búzios João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luís das Virgens no Livro dos Heróis da Pátria.	Luiz Alberto	08/02/2011
PLC 164/2010	Confere ao Município de Taubaté, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Literatura Infantil.	Roberto Alves	08/02/2011
PLC 180/2010	Institui o ano de 2011 como o Ano da Holanda no Brasil.	Luiz Carlos Hauly	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 20****1. À Câmara dos Deputados. Total: 17****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 17**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 13/2010	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez Adolescentes não Planejada.	Marisa Serrano	04/02/2011
PLS 22/2010	Acrescenta inciso ao art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino.	Augusto Botelho	04/02/2011
PLS 43/2003	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas.	Magno Malta	08/02/2011
PLS 306/2009	Institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação.	Cristovam Buarque	08/02/2011
PLS 520/2009	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Centros Olímpicos.	Marisa Serrano	08/02/2011
PLS 565/2009	Inscreve os nomes de Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão e Antônio Dias Cardoso, no Livro dos Heróis da Pátria.	Marco Maciel	08/02/2011
PLS 28/2010	Altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados como técnicos em alimentação escolar.	Flávio Arns	08/02/2011
PLS 170/2010	Institui o Dia Nacional da Educação Infantil.	Cristovam Buarque	08/02/2011
PLS 23/2003	Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração.	Paulo Paim	09/02/2011
PLS 312/2005	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, dos exames para diagnóstico de anomalias no metabolismo do recém-nascido.	Eduardo Azeredo	09/02/2011
PLS 153/2006	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para estabelecer o pagamento diretamente ao trabalhador de créditos do FGTS no caso de contas vinculadas inativas.	Serys Slhessarenko	09/02/2011
PLS 48/2007	Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.	Leomar Quintanilha	09/02/2011
PLS 526/2007	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado do regime geral de previdência social, para fins de geração da pensão por morte, daquele que tiver, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais.	Paulo Paim	09/02/2011
PLS 580/2007	Acrescenta parágrafos ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre manutenção da condição de segurado especial, independentemente do exercício eventual de outras atividades e dá outras providências.	Neuto De Conto	09/02/2011
PLS 407/2009	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para criar o auxílio-tratamento à família com criança ou adolescente em tratamento de neoplasia maligna ou da síndrome da imunodeficiência adquirida (aids).	Rosalba Ciarlini	09/02/2011
PLS 212/2010	Fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Odontologia.	Flávio Arns	09/02/2011
PLS 500/2009	Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências", para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar serviço de radiodifusão comunitária.	Roberto Cavalcanti	15/02/2011

**Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 20****2. Ao arquivo. Total: 3****Prejudicada. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 11/2010	Altera o § 2º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer que, em relação à variação cambial, a opção pelo regime de apuração da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e CONFINS e da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação, poderá ser feita a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro.	Cpi - Petrobras - 2009	04/02/2011
PLS 139/2008	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para conceder ao trabalhador um dia de folga anual para que possa acompanhar as atividades escolares dos filhos.	Cristovam Buarque	09/02/2011
PLS 323/2009	Altera os arts. 8º e 9º, e revoga o art. 10 e o parágrafo único do art. 11, todos da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar o regime jurídico aplicável aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, e dá outras providências.	Gilvam Borges	09/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****1. Ao arquivo. Total: 1****Prejudicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 59/2009	Susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	Neuto De Conto	04/02/2011

**2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 68/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES E COMENSAIS DO LAGO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Lago Norte, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	04/02/2011
PDS 22/2009	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FLORESTA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 352/2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA NORTE BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urupá, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 407/2009	Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 49/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PLANALTINENSE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA - DF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 51/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGROVILA SÃO SEBASTIÃO - ACAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 52/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PARANOÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 72/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 92/2010	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO OURO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vale do Paraíso, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 97/2010	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO OURO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 98/2010	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO OURO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Theobroma, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 188/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SUPER RÁDIO DM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 269/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anori, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 318/2010	Aprova o ato que outorga concessão à NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio do Içá, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 365/2010	Aprova o ato que outorga permissão à REDE PARAIBANA DE RADIODIFUSÃO, SONS E IMAGENS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poço Dantas, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 453/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE PALMELO - ACAP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmelo, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 477/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSORA VOZ DO POVO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Guará, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 479/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COMERCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 521/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AGRESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 532/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO REGIONAL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muritiba, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 538/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO CORRENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 541/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA JORGE AMADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotelipe, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 547/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DA CIDADE DE FÁTIMA - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fátima, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 555/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PONTAL DO SUL E NORTE DE ITAPITANGA - ASCOMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapitanga, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 566/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 568/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 572/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APUCARANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 573/2010	Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 574/2010	Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA CATUPORANGA - UCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Tebas, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 575/2010	Aprova o ato que outorga autorização à RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA GRALHA AZUL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araucária, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 577/2010	Aprova o ato que outorga autorização à SACEMI - SOCIEDADE AMBIENTAL, CULTURAL E EDUCACIONAL DE IRETAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iretama, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 578/2010	Aprova o ato que outorga permissão à MORIÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ângulo, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 579/2010	Aprova o ato que outorga permissão à MORIÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Terra Boa, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 581/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ARENA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 582/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HAWTHORNE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peabiru, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 583/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAPONGAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 584/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE PATO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 585/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 591/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA JAGUATIRICA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 595/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PAINEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçiguama, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 596/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CIDADÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 597/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE PINHAL RÁDIO COMUNITÁRIA ALEGRIA - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 601/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO STÉREO LIBERDADE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 604/2010	Aprova o ato que outorga concessão ao SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 607/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DE ARANHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhora de Oliveira, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 609/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV STÚDIOS DE RIBEIRÃO PRETO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 612/2010	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Portel, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 615/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA CARIOCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 616/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV JUIZ DE FORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 617/2010	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 618/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 619/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 620/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 623/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 649/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ALEGRIA - RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 650/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM DE CATUÍPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catuípe, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 652/2010	Aprova o ato que outorga autorização ao CLUBE DO LIVRO AMIGOS DA LEITURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 653/2010	Aprova o ato que outorga autorização à OBRA SOCIAL E CULTURAL SANTO ANTÔNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 654/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE TAQUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 655/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRIAM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 656/2010	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA BRÉSCIA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Bréscia, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 657/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE VILA MARIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 658/2010	Aprova o ato que outorga permissão à WEB COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 659/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE LAZER UNIÃO E CULTURA DE CAPELA DE SANTANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capela de Santana, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 660/2010	Aprova o ato que outorga permissão à PASSO FUNDENSE RÁDIO-TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 661/2010	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA PADRE VICTOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 662/2010	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA FAROL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 663/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à BELÉM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 665/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTÂNCIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 666/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AGENTES VIDA E SAÚDE DE CIRÍACO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 667/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 668/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 669/2010	Aprova o ato que outorga permissão ao GRUPO TUCANO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 670/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLONIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 671/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 84****2. À promulgação. Total: 83****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 83**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 672/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE TRIUNFO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 673/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMISSORA DIÁRIO DA REGIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 674/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anguera, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 675/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PAINFILHENSE - ASCOPAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 676/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE VICENTE DUTRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicente Dutra, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 677/2010	Aprova o ato que outorga permissão à FM INDUSTRIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruçuca, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 678/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VIRGÍLIO RIBEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011
PDS 679/2010	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Félix do Xingu, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	08/02/2011

**Matéria: Mensagem (sf). Total: 10**

Aprovada pelo Plenário. Total: 10

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
MSF 255/2009	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 297/2010	Submete à apreciação do Senado Federal em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 302/2010	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Jamaica.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 303/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 304/2010	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE CARDIM, ministro da Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 305/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor FREDERICo SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 308/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 317/2010	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Repùblica da Bósnia e Herzegóvina.	Presidente da República	08/02/2011
MSF 316/2010	Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro José Simpliciano Fontes de Faria.	Presidente da República	09/02/2011
MSF 36/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FUX para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.	Presidente da República	09/02/2011

**Matéria: Requerimento. Total: 67**

Aprovada pelo Plenário. Total: 21

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 46/2011	Desarquivamento do PLC 122/2006	Marta Suplicy	08/02/2011

**Matéria: Requerimento. Total: 67**

Aprovada pelo Plenário. Total: 21

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 5/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar sua participação, no período de 06 a 11 de fevereiro de 2011, no Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Dacar - Senegal; e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do país nesse período.	Inácio Arruda	08/02/2011
RQS 8/2011	Requerem, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial, a realizar-se às 11 horas do dia 21 de março de 2011, destinada a homenagear a Ordem DeMolay, pelos 30 anos de atuação no Brasil.	Mozarildo Cavalcanti	08/02/2011
RQS 54/2011	Desarquivamento da PEC 38/1999.	Mozarildo Cavalcanti	09/02/2011
RQS 55/2011	Desarquivamento da PEC 58/2005.	Flexa Ribeiro	09/02/2011
RQS 56/2011	Desarquivamento do PLS 147/2005.	José Sarney	09/02/2011
RQS 57/2011	Desarquivamento do PLS 150/2005.	Flexa Ribeiro	09/02/2011
RQS 58/2011	Desarquivamento do PLS 228/2005.	José Sarney	09/02/2011
RQS 59/2011	Desarquivamento do PLS 240/2006.	Flexa Ribeiro	09/02/2011
RQS 60/2011	Desarquivamento do PLS 112/2006.	José Sarney	09/02/2011
RQS 61/2011	Desarquivamento do PLS 243/2006	José Sarney	09/02/2011
RQS 78/2011	Desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004.	Mozarildo Cavalcanti	15/02/2011
RQS 79/2011	Desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2003.	Mozarildo Cavalcanti	15/02/2011
RQS 80/2011	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior como representante do Senado Federal no VIII Congresso U.S. Basic Income Guarantee Network (the USBIG Network), em Nova Iorque, Estados Unidos, entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 2011, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39 desse Regimento, que se ausentará do País nesse período.	Eduardo Suplicy	16/02/2011
RQS 83/2011	Reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Projeto de Lei da Câmara nº 143 de 2008, que „Altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).	Romero Jucá	16/02/2011
RQS 106/2011	Solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2011.	Romero Jucá	22/02/2011
RQS 107/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006.	Francisco Dornelles	22/02/2011
RQS 108/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003.	José Agripino	22/02/2011
RQS 51/2011	Requerem, com fulcro nos arts. 199 e 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do expediente da sessão do dia 15 de março de 2011 seja destinado a sessão especial para celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2011, cujo tema será "Fraternidade e a vida no planeta", com o lema "A criação gême em dores de parto (Rm 8, 22)".	Ana Rita	22/02/2011
RQS 75/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, na primeira hora da sessão deliberativa do dia 14 de março de 2011, para comemoração da "Batalha do Jenipapo", celebrada no dia 13 daquele mês.	Wellington Dias	23/02/2011
RQS 114/2011	Requerem, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 19 de agosto de 2011, destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom.	Mozarildo Cavalcanti	24/02/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 2

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 100/2011	Solicita a retirada em caráter definitivo do Requerimento de Informação nº 1.133, de 2005.	Alvaro Dias	21/02/2011

**Matéria: Requerimento. Total: 67**

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 2

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 101/2011	Solicita a retirada em caráter definitivo do Requerimento de Informação nº 339, de 2006.	Alvaro Dias	21/02/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 20

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 2/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO pelo transcurso do centenário de nascimento do Procurador e Professor ANTÔNIO DE QUEIROZ FILHO.	Jarbas Vasconcelos	03/02/2011
RQS 4/2011	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família do jornalista Reynaldo Jardim Silveira, falecido no dia 02 de fevereiro de 2011, em Brasília - DF.	Lúcia Vânia	07/02/2011
RQS 47/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 6 de fevereiro de 2011, da Sra. LOURDES MILANEZ, mãe do vereador Fernando Milanez, viúva do ex-deputado Fernando Milanez e sobrinha de João Pessoa.	Cícero Lucena	08/02/2011
RQS 48/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do publicitário, radialista e escritor IVAN THOMAZ, ocorrido no dia 04 de fevereiro de 2011.	Cícero Lucena	08/02/2011
RQS 52/2011	Requer, nos termos do disposto nos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Itamar Rocha Cândido, jornalista paraibano, falecido no dia 08 de fevereiro de 2011.	Cícero Lucena	09/02/2011
RQS 53/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao novo corpo dirigente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para o biênio 2011/2013, empossado no 1º de fevereiro de 2011, constituído pela Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA, Presidente; Desembargadora ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD, Vice-Presidente; Desembargadora DAHIL PARAENSE DE SOUZA, Corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana, e Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior.	Flexa Ribeiro	09/02/2011
RQS 63/2011	Requer, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do vereador Robicler de Melo, do município de Guajará, no Amazonas, ocorrido em janeiro de 2011.	João Pedro	10/02/2011
RQS 64/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso à UFC - Ultimate Fighting Championship e seus principais executivos Lorenzo Fertita, Dana White e Jaime Pollack em virtude do incentivo oferecido por essa associação esportiva aos atletas brasileiros.	Magno Malta	10/02/2011
RQS 68/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Vereador Raimundo Vieira e Silva Toranga, aos 84 anos, ocorrido no dia 13 de fevereiro de 2011, no Piauí.	João Vicente Claudino	14/02/2011
RQS 69/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Noé Simplicio do Nascimento, ocorrido em 08 de fevereiro de 2011.	Renan Calheiros	14/02/2011
RQS 71/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de louvor e congratulações ao jogador RONALDO NAZÁRIO DE LIMA, o "RONALDO FENÔMENO".	Eduardo Suplicy	15/02/2011
RQS 85/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de SÉRGIO JOCKYMANN.	Paulo Paim	17/02/2011
RQS 87/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao novo Prefeito do Município de Tefé, no estado do Amazonas JUCIMAR VELOSO "PAPI".	Vanessa Graziotin	17/02/2011
RQS 102/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento Cônego Maurício Mattos Pereira, vigário-geral da Arquidiocese de Vitória - ES, ocorrido em 17 de fevereiro de 2011.	Ricardo Ferraço	22/02/2011

**Matéria: Requerimento. Total: 67**

Encaminhada pela Presidência. Total: 20

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 116/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do poeta e presidente da Academia Paraense de Letras, Raimundo Alonso Pinheiro Rocha.	Marinor Brito	23/02/2011
RQS 133/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2011, em Curitiba, do pastor JOSE PIMENTEL DE CARVALHO, presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus na capital do Paraná.	Alvaro Dias	24/02/2011
RQS 134/2011	Requer, nos termos do art. 222 (caput e parágrafos 1º a 3º) do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Professora e Atriz NÁDIA DOMINGOS AGUIAR pelo trabalho que desenvolve, já há vários anos, em prol dos jovens e das crianças do município de Caucaia (CE) em situação de vulnerabilidade.	Eunício Oliveira	28/02/2011
RQS 135/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado federal HUMBERTO FLORICENO PAIXÃO, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2011.	Paulo Paim	28/02/2011
RQS 136/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do escritor gaúcho MOACYR JAIME SCLARI, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2011.	Paulo Paim	28/02/2011
RQS 137/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do ex-senador OCTÁVIO OMAR CARDOSO, ocorrido em 27 de fevereiro de 2011.	Paulo Paim	28/02/2011

Prejudicada. Total: 19

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 109/2008	Requer, nos termos do art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Externa composta, por, no mínimo, 6 (seis) Senadores e pelo menos 2 (dois) membros da Subcomissão Permanente de Aquecimento Global da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de visitar as instalações do INPE, SIVAM e SIPAM, integrar informações coletadas pelos órgãos e gerar conhecimento atualizado, para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia brasileira.	Romeu Tuma	04/02/2011
RQS 1306/2009	Requer, nos termos regimentais e do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO a realização de inspeção no CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com o propósito de anular o Edital MDA/INCRA/CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com o propósito de anular o Edital MDA/INCRA/CNPq - PRONERA Nº 04/2009, caso constatadas irregularidades, como por exemplo o desvio de finalidade ou a impressão do objeto.	Raimundo Colombo	04/02/2011
RQS 1316/2007	Requer, nos termos do art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a Criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal, para intermediar conflito existente entre movimento social organizado e Companhia Vale do Rio Doce, no Estado do Pará.	José Nery	04/02/2011
RQS 1359/2007	Requer, nos termos do inciso I do artigo. 397 do regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Ministro de Estado das Minas e Energia, NELSON JOSÉ UBNER MOREIRA, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.	Marconi Perillo	04/02/2011
RQS 1360/2007	Requer, nos termos do inciso I do artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, seja convocado o Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, ROBERTO MANGABEIRA UNGER, para, no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na Bacia de Santos, e o impacto desta descoberta no potencial energético do Brasil.	Marconi Perillo	04/02/2011

**Matéria: Requerimento. Total: 67****Prejudicada. Total: 19**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 1482/2008	Requer, nos termos do art. 71, incisos II e IV, da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso II, e 38, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria em atos administrativos de dirigentes e conselheiros da Petrobrás, de Furnas Centrais Elétricas, da Itaipu Binacional e do BNDES que deliberaram sobre os investimentos dessas entidades em países da América do Sul.	Gerson Camata	04/02/2011
RQS 1500/2008	Requer, nos termos regimentais e do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, seja o presente requerimento encaminhado ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO para solicitar a inclusão no Plano de Auditorias de 2009 de auditoria no Programa Seguro-Desemprego, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego.	Raimundo Colombo	04/02/2011
RQS 1631/2008	Requer, nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, a realização de auditoria pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil S/A a respeito de operações de empréstimos concedidos a estatais federais entre 2005 e 2008.	Raimundo Colombo	04/02/2011
RQS 222/2007	Requer, nos termos do art. 74, I, e demais disposições pertinentes, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, respeitada a proporcionalidade partidária, para, no prazo de 12 meses, formular e apresentar um projeto abrangente de reforma política, partidária e eleitoral.	Neuto de Conto	04/02/2011
RQS 279/2008	Requer, nos termos do art. 71, inciso VII da Constituição Federal, e nos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre processos que envolvam a Construtora OAS.	Antonio Carlos Júnior	04/02/2011
RQS 311/2008	Requer, nos termos do art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal com o objetivo de visitar a base do Exército em Vila Bitencourt-AM e avaliar as condições em que vivem os militares que atuam na linha de frente naquela fronteira.	Arthur Virgílio	04/02/2011
RQS 347/2009	Requer, nos termos do inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, a convocação do Ministro de Estado da Justiça para prestar esclarecimentos, no Plenário do Senado Federal, sobre a atuação da Polícia Federal na Operação Castelo de Areia.	Arthur Virgílio	04/02/2011
RQS 357/2008	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocada a senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa a Senhora Ruth Cardoso.	Arthur Virgílio	04/02/2011
RQS 485/2010	Requer, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.	Antonio Carlos Júnior	04/02/2011
RQS 618/2010	Requer, nos termos dos artigos 74, inciso II, e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Externa, composta de três Senadores, com o objetivo de participar de audiência pública, a ser realizada em Goiânia, GO, com a finalidade de debater os marcos regulatórios e políticas públicas antidrogas, com ênfase no combate ao narcotráfico e à expansão do consumo de crack.	Marconi Perillo	04/02/2011
RQS 676/2007	Requer, nos termos do disposto nos artigos 222 e 223 do Regimento Interno, que o Senado Federal formule um voto de censura ao grupo farmacêutico norte-americano Pfizer, apontando a indignação dos brasileiros ante ao abuso cometido contra 200 crianças nigerianas, submetidas a testes com seu medicamento Trovan Floxacin, vindo onze delas a falecer e dezenas de outras a apresentar seqüelas.	Tião Viana	04/02/2011
RQS 717/2009	Requer, nos termos do inciso IV, do art. 71 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre a análise dos critérios utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para definir os montantes de Transferências Constitucionais dos Municípios de Boa Vista (RR) e Macapá (AP), nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2009.	Papaléo Paes	04/02/2011
RQS 863/2008	Requer, nos termos do inciso VII do art. 71, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, informações relativas aos contratos firmados entre o Ministério dos Transportes e a VALEC, com as empresas que atuam na construção da Ferrovia Norte-Sul.	Marconi Perillo	04/02/2011

**Matéria: Requerimento. Total: 67****Prejudicada. Total: 19**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 871/2009	Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e do inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na obra de reforma do prédio do Palácio do Planalto.	Arthur Virgílio	04/02/2011

**Retirada pelo autor. Total: 2**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 1133/2005	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada à Ministra de Estado da Casa Civil informações sobre os cargos e funções públicas de livre provimento da Administração Federal existentes desde 01 de janeiro de 2004.	Alvaro Dias	21/02/2011
RQS 339/2006	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os nomes, data e horários das pessoas, vinculadas ou não à Secretaria da Receita Federal, bem como a lotação funcional e CPF, dos que acessaram os sistemas "Dossiê Integrado da Pessoa Física e Declaração de Imposto de Renda da pessoa física" relativos ao Senhor Francelino Santos Costa.	Alvaro Dias	21/02/2011

**Publicada. Total: 3**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 70/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso, no dia 14 de fevereiro de 2011, do 44º aniversário da assinatura do Tratado de Tlatelolco, pelo qual foi estabelecida, na América Latina e Caribe, a primeira zona livre de armas nucleares do mundo.	José Sarney	14/02/2011
RQS 138/2011	Requerem, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do médico e escritor gaúcho MOACYR JAIME SCLIAR, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2011.	Pedro Simon	28/02/2011
RQS 139/2011	Requerem, com fundamento no disposto nos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-senador gaúcho OCTÁVIO OMAR CARDOSO, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2011.	Pedro Simon	28/02/2011

## B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

**Resenha**  
02 a 28/02/2011

### Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	-
Conjunta Solene	02
<b>Total</b>	<b>02</b>

**Sessões Realizadas**  
02 a 28/02/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	02/02/2011, às 16 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.
Conjunta Solene	09/02/2011, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a reverenciar a memória do Senador Eliseu Resende, falecido no dia 2 de janeiro do corrente.

### Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

02 a 28/02/2011

Nº	Assunto
1/2011 (public. no DOU de 02/02/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 510, de 28 de outubro de 2010, que "Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências".
2/2011 (public. no DOU de 08/02/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 511, de 5 de novembro de 2010, que "Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências".
3/2011 (public. no DOU de 28/02/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 512, de 25 de novembro de 2010, que "Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva".
4/2011 (public. no DOU de 28/02/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 513, de 26 de novembro de 2010, que "Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências".

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional  
02 a 28/02/2011**

<b>Nº do Ofício</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
131/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República adotou, no dia 14 de fevereiro de 2011, a Medida Provisória nº 525, de 2011, que "Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 16/02/2011.
130/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 13, de 2011-CN (PR nº 2011010437, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 22/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
129/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 11, de 2011-CN (nº 20/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.
122/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Solicita o envio das informações relativas ao Senhor Vander Cesário Rocha, atendendo ao Ofício OF/PR/MT/4º Ofício/Nº 6.561/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminhado pelo Ofício PGR/GAB/Nº 1.317, do Senhor Procurador-Geral da República.
121/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Solicita o envio das informações relativas ao Senhor Rafael Zancanaro de Oliveira, atendendo ao Ofício OF/PR/MT/4º Ofício/Nº 6.554/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminhado pelo Ofício PGR/GAB/Nº 1.319, do Senhor Procurador-Geral da República.
120/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Solicita o envio das informações sobre o período do mandato do ex-Deputado Federal Ildeu Alves Araújo, bem como dados relativos aos senhores Marcelo Coelho de Carvalho e Marco Antônio Amorim de Carvalho, atendendo ao Ofício OF/PR/MT/4º Ofício/Nº 6.512/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminhado pelo Ofício PGR/GAB/Nº 1.321, do Senhor Procurador-Geral da República.
119/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Solicita o envio das informações relativas ao Senhor Marco Túlio da Silva Lopes, atendendo ao Ofício OF/PR/MT/4º Ofício/Nº 6.360/2010, da Procuradoria da República em Mato Grosso, encaminhado pelo Ofício PGR/GAB/Nº 1.322, do Senhor Procurador-Geral da República.
118/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 1º de março do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.
110/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Ofício nº 2, de 2011-CN (nº 66, de 2011-BNDES GP, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 08/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
109/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente da Caixa Econômica Federal o Ofício nº 1, de 2011-CN (nº 34, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas na Linha de Crédito de Capital de Giro, criada pela Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 05/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
94/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o Aviso nº 3, de 2011-CN (nº 9-BCB-Presi, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redescconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 12/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
88/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 524, de 2011, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993".
87/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 523, de 2011, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro".
86/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 522, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 780.000.000,00, para os fins que especifica".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
85/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 521, de 2010, que "Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União".
84/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 520, de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSERH e dá outras providências".
83/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 519, de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional".
82/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 518, de 2010, que "Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito".
81/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 517, de 2010, que "Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências".
80/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 516, de 2010, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011".
79/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha o processado da Medida Provisória nº 515, de 2010, que "Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica".
78/2011 CN	Sen. Itamar Franco – Líder do PPS	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de um membro titular e suplente, que integrarão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
77/2011 CN	Sen. José Agripino – Líder do DEM	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Democratas – (DEM) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
76/2011 CN	Sen. Alvaro Dias – Líder do PSDB	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido da Social Democracia Brasileira – (PSDB) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
75/2011 CN	Sen. Gim Arguello – Líder do PTB	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido Trabalhista Brasileiro – (PTB) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
74/2011 CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
73/2011 CN	Sen. Humberto Costa – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, a indicação dos nomes de 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o cálculo da proporcionalidade partidária em anexo.
72/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Solicita de acordo com os arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação dos membros dessa Casa do Congresso que integração a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
71/2011 CN	Sen. Marinor Brito – Líder do PSOL	Tendo em vista a Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", e nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, solicita a indicação de um membro titular e um membro suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
70/2011 CN	Sen. José Agripino – Líder do DEM	Solicita de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação do nome de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Democratas – (DEM) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
69/2011 CN	Sen. Gim Arguello – Líder do PTB	Solicita de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação do nome de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido Trabalhista Brasileiro – (PTB) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
68/2011 CN	Sen. Alvaro Dias – Líder do PSDB	Solicita de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação do nome de 1 (um) membro titular e igual número de suplente, referente à participação do Partido da Social Democracia Brasileira – (PSDB) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
67/2011 CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN	Solicita de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação dos nomes de 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
66/2011 CN	Sen. Humberto Costa – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	Solicita de acordo com os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", a indicação dos nomes de 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.
65/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista a Resolução nº 4, de 2008-CN, que "Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC", e nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, solicita a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional, que integrarão a referida Comissão.
63/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha os originais dos documentos protocolizados na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, no período de 23/12/2010 a 1º/02/2011. Informa que foram apresentados 70 Projetos, sendo 3 Projetos de Resolução, 60 Projetos de Lei Ordinária, 2 Projetos de Lei Complementar, 1 Projeto de Decreto Legislativo e 4 Propostas de Emenda à Constituição.
62/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal a Mensagem nº 10, de 2011-CN (nº 12/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
61/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Governo Federal a Mensagem nº 9, de 2011-CN (nº 12/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
60/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 2, de 2011-CN (nº 57/GP/TCU/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
59/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esgotou-se em 08/02/2011, o prazo para interposição de recurso, por cinco dias, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Aviso nº 31, de 2010-CN. Não tendo sido apresentado recurso, a matéria vai ao Arquivo, como conclusão do Parecer nº 50, de 2010-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
58/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esgotou-se em 08/02/2011, o prazo para interposição de recurso, por cinco dias, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Aviso nº 29, de 2010-CN. Não tendo sido apresentado recurso, a matéria vai ao Arquivo, como conclusão do Parecer nº 50, de 2010-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
57/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esgotou-se em 08/02/2011, o prazo para interposição de recurso, por cinco dias, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Aviso nº 26, de 2010-CN. Não tendo sido apresentado recurso, a matéria vai ao Arquivo, como conclusão do Parecer nº 50, de 2010-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
56/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esgotou-se em 08/02/2011, o prazo para interposição de recurso, por cinco dias, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Aviso nº 22, de 2010-CN. Não tendo sido apresentado recurso, a matéria vai ao Arquivo, como conclusão do Parecer nº 50, de 2010-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
55/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esgotou-se em 08/02/2011, o prazo para interposição de recurso, por cinco dias, para que fosse apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Aviso nº 13, de 2010-CN. Não tendo sido apresentado recurso, a matéria vai ao Arquivo, como conclusão do Parecer nº 50, de 2010-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
54/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Superior Tribunal de Justiça o Ofício nº 10, de 2011-CN (nº 123/GP/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
53/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal Superior Eleitoral o Ofício nº 9, de 2011-CN (nº 378/GMRL/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente terceiro quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
52/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal Superior do Trabalho o Ofício nº 8, de 2011-CN (OF.TST.GDGSET.GP nº 24/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
51/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Superior Tribunal Militar o Ofício nº 7, de 2011-CN (nº 14/PRES-03/SEPLA-GS/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
50/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Conselho Nacional de Justiça o Ofício nº 6, de 2011-CN (nº 43/GP-COFI/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
49/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios o Ofício nº 5, de 2011-CN (nº PGR/GAB/57/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
48/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Câmara dos Deputados o Ofício nº 4, de 2011-CN (nº GP-O/69/2011, nessa Casa), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
47/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senado Federal o Ofício nº 3, de 2011-CN (Ato do Presidente nº 1, de 2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 10/02/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
46/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 82-Seses-TCU-Plenário, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acordão proferido nos autos do processo nº TC 021.474/2009-1, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 2/2/2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
45/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 81-Seses-TCU-Plenário, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acordão nº 168/2011-TCU, sobre a construção da Subestação de 230 kV, uma das instalações que integra as obras de Modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, da Petrobras S.A. – Petrobras, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
20/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha para os arquivos dessa Casa, um exemplar da Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidente da República, bem como um exemplar da Mensagem do Poder Judiciário, entregues ao Congresso Nacional na Sessão Solene de abertura dos trabalhos legislativos da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.
7/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 9 de fevereiro do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do Senador Eliseu Resende, falecido no dia 2 de janeiro do corrente.
6/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 189, de 2010-CN (nº 792/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 190, de 2010 (PL nº 4.413, de 2008, na Casa de origem), que "Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.
5/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 188, de 2010-CN (nº 786/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 86, de 2010, que "Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.
4/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 187, de 2010-CN (nº 784/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2010 (oriundo da Medida Provisória nº 499, de 2010), que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, criadas pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.941, de 27 de maio de 2009, 8.685, de 20 de julho de 1993, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivo da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
3/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 186, de 2010-CN (nº 783/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004 (PL nº 405, de 2007, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta §6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a formação de cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
2/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 178, de 2010-CN (nº 707/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (PL nº 5.940, de 2009, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

## C - SECRETARIA DE COMISSÕES

### C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

**Reuniões realizadas e Proposições apreciadas  
02 a 28/02/2011**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	02	00	00	02
CAS	00	00	00	00
CCJ	02	01	00	03
CE	00	00	00	00
CMA	00	01	00	01
CDH	00	00	00	00
CRE	00	02	00	02
CI	00	00	00	00
CDR	01	00	00	01
CRA	00	02	00	02
CCT	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>00</b>	<b>11</b>

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	00	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	00	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	00	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Permanente da Água – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
<b>TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

**Proposições Apreciadas  
02 a 28/02/2011**

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	ECD	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	08	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

**Proposições Apreciadas  
02 a 28/02/2011**

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EME NDA PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02
CAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	01	00	01	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	06
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	08
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	03	00	01	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	16

**Legendas – Comissões**

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

## Legendas – Proposições

<b>REQ e ADIT (COMISSÃO)</b>	Requerimento e Aditamento de Comissão
<b>PLS (T)</b>	Projeto de Lei do Senado (terminativo)
<b>PLS (NT)</b>	Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
<b>PDS</b>	Projeto de Decreto Legislativo
<b>EMENDAS E SUBEMENDAS</b>	Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
<b>SCD</b>	Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
<b>ECD</b>	Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
<b>PDH</b>	Petição de Direitos Humanos
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>IND</b>	Indicação
<b>PET</b>	Petição
<b>DIV</b>	Diversos
<b>CONS, Q. O. ATOS e OUTROS</b>	Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
<b>MSF</b>	Mensagem "SF"
<b>PRS</b>	Projeto de Resolução
<b>RQS "SF"</b>	Requerimento apresentado no Plenário
<b>PLC (NT)</b>	Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
<b>PLC (T)</b>	Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
<b>OFS</b>	Ofício "SF"
<b>AVS</b>	Aviso
<b>PFS</b>	Proposta de Fiscalização e Controle
<b>SUG</b>	Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
<b>PAR E REL. SUB</b>	Parecer e Relatório das Subcomissões
<b>EMEN PLEN.</b>	Emendas apresentadas em Plenário
<b>REC</b>	Recursos
<b>TUR SUPL</b>	Turno Suplementar

## Relatório das Atividades das Comissões Permanentes 02 a 28/02/2011

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio Amaral  
Vice Presidente: Senador Lobão Filho

#### REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Biênio 2011/2012

**Resultado:** Foram eleitos os Senadores Delcídio Amaral (Presidente) e Lobão Filho (Vice-Presidente)

#### REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01**  
**MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2011**  
**NÃO TERMINATIVO**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra "d" da Constituição Federal, o nome do senhor ALTAMIR LOPES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann

**Relatório:** A ser apreciado em votação secreta.

**Resultado:** A Comissão aprova a indicação por 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções.

**ITEM Nº 02**  
**MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2011**  
**NÃO TERMINATIVO**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra "d" da Constituição Federal, o nome do Senhor SIDNEI CORRÊA MARQUES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Relatório:** A ser apreciado em votação secreta.

**Resultado:** A Comissão aprova a indicação por 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e duas abstenções.

**TOTAL DE REUNIÕES: 02**  
Extraordinária – Deliberativa: 02

**MATÉRIAS APRECIADAS: 02**  
Mensagem (SF): 02

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidenta: Senador  
Vice Presidente: Senador

**TOTAL DE REUNIÕES: 00**

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Presidente: Senador Eunício Oliveira  
Vice Presidente: Senador José Pimentel

**REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2011 (ORDINÁRIA)**

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Biênio 2011/2012

**Resultado:** Foram eleitos os Senadores Eunício Oliveira (Presidente) e José Pimentel (Vice-Presidente)

**REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

**ITEM Nº 01**  
**MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2011**  
**NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FUX para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Marcelo Crivella

**Relatório:** Votação Secreta.

**Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à escolha do nome do Senhor LUIZ FUX para compor o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, com vinte e três (23) votos favoráveis.

**ITEM Nº 02**  
**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CCJ**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação da Mensagem nº 36, de 2011, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FUX para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.”

**Autoria:** Senador Eunício Oliveira.

**Resultado:** Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (ORDINÁRIA)**

**ITEM Nº 01**  
**OFÍCIO “S” Nº 1, DE 2007**  
**NÃO TERMINATIVO**

Encaminha decisão do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil que acolheu proposta no sentido da “atualização e modernização da normatividade infraconstitucional com relação ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito”.

**Autoria:** Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

**Relatoria:** Senador Demóstenes Torres

**Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício “S”.

**Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo arquivamento do Ofício “S”.

**ITEM Nº 02**  
**OFÍCIO “S” Nº 38, DE 2007**  
**NÃO TERMINATIVO**

Encaminhando ao Senado Federal, para conhecimento e análise, Proposta de Reforma Tributária elaborada pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE.

**Autoria:** Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais

**Relatoria:** Senador Demóstenes Torres

**Relatório:** Pelo encaminhamento, em meio eletrônico, deste parecer e da anexa Proposta de Reforma Tributária da Febrafite a todos os Senhores Senadores e, em seguida, pelo arquivamento do Ofício "S".

**Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, pelo encaminhamento, em meio eletrônico, deste Parecer e da anexa Proposta de Reforma Tributária da Febrafite a todos os Senhores Senadores e, em seguida, pelo arquivamento do Ofício "S"

**ITEM Nº 03**  
**REQUERIMENTO Nº 857, DE 2010**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer seja encaminhado voto de felicitação à Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), que completou 50 anos, levando a quase 3 milhões de domicílios do Paraná a programação da Rede Globo de Televisão, por meio de oito emissoras afiliadas: Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranavaí.

**Autoria:** Senador Flávio Arns

**Relatoria:** Senador Alvaro Dias

**Relatório:** Favorável ao Requerimento.

**Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Requerimento.

**ITEM Nº 04**  
**REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CCJ**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de nova Subcomissão Temporária, composta por cinco membros, para no prazo de noventa dias, analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que “Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.”

**Autoria:** Senador Eunício Oliveira.

**Resultado:** Aprovado.

**TOTAL DE REUNIÕES: 03**  
Ordinária – Deliberativa: 02  
Extraordinária – Deliberativa: 01

**MATÉRIAS APRECIADAS: 06**  
Requerimento – CCJ: 02  
Mensagem (SF): 01  
Ofício "S": 02  
Requerimento "SF": 01

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE**

Presidente: Senador  
Vice Presidente: Senador

**TOTAL DE REUNIÕES: 00**

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA**

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg  
Vice Presidente: Senadora Kátia Abreu

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Biênio 2011/2012

**Resultado:** Foram eleitos os Senadores Rodrigo Rollemberg (Presidente) e Kátia Abreu (Vice-Presidente)

**TOTAL DE REUNIÕES: 01**  
Extraordinária – Deliberativa: 01

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.**

Presidente:  
Vice Presidente:

**TOTAL DE REUNIÕES: 00**

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE.**

Presidente: Senador Fernando Collor  
Vice Presidente: Senador Cristovam Buarque

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Biênio 2011/2012

**Resultado:** Foram eleitos os Senadores Fernando Collor (Presidente) e Cristovam Buarque (Vice-Presidente)

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

**NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS**

**TOTAL DE REUNIÕES: 02**  
Extraordinária – Deliberativa: 02

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

Presidente: Senador  
Vice Presidente: Senador

**TOTAL DE REUNIÕES: 00**

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR**

Presidente: Senador Benedito de Lira  
Vice Presidente: Senador Eduardo Amorim

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Biênio 2011/2012

**Resultado:** Foram eleitos os Senadores Benedito de Lira (Presidente) e Eduardo Amorim (Vice-Presidente)

**TOTAL DE REUNIÕES: 01**  
Extraordinária – Deliberativa: 01

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA**

**Presidente:** Senador Acir Gurgacz  
**Vice Presidente:** Senador Waldemir Moka

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Biênio 2011/2012

**Resultado:** Foram eleitos os Senadores Acir Gurgacz (Presidente) e Waldemir Moka (Vice-Presidente)

**UNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**

**ITEM Nº 01**  
**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Wagner Gonçalves Rossi**, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco no Agronegócio Brasileiro, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.

**Resultado:** Aprovado.

**ITEM Nº 02**  
**REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, **Afonso Bandeira Florence**, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na Agricultura Familiar, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.  
**Resultado:** Aprovado.

**ITEM Nº 03**  
**REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Pesca e Aqüicultura, **Idele Salvatti**, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à Aqüicultura e Pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.  
**Resultado:** Aprovado.

**ITEM Nº 04**  
**REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto à Ministra do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora **Izabella Mônica Vieira Teixeira**, acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/2009, que Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.  
**Resultado:** Aprovado.

**ITEM Nº 05**  
**REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Senhor **Rolf Hackbart**, acerca da aplicação dos procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira definidos na Instrução Normativa 63/2010.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.  
**Resultado:** Aprovado.

**ITEM Nº 06**  
**REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Senhor **Alexandre Magno Franco de Aguiar**, acerca do planejamento estratégico, perspectivas e metas da empresa para 2011 e atuação no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.

**Resultado:** Aprovado.

**ITEM Nº 07**  
**REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, em virtude da Comemoração do Dia Mundial da Água, no dia 22 de março corrente, a realização de audiência pública para seja debatido a política de uso racional da água.

Para tanto será convidado o Presidente da Agência Nacional de Água - ANA, e representantes do MAPA, e do Instituto Sócio Ambiental, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional.

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz.

**Resultado:** Aprovado

**ITEM Nº 08**  
**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CRA**  
**NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 73 do regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a criação de Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira, composta por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes.

**Autoria:** Senador Flexa Ribeiro.

**Resultado:** Aprovado.

**TOTAL DE REUNIÕES: 02**  
Extraordinária – Deliberativa: 02

**MATÉRIAS APRECIADAS: 08**  
Requerimento CRA: 08

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO  
E INFORMÁTICA - CCT**

Presidente:

Vice Presidente:

**TOTAL DE REUNIÕES: 00**

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC**

Presidente Eventual: Senador Marco Maciel.

Vice Presidenta: VAGO.

Relator: VAGO.

**TOTAL DE REUNIÕES: 00**

**MATÉRIAS APRECIADAS: 00**

**TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 11**

**TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 16**

## C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 28/02/2011

**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

As dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Angela Portela, Marta Suplicy, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Ivo Cassol, Vital do Rego, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, José Agripino e Marinor Brito. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Cyro Miranda e Demóstenes Torres. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para o biênio 2011/2012. A Presidência comunica que os Senadores Delcídio do Amaral e Lobão Filho foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Realizada a votação secreta, a Presidência convida o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Angela Portela para atuarem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, é eleito o Senador Delcídio do Amaral, Presidente, e o Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, por vinte e dois votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções. Usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, José Agripino, Marinor Brito, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann. Assumindo a Presidência, o Senador Delcídio do Amaral comunica que será realizada uma reunião, a iniciar-se em cinco minutos, com o objetivo de apreciar as seguintes Matérias, Mensagem do

Senado Federal nº 39 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do senhor ALTA-MIR LOUPES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, e Mensagem do Senado Federal nº 40 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do Senhor SIDNEI CORRÊA MARQUES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Francisco Dornelles**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Srªs Senadores e Srs. Senadores, na condição de Senador mais jovem desta Comissão, assumo a Presidência e declaro aberta a 1ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

A pauta é a seguinte: instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Foi registrada até o presente a seguinte chapa: Senador Delcídio do Amaral para Presidente, Senador Lobão Filho para Vice.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos senhores e senhoras cédulas de votação, rubricadas pela Presidência. Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

(Procede-se à votação.)

Senador Delcídio do Amaral. (Pausa.)

Senadora Gleisi Hoffmann. (Pausa.)

Senador Lindbergh farias. (Pausa.)

Senador Clésio Andrade. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Senadora Angela Portela (Pausa.)

Senadora Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Vou fazer aqui uma exceção porque o Flexa merece.

Senador Flexa Ribeiro. Exceção à regra. (Pausa.)

Senador Vicentinho Alves. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Senador Eduardo Braga. (Pausa.)  
Senador Valdir Raupp. (Pausa.)  
Senador Roberto Requião. (Pausa.)  
Senador Lobão Filho. (Pausa.)  
Senador Ivo Cassol. (Pausa.)  
Senador Armando Monteiro. (Pausa.)  
Senadora Marta Suplicy. (Pausa.)  
Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)  
Senadora Ana Amélia. (Pausa.)  
Senador Aloysio Nunes. (Pausa.)  
Senador João Vicente. (Pausa.)  
(*Interrupção do som.*)  
Senador Benedito de Lira. (Pausa.)  
Senador Ciro Nogueira. (Pausa.)  
Senador Roberto Requião. (Pausa.)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB – PR) – Preciso ter o dom da ubiquidade, pois todas as Comissões de que participo estão funcionando ao mesmo tempo, na mesma hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Posso encerrar a votação? (Pausa.)

Senadora Marinor Brito. (Pausa.)

O Requião já votou? (*Fora do microfone.*)

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente Francisco Dornelles, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que já temos quórum suficiente, já temos votos suficientes para fazermos a apuração, e estão chegando os últimos Senadores para votarem, eu pediria que, com o aval do Plenário, pudéssemos iniciar a apuração. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Declaro encerrada a votação.

Convido a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias como escrutinadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Fimda a apuração, foi verificado o seguinte resultado: Para Presidente: Sr. Senador Delcídio Amaral – 22 votos. Para Vice-Presidente: Senador Lobão Filho – 22 votos. Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usar a palavra, com minha saudação especial por essa eleição tão merecida que acaba de ocorrer. Houve dois votos em branco.

**O SR. JOSÉ AGRIPIINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para acrescentar um voto a mais para Delcídio Amaral. Considere 23 votos. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Primeiramente, eu queria cumprimentar a todos as Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, bem como os

jornalistas, as assessorias técnicas, os representantes de associações, federações. Agradeço especialmente ao Senador Dornelles, o mais jovem Senador da Comissão de Assuntos Econômicos, que, pelo Regimento, presidiu a votação que nos conduziu, ao Senador Lobão Filho e a mim, a Vice-Presidente e Presidente, respectivamente, da Comissão de Assuntos Econômicos, uma das comissões mais importantes não só do Senado, mas do Congresso Nacional. Não tenho dúvida nenhuma de que é um dos principais foros de debates, principalmente voltados para a área econômica, para o futuro do Brasil, evidentemente com reflexos em outros segmentos que, sem dúvida nenhuma, vão garantir o crescimento do País nos próximos anos. Não tenho nenhuma dúvida de que, por aqui passarão projetos fundamentais, associados à reforma tributária, aos *royalties* do petróleo. Por aqui também passarão empréstimos internacionais, porque essa é também uma das atribuições da Comissão de assuntos Econômicos. Por aqui, discutiremos também as questões relativas às agências reguladoras, o debate da política econômica com o Banco Central. Acredito que faremos uma agenda bastante propositiva no sentido de contribuir para que o Brasil se desenvolva, para que o Brasil reúna as condições necessárias para se consolidar como um dos países mais importantes neste concerto de nações.

Aproveito a oportunidade para agradecer o apoio da bancada o PT, a bancada do meu partido que, por unanimidade, indicou meu nome para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos. Agradeço igualmente as Srªs e Srs. Senadores das outras bancadas e espero não decepcioná-los. Vamos ter aqui sempre um diálogo franco, aberto, leal e, acima de tudo, espírito público para discutir os temas que são importantes para o nosso País.

Quero agradecer de coração a confiança, o apoio a esta votação que recebemos por unanimidade de todos aqueles que aqui compareceram para sufragar a nossa chapa.

Mas eu queria apenas passar a palavra ao Senador Lobão Filho, meu grande companheiro que, comigo, conduzirá os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. E quero aproveitar a oportunidade, porque depois nós faremos um intervalo, logo após, de 10 minutos, só para preparar a Mesa, porque nós faremos a sabatina dos dois novos diretores do Banco Central.

Portanto, tem a palavra o Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quero manifestar a honra de poder estar ombreado a V. Exª no comando desta Comissão; agradecer a todos os Srs. e Srªs Senadoras pelo voto de

confiança; agradecer ao meu Líder Renan Calheiros, ao meu Presidente Valdir Raupp, a todos os Membros do PMDB que me indicaram, e registrar a certeza de que darei o máximo de mim para que esta Comissão possa desempenhar o importante e relevante papel que ela tem no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Meu caro Senador Aloysio Nunes.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar e agradecer a Bancada do PT por ter escolhido V. Ex<sup>a</sup> para, como candidato da Bancada, a Presidência desta Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex<sup>a</sup> é um dos Parlamentares que eu mais admiro, conheço sua vida pública, que acompanho há muitos anos; é um homem preparado, correto, de espírito público, fiel ao seu partido, mas nunca perdendo de vista os interesses gerais do povo brasileiro.

Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Quero cumprimentar também o Senador Lobão Filho, que será, em conjunto com V. Ex<sup>a</sup>, responsável pela condução dos nossos trabalhos.

Mas, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer à Comissão que protocolei dois requerimentos, que V. Ex<sup>a</sup> haverá oportunamente de submeter à deliberação da Comissão. O primeiro deles diz respeito à criação de uma subcomissão permanente, que seria encarregada de exercer uma das mais importantes competências do Senado, competência essa que foi atribuída ao Senado por uma emenda constitucional de 2003 e que, ao meu juízo, não foi exercida ainda com a constância e importânciia que deveriam merecer.

Refiro-me à competência do Senado para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional em todos os seus componentes. É uma competência que a Constituição atribui ao Senado e que, no meu entender, merece ser exercida com rigor e com empenho, e não há lugar melhor para que ela possa funcionar senão a nossa Comissão.

O segundo requerimento diz respeito a um tema que já tive a oportunidade de abordar no plenário do Senado, que é o caso do Banco PanAmericano. Eu penso que há de todos nós – aliás, quem acompanha o noticiário a respeito deste assunto tem muito mais interrogações e dúvidas do que certezas sobre o que aconteceu efetivamente, quem são os responsáveis, se teria havido desvio de conduta dos administradores; as autoridades monetárias brasileiras agiram prudentemente no caso; e a responsabilidade da Caixa Econômica, teria feito ela um bom negócio, ou não?

Enfim, para esclarecer essas questões, eu apresentei um requerimento para que nós possamos ouvir as autoridades que estão à frente dessa questão: o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, o ex-Presidente da Caixa Econômica e o Presidente do Fundo Garantidor.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes, pelas palavras e já existem também outros requerimentos apresentados por outros Senadores, que serão, não no dia de hoje, mas nas próximas reuniões, examinados pelo Pleno desta Comissão.

Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Prezado Presidente Delcídio do Amaral, Sr. Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, quero cumprimentar ambos e aqui expressar a minha confiança no sucesso do trabalho de ambos à frente da Comissão de Assuntos Econômicos e expressar a minha vontade de colaborar com V. Ex<sup>a</sup>s. Senador Delcídio do Amaral, saiba que eu, em todos os momentos, membro desta CAE desde o dia em que cheguei no Senado, em 1991, pretendo colaborar em todos os sentidos com os seus maiores propósitos.

Quero também informar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que considero positivas as proposições que V. Ex<sup>a</sup> apresentou em ambos os requerimentos. Pergunto se, por acaso, também sugere no requerimento que seja aqui convidado o Sr. Silvio Santos para trazer a sua contribuição. Não sei se colocou isso no requerimento... Está bem.

Mas eu gostaria de informar, Sr. Presidente, para exame na próxima semana, que apresento, juntamente com todos os quinze Senadores do Partido dos Trabalhadores, uma proposta de audiência pública a ser realizada em duas ou três reuniões, a critério de V. Ex<sup>a</sup>, com o propósito maior de aqui debatermos o objetivo principal do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de erradicar a pobreza absoluta e promover maior igualdade e justiça.

Nesse requerimento, estão propostos convites a inúmeros Ministros, todos relacionados ao tema, bem como alguns dos maiores economistas e especialistas no que diz respeito a esses objetivos, alguns dos quais, inclusive, do exterior.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> distribuísse o conteúdo deste requerimento que entregarei nesta reunião ainda a V. Ex<sup>a</sup>, para que os demais Senadores possam sugerir nomes a acrescentar ou a objetar e que isso possa ser, quando tomada a decisão na próxima reunião, objeto de conhecimento prévio de todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, e o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> já foi, inclusive, apresentado a toda Bancada do Partido dos Trabalhadores. A reunião de hoje é uma reunião de instalação da Comissão e, sem dúvida nenhuma, nós colocaremos em votação esse requerimento importantíssimo, apresentado por V. Ex<sup>a</sup>.

Passo a palavra ao Senador Dornelles, o jovem Senador Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ) – Senador Delcídio, eu quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Lobão pela eleição e dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos, até pelo próprio nome e sua própria meta – e eu estou apresentando requerimento nesse sentido – deveria convidar o Ministro Mantega, responsável pela condução da política econômico-financeira do País, o que vem fazendo com grande competência; convidar para que ele venha a esta Comissão falar sobre a política que ele dirige, sobre as metas da política econômico-financeira do País em 2011.

O requerimento foi encaminhado a V. Ex<sup>a</sup> para apreciação no momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles. Com certeza, será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos e, sem dúvida nenhuma, acho que é uma audiência pública de extrema relevância para esta Comissão e para o País.

Não havendo mais...

Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMELIA** (PP – RS) – Muito obrigada, Senador Delcídio, Senador Lobão, parabéns pela eleição. O resultado não deixa dúvidas a respeito da confiança que todos temos em relação à capacidade de comandar bem uma das Comissões técnicas mais importantes deste Senado.

Eu queria apenas fazer um registro, o de me associar à ideia de criar uma subcomissão para as questões tributárias. O nosso líder Francisco Dornelles é um especialista nessa matéria, certamente sua experiência dará uma valiosa colaboração para isso.

Mas eu queria, particularmente, apresentar minhas preocupações, que imagino sejam também de todo o setor produtivo brasileiro, quanto à possibilidade da volta da CPMF como iniciativa de Governo. Então, eu queria que esse tema fosse introduzido nessa subcomissão, se ela vier a ser criada, como propôs o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

E reforço também os cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, em relação à sua indicação, muito importante, feita pelo Partido dos Trabalhadores, para a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, junto com o Senador Lobão Filho.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

**O SR. JOSÉ AGRIPIINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senadora Vanessa e, depois, Senador José Agripino e Senadora Marinor.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM)

– Sr. Presidente, primeiro, solicitei a palavra apenas para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentar o Senador Lobão Filho e desejar que façam um excelente trabalho. Acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos vai ter uma grande demanda este ano, porque, de acordo com a própria Presidenta da República, a questão tributária é uma das questões prioritárias a serem discutidas em seu Governo, e nós temos tudo a ver com esse tema tributário. E dizer somente, Sr. Presidente – aproveitar aí que todos estão falando –, que participei hoje, pela manhã, da reinstalação de uma Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa. Inclusive, o Senador Armando Monteiro é vice-presidente da frente parlamentar e o presidente dos Senadores junto à Frente Parlamentar. Acho que temos um grande desafio, o desafio de aprovar a legislação, a lei que aumenta o teto das micro e pequenas empresas. Tentamos muito na Legislatura passada, mas, infelizmente, não conseguimos.

Então, quero apenas comunicar que vou entrar com um requerimento para que a gente possa ir em todos os Estados brasileiros para discutirmos essa lei muito importante da micro e pequena empresa, da inclusão dos trabalhadores autônomos no sistema formal da Previdência Social brasileira.

Desejo que V. Ex<sup>a</sup> tenha um excelente trabalho. Conte comigo não só nas horas boas, mas principalmente nas horas difíceis.

Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero passar a palavra ao Senador Agripino e, depois, Senadora Marinor Brito, para que a gente encerre esta reunião de instalação. Também o Senador Casildo Maldaner, para que, depois, encerrando esta reunião, venhamos a iniciar a sabatina dos dois diretores do Banco Central.

Com a palavra o Senador José Agripino Alves.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Sr. Presidente, Agripino Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Agripino Maia. Foi uma falha, Senador. (*Pausa*)

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar, em nome do meu partido, minha confiança na sua gestão. Nós o temos na conta de um homem profundamente equilibrado. E não é uma manifestação que faço agora, é pelo seu pretérito, pela sua atuação parlamentar independentemente presidindo Comissões Parlamentares de Inquérito nervosas, quando o Brasil todo acompanhava sua atuação, atuação que foi aplaudida.

Quero manifestar minha confiança na sua condução como Presidente da comissão mais importante do Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos. E dizer, desde já, que tenho uma preocupação muito forte, Senador Delcídio: este ano vai ser um ano em que as reuniões do Copom vão, por necessidade de combate à inflação, decorrente da gastança do ano passado, determinar seguramente, como vai acontecer semana que entra, aumentos na taxa de juros Selic. A dívida interna do Brasil, na minha opinião, é a grande trava que o Brasil enfrenta. Nós estamos com R\$1,7 trilhão de dívida interna, que nos custa R\$195 bilhões para administrar o ano. Não há país que resista. A dívida externa brasileira está sob controle, as reservas cambiais estão nas alturas, mas a trava do Brasil chama-se dívida interna.

Em cada reunião do Copom que aumente 0,25%, 0,50% na taxa Selic significará de 4 a 8 bilhões a mais de carga sobre o Tesouro. Então, eu gostaria de sugerir na condução de V. Ex<sup>a</sup> – e está prevista a presença mensal ou bimensal do Ministro da Fazenda –, que nós instalássemos, pelo menos ao longo deste ano, o endividômetro, a informação mensal de a quantas anda a dívida interna do Brasil, quanto está nos custando por mês a administração dessa dívida para que possamos acompanhar, na verdade a perspectiva de crescimento da economia no ano e para os anos seguintes. Então, fica aqui o meu cumprimento a V. Ex<sup>a</sup>, a minha manifestação de confiança na independência do seu trabalho e a solicitação de que instalemos o endividômetro, tendo em vista que essa, na minha opinião, é a grande trava que está se impondo à economia do País neste ano e nos próximos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino Maia. Tenho certeza de que a presença de V. Ex<sup>a</sup> também será fundamental para que esta Comissão efetivamente corresponda a todas as expectativas das Sras e dos Srs.

Senadores e do País, em função dos grandes temas que serão aqui debatidos.

Passo a palavra agora à Senadora Marinor Brito, depois para o Senador Casildo Maldaner e, fechando, ao Senador Eduardo Braga.

Registro a presença da Deputada Federal Rebeca Garcia, do PT do Amazonas.

Com a palavra, a Senadora Marinor.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL – PA)** – Também quero cumprimentar o Senador Delcídio, o Senador Lobão pela eleição, desejando a V. Ex<sup>a</sup>s que possam conduzir o trabalho desta que é uma das mais importantes Comissões do Senado Federal com respeito à pluralidade política da representação no Senado Federal. Sempre alerto para isso porque, historicamente, temos tido dificuldades porque somos um partido de minoria; que isso não ocorra aqui.

Digo a V. Ex<sup>a</sup>s que tenho expectativas de que as questões relativas à dívida pública passem a fazer parte da pauta, do debate desta Comissão porque a depender de como será conduzido o pagamento da dívida pública pelo Governo Federal nós poderemos alterar consideravelmente a lógica da política econômica em favor da classe trabalhadora.

Estou solicitando à Comissão que seja ouvida a Ministra Miriam Belchior, que anunciou o corte de 50 bilhões no Orçamento deste ano, a fim de que possamos entender o detalhamento que só tivemos a oportunidade de conhecer pela imprensa. Está se anunciando corte nas emendas parlamentares. V. EX<sup>a</sup>s sabem que os Estados da Amazônia, um dos quais represento, o Estado do Pará, têm nas emendas parlamentares a principal complementação orçamentária para garantir as políticas públicas na nossa região, que historicamente tem sido discriminada na divisão do bolo orçamentário. Eu queria entender, nesta conversa com a Ministra, a questão relativa aos gastos sociais em função dos concursos nas universidades públicas, pela demanda histórica de contratação de novos profissionais para atender aos novos cursos, à demanda que é contínua e que é importante, da classe estudantil brasileira. Também no que diz respeito ao custeio de passagens aéreas, sobretudo. O Governo Lula, de certa forma, contemplou o interesse de uma área que entendo importante, que é o combate ao trabalho escravo – infelizmente, o meu Estado é um dos campeões brasileiros em trabalho escravo. Cerca de 25 mil pessoas ingressam no trabalho escravo anualmente no Brasil.

E eu entendo que o corte das passagens aéreas nessa perspectiva vai trazer limitações para que a fiscalização seja feita, porque é a partir desse recurso designado ao custeio que, minimamente, se tem

conseguido livrar da condição de análogo ao escravo muitos trabalhadores no Brasil.

Então, eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estou encaminhando, ainda hoje, à Comissão o pedido para que a Ministra Miriam Belchior possa vir aqui, diretamente com os Senadores e as Senadoras, esclarecer o detalhamento desse corte orçamentário de R\$50 bilhões.

Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marinor.

A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> será encaminhada ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo agora a palavra ao Senador Casildo Maldaner e, depois, encerrando esta reunião de instalação, ao Senador Eduardo Braga, do Amazonas.

Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC) – Em primeiro lugar, Senador Delcídio do Amaral, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> e também ao Vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

Em que pese V. Ex<sup>a</sup> já ter mais ou menos delineado algumas ações de interesse do Brasil que haverá de encampar nesta Comissão, dá para imaginar o que vem. Embora tenha delineado o que já saiu, o que já sentimos de perto, o que vai ser provocado, os debates, os temas que serão levantados, pela importância desta Comissão.

Apenas de carona, Senador Delcídio do Amaral, ainda ontem... A questão da reforma tributária. Ainda ontem, tive a oportunidade de, mais ou menos, fazer um ensaio também da preocupação que não só em Santa Catarina, mas no Brasil, onde a gente anda, existe isso, o debate da carga, três fatores, que são a carga que nós temos, a quantia de impostos, quer dizer, a relação da carga, da simplificação para poder recolher, e também da distribuição. São temas que vamos abordar, vamos trazer.

Eu levantaria também a tese da transparência fiscal. A transparência, Presidente Delcídio, o contribuinte brasileiro, muitas vezes, recolhe, mas não sabe o que está embutido no produto. Temos, como é nos Estados Unidos, nos países do Mercado Comum Europeu, que, no documento fiscal, colocar o preço do produto, colocar quanto de custos estamos recolhendo que vai para os entes públicos, quer da União, quer dos Estados, quer dos Municípios, até para o contribuinte saber... Quer dizer, o consumidor, acompanhando, vai ser um fiscal melhor desse assunto. Ele sabe quanto está recolhendo, como está participando, e acho que isso vai fazer com que até a cultura de pedir o documento fiscal, para poder encaminhar isso, será muito importante. Então vamos ajudar, acho que isso vai melhorar, para mudarmos o sistema e a cultura do brasileiro.

Mas são alguns temas que, sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup>, o nosso Vice, nós todos teremos nesta grande Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, do Amazonas.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Presidente Delcídio, poderia me inscrever, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Flexa, espero que seja o último inscrito nesta reunião de instalação.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria até fazer um apelo aqui, porque nós temos reunião da Bancada às 11:30 horas, e já são 11:14 horas. Temos dois diretores do Banco Central para sabatinar. Então, se fosse apenas para parabenizar o Presidente e o Vice-Presidente, que começasse a votação dos diretores do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>s a brevidade possível exatamente porque eu respeito muito uma reunião do PMDB. Então, temos que deixar o PMDB bem tranquilo para fazer essa reunião, para que a gente tenha esse apoio incondicional do PMDB.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Senador Delcídio, V. Ex<sup>a</sup> irá participar da reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Não. Só se como convidado de honra, talvez.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> está convidado a participar, ingressando no nosso Partido, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB – AM) – Senador Presidente Delcídio do Amaral, Senador Vice-Presidente Lobão Filho, é apenas para cumprimentá-lo, dizer da nossa confiança na condução da CAE neste biênio, para que possamos enfrentar os desafios que o Brasil precisa enfrentar.

No dia de hoje, inclusive, esta Casa vai se manifestar com relação a um dos fundamentos da política econômica deste País, que é a questão do salário mínimo, que tem impactos nos gastos públicos nacionais e que, obviamente, repercute nas questões da nossa inflação, da expansão da base monetária e do consumo interno neste País, e que se reflete, obviamente, na política de juros altos, na política de câmbio etc.

Esta é, portanto, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, uma Comissão que, neste momento em que o Brasil vive um forte crescimento econômico, tem uma responsabilidade destacada.

Quero, portanto, dizer da nossa confiança na condução dos trabalhos por V. Ex<sup>a</sup> e pelo nosso Vice-Presidente; dizer que o PMDB se sente honrado com a sua simpatia e, quem sabe, com a sua participação na nossa reunião de Bancada logo mais, não apenas como convidado de honra, mas também olhando para uma janela futura, quem sabe, para que possamos fortalecer ainda mais esse relacionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio; Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; só quero, antes de fazer as homenagens a V. Ex<sup>a</sup>s , informar ao Senador Eduardo Braga, que nos honra com a sua chegada ao Senado Federal, que, sobre essa janela a que S. Ex<sup>a</sup> se refere, de abertura, S. Ex<sup>a</sup> está chegando atrasado, porque o PSDB já convidiou o Senador Delcídio há muito tempo para ingressar nas hostes tucanas, até porque ele é originário do PSDB. Ele é originário do PSDB; está emprestado ao PT para melhorar a qualidade do partido. Depois, ele retornará às hostes tucanas.

Então, se eu fosse fazer as homenagens que o Senador Delcídio e o Senador Lobão merecem, por assumirem agora a Presidência e a Vice-Presidência de uma das mais importantes Comissões do Senado Federal, ia passar o resto da manhã e atrapalhar a reunião da Bancada do PMDB, que deve ser para aprovar, para votar a favor dos trabalhadores brasileiros hoje, no Plenário do Senado, colocando o salário mínimo em R\$600,00. Tenho certeza absoluta, Senadores Lobão Filho, Valdir Raupp, Eduardo Braga, de que V. Ex<sup>a</sup>s defenderão, na reunião da Bancada, que o PMDB vote com os trabalhadores, vote com os brasileiros, como sempre fez.

Quero desejar ao Senador Delcídio e ao Senador Lobão, sucesso. A competência e a inteligência de V. Ex<sup>a</sup>s já nos dão a garantia de que esta Comissão terá um desempenho excelente, excepcional, ao longo desses dois anos.

Tive a honra de ter o Senador Lobão Filho como Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que presidi na legislatura passada, e sei da forma determinada, obstinada, competente e inteligente de atuação do Senador Lobão Filho.

Do Senador Delcídio sou suspeito para falar. O Senador tem raízes profundas no meu Estado do Pará. Ele é um grande engenheiro e barragista, iniciou a instalação da hidrelétrica de Tucuruí e é um paraense honorário. Ele não precisa de autorização para entrar

no Estado do Pará, porque lá ele tem tapete amarelo o tempo todo da sua vida.

Então, que Deus abençoe V. Ex<sup>a</sup>. Estaremos juntos. Naquilo que o Senador Flexa Ribeiro puder contribuir para o sucesso da gestão de V. Ex<sup>a</sup>s, podem ficar certos de que estaremos fazendo essa contribuição.

Parabéns aos dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

A Senadora Gleisi quer somente fazer um pequeno aparte.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Eu ia pedir um aparte ao Senador Flexa, mas não cabe, e eu não posso deixar de me manifestar.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Delcídio e o Senador Lobão, mas dizer que a estratégia do PSDB, aliás, como vem acontecendo ultimamente, deu errado, Senador Flexa Ribeiro, porque o Senador Delcídio foi para o PT e constatou que, de fato, estava no ninho errado quando estava no PSDB. Agora, o nosso grande Líder!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – O PT se apaixonou...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Srs. Senadores e Sr<sup>a</sup>s Senadoras, convoco a próxima reunião extraordinária a iniciar-se em cinco minutos, para realizarmos as sabatinas dos Diretores do Banco Central do Brasil.

Para tanto, designo a Senadora Gleisi Hoffman, relatora da Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, d, da Constituição Federal, o nome do Sr. Altamir Lopes, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Também designo o Senador Raupp, Presidente do PMDB, relator da Mensagem do Senado Federal nº 40, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, d, da Constituição Federal, o nome do Sr. Sidnei Corrêa Marques, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Está encerrada a presente reunião e convocada a próxima reunião, a iniciar-se em cinco minutos.

Muito obrigado a todos os Srs. Senadores e Sr<sup>a</sup>s Senadoras.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, antecedendo a sabatina dos Diretores indicados ao Banco Central, nós pudéssemos apro-

var rapidamente os requerimentos que estão sobre a mesa, encaminhados à Secretaria, que é de ofício e é uma questão de minutos. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Flexa, nós temos já um objeto claro e definido, que é a sabatina do Banco Central, e aí nós traremos os requerimentos na reunião da próxima terça-feira.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Mas V. Ex<sup>a</sup> pode incluí-lo extra-pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Não, mas, Senador, vamos cumprir a ordem estabelecida, a agenda que nós ajustamos. Na próxima semana, não só os requerimentos... É que V. Ex<sup>a</sup> não acompanhou, inclusive há sugestões de requerimentos apresentados pela Senadora Marinor, pelo Senador Suplicy, pelo Senador Dornelles, pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Aloysio Nunes, e todos eles concordaram que esses requerimentos sejam levados ao pleno da CAE na próxima semana.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Vou atender V. Ex<sup>a</sup>, até porque é muito convincente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Flexa.

Está encerrada a reunião. Em cinco minutos, começamos a sabatina.

*(Levanta-se a reunião às 11h23min)*

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011, ÀS 11 HORAS E 25 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, em seguida, do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Angela Portela, Marta Suplicy, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rego, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Aloysio Nunes

Ferreira, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, José Agripino e Marinor Brito. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Cyro Miranda e Demóstenes Torres. O Presidente dá início à apreciação das Matérias. Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 39 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do senhor ALTA-MIR LOPEZ, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Altamir Lopes para fazer sua exposição. Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 40 de 2011, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do Senhor SIDNEI CORRÊA MARQUES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Sidnei Corrêa Marques para fazer sua exposição. Após as exposições dos indicados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Roberto Requião, Aloysio Nunes Ferreira, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Inácio Arruda e Marinor Brito. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida a Senadora Marinor Brito e o Senador Inácio Arruda para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Altamir Lopes para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por dezenove votos favoráveis, nenhuma contrário e duas abstenções, e aprova a indicação do Sr. Sidnei Corrêa Marques para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por dezenove votos favoráveis, nenhuma contrário e duas abstenções. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Declaro aberta a segunda reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A pauta:

**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 39 DE 2011**

– Não Terminativa –

**Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do Senhor ALTAMIR LOPES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.**

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann

**Relatório:** A ser apreciado em votação secreta.

Convido aqui à Mesa, e já vou também falar do Item 2, para convidar os dois Diretores do Banco Central.

**ITEM 2****MENSAGEM Nº 40 DE 2011**

– Não Terminativa –

**Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d” da Constituição Federal, o nome do Senhor SIDNEI CORRÊA MARQUES para exercer o cargo de Diretor do banco Central do Brasil.**

**Autoria:** Presidente da República

**Relatoria:** Senador Valdir Raupp

**Relatório:** A ser apreciado em votação secreta.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria os conduza ao plenário da Comissão.

Uma vez presentes o nosso Vice-Presidente Lobo Filho e também os diretores a serem sabatinados, Altamir Lopes e Sidnei Corrêa Marques, concedo a palavra à Relatora do Item 1, Senadora Gleisi Hoffmann, para que proceda à leitura do relatório sobre o indicado.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN (PT – PR)** – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Dr. Altamir Lopes; bom dia, Dr. Sidnei Corrêa.

É um prazer recebê-los aqui nesta Comissão, e queria, antes de proceder ao relatório, agradecer essa designação, Sr. Presidente, para fazer esse relatório. Muito obrigada pela confiança da Presidência, e também dizer que é uma honra muito grande relatar a esta Comissão essa indicação do Dr. Altamir. Eu

não o conhecia pessoalmente, mas o conhecia pelos relatórios didáticos e claros que faz em relação às questões macroeconômicas do nosso País, e queria lhe cumprimentar muito por isso.

Em contato com alguns colegas seus do Banco Central, todos foram unânimes em falar do seu grande espírito público, da sua dedicação à carreira de Estado e principalmente da sua modéstia, mesmo com o currículo que tem.

Passo a ler o Relatório, Sr. Presidente.

*Nos termos do art.84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea “d”, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 40, de 2011 (Mensagem nº 30, de 16 de fevereiro de 2011, na origem) submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sidnei Corrêa Marques, para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.*

*Os referidos dispositivos conferem competência privativa à Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, os diretores do Banco Central do Brasil.*

*Nos termos do disposto no art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha de diretores do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383, do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.*

*De acordo com o Decreto nº 91.961, de 19 de novembro de 1985, “o Banco Central do Brasil será administrado por uma diretoria composta de nove membros, um dos quais será o seu Presidente, todos nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, sendo demissíveis ad nutum”.*

A mencionada norma também determina que compete ao Presidente do Banco Central do Brasil definir as competências e atribuições dos Membros e sua Diretoria.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Altamir Lopes. O Sr. Altamir é natural de Formosa, Goiás, tendo nascido em 11 de setembro de 1952. Graduou-se Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília em 1976 e concluiu o curso de Especialização para Economistas pela Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, em 1979.

O indicado tem larga experiência no Banco Central. De 1998 a 2001 foi membro da equipe brasileira de negociação do Programa de Acordo Financeiro do

Banco do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. De 2005 a 2010 foi membro do Conselho Deliberativo da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus), tendo sido seu Presidente de 2006 a 2010. Desde 2000 é Coordenador Nacional do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul; e desde 2003 é Coordenador Nacional do Padrão Especial de Disseminação de Dados do FMI. Exerce, desde 1995, o cargo de Chefe do Departamento Econômico – unidade responsável pela apuração, acompanhamento, análise e divulgação de várias estatísticas macroeconômicas brasileiras, dentre elas, balanço de pagamentos, dívida externa, reservas internacionais, posição internacional de investimentos, operações de crédito, taxa de juros, agregados monetários, necessidades de financiamento do setor público e endividamento do setor público.

Entre as atuais atribuições do Sr. Altamir Lopes estão os acompanhamentos do setor real da economia brasileira, e de preços e apresentação técnica de conjuntura nas reuniões do Copom.

As funções e atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontram à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o alto nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim, Sr. Presidente, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Altamir Lopes para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, pela objetividade e competência.

Findo a leitura, passo a palavra ao Dr. Altamir Lopes, a fim de que faça uma breve exposição. O Dr. Altamir Lopes é uma figura pouco conhecido do Banco Central. (*Risos.*)

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Exmº Sr. Senador Lobão Filho, Vice-Presidente desta mesma Comissão, Exmª Srª. Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora da mensagem relativa a minha indicação, a quem agradeço pelas gentis palavras ao meu respeito, Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, senhoras e senhores, é uma grande honra comparecer a esta Comissão na qualidade de indicado para Diretoria do Banco Central do Brasil.

Gostaria, em primeiro lugar, de registrar os meus sinceros agradecimentos à Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil

Alexandre Tombini, pela confiança em mim depositada para o desempenho de tão importante missão.

Penso dizer que essa indicação culmina uma trajetória de 34 anos inteiramente dedicados a servir o Estado brasileiro, sempre como servidor do Banco Central do Brasil. Nesses anos, vivenciei diversos períodos de instabilidade econômica e de severas recessões, períodos nos quais as crises externas restringiam o financiamento da economia brasileira, e a escassez de reservas internacionais e de divisas levavam o País a instabilidades cambiais, desequilíbrios de balanço de pagamentos, moratórias e programas de assistência financeira com organismos internacionais.

À época, como Chefe da Divisão de Balanço de Pagamentos, tive a oportunidade de assessorar a equipe brasileira de negociação com credores externos, sentindo de perto a angústia de estar do lado do balcão que cabia aos países sem recursos, trabalhando em busca do melhor acordo possível e de contornar a escassez permanente de divisas.

Nos últimos 16 anos, orgulho-me de, como Chefe do Departamento Econômico do Banco Central, ter participado do processo de superação dessas dificuldades históricas. Vivenciei a construção da estabilidade econômica do País e a conquista paulatina dos sólidos fundamentos macroeconômicos atuais.

Essa experiência me ensinou a importância do Banco Central do Brasil e o papel de relevo que lhe cabe na garantia e defesa da estabilidade econômica, condição indispensável ao crescimento do País.

Tenho, portanto, profundo compromisso pessoal com a defesa dos princípios que norteiam a atuação do Banco Central do Brasil, com a busca permanente do atingimento de suas missões institucionais, de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente, absolutamente convencido de que essas missões são o alicerce para a estabilidade econômico-financeira indispensável ao desenvolvimento sustentável.

Compartilho dos valores organizacionais do Banco Central de atuação ética e transparente, da busca de excelência e de compromisso com a instituição.

Na qualidade de Diretor de Administração, caso esta Casa me honre com sua aprovação, terei o importante desafio de buscar o comprometimento cada vez maior dos servidores do Banco Central, o seu principal ativo, com as missões e os valores institucionais.

É imprescindível buscar, em todas as pessoas que compõem a instituição, sem distinção de atribuições, cargos ou funções, o claro entendimento dessas missões e valores. Vinculado a essa tarefa e não menos importante, é valorizar a integração funcional,

que tantos benefícios traz ao bom desenvolvimento das atividades.

Com um corpo funcional de excelência, cabe à Diretoria Colegiada do Banco Central e, particularmente, a sua Diretoria de Administração e aos departamentos que a integram a tarefa de manter e aprimorar a especialização dos analistas técnicos e procuradores da instituição.

Isso pode ser alcançado com um sistema de planejamento e de gestão eficiente e com a valorização da educação corporativa. Especial ênfase, nesse aspecto, deve ser dada à permanente busca de maior presença internacional do Banco Central, com participação cada vez mais destacada em fóruns internacionais.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil se une ao esforço governamental no uso mais racional de seus recursos. Essa busca incessante pela maior racionalidade na gestão dos recursos inclui o aproveitamento máximo das possibilidades que nos oferece a tecnologia da informação e o conhecimento e a racionalização dos seus processos de trabalho.

Não posso deixar de mencionar os cuidados da instituição com seus servidores aposentados e aposentandos. Nos últimos anos, na qualidade de membro do Conselho Deliberativo da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus), alguns dos quais presidindo aquele Conselho, aprofundei meu respeito e minha consideração por todos aqueles que tanto contribuíram para a construção da respeitabilidade do Banco Central nesses seus 46 anos.

Por fim, minha atuação e minhas responsabilidades como diretor incluirão também a participação nas discussões e decisões da Diretoria do Banco Central do Brasil, cuja atuação se dá de forma colegiada.

Além disso, o conjunto de seus membros, Presidente e Diretores, constitui o Comitê de Política Monetária, todos na condição de membros votantes, Comitê do qual, se me permitem dizer V. Ex<sup>as</sup>s, muito me honra ter participado como membro não votante desde sua criação.

Para desempenhar essa elevada função tenho, como todos os membros da Diretoria Colegiada, o compromisso claro com o combate intransigente à inflação. Esse compromisso se traduz, de forma objetiva, na diretriz de cumprir as metas determinadas ao Banco Central pelo Conselho Monetário Nacional, buscando sempre a convergência da inflação à meta.

Acredito que esse compromisso da autoridade monetária contribuiu de maneira decisiva para o processo de construção da estabilidade macroeconômica atual, processo que se reforçou institucionalmente há mais de uma década com a adoção de um conjunto harmônico de políticas macroeconômicas, compre-

endendo o regime de política monetária baseada em metas para a inflação, política fiscal centrada na obtenção de superávits primários e redução da dívida líquida do setor público como percentual do Produto Interno Bruto e na política de câmbio flutuante. Esse conjunto de políticas e a reação dos agentes econômicos brasileiros provocaram modificações inéditas na estrutura econômica do País.

No setor externo, observou-se alteração estrutural no balanço de pagamentos notadamente nos passivos, em que hoje predominam os investimentos estrangeiros, cuja remuneração tende a acompanhar os ciclos da economia e não mais a dívida externa, cuja remuneração tende a elevar-se em momentos de crise. Nesse mesmo sentido, o País passou de devedor a credor em moeda estrangeira, com importantes transformações na dinâmica da dívida pública, eliminando as crises fiscais que se seguiam às crises externas. O sucesso dessas políticas econômicas, associado à adoção de políticas complementares inovadoras, pode ser comprovado pelo efeito limitado e já inteiramente superado que a crise internacional de 2008-2009 exerceu sobre a economia brasileira.

Espero, pois, contribuir para o fortalecimento do Banco Central do Brasil e para aprofundar o seu reconhecimento interno e internacional, condições necessárias para auxiliar na manutenção e, por que não dizer, permanente consolidação da estabilidade macroeconômica, passo indispensável para a continuidade do crescimento econômico sustentado com estabilidade de preços, aumento de investimentos, do emprego, da renda, redução das desigualdades sociais e eliminação da pobreza.

Agradeço a atenção de V. Ex<sup>as</sup>s e me coloco à disposição para os questionamentos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Altamir Lopes.

Concedo a palavra ao Relator do Item 2, Senador Valdir Raupp, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Sr. Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, senhores indicados para ocupar diretorias do Banco Central, Sr. Altamir Lopes e Sr. Sidnei Corrêa Marques, senhoras e senhores Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 50, inciso III, alínea *d*, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 40, de 2011 (Mensagem nº 30m, de 16 de fevereiro de 2011 na origem), submeteu à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sidnei Corrêa Marques para ser conduzido ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa à Presidente da República para nomear, e, ao Senado Federal, para aprovar, previamente, por voto secreto e após argüição pública, entre outros servidores públicos, os diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre a escolha de diretores do Banco Central. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

De acordo com o Decreto nº 91.961, de 19 de novembro de 1985, “o Banco Central do Brasil será administrado por uma diretoria composta de nove membros, um dos quais será seu presidente, todos nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, sendo demissíveis *ad nutum*”. A mencionada norma também determina que “compete ao Presidente do Banco Central do Brasil definir a competência e as atribuições dos membros de sua diretoria”.

O currículo anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Sidnei Corrêa Marques.

O Sr. Sidnei Corrêa Marques nasceu em 25 de junho de 1953 em Minas Gerais. Graduou-se em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Distrito Federal em 1977, tendo o curso de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Contabilidade, Auditoria e Gestão. Participou, ainda, de diversos seminários internacionais sobre matérias relacionadas com bancos centrais e supervisão bancária.

O indicado é servidor do Banco Central desde 1977, onde ingressou por concurso público na carreira de auditor. Ao longo de sua trajetória naquela instituição exerceu vários cargos, sendo aqueles exercidos nos últimos dez anos descritos a seguir:

– entre 2001 e 2004 foi chefe adjunto do Departamento de Supervisão Indireta do Sistema Financeiro Nacional;

– de 2004 a 2005 foi chefe do Departamento de Capital Estrangeiro e Câmbio, unidade responsável pelo acompanhamento do fluxo de recursos com o exterior, pelo registro do capital estrangeiro no País e do capital brasileiro no exterior e pela fiscalização das operações de câmbio;

– de 2005 a 2006, chefiou o Departamento de Supervisão de Cooperativas de Crédito e de Instituições não Bancárias, unidade responsável pela fiscalização das cooperativas de crédito e instituições financeiras não bancárias, tais como as corretoras e distribuidor-

ras de títulos e valores mobiliários, as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, associedades de arrendamento mercantil, as sociedades de poupança e empréstimo, as administradoras de consórcios, as agências de fomento e as sociedades de crédito ao microempreendedor;

– entre 2006 e 2009, foi consultor da Diretoria de Fiscalização do Banco Central do Brasil, com atribuições relacionadas com a interação da área de fiscalização com entidades de supervisão bancária no exterior e com o funcionamento da fiscalização do sistema financeiro;

– desde 2009, é o chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão de Informação, órgão responsável pelo acompanhamento da estabilidade do sistema financeiro nacional.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão revelam o nível da qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, a Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Sidnei Corrêa Marques para ser conduzido ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT –MS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Finda a leitura do relator, Senador Valdir Raupp, passo a palavra ao Sr. Sidnei Corrêa marques, para que faça uma breve exposição.

**O SR. SIDNEI CORRÊA MARQUES** – Exmº Sr. Residente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Exmº Sr. Senador Lobão Filho, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, Exmºs Srs. Senadores, Exmºs Srºs Senadoras, demais presentes, é para mim uma grande honra comparecer a esta Comissão para argüição pública prevista na Constituição Federal na expectativa de, se aprovado pelo Senado, poder prestar serviço ao nosso País como diretor do Banco Central do Brasil.

Gostaria, inicialmente, de expressar meus sinceros e profundos agradecimentos à Presidenta Dilma Rousseff pela confiança depositada ao indicar meu nome à apreciação desta Casa, bem como ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pelo convite que me foi feito.

O exercício desse relevante cargo representa para mim o coroamento da carreira de um servidor que fez do serviço público e, mais especificamente, do Banco Central do Brasil sua opção de vida profissional,

A possibilidade de compor a sua diretoria colegiada, além de corresponder a uma aspiração pessoal, representa o reconhecimento da qualidade técnica e profissional do corpo funcional da autarquia.

Ao ingressar no Banco Central, eu tinha a convicção de estar entrando não só em uma organização pública da mais alta relevância para o Estado brasileiro, mas também em uma instituição que prima pela excelência técnica, pela ética de seus servidores, pela transparência e pelo compromisso com o País.

Posso assegurar a V. Ex<sup>as</sup>s que esse sentimento de há 33 anos, quando ingressei na autarquia, se transmutou em convicção com a qual recebi e aceitei este honroso convite.

Antes de discorrer acerca do desafio que espero me concedam abraçar, rogo permissão para me apresentar aos eminentes membros desta Comissão.

Desempenhei, como mencionado pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Relator, funções gerenciais em todos os níveis do Banco Central e coordenei equipes as mais variadas na execução de atividades e projetos relacionados ao monitoramento do Sistema Financeiro, à supervisão das entidades reguladas e ao acompanhamento do fluxo de recursos do País com o exterior.

Nessa trajetória, tive também o privilégio de acumular experiências internacionais ao representar o Banco Central e o nosso País junto a várias entidades e grupos de trabalho internacionais.

É essa experiência acumulada ao longo dos anos que desejo continuar colocando à disposição do Banco Central, desta feita como membro da diretoria colegiada, a fim de contribuir para a consecução da missão da instituição, qual seja assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda implica dedicar constante atenção ao combate à inflação, fenômeno este nocivo e injusto que ameaça soerguer-se sempre que a vigilância é amainada. Nocivo na medida em que solapa o crescimento sustentável do País e ameaça as gerações futuras e injusto por atingir de maneira desigual a população com efeitos mais danosos às camadas sociais de menor renda.

Apesar de depender da situação sincronizada e harmônica de todo o Governo Federal, parte significativa do combate à inflação se dá por meio de instrumentos sob a gestão do Banco Central.

Estou consciente do papel da diretoria colegiada na definição do apropriado uso desses instrumentos e, tal qual meus pares, serei sempre guiado pelo objetivo de assegurar o cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Outro pilar fundamental da atuação do Banco Central está relacionado à manutenção de um sistema financeiro sólido e eficiente.

Neste sentido, a atuação dessa autarquia tem sido pautada pelo estabelecimento de um arcabouço prudencial e de uma estrutura organizacional que visam a manter, de forma contínua e efetiva, o desempenho das funções do Sistema Financeiro, quais sejam: alocar recursos, mitigar riscos, prestar serviços de qualidade à população, entre outros.

A regulação criteriosa e a supervisão efetiva do Sistema Financeiro foram fatores primordiais para que o Brasil superasse a recente crise financeira internacional sem as marcantes sequelas vivenciadas por outros países e sem imputar perdas significativas para a economia brasileira e para a sociedade brasileira.

Neste sentido, assumo o firme compromisso de, na qualidade de diretor, continuar propugnando pela evolução constante do arcabouço prudencial no Brasil.

Não se pode perder de vista que o preço da solidez do Sistema Financeiro reside na atuação contínua e determinada do Banco Central. Citando o Presidente Alexandre Tombini, em seu discurso proferido nesta Comissão em dezembro último, o Banco Central não hesita em adotar medidas corretivas ou punitivas de forma tempestiva sempre que necessário. Assim, quando necessário for, utilizarei os instrumentos à disposição do Banco Central para a reestruturação e o reordenamento das entidades reguladas visando à manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro.

Atuar de modo diverso seria permitir o recrudescimento de situações que poderiam resultar em externalidades negativas ao próprio Sistema e à economia real. É fato que os efeitos relativamente brandos da recente crise financeira internacional na economia brasileira decorreram, entre outros fatores, do acerto na condução das políticas monetária, creditícia, cambial e de regulação previdencial no Brasil. Não obstante os acontecimentos no exterior nos deixaram valiosas lições, o arcabouço normativo e legal do sistema financeiro em momentos de crise se mostrou insuficiente em vários países, especialmente quanto à previsão da adoção de instrumentos emergenciais em curto prazo.

Como membro da diretoria colegiada terei o firme compromisso de atuar para que sejam levadas a bom termo as iniciativas de uma organização da lei de resolução bancária e dos demais instrumentos preventivos, coercitivos e punitivos ora em andamento no Banco Central, com vista a tornar o sistema financeiro nacional ainda mais rígido.

Por fim, não se pode conceber um sistema financeiro eficiente que não seja inclusivo. Nesse sentido,

gostaria de externar o meu alinhamento e apoio ao objetivo estratégico do Banco Central de promover a inclusão financeira da população financeira, bem como a sua educação financeira.

Tenho convicção de que o acesso franco e adequado ao serviço financeiro é parte fundamental da construção da cidadania que não pode ser negada a qualquer estrato da população brasileira. Caso V.Ex<sup>as</sup>s me concedam a honrosa missão de integrar a diretoria do BC reitero o meu compromisso em desempenhar as atribuições atinentes ao cargo com a máxima dedicação, determinação e competência, respeitando a legislação e imbuído de elevado espírito público.

Com essas palavras agradeço a atenção de V.Ex<sup>as</sup>s e me coloco à inteira disposição para atender aos questionamentos.

Muito obrigado Sr. Presidente e demais Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – Obrigado Dr. Sidnei Corrêa Marques.

Senador Raupp

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB-RO) – Queria, Sr. Presidente, verificar a possibilidade de iniciar a votação, tendo em vista que são profissionais conhecidos do Sistema Financeiro do Banco Central e que o currículo já ficou à disposição de todos os senhores para ser apreciado e já com os relatórios e as falas dos diretores poderemos iniciar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – Com a palavra a Senadora Marinor Briato.

**A SRA MARINOR BRITO** (PSOL-PA) – Tenho duas perguntas e gostaria de me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – V. Ex<sup>a</sup> quer se inscrever?

**A SRA MARINOR BRITO** (PSOL-PA) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB-MA) – Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do nobíssimo Deputado Albano Franco presente na nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB-SP) – Sr. Presidente, não percebi se V. Ex<sup>a</sup> deferiu ou não o requerimento do Senador Valdir Raupp.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – Senador Aloysio, eu evidentemente vou levar à apreciação dos Srs. Senadores.

Gostaria de registrar o seguinte. Nós temos aqui vários Senadores, porque infelizmente, hoje, em função da definição das Comissões, várias Comissões estão sendo instaladas, há, inclusive, reuniões partidárias marcadas para hoje. Então, no meu ponto de

vista acho bastante pertinente a sugestão do Senador Raupp até porque são dois funcionários de carreira do Banco Central, pessoas absolutamente conhecidas, bons técnicos. Evidentemente já há uma lista de inscrição e se o plenário assim o entender, em função inclusive de outras atividades dos Senadores, eu gostaria de ao abri os debates, embora não seja um procedimento normal, abrir também as votações porque, do contrário, vamos ter dificuldade de quórum e é muito importante a votação, hoje, dos diretores do Banco Central, porque na próxima semana teremos reuniões do COPOM. Portanto, a diretoria do Banco Central tem que estar estabelecida, porque se trata de uma reunião importante. V. Ex<sup>a</sup> inclusive e outros Senadores falarão sobre essa questão antes do início desta reunião.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB-SP) – Sr. Presidente, gostaria de manifestar o meu inconformismo com esse procedimento, porque por mais importante que sejam as atividades de todos nós – reuniões de bancada, reuniões de outras comissões – considero de extrema relevância, como todos nós aliás, a sabatina que vamos proceder.

Eu me sentiria muito incomodado em proferir o meu voto sem ouvir respostas às indagações dos senhores que aqui se apresentam como indicados pelo Senhor Presidente da República, porque seria como se desse um cheque em branco. Embora eu conheça a biografia dos dois e saiba que são excelentes servidores públicos, eu creio que não haveria prejuízo – pelo contrário, seria até uma homenagem a eles – se a votação ocorresse depois da arguição, depois da sabatina pela CAE.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB-MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, já que vai ser colocado à apreciação do Plenário se se inicia ou não a votação dos indicados, que pudesse também ser deliberada pelo Plenário a possibilidade da resposta em bloco dos respectivos indicados, visando dar maior agilidade e presteza no tempo em relação às indagações dos Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT-MS) – Senador Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB-PR) – Na mesma linha da observação do Senador de São Paulo, eu acredito que nós não devemos abrir mão da sabatina, antecipando a votação. De certa forma, isso desmerece o trabalho das comissões do Senado. E, nesse sentido, eu estou encaminhando à Mesa do Senado uma modificação no Regimento Interno, estabelecendo

prazos, inclusive, para publicação dos relatórios, para participação popular, por meio da Internet, nos questionamentos. E chamo a atenção da Mesa para o fato de que, nos Estados Unidos, por exemplo, uma escolha como essa ou de um ministro de um tribunal superior importa seis meses de debate, sendo que instituições civis privadas utilizam até espaços de comerciais na televisão para colocarem suas denúncias ou fazerem suas apreciações positivas.

Nós não podemos, com essa ligeireza, aprovar representantes do Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Gleisi.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Sr. Presidente, apesar de saber da preocupação do Senador Requião e também do Senador Aloysio, considero que temos esclarecimentos profundos sobre os currículos e sobre a vida dessas duas pessoas que estão sendo indicadas para a diretoria do Banco Central. São pessoas com grande prestação de serviço público há muito tempo na instituição e não requerem aqui grande tempo para explicar essa sua trajetória.

Não vejo nenhum desmerecimento, Senador Requião, em relação a essa situação, até porque aqui nós temos que ter o objetivo de discutir o conteúdo da política econômica e macroeconômica do País, o que nós teremos muita oportunidade de fazer durante todo o ano, durante os dois anos em que estaremos nesta Comissão, indicados que somos pelos nossos partidos.

Então, gostaria de encaminhar à Mesa para que pudéssemos agilizar, tendo em vista que temos que aprovar em Plenário ainda, e hoje temos uma votação muito importante, que é a votação do projeto de lei sobre definição do salário mínimo.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Senador Delcídio, pela ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Marinor.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Com todo o respeito à Senadora Gleisi, eu queria discordar do encaminhamento, porque eu não fiquei contemplada, por exemplo, nas perguntas que eu quero fazer, nem pelos relatórios feitos, nem pela exposição. Então, com todo o respeito à trajetória que têm como servidores públicos, eu queria garantir o meu direito, como integrante desta Comissão, de participar em condições plenas do processo de sabatina.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Como fui autor da proposta, eu acho que ela é bem democrática, porque aqueles que ainda têm dúvida vão ficar aqui

até o final, fazendo os seus questionamentos. Aquelas que já não têm mais dúvida, que conhecem os indicados, podem votar e sair para outras atividades. A reunião continua normalmente, e todos aqueles que têm dúvida ainda poderão se manifestar, e já estão inscritos para isso. E só vão votar depois das respostas dos indicados.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA. *Fora do microfone.*) – Foi dessa forma que os empréstimos da dívida pública foram feitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (PT – RJ) – Senador Delcídio, acho que essa não é uma questão de governo ou oposição. Eu acho que o procedimento do Senador Lobão vai dar celeridade, mas temo, de fato, Senadora Gleisi – e com o maior respeito às opiniões do Senador Valdir Raupp -, que tenhamos uma prática de esvaziar as sabatinas desta Casa.

Sinceramente, acho que seria importante que as perguntas sejam feitas em bloco, porque darão celeridade ao processo. Então, faço um apelo. É claro que todos estamos em dia de votação do salário mínimo, mas acho que, como prática de funcionamento desta Casa, já houve uma exceção na Comissão de Constituição e Justiça na votação do Ministro do Supremo, Ministro Fux, não deve virar uma prática usual essa. Quero que os senhores membros indicados do Banco Central entendam, mas na verdade o encaminhamento de fazer perguntas em bloco pode dar celeridade ao processo e não esvaziar a sabatina, que é um instrumento importante desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Faço uma proposta a V. Ex<sup>as</sup>s até para atender não somente essas questões da agendas de muitos Senadores, porque infelizmente hoje tivemos uma coincidência de instalação de comissões – o próprio Senador Luiz Henrique acabou de chegar aqui justificando que estava atendendo a outras frentes de comissões das quais é titular. Houve também comentários pertinentes aqui apresentados pelo Senador Aloysio Nunes, Senador Requião, pela Senadora Marinor e pelo Senador Lindbergh nesse sentido. Então, proponho a V. Ex<sup>as</sup>s, até para que possamos atender às duas ponderações que aqui foram feitas, todas elas pertinentes em função do momento, e em função da importância das sabatinas nas comissões do Senado – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, Senador Requião, temos que resgatar o papel das sabatinas, inegavelmente, até para valorizar o papel das comissões – proponho o seguinte. São onze Senadores inscritos. Cada Senador teria três minutos para fazer suas perguntas. Faríamos perguntas em bloco, como foi proposto pelo Senador Lobão Filho. Quatro

Senadores falando três minutos cada um, e os sabatinados respondem também com três minutos cada um. Com isso, encerráramos os onze inscritos e faríamos a votação. Apenas pediria às bancadas e aos líderes que mobilizem seus Senadores e suas Senadoras para que tenhamos os números de votos necessários para inclusive encaminhar na tarde de hoje, Senadores, a votação em plenário dos dois sabatinados, dos dois prováveis futuros diretores do Banco Central.

Então, eu vou abrir agora com o primeiro inscrito, Senador Francisco Dornelles. Senador, com a objetividade de V. Ex<sup>a</sup>, três minutos.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ)** – Srs. Altamir Lopes e Sidnei Marques, quero colocar as seguintes questões: o País conhece um pressão inflacionária motivada pelo aumento do preço das *commodities* de alimentos. Toda vez que existe uma pressão inflacionária no Brasil, existe quase um movimento de histeria, querendo aumentar a taxa Selic. Então, primeira pergunta: qual é o peso da taxa Selic no preço das *commodities* e no preço dos alimentos? Segunda pergunta: as operações de crédito do BNDES são remuneradas com a TJLP, a da Caixa Econômica, no imobiliário, com a TR, principalmente com recursos da caderneta de poupança. O crédito rural é pré-fixado. A taxa de juros do mercado livre é superior a 30% para as pessoas jurídicas e superior a 40% para pessoas físicas. Cada ponto da Selic implica uma despesa para o Tesouro de dez bilhões de reais aproximadamente, oito a dez bilhões aproximadamente. Qual a influência da taxa Selic nas taxas de crédito direcionado no mercado livre? A terceira questão é a seguinte: o superávit primário de 2% ou 3% é totalmente anulado por uma despesa de juros de 5% do PIB. Geralmente, é a taxa de juros que tem promovido um déficit nominal. Por que o foco do Banco Central tem se voltado para o superávit, para os resultados primários e não para os resultados nominais? A quarta pergunta é a seguinte: O Banco Central, a meu ver de forma correta, aumentou os depósitos compulsórios dos bancos em vez de recorrer ao aumento da taxa Selic. Qual é a opção do Banco Central em recorrer à Selic ou recorrer os empréstimos compulsórios?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)** – Obrigado ao Senador Dornelles. Passarei a palavra, agora, ao Senador José Agripino, para que faça as suas indagações, pedindo ao Senador... Ele saiu.

Então, Senador Eduardo Braga. Também saiu.

Senador Requião, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que, se possível, pudesse direcionar suas indagações respectivamente a cada indicado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR)** – Tentando acompanhar as indagações do Senador Dornelles numa forma menos técnica, eu querida conhecer as considerações dos dois indicados a Diretores do Banco Central sobre o que, a meu ver, parece um paradoxo.

Se nós queremos enxugar a liquidez que vem provocando o processo inflacionário – não é só a liquidez que provoca, mas também a falta de infraestrutura pública e privada, é uma demanda não respondida do setor produtivo – por que, em vez de aumentar a taxa Selic que aumenta, por via de consequência, o lucro dos bancos e o endividamento da União, nós não aumentamos simplesmente o depósito dos compulsórios? Por que, em vez de recomendar contenções na política salarial, inclusive no salário mínimo, nós não pomos um freio de arrumação na velocidade dos empréstimos compulsórios, que se, pelo seu volume, não preocupam a situação econômica, pela velocidade com que ocorrem, estão decididamente provocando um surto inflacionário? Por que nós não reduzimos impostos, controlamos o dólar e praticamos uma política de taxação das importações de bens de consumo, salários e bens supérfluos, notadamente do Japão, da China e dos Estados Unidos? Por que nós fazemos uma política monetarista que favorece, de forma flagrante, os rentistas e que não é, a meu ver, a mais indicada para o combate ao processo inflacionário, mas é sim indicada como uma sinalização da continuação de uma política conservadora no Banco Central?

Queria considerações sobre essas hipóteses.

**O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)** – Senador Requião, obrigado.

Passo a palavra ao Senador Aloysio.

Pois não, retornando a palavra ao Senador Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR)** – Ao contrário da Senadora Gleisi, eu não me sinto tão à vontade assim na Comissão, porque não conheço pessoalmente, não conheço sequer o currículo dos dois indicados. Recebi esses currículos na frente da minha bancada cinco minutos atrás.

Então, eu acho que nós temos que aprofundar essa discussão também.

**O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)** – Concedo a palavra ao Senador Dornelles, pela ordem.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ)** – V. Ex<sup>a</sup> vai fazer essa análise às respostas dos diretores a cada três indagações?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR)** – A cada quatro.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ)** – A cada quatro. Obrigado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR)** – Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, ilustres indicados para a Diretoria do Banco Central, algumas indagações, em primeiro lugar, dirigidas a Altamir Lopes, que dizem respeito as nossas reservas. As reservas internacionais do Brasil saltaram de US\$180 bilhões em dezembro de 2007 para US\$288 bilhões em 2010 – uma elevação de 60%. Qual é o custo fiscal dessas reservas? Como se calcula esse custo? Qual é a repercussão desse custo, especialmente sobre os dispêndios em juros do Governo Federal? Como esse custo é coberto pelo Tesouro? Para neutralizar a entrada de dólares, de divisas, o Banco Central realiza as chamadas “operações compromissadas”. No que consistem exatamente essas operações? E qual é o seu percentual hoje sobre o PIB?

Para o Sr. Corrêa Marques, indagações sobre as ações de fiscalização do Banco Central. E o primeiro objeto da minha indagação é a atuação do Banco Central no caso PanAmericano, que é, provavelmente, uma operação de resgate, na minha opinião, ruinosa, em que os seus controladores não perderam um único centavo dos quatro bilhões de prejuízo que causaram ao fundo garantidor. A crônica dessa operação ainda está para ser escrita.

Mas eu perguntaria ao senhor Corrêa Marques, por que o Banco Central, mesmo preservando o necessário sigilo sobre as informações, não foi mais cauteloso ao aprovar uma operação que, segundo a imprensa, gerou um prejuízo de mais de trezentos milhões aos cofres da Caixa Econômica Federal? É esse, realmente, o volume do prejuízo, ou há mais?

Finalmente, a respeito da fiscalização do Banco Central sobre o BNDS. Essa fiscalização atenderia os princípios de Basileia? O senhor considera prudente que o controle da exposição do crédito de um banco aos principais clientes seja feito por CNPJ ou por empresa, ao invés de considerar todo o grupo econômico?

É correto que uma empresa, por exemplo a Petrobras, e um banco, o BNDS, recebam um tratamento que não se aplica ao conjunto do sistema financeiro?

São essas as minhas indagações.

**O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA)** – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias, para que possa fazer também as suas indagações.

**O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ)** – Vou fazer uma pergunta a cada um dos indicados.

Quero começar com o Dr. Altamir Lopes.

O senhor foi Chefe do Departamento Econômico do Banco Central desde 1995. Eu quero me ater a essa crise econômica que vivenciamos em 2008/2009. Nós temos dados de outubro de 2008 que mostravam a redução da criação de postos de trabalho. Em outubro de 2007 criamos 205 mil vagas; em outubro de 2008, criamos 61 mil vagas; em novembro de 2007, foram 124 mil vagas; em novembro de 2008, redução de 40 mil vagas.

A Ata da reunião do Copom do final de outubro... Vale dizer que, no início de outubro, o Governo do Presidente Lula já reduziu o superávit primário. No entanto, a Ata de final de outubro de 2008 diz: *“as evidências sugerem que, embora o investimento venha a contribuir de maneira importante para suavizar a tendência de elevação de taxas de utilização da capacidade, a maturação de projetos não tem, até o momento, sido suficientes para circunscrever de forma significativas os descompassos entre a evolução da oferta e a demanda doméstica.”*

E continua:

*“Nesse contexto, a redução pronta e consistente do descompasso entre o crescimento de ofertas de bens e serviços e o da demanda continua central na avaliação das diferentes possibilidades que se apresentam para a política monetária.”*

O Copom considera, também, que a persistência do descompasso importante entre o ritmo de expansão da demanda e da oferta agregadas continua apresentando riscos para a demanda inflacionária.”

Em novembro, o Governo federal faz mudanças na alíquota do Imposto de Renda, desonerando em oito bilhões. No início de dezembro, o Governo federal, do Presidente Lula, que foram medidas anticíclicas corretíssimas; reduziu o IPI da linha branca, automóveis, alguns itens da construção civil. O Presidente foi à televisão fazer pronunciamentos incentivando o consumo. Aí, nós temos uma nova reunião do Copom, em dezembro de 2008, e a Ata da reunião do Copom diz:

*“Ainda que não de forma generalizada, as evidências disponíveis até o momento sugerem que estaria em curso um processo de redução de descompasso entre a evolução da oferta e da demanda doméstica. Nessas circunstâncias, a política monetária deve manter política cautelosa.”*

Eu pergunto ao senhor: quem errou, o Banco Central ou o Presidente Lula, que tomou várias medidas, volto a dizer, desoneração do IPI; mudança da alíquota do Imposto de Renda, para fazer a economia crescer? Esse é um ponto que não acho secundário. Nós estamos falando aqui do auge da crise econômica que nós enfrentamos, em que a gente precisa ter uma

postura muito clara do Banco Central. Então, a minha pergunta para o Dr. Altamir é essa.

Ao Dr. Sidnei, o Ministro Dornelles falou aqui concretamente – e a gente sabe que há vários tipos de inflação – fez uma pergunta que é muito importante a essa primeira: se elevar a taxa de juros num quadro de aumento da pressão, principalmente pela elevação dos preços das *commodities*, qual impacto teria a elevação dessa taxa de juros?

Mas a pergunta que faço ao senhor é a seguinte: Eu queria que o senhor passasse aqui primeiro, nesse quadro que estamos enfrentando, o que é que a inflação, pela elevação dos preços das *commodities*, o que é que a inflação, por pressão da demanda, pois é preciso a gente ter ciência desse quadro que está levando ao aumento dessa pressão inflacionária, então pergunto: quais os instrumentos, além de aumentar a Taxa Selic, que podem ser utilizados para combater a inflação? E dou um exemplo: reduzir a CIDE, quando o preço internacional do petróleo sobe. Aliás, como o Governo fez no último episódio da alta do barril do petróleo. Ou, por exemplo, ampliar o crédito para a agricultura, para aumentar a oferta de alimentos em caso de desequilíbrio com a demanda. Enfim, o que deve ser aperfeiçoado no regime de metas de inflação em termos de criação de novos instrumentos anti-inflacionários, para não sobrecarregar a taxa de juros.

Em uma situação hipotética, digamos que o preço dos alimentos – falo em situação hipotética, porque não é a alta de preço dos alimentos – num momento tal esteja pressionando a inflação, o senhor não avalia que o Banco Central deveria conversar com o Ministério da Agricultura e da Fazenda antes de elevar a taxa de juros? Pode ser que o Ministro da Agricultura diga que é uma pressão passageira.

Então, quais outros instrumentos que poderíamos utilizar no combate à inflação?

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – A Presidência agradece as indagações do Senador Lindbergh Farias e passa, neste momento, a palavra aos ilustríssimos Srs. Altamir Lopes e Sidnei Correa Marques, para que possam dar as devidas explicações aos Senadores presentes.

**O SR. SIDNEI CORREA MARQUES** – Muito obrigado a V. Ex<sup>as</sup> pelas perguntas, pelos questionamentos.

Respondendo, primeiramente, ao Senador Francisco Dornelles, ele me questiona a respeito da inflação de alimentos, e o peso da Selic no que diz respeito a *commodities*.

Sobre essa primeira pergunta, eu diria o seguinte: nós temos de fato, Senador, vivenciado uma pressão expressiva relacionada a alimentos, e eu diria que ela

se estende um pouco mais a *commodities* de uma maneira geral. Nós temos de fato pressões expressivas seja por força de frustrações de safras, em função da mudança no regime de chuva; nós temos secas em algumas localidades – e não me refiro apenas ao Brasil, isso não está circunscrito ao nosso País. Então temos secas em algumas regiões, excesso de chuvas em outras regiões, e tudo isso, evidentemente, traz pressões fortíssimas relacionadas a safras agrícolas. Temos estoques relativamente baixos e tudo isso tem feito com que os preços das *commodities* alimentícias, principalmente aquelas que compõem a cesta brasileira de consumo, se elevem de maneira substancial.

Essas pressões evidentemente estão associadas a outras pressões de natureza sazonal, pois nós temos, a cada início de ano, pressões conhecidas, relacionadas, por exemplo, a hortifrutigranjeiros. Nós temos uma pressão muito conhecida, também, relacionada às mensalidades escolares, que se dá sempre no mês de fevereiro; nós tivemos também, neste início de ano, uma pressão expressiva, relacionada à elevação de preços administrados, os transportes se elevaram sobremaneira... Tudo isso evidentemente leva à necessidade de correções. Por quê? Porque, além dessas pressões que em tese não estariam sob o efeito de uma política monetária mais ativa, nós temos também algum descompasso entre oferta e demanda, e essa sim sujeita à atuação da política monetária mais diretamente.

É de se observar que, por exemplo, os preços dos serviços rondam hoje um patamar superior a 7% em termos acumulados em 12 meses. Esse é o grande foco, quer dizer, essas elevações de preços estão vinculadas, estão estreitamente relacionadas ao descompasso entre oferta e demanda. Essa é a minha visão.

Relativamente à questão das operações do BNDES, a influência...

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ) – V. Ex<sup>a</sup>, por favor, nos diga qual é a influência da Selic no preço das *commodities*, no preço de alimentos.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Na verdade, não temos como calcular diretamente a influência da taxa Selic sobre o preço das *commodities*, esse é um cálculo que...

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ) – E por que aumenta?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Em relação?

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ) – Ao preço das *commodities*. Por que aumenta a Selic?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Quando se tem uma elevação da taxa Selic, evidentemente que isso pode ter algumas consequências, mas preço de *commodities*, hoje, tem, basicamente, esta composição: são as

questões climáticas relacionadas, uma demanda mundial absolutamente crescente e, em função, também, de um excesso de liquidez e da falta de oportunidade de investimento, especulações também nesse mercado. É um mercado em que se especula muito. Então, eu diria que essas elevações de preço de *commodities*, elas não estão diretamente vinculadas à elevação da taxa Selic. É muito mais por força de oscilações climáticas e também de especulações nesse mercado. É um mercado que sofre, de fato, de especulações expressivas. Quando não se tem a possibilidade de aplicações em outros mercados, vai-se para mercados reais, setor real, principalmente *commodities*.

Evidentemente que...

**O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ)** –

Segundo V. Ex<sup>a</sup>, no preço das *commodities* e dos alimentos, a Selic não tem sobre eles qualquer influência. E por que se aumenta a Selic?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Na verdade, aumenta-

se a Selic porque temos outros componentes na formação de preços. Esse aumento de Selic vem para corrigir distorções em outros componentes. Eu diria o seguinte: se temos um excesso de demanda na economia, a elevação da taxa Selic é fundamental nesse ponto; é fundamental para corrigir essas distorções. Ela vem no sentido de corrigir excessos de demanda, por exemplo, no que diz respeito a serviços, setor de serviços e de outros bens não exatamente relacionados a *commodities*. Então, só para concluir esse ponto, *commodities* tem uma participação expressiva, tem uma participação importante na formação dos preços, na cesta de consumo do brasileiro, mas essas elevações de preços de *commodities* estão muito bem delineadas. A meu ver, estão muito bem delineadas. Elas se referem a questões climáticas, meteorológicas, e fundamentalmente a essa questão mais especulativa, e de um excesso de demanda no resto do mundo. Quer dizer, nós temos os países em desenvolvimento, todos consumindo *commodities* de uma forma bastante forte, pressionando estoques e pressionando preço. Esse é um ponto que entendo fundamental.

Em relação aos empréstimos ao BNDES, à influência da Selic no crédito livre, eu diria o seguinte: nós temos, de fato, no que diz respeito à dívida líquida, uma participação expressiva da taxa Selic. Como V. Ex<sup>a</sup> bem conhece, e é profundo conhecedor da matéria, a dívida líquida tem participação superior a 60%. Mas como o próprio termo diz, trata-se da dívida líquida. Temos outros fatores que contribuem também para o comportamento desse endividamento líquido. Um deles, sem dúvida, é a taxa Selic. O outro é a taxa de juros pré-fixada, que carrega, ao longo do tempo, taxas mais elevadas praticadas anteriormente. Temos o câmbio,

por quê? Por força da consolidação dos fundamentos macroeconômicos brasileiros, o Brasil passou de devedor a credor – somos credores externos líquidos – isso também traz oscilações no comportamento da dívida líquida. A dívida líquida tem uma participação expressiva de créditos vinculados ao câmbio. Empréstimos ao BNDES que V. Ex<sup>a</sup> citou, que são remunerados pela TJLP, também tem uma participação expressiva no endividamento líquido. Quer dizer, o endividamento líquido e por força de consequência a carga de juros que se tem hoje, que é da ordem de 5%, responde a esses indicadores, ou seja, TJLP, dívida pré-fixada, Selic, câmbio, índices de preços... Só para rememorar, os índices de preço têm uma participação na dívida líquida da ordem de 30%. Nesse último ano, por exemplo, com essa variação mais expressiva, quer o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, quer os índices mais gerais, isso causou um impacto substancial na dívida líquida e, por conseguinte, nos juros.

Só para se ter uma dimensão do que estou mencionando aqui, uma variação de 1 ponto de percentagem na Selic que perdure por um ano tem um impacto de 0,29 ponto de percentagem do PIB na carga de juros. Não é, portanto, desprezível. Isso corresponde em termos nominais a R\$10 bilhões.

A cada ponto percentual de variação na dívida líquida em qualquer dos sentidos, diga-se de passagem, isso é simétrico, tanto uma elevação quanto uma redução, vai causar um impacto em mesmo sentido de 0,29 ponto de percentagem na carga de juros. Ou seja, traduzindo isso em reais, tem um impacto de R\$10 bilhões.

É de se mencionar que, por exemplo, uma variação de 1% na taxa de câmbio em qualquer dos sentidos traz um sentido oposto sobre a carga de juros. Por quê? Porque nós somos credores líquidos em relação ao câmbio. Então, uma variação de 1% na taxa de câmbio causa de imediato – e isso não é durante doze meses, porque essa variação no câmbio é apropriada prontamente – traz uma variação na carga de juros de 0,11 ponto de percentagem do PIB, ou seja, cerca quatro bilhões em sentido contrário. Ou seja, se eu deprecio o câmbio em 1%, eu tenho uma redução na carga de juros de R\$4 bilhões prontamente. Isso também se dá em relação a preços e a todos os demais componentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Dr. Altamir?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não obstante a flexibilização desta Presidência em relação ao tempo das perguntas, já foi deliberado aqui que seria dado três minutos a cada Senador para a

pergunta e três minutos para a resposta. Eu pediria a V. S<sup>as</sup>s que pudessem ser o mais objetivo possível, mas, sempre, claro, esclarecendo na integridade e na integralidade as dúvidas dos Senadores.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pois não, Senador Aloysio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Três minutos para a pergunta é regimental. Três minutos para a resposta é impossível.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não, tanto é que não limitei em três minutos a resposta, apenas havia sido aqui deliberado anteriormente de que teria sido aproximadamente liberado três minutos para a resposta. Não estou limitando, apenas pedindo que eles sejam o mais objetivo possível.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – O que é regimental não pode ser objeto de deliberação. Regimento é regimento. Três minutos é para pergunta, para indagação. Agora, evidentemente, se nós restringíssemos as respostas a três minutos, realmente não sei o que estamos fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Então, dando seguimento, por favor.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar ser o mais conciso possível nas minhas respostas. Pergunta-me V. Ex<sup>a</sup> a respeito também da dicotomia superávit primário/resultado nominal.

De fato, para efeito de política monetária, o importante é olhar par ao superávit primário. É, na verdade, o superávit primário que é apropriado pelo critério caixa que tem efetivo impacto sobre a demanda agregada. O resultado nominal é apropriado pelo critério de competência. Por que pelo critério de competência? Porque os juros são apropriados pelo critério de competência. Então, quando se diz: os juros atingiram 5% do produto, nós estamos falando de apropriação de juros, não de pagamento efetivo de juros. Enquanto o resultado primário é, por definição, caixa. É aquilo que se coloca ou se retira da economia quando se gera. Quando se realiza, quando se performa, quando se concretiza um superávit primário da ordem de 2,8% do produto, isso significa uma retirada pronta de recursos da economia ao longo do exercício. Isso impacta a demanda agregada e, portanto, contribui sobremaneira para os propósitos de combate à inflação.

V. Ex<sup>a</sup> me pergunta, também, a respeito da dicotomia compulsório/Selic, que é também uma pergunta um pouco recorrente, é uma pergunta do Senador Requião, e de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloysio. Na verdade, o compulsório é uma medida que ajuda sobremaneira na

esterilização da liquidez. Só que para compulsórios há limites. As alíquotas de compulsórios no Brasil já são bastante elevadas. Essa é, inclusive, uma das causas elencadas pelas instituições financeiras para elevação do seu *spread*. Compulsório resulta, inexoravelmente, em elevação de custo para as instituições financeiras, está na composição do spread das instituições financeiras e isso é repassado prontamente para o tomador final. Então, a taxa de juros ao tomador final tem na sua composição, evidentemente, as alíquotas de compulsório.

O que ocorre é que as alíquotas de compulsório, no Brasil, já são significativamente elevadas, não só pelo compulsório em si, mas pelo direcionamento de recurso. Nós temos, por exemplo, a poupança, que tem uma alíquota de compulsório considerável, mas tem um direcionamento de recurso muito maior. Então, o que sobra livre aí é muito pouco. O crédito rural, da mesma forma. Os recursos à vista, da mesma forma. Então, quando se soma a alíquota que se recolhe sobre o depósito à vista, fica 43%. O recolhimento adicional, que é de 12%, mais o direcionamento de recursos, sobra muito pouco. A margem livre que se tem em relação ao compulsório é pequena. Não que ele não tenha efetividade. Evidentemente que uma elevação de taxa de juros tem mais efetividade. E por quê? Porque ela não se reflete apenas na elevação da taxa de juro ao tomador final. Ela se reflete também do ponto de vista das expectativas.

Há também um ponto que é extremamente importante, que é a postergação de consumo em benefício da poupança, do investimento. Então, a utilização da taxa de juros como instrumento de política monetária tem uma efetividade maior, sem dúvida.

Não sei se respondi a V. Ex<sup>a</sup>. Eu me permito, agora, passar aos questionamentos do Senador Requião.

O primeiro questionamento é em relação à dicotomia Selic/compulsório, que procurei responder. O segundo questionamento diz respeito a salário mímino *versus* depósito compulsório. E aqui também essa dicotomia é mais uma questão de política fiscal *versus* compulsório, que são, na verdade, políticas complementares. Uma política fiscal como a que se busca fazer, de cumprimento da meta, é uma política fiscal que, de fato, tem uma contribuição expressiva no combate à inflação...

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Desculpe-me, Sr. Altamir. Sugeriria que o senhor passe a responder a outros Senadores, já que o Senador Requião saiu do plenário e não está aqui. Eu sei que há outros que perguntaram. Eu queria também propor isso.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Muito obrigado, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Mas era uma das perguntas que eu ia fazer. Eu não vou deixar de fazê-la se ele responder agora.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Eu deixo a critério do nosso Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não, eu daria prosseguimento, respondendo às perguntas, mesmo na ausência do Senador Requião, para que a Senadora possa ser também atendida também nas suas dúvidas.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. A questão do salário mínimo versus depósito compulsório, a questão os tributos, tudo isso vai mais ou menos na mesma linha. Então, o que eu diria é que o compulsório é uma política complementar, assim como as medidas macroprudenciais, que são medidas de outra natureza, mas que acabam tendo uma contribuição expressiva sobre o controle da demanda agregada e, mais do que isso, potencializam o uso da política monetária tradicional via taxa de juros. Mas ela é complementar à questão tributária, complementar à questão fiscal em si.

Como eu disse anteriormente, uma política fiscal responsável como a que se pratica, como a que se vem praticando nos últimos anos, dá uma contribuição expressiva, sem dúvida, para a finalidade de controle da demanda agregada. À medida que se gera superávit primário, evidentemente isso tem uma contribuição expressiva e é complementar ao uso da política monetária tradicional.

Pergunta-me também o Senador a respeito de controle de importações, ou comportamento das importações. Essa é uma questão um pouco mais complexa, e eu diria que a resposta é mais longa. Eu diria que ela está vinculada diretamente à política de câmbio flutuante, que tão bem contribuiu ao longo desses anos como defesa de crises externas.

Eu, que tenho 34 anos de Banco Central, sempre vivenciei crises externas, e esse era o pior dos mundos, porque trazia como consequência não só a dificuldade de se honrar pagamentos externos, mas principalmente os seus desdobramentos, quer do ponto de vista de crises fiscais, quer do ponto de vista de deterioração de produto, renda, emprego, todos os malefícios que essas crises traziam, e que, graças à consolidação dos fundamentos macroeconômicos brasileiros, graças a políticas complementares, como, por exemplo, acumulação de reservas – e aqui, quando me refiro a reservas, já me permito responder a um questionamento do ilustre Senador Aloysio Nunes.

Essa política de acumulação de reservas que tantos benefícios trouxe à economia brasileira. A política de câmbio flutuante atua nos dois sentidos, sempre atuou nos dois sentidos. Ela associada a essas políticas complementares de acumulação de reservas e uma política, eu diria que bastante criativa, de repagamento de dívida externa – por exemplo, repagamos o Clube de Paris, pagamos o Fundo Monetário Internacional, o setor privado foi nessa esteira e recomprou a sua dívida mais cara. Tínhamos, evidentemente, melhores fundamentos, o custo de dívida mais barato. Isso permitiu que o setor privado fosse a mercado e recomprasse as suas dívidas caras. Tudo isso trouxe, como consequência, o fato de que nos tornamos credores internacionais. Então, a dívida pública brasileira, a sua composição em moeda estrangeira, passou a ser credora. No passado, quando devíamos em dólar, o que acontecia a cada crise cambial? A cada crise cambial sobrevinha uma desvalorização do câmbio expressiva. Essa desvalorização do câmbio tinha um efeito maléfico e extremamente pronunciado sobre o endividamento, levando-nos muitas vezes à quase insolvência. Isso acabou! Somos credores externos.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Eu estou querendo ver o outro lado, é o outro lado. É o custo disso, o custo fiscal disso. Como é que o Banco Central age para neutralizar, digamos assim, essa entrada de divisas? Uma operação que, segundo um ex-diretor do Banco Central, o Carlos Tadeu de Freitas, é operação que consiste em enxugar o gelo. É o outro lado que quero ver.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Vou entrar, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, nesse ponto em seguida.

Então, quero falar dessa conformação que se fez de políticas que levou a uma situação ímpar para a economia brasileira, a de, por exemplo, termos uma situação em que uma crise cambial que gera uma desvalorização cambial, por consequência, trazer redução do endividamento líquido do País. Isso nunca se viu. Quer dizer, o fato de sermos credores externos trouxe-nos essa peculiaridade. Isso, de fato, é algo extremamente importante. E aí já respondendo sobre o outro lado, o questionamento de V. Ex<sup>a</sup>, eu me permitiria dizer que, de fato, tenho que concordar com V. Ex<sup>a</sup>. O custo de manutenção de reservas é elevado. De fato, ele é elevado. As reservas têm uma rentabilidade no mercado internacional, principalmente nos dias de hoje em que as taxas de juros praticadas nos países desenvolvidos, que são aqueles nos quais nós aplicamos as nossas reservas, mesmo porque é necessário que se tenha segurança na sua aplicação, a rentabilidade dos papéis desses países é baixa. Para buscar, evidentemente...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – Qual é a rentabilidade?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Em torno de 1%.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – E quanto nós pagamos?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Hoje, o que nós pagamos, Senador, não é tão elevado, quando se considera – e este é um aspecto muito importante – o cálculo que se costuma fazer em relação à esterilização das divisas que o Banco Central adquire. É o cálculo vinculado à colocação de operações compromissadas, que são nada mais do que títulos do Tesouro em carteira do Banco Central que são colocados no mercado para enxugar a liquidez proveniente da compra de divisas.

Esse não é exatamente o cálculo. A base monetária tem vários fatores condicionantes. Nós temos as próprias operações do Tesouro Nacional, nós temos as operações externas, nós temos os depósitos compulsórios. Todos esses fatores são limitadores da liquidez.

Então, quando o Banco Central opera adquirindo divisas no mercado, ele tem como contrapartida a variação no seu passivo de uma maneira geral. E o passivo do Banco Central não é remunerado pela taxa Selic. A remuneração do passivo do Banco Central é bem mais baixa, porque tem na sua composição, por exemplo, a própria base monetária. A base monetária é um dos componentes do passivo do Banco Central cuja remuneração é zero. Ela gera um ganho significativo para a autoridade monetária.

Então, na sua composição, o passivo do Banco Central tem, de fato, uma remuneração superior ao que rendem essas reservas. Isso é inegável. Então, tomada *stricto sensu* a esterilização desses reais correntes da aquisição de divisas, isso tem um custo considerável, como eu disse.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – Qual seria esse custo?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Senador, eu não tenho exatamente a conta aqui. Eu diria que, em bases trimestrais, os números que nós temos é mais ou menos de 1% de remuneração das reservas, comparativamente em torno de 2,5% para o passivo da autoridade monetária. Evidentemente, não estou considerando a variação cambial, que é de outra natureza. Quando tenho a variação cambial, isso acaba impactando num sentido ou noutro e essa variação cambial é apropriada. Mas, exatamente por ser o câmbio flutuante, ela pode variar em um sentido ou em outro. Então, eu posso ter, em um momento, uma perda expressiva por força de uma apreciação cambial e, no momento seguinte, no semestre seguinte, eu posso ter um ganho expressivo por força de uma depreciação cambial. E isso não é real, é apenas contábil.

Este é um ponto fundamental nessa análise: apartar aquilo que está vinculado a custo efetivo e rentabilidade efetiva daquilo que é variação cambial. Esse é um ponto que – não sei se respondi a V. Ex<sup>a</sup> – no meu entender é um ponto crucial de análise: levar em consideração, em primeiro lugar, o custo do passivo do Banco Central, o custo do passivo da autoridade monetária, e apartar desse custo a variação cambial.

Eu acredito que tenha respondido a V. Ex<sup>a</sup>s.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)** – Eu fiz uma pergunta: quanto representaria hoje na proporção do PIB o volume dessas operações compromissadas. Em 2005 era coisa de 1,8% do PIB, segundo a informação que tenho. Quanto significaria hoje? São operações em que há um ganha-ganha por parte dos investidores, evidentemente. Aqui não há risco.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – As operações compromissadas decorrem, evidentemente, de uma particularidade do Banco Central brasileiro. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe, o Banco Central não pode emitir títulos, não tem emissão própria de títulos por parte da autoridade monetária. Essa é uma particularidade do Banco Central do Brasil. E o Banco Central do Brasil opera com títulos em sua carteira do Tesouro Nacional. São títulos do Tesouro Nacional que estão na carteira do Banco Central e que são utilizados para regular a liquidez do sistema.

Evidentemente, essas operações de mercado aberto têm um volume considerável... Por exemplo, se tomarmos a dívida mobiliária como um todo – eu me refiro à posição ao final de 2010 –, nós tínhamos R\$1,360 trilhão de dívida mobiliária na sua totalidade. Desse R\$1,360 trilhão, cerca de R\$260 bilhões referiam-se a operações compromissadas, que são operações utilizadas não só para fins de esterilização de compra de divisas. Certamente, são utilizadas para esse fim, mas, como eu disse anteriormente, elas servem, de modo geral, para regular a liquidez do sistema. São operações que tiveram um crescimento expressivo até 2008 e depois voltaram a se reduzir, hoje. Em 2009, novamente se expandiram... Expandiram-se em 2008 e 2009, chegaram a R\$470 bilhões em 2009, final de 2009, com a liberação de compulsórios, evidentemente, que é um fator importante do ponto de vista dessas operações, de impacto sobre essas operações, e voltou a cair, em 2010, para 259, pro força, inclusive, do retorno da alíquota de compulsório. O retorno, a elevação da alíquota de compulsório, que havia sido distendida por força da crise, fez com que se recolhesse liquidez do sistema, liberando, evidentemente, operações compromissadas, ou seja, resgatando junto ao mercado operações compromissadas e reduzindo esse volume de forma significativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Esta Presidência pergunta aos ilustríssimos Aloysio Nunes e Lindbergh Farias se estão satisfeitos com as respostas do Dr. Altamir Lopes ou se têm mais alguma dúvida. (Pausa.)

Ainda falta?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Em relação às perguntas do Exmº Sr. Senador Lindbergh Farias, se bem entendi, ele vincula a crise de 2008 e 2009 e todos os mecanismos de superação da crise e o posicionamento do Copom nesse período.

Evidentemente, em relação ao posicionamento do Copom, Excelência, tenho pouco a responder, mesmo porque sou membro não votante do Copom. Portanto, com a maior honra, participo, desde o início da criação do Copom, dessa instituição que é o Copom, mas como membro não votante, assessorando apenas no que diz respeito a assuntos relacionados a fundamentos macroeconômicos, a macroeconomia em geral, e não participo da decisão final. O segundo dia, evidentemente, é reservado aos diretores, à diretoria colegiada, e, portanto, eu teria pouco a acrescentar do ponto de vista das decisões em si.

Espero, se puder contar com a honra e o privilégio de ser aprovado por esta Comissão, por esta Casa, poder participar ativamente e ter, evidentemente, um posicionamento mais incisivo nessas reuniões.

Desculpem-me pela...

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Reiterando a pergunta, volto a perguntar aos Senadores Aloysio e Lindbergh se estão satisfeitos com a resposta.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, evidentemente, o Sr. Altamir Lopes é um funcionário exemplar, uma pessoa de profundo conhecimento da área, mas há questões aí que transcendem, evidentemente, os limites de uma sabatina e os limites mesmo de atuação de um diretor do Banco Central, que dizem respeito a uma orientação geral de política econômica.

Eu conservo a convicção de que existe no Brasil um cassino onde o risco não existe. O diferencial entre aquilo que as nossas reservas rendem e aquilo que elas costumam representar um ganho sem nenhum risco para determinados tipos de aplicação. Mas isso é algo que transcende muito a atuação de um único diretor do Banco Central e diz respeito a toda a política econômica brasileira.

Então, no limite desta sabatina, evidentemente, o que o Sr. Altamir Lopes demonstra é um profundo conhecimento da área em que vai atuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Agradecendo as explicações ao Dr. Altamir, eu, de minha parte, pela pergunta do Senador Requião, confesso que não entendi uma determinada resposta de V. Sª. V. Sª disse que as alíquotas de compulsórias já são excessivamente elevadas e que elas portando diminuem os spreads dos bancos. Mas, por outro lado, tivemos oportunidade, ontem, de presenciar a publicação do balanço do Banco Itaú com o maior recorde no seu lucro na história do banco. Isso, no meu entender, é uma dicotomia. Como é que o spread já é elevado, as alíquotas dos compulsórios já são elevadas, diminui o spread...

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Não sei se fui claro na minha exposição, Sr. Presidente, mas é exatamente o contrário: quando se recolhe e se aumenta a alíquota de compulsório, ela incide diretamente sobre o spread bancário na forma de custo para a instituição. Esse custo evidentemente é repassado, não é?

É a idéia de inibir.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Diminui o volume de moeda do mercado, aumenta o spread dos bancos. Por que o Banco Central não controla no sentido de não levar esses juros mais elevados ao mercado?

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Na verdade, o Banco Central não controla juros. A taxa de juros é livre. Ela é livremente pactuada entre as partes, e o que se busca, evidentemente, do ponto de vista do Banco Central – esse é um ponto fundamental, já me estendendo na minha resposta – é, em primeiro lugar, trazer transparência a essas operações. É nesse sentido que buscamos a cada mês divulgar essas informações à sociedade da forma mais didática possível, de forma que possa ajudar a sociedade a tomar as suas decisões quando, por exemplo, vai a um banco buscar crédito. Nós sabemos que o mercado de crédito brasileiro é um mercado que está em franca expansão. Nós temos algumas medidas importantes relativamente ao mercado de crédito. Por exemplo, eu citaria a central de risco, o cadastro positivo, a introdução do crédito consignado. Isso nos permitiu sair de uma taxa de juros da ordem de 90% no início dos anos 2000 para algo como 40% agora, que é ainda uma taxa elevada, é ainda uma taxa elevada na comparação internacional, sem dúvida, mas traz uma perspectiva boa, Senador, porque demonstra que há opção no mercado. A família, o indivíduo pode muito bem migrar de uma operação cara, proibitiva como por exemplo o cheque especial, cuja taxa gira em torno de 160%, para uma taxa do crédito consignado, que está na ordem de 26%, 30%.

Quer dizer, nós temos, de fato, no seu conjunto, taxas de mercado ainda elevadas, mas reduzindo-se ao

longo do tempo, com um leque de possibilidades maior. É claro que isso precisa chegar à população de forma mais incisiva. Todo o trabalho que o Banco Central faz pode ser complementado com, por exemplo, a educação financeira. Essa iniciativa de educação financeira, que não é do Banco Central, é iniciativa de governo da qual o Banco Central participa ativamente, certamente isso é objeto de uma preocupação grande da Diretoria do Banco Central, no sentido de levar à população menos esclarecida informações relativamente ao crédito, por exemplo. Nós precisamos acabar com aquela cultura de que se a prestação cabe no bolso, cabe no meu orçamento, isso é que é importante. Não! É importante saber se a taxa que se está praticando... A taxa de juros é uma variável extremamente importante para a qual não damos muito valor. Sempre buscamos olhar se a prestação cabe no bolso. Portanto, se se alonga o prazo, eleva-se a taxa de juros, cabe no bolso, cabe no meu orçamento, estou apto a tomar. Não. Temos que verificar também a taxa. E é nesse sentido, Senador, que o compulsório age sobre o spread bancário, elevando o spread. E esse custo é repassado ao tomador final, inexoravelmente.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PR – TO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Senador João Ribeiro, com a palavra.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PR – TO) – Sr. Presidente, eu não pude ficar aqui o tempo todo, porque aqui na Casa a gente tem muitos compromissos. Mas eu queria... Já acompanhei o debate e tive algumas reuniões, mas, mesmo pela televisão, e queria dizer o seguinte: acho que nós já debatemos bastante. Eu queria sugerir a V. Ex<sup>a</sup> que reavaliasse a questão do pedido de que se abrisse o processo de votação, porque estou vendo que está chegando o horário de almoço – já é uma hora da tarde, no horário que não é mais horário de verão – e daqui a pouco o quórum começa a cair muito.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Há barrinhas de cereais aí.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PR – TO) – Então, acho que se deveria abrir o processo de votação, sem prejuízo do debate, Sr. Presidente, porque eu gostaria de votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Eu indagaria, a pedido do Senador João Ribeiro, aos presentes Senadores e Senadoras que pudesse liberar sobre a possibilidade de se iniciar a votação.

Eu perguntaria, pessoalmente e nominalmente, cada um da possibilidade de se iniciar ou não a votação.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Isso é uma forma de obstruir a discussão, Excelência, me desculpe.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PR – TO) – Ninguém impede a discussão. Fui bem claro de que o processo de discussão continua. Isso é uma praxe na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Vamos iniciar a votação.

Senador Eduardo Suplicy, vota “sim” ou “não” para se iniciar a votação durante a discussão?

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (PT – SP) – Sr. Presidente, em que pese o apelo do Senador João, quero dizer que acho que é uma questão de respeito, no caso, para com os Senadores da Oposição. Falo como membro da Base do Governo. Gostaria de liberar para que todos votassem, mas acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Então, é “não”.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (PT – SP) – Não voto “sim”; voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Senadora Gleisi.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (PT – PR) – Voto “sim”, para começar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Senadora Marinor Brito.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Eu me abstendo dessa votação, que é realmente desrespeitosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (PSB – BA) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Sim.

Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Não.

Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (PP – RO) – Voto pela votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Sim.

Senadora Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM)  
– “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Sim.

Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Sim.

Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (PT – RJ) – Senador Lobão, eu fui um dos que falei aqui no começo para a gente levar essa discussão ao final, mas, Senador Aloísio Nunes, vendo o apelo de vários colegas...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Eu não aceito o apelo. Desculpe. É inconstitucional. Desculpe, Senador, mas estamos aqui afrontando a Constituição da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– O Plenário é soberano, Senador Aloísio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Não é soberano, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– É soberano.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – A Constituição é soberana sobre a deliberação do Plenário. V. Ex<sup>a</sup> não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Esse é um hábito e um costume, inclusive, em outras Comissões, em que se iniciaram as votações durante as inquirições.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Está errado.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (PT – RJ) – Eu estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– E o Presidente pode coordenar, sob o beneplácito do Plenário, e iniciar, sim, as votações.

Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (PT – RJ) – Estou com a palavra e quero dizer que, no começo, tive essa posição. Acho que isto aqui não é um embate entre Situação e Oposição. Agora, não creio que a gente deva utilizar também agora como, Senador Aloísio Nunes... E há uma preocupação de esvaziamento desta Comissão, então, eu voto, neste momento, às 13h01min, “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Sim.

Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (PT – AC) – Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Sim.

Senadora Ana Amélia.

**O SR<sup>a</sup> ANA AMELIA** (PP – RS) – Voto “não”, para não interditar o debate desta sabatina, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Pois não.

Senador Aloysiso.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP)

– Permita-me citar a Constituição da República, Sr. Presidente, que diz o seguinte, em seu art. 52: que a deliberação por voto secreto se dará após arguição pública.

Arguição pública não é só um conjunto de perguntas; são perguntas e respostas. Esse é o sentido da sabatina. O que a maioria está fazendo hoje é, simplesmente, rasgar a Constituição. Simplesmente isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Senador Aloysiso, permita-me discordar. A regra que V. Ex<sup>a</sup> cita se refere ao Plenário do Senado. A Comissão tem seu regramento próprio, e o regramento permite, sim, conforme a assessoria aqui registra...

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – V. Ex<sup>a</sup> poderia fazer a leitura do...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Pois não.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Até para ajudar no esclarecimento aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– (Lê)

Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União (...);

c) Governador (...);

d) presidente (...);

e) Procurador (...);

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Essa regra se aplica à Constituição também, mas tudo bem. Se querem almoçar, vão almoçar.

Segundo a Assessoria, não há nada na regra do Regimento da Comissão que impeça essa votação. Então, dando prosseguimento, pergunto ao Senador Clésio Andrade se poderíamos iniciar ou não a votação.

**O SR. CLÉSIO ANDRADE** (PR – MG) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Senador João Ribeiro?

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PR – TO) – A proposição é minha, Senador. Então, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Então, são 9 votos contra 3, no sentido de podermos iniciar a votação, e uma abstenção. Portanto, neste

momento, dou início à votação e dou continuidade também à arguição.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu lamento, mas vou me retirar, em sinal de protesto contra essa decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com todo respeito à posição de V. Ex<sup>a</sup>, será registrado seu posicionamento.

Pergunto aos Senadores e Senadoras presentes sobre a possibilidade de haver alguém contra o Dr. Sidnei Corrêa Marques responder aos próximos cinco Senadores, visto que o Sr. Altamir Lopes respondeu aos quatro anteriores.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – A pergunta que vou fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Será direcionada para o Altamir.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – ...os dois devem responder. E as duas outras são para o Sr. Altamir.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pois não.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Se V. Ex<sup>a</sup> fizer nova votação, e me impedir de fazê-lo, vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Não, não, não. V. Ex<sup>a</sup> tem toda liberdade de perguntar ao Dr. Altamir. Eu apenas percebi que o Dr. Sidnei não respondeu, absolutamente, a nenhuma indagação. Como faltam ainda cinco Senadores, aqueles que puderem direcionar as perguntas ao Dr. Sidnei, para podermos ter também o posicionamento do Dr. Sidnei bem registrado dentro desta Comissão. Portanto, o próximo a fazer as indagações, o Senador Armando Monteiro, com a palavra.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – Eu quero, de qualquer forma, registrar que, nessa decisão que foi tomada pelo Plenário, e parece que o que se coloca fundamentalmente é a questão das próprias prerrogativas do Parlamento. Quer dizer, eu acho que, quando não se esgota o processo, de alguma maneira se desprestigia a função parlamentar, independentemente de qualquer outra consideração. Até porque a presunção é a de que, antes do esgotamento da discussão e no curso das questões que são endereçadas, possa haver algum elemento novo que justifique, eventualmente, uma mudança de posição.

Então, parece absolutamente imprópria a decisão que foi tomada. Mas, evidentemente, não me cabe aqui voltar a essa discussão.

Quero, então, colocar dois pontos para consideração dos Diretores. O primeiro diz respeito a um problema que se identifica no Brasil na política macroeconômica, que é uma dissonância entre a política

fiscal e a política monetária no Brasil. Ou seja, a política monetária é sobre carregada por conta, eu diria, do afrouxamento da política fiscal. E aí, sim, nós fazemos um esforço via taxa de juros que, ao final, penaliza o setor produtivo, penaliza o conjunto da sociedade, sem que se possa obter os resultados desejados do ponto de vista da própria contenção da inflação.

Diante disso, alguns economistas defendem um desenho institucional diferente para a questão da definição da meta de inflação. E alguns economistas sugerem que a meta deveria ser fixada ou indicada pelo Ministério da Fazenda, para que, quando isso acontecesse, houvesse uma discussão com a autoridade monetária, uma discussão prévia, que pudesse discutir claramente a questão fiscal, ou seja, relacionada com a questão do montante da qualidade do gasto público. Ou seja, uma interação entre a política monetária e a política fiscal.

Então, eu gostaria de saber do Dr. Sidnei o que ele acha dessa preocupação em relação a essa, a meu ver, situação que, no Brasil, tem ocorrido para que o resultado das políticas de contenção inflacionária tenham sido prejudicados por conta dessa dissonância entre a política fiscal e a política monetária.

E a outra questão, que eu endereçaria ao Dr. Altamir, diz respeito aos spreads.

É sabido que há uma autoridade no sistema de defesa da concorrência, o Cade, ele zela para que a concorrência possa exercer a sua função na economia. Mas diferentemente do que ocorre em outros setores no que diz respeito ao mercado financeiro o Banco Central ao desempenha o papel de zelar pela defesa da concorrência no sistema. O Banco Central apenas cumpre o papel no sentido de exercer uma vigilância prudencial, cuidar de riscos sistêmicos. Mas o BC, a rigor, não representa a autoridade que cuida ou que assegura a defesa da concorrência no sistema financeiro.

Gostaria de relacionando essa questão com a questão dos spreads, porque o Brasil se caracteriza como um país que tem um dos mais elevados spreads do mundo e que tem custos de serviços bancários também muito elevados, gostaria de saber como o Dr. Altamir ver essa questão e como se poderia desenhar institucionalmente algo que pudesse preencher essa lacuna, ou seja, ter uma instância que zele pela defesa da concorrência no mercado financeiro. E para complementar gostaria de perguntar o que ele acha que na agenda dos spreads nós podemos fazer para que se possam reduzir esses custos. Ou seja, que microrreformas, que mudanças no ambiente institucional poderiam ser feitas para reduzir os spreads no Brasil. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB-MA) – Dando continuidade, agradecendo as indagações do Senador Armando Monteiro, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para suas indagações.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, ao Sr. Sidnei Corrêa Marques a quem cumprimento por seu trabalho há tantos anos no Banco Central, acredito que seja plenamente capacitado para a sua nova função na direção do Banco Central. Tendo em vista o caso já mencionado pelo Senador Aloysio Nunes, gostaria de saber como é que o Banco Central descobriu as ações do Banco PanAmericano. O problema foi detectado houve uma negociação para evitar a quebra da instituição.

Mas que aperfeiçoamentos V.Sª julga necessários nas atividades de fiscalização e supervisão do Banco Central para que tais fatos não se repitam e que se eleve, ainda mais, a estabilidade e a segurança do sistema financeiro brasileiro.

Outra questão refere-se à Resolução 118 de 97 do Banco Central que assegurou direito aos ex-servidores do antigo Banespa que foi absorvido pelo Banco Santander. Desde 13 de junho de 2006 tenho cobrado dos membros da diretoria colegiada do BC providências para que haja solução administrativa do passivo previdenciário e trabalhista desses aposentados que até hoje ainda guardam a decisão que corresponde a alguma entendimento do BC quanto do Ministério da Previdência. Ainda hoje conversei com o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, para que possa ser acelerado.

Agradeceria se pudesse nos fornecer algumas informações a respeito.

Sr. Altamir Lopes, eu gostaria de perguntar sobre algo que foi objeto inclusive de um pronunciamento significativo do Senador Walter Pinheiro, que participou na Espanha, recentemente, de um diálogo a respeito de um novo desenvolvimento que tem acontecido no Japão, na África em muitos países, entre os quais o Quênia, e que foi objeto até, há um mês, de reportagem de grande relevância, de três ou quatro páginas, na revista *Time*. Refiro-me ao sistema de transferências de renda através do telefone celular.

Eu agradeceria se puder nos informar quais são os estudos que o Banco Central vem desenvolvendo para permitir que se desenvolva esse sistema que já é utilizado no Brasil, mas, pelas informações, parece que por apenas cerca de 1% da população, e justamente por aqueles que têm mais recursos.

No Quênia, por exemplo, e em outros países da África, a utilização do telefone celular hoje vem sendo utilizada sobretudo pelas famílias, pelas pessoas de baixa renda, e isso passou a ser um instrumento

muito importante, que inclusive tem sido utilizado em diversos países como meio também de se proporcionar a utilização do microcrédito, ou seja, transações de empréstimos a baixos custos, somas modestas, para pessoas adquirirem equipamentos que possibilitem suas atividades produtivas.

Eu agradeço muito.

Eu teria mais uma pergunta, mas vou respeitar o tempo. Gostaria apenas de encaminhar a ambos os diretores, Altamir Lopes e Sidnei Correa Marques, o meu livro *Renda de Cidadania: a Saída é pela Porta*, com a cartilha do Ziraldo e a última palestra que fiz no Congresso Internacional da Basic Income Earth Network.

Meus cumprimentos a ambos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade das indagações.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente Lobão Filho, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero aqui parabenizar os indicados à diretoria do Banco Central pela Presidenta Dilma, o Sr. Altamir Lopes e o Sr. Sidnei Marques, e dizer que o PSDB reconhece na indicação dos senhores a competência e a capacidade para exercerem uma diretoria no Banco Central.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, há pouco, colocou a sua posição de que o Presidente só deveria permitir a votação após o encerramento da sabatina, para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras pudessem ter a oportunidade de ouvir as respostas dos indicados. E me parece que foi vencido nessa sua proposta. Em função disso, ele se retirou, abdicando da votação, não pela indicação – isso eu quero deixar bem claro –, mas eu acho que até por considerar, no mínimo, uma falta de elegância, eu diria, com os sabinados, pois há um esvaziamento – e nós sabemos disso, Sr. Presidente – no momento em que é aberta a votação do Plenário, e as respostas às indagações acabam sendo conhecidas só depois, por meio dos Anais, que ficam registrados na Comissão.

Então, eu quero aqui prestar a minha solidariedade ao Senador Aloysio. Vou tomar a mesma posição que ele tomou, mas desejando sucesso aos senhores indicados.

Tenho certeza absoluta, como o Senador Aloysio, de que a votação do PSDB seria favorável se tivesse tido, por parte da Mesa e, depois, do plenário, a aprovação para que primeiro completássemos as arguições

para depois os Senadores pudessem exercer o direito de voto. Quero parabenizar e desejar sucesso ao Dr. Altamir e ao Dr. Sidnei nas novas funções.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)

– Senador Flexa Ribeiro, agradeço o posicionamento, a solidariedade ao Senador Aloysio, mas quero apenas registrar que ocorreu aqui uma votação soberana, por nove votos a três. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, em respeito aos convidados e a esta Comissão, que pudesse votar. Mesmo se retirando, que pudesse fazer valer seu voto aqui, nesta Comissão, visto que já estamos sabatinando os nossos dois indicados há mais de duas horas. Eles já puderam expor suas idéias exaustivamente, ainda não sanaram todas as dúvidas dos nossos Senadores, mas aqueles que se consideraram satisfeitos já puderam votar e estão votando.

Então, eu pediria como um favor pessoal a V. Ex<sup>a</sup> que nos honrasse com seu voto em relação aos nossos dois indicados, mesmo entendendo sua solidariedade ao seu companheiro de partido, ao ilustríssimo Senador Aloysio, que se retirou em protesto, mas foi vencido pela esmagadora maioria da Comissão.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Meu Presidente, Senador Lobão Filho, se nós colocarmos em votação todas as propostas contrárias à base do Governo, vamos perder todas. Então, quero dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Vamos dar prosseguimento para não alongar mais, mas não esqueça V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente, e eu, como Vice-Presidente, por várias vezes, botamos em votação ao mesmo tempo em que fazíamos a arguição.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, mas declaro meu voto favorável como declarou o Senador Aloysio Nunes, pela competência dos indicados. Mas vou acompanhar a posição partidária de não exercer o direito do voto em função da posição assumida pelo Senador Aloysio Nunes.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Dando prosseguimento, Senador Ana Amélia, a quem peço perdão pelo atraso, estamos ansiosos para ouvir as suas indagações.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Obrigada, Presidente Lobão Filho, cumprimento os dois diretores do Banco Central que estão sendo sabatinados nesta Comissão. A minha indagação aos Diretores, ao Dr. Altamir, é a seguinte: uma é de ordem prática. Eu, no meu Twitter, na manhã de hoje, recebi vinte mensagens de um site dedicado aos concursados do Banco Central. A informação que recebi é de que a expectativa de aposentadoria no Banco Central do Brasil entre abril de 2010 e dezembro de 2013 é de 1937 analistas, 341 técnicos e 38 procuradores, o que representaria metade dos servidores ativos em abril de 2010. Isso,

se confirmado, se o Banco não abrir o aproveitamento e as instruções adequadas aos concursados em concurso público, poderá haver um problema em relação ao funcionamento da instituição, que é encarregada da estabilidade da moeda e da própria economia do nosso País. Então, eu queria uma informação a respeito disso. A outra, Sr. Altamir Lopes, diz respeito à questão cambial. Li informações de que o Banco Central estaria examinando a criação de sistema diferenciados de câmbio com vistas á Copa de 2014. gostaria de uma informação mais ampla e esclarecedora sobre essa iniciativa, se é que ela vai ocorrer. Ainda na área de câmbio, a economia brasileira, especialmente do sul do País, como é o meu Estado do Rio Grande do Sul, em particular em setores concorrentes, sofre com as assimetrias

No âmbito do Mercosul, desde a área fiscal, financeira e produtiva. Queria saber quando haverá condições de haver uma harmonização cambial considerando os riscos que tais assimetrias representam para a economia do sul do País. Quando o Brasil adotou mudanças no câmbio, houve até um confronto ou um contencioso – melhor dizendo – político com a Argentina e eu queria saber se há condições de fato de haver uma harmonização. Hoje os nossos custos comparativamente ao Uruguai e Argentina em função também do câmbio são muito mais elevados do que nos países vizinhos. Vou lhe dar apenas um exemplo: o custo de produção de um hectare de arroz no Rio Grande do Sul é de US\$2300, enquanto na Argentina e no Uruguai é de US\$1400.

Então, queria uma palavra sua a respeito dessas duas questões: a questão do câmbio e a questão relacionada ao funcionamento do Banco e aos recursos humanos do Banco Central.

E, por final, ao Dr. Sidnei, que vai cuidar de uma área muito cara para mim e para meu Estado, a questão do crédito rural. O Banco Central tem atuado firmemente nessa área e queria saber quais as disponibilidades, diante da situação que o Governo fala de dificuldades financeiras, para o financiamento da safra agrícola 2011/2012, em particular para saber da posição do Banco que tem uma fiscalização do sistema cooperativista de crédito, que é formado, como o senhor sabe, por pequenos e médios agricultores e que tem uma operação exemplar na concessão de crédito.

Eu estou propondo ao Congresso Nacional, em particular ao Senado, uma autorização de acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para fins de concessão do crédito rural. A isso seria um barateamento dos custos desse crédito, especialmente aos micro e pequenos agricultores do nosso País. Isso, se for aprovado, seria uma injeção de

pelo menos R\$550 milhões num sistema que carece de assistência financeira e creditícia no Brasil.

Queria agradecer aos senhores pela atenção a essas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado a Senadora Ana Amélia e passaria a palavra ao Senador Inácio Arruda para que pudesse proferir suas indagações.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, as minhas observações são na prática dirigidas aos dois, porque os dois vão votar, os dois vão estar diretamente ligados à Direção do Banco Central. São dois diretores que estamos escolhendo, independente da peculiaridade da sua atividade, dentro da direção do Banco há uma ação colegiada na decisão. Então, isso é de grande significado.

Nós vivemos acho que há muitos anos, o Brasil convive com essas taxas de juros muito elevadas, mesmo que em queda, porque as taxas de juros caíram no Brasil, nós conseguimos nos manter na primeira posição. O Brasil continua a frente. O Banco Central tem colocado, então, como questão primordial o problema da moeda, focando inflação e como mantém a capacidade da sua moeda. Então, esse é o foco. Aliás é o foco do boletim Focus, que praticamente é um boletim onde as empresas que se credenciam são do setor financeiro. Então, há uma pressão permanente no Brasil para manter taxas elevadas. O dito mercado anuncia previamente, decide quase previamente as elevações de taxas de juros no Brasil. Isso tem impacto muito forte. Crédito cooperativo barato, o problema da taxa Selic mexe com ele. Às vezes a gente imagina que não. Se mexe com a dívida brasileira, mexe com todos os outros componentes da atividade econômica. Não tem como fugir disso.

Então, a minha indagação é relativa a esse problema porque no mundo inteiro as taxas caíram; os países desenvolvidos estão com taxas negativas, todos. As taxas mais elevadas são dos chamados países emergentes, em desenvolvimento. Mesmo assim, são taxas na metade das taxas do Brasil. As maiores taxas nestes países são metade das taxas praticadas no Brasil. Descontada a inflação, vão mais para baixo ainda. Há uma pressão enorme, Senador Suplicy, na Inglaterra, para aumento da taxa de juros, de meio por cento. Descontada a inflação, fica negativa. Então, hoje, eles estão em meio por cento; há uma pressão enorme. Mas há uma contrapressão na sociedade, de economistas e organismos sociais, dizendo: não é possível aumentar a taxa de juros, porque nós temos que focar na geração de emprego, retomada do desenvolvimento, retomada do crescimento para gerar

empregos. O nosso foco, no Brasil, eu tenho a idéia de que nós, digamos assim, desprezamos a componente geração de emprego. Existe o pensamento: não, este não é o mais importante; o mais importante é a moeda. Então, vamos centrar na moeda e danem-se os empregos. Se a economia recuar e gerar desemprego, não tem importância porque controlamos a inflação e os banqueiros estão absolutamente satisfeitos. Então, a banca continua muito satisfeita e isso gera insatisfações.

Hoje, se fala um pouco no Brasil que estamos em pleno emprego, porque aqueles que pressionam o mercado para trabalhar estão, digamos assim, atendidos e resolvidos. Só que há um desemprego daqueles que não conseguiram uma formação, que não estão preparados, que não vão ao mercado de trabalho pressioná-lo. Então, essa taxa de emprego, evidentemente, é muito maior. Então, a minha opinião e indagação é nesse sentido: por que não alteramos essa responsabilidade do Banco Central para que ele também possa focar no emprego, na geração de emprego.

Aqui, o Paul Krugman, que é até Prêmio Nobel, está discutindo a questão da taxa de juros nos Estados Unidos e dizendo: não sacrificiem os nossos empregos.

Então, foca na geração de empregos e não no aumento dos juros para controlar a inflação. É quase que dizer que é melhor ter um pouquinho mais de inflação do que você ter um desemprego massivo. Sempre fica essa pergunta. Nós estamos controlando a inflação, porque ela é o mais importante, o mais significativo. Mas, pergunta ao trabalhador se ele quer perder o emprego dele. O trabalhador não quer perder o seu emprego. Acho que nos temos que mudar, alterar um pouco essa visão estabelecida há muitos anos no Brasil. O controle da inflação, mesmo que a gente não esteja com as equações controladas. Tem o centro da meta, mas nós não estamos fora da meta, não houve esse desespero, há uma certa campanha desesperada de que a inflação está corroendo tudo, está acabando com tudo, mesmo porque nós temos preços sazonais, nós temos preços de commodities e não vamos controlar preços de commodities, não é a taxa de juros que irá controlar. Então, acho que a gente poderia sim alterar esse sentido que o Banco Central tem dado permanentemente. Acho que é preciso focar na geração de empregos, manutenção do desenvolvimento. Se a gente não faz isso, a gente pode... Eu vi aqui o Lindbergh lendo a situação do país na hora em que você aumenta a taxa de juros e a hora em que diminui taxa de juros. Quer dizer, cria uma situação muito favorável para o desenvolvimento quando você diminui taxa de juros. Vamos frear, vamos segurar a

nossa economia, a nossa economia precisa crescer muitos e muitos anos; não dá para a gente contê-la da forma como nós pretendemos com as taxas de juros e depois com os ajustes fiscais.

Ontem nós ouvimos uma discussão aqui com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda a respeito dessa questão do aumento dos custos no Brasil, do custeio etc. Ele demonstrou que o aumento do custeio não foi por uma gastaçâa,. Ao contrário, foi política de renda, de renda mínima que foi estabelecida no Brasil, foi política de crédito barato para alguns setores da economia, que ajudaram no desenvolvimento; foi para o custeio da ampliação das universidades, das escolas técnicas para preparar e formar o povo. Então, isso não poderia ser considerado uma gastaçâa desenfreada. Então, a minha fala tem esse sentido, de como a gente amplia o foco do Banco Central, porque percebo que a gente está sempre segurando um mesmo lugar, nós não saímos daqui. Nós temos que segurar a inflação de qualquer jeito e, independente de qualquer coisa, nós vamos fazê-lo via os juros, sem falar (incompreensível) que são prejudiciais à nossa economia.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo, agora, a palavra à Senadora Marinor Brito, para que possa fazer também suas indagações finalmente.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Senador Lobão, no início do meu pronunciamento, ainda há pouco, parabenizei V. Ex<sup>a</sup>s pela eleição e desejei sorte na condução dos trabalhos, de forma que a pluralidade da composição deste plenário pudesse ser tratada de forma democrática, de forma respeitosa.

Eu lamento que esse clima de já ganhou da base governista em relação às indicações, às sabatinas, em relação ao próprio salário mínimo esteja contagiando alguns Senadores e Senadoras, de modo que a expressão que V. Ex<sup>a</sup> utilizou “esmagadora”, ainda há pouco, de “esmagadora maioria”, acabe virando regra aqui nas relações.

Espero que isso não aconteça, vou exigir, e não pensem que eu vou facilitar o funcionamento, como Líder do meu Partido, se V. Ex<sup>a</sup>s não cumprirem rigorosamente o Regimento e garantirem que a discussão seja democrática.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Será sempre um prazer a participação de V. Ex<sup>a</sup>. Quando me referi à “esmagadora”, ela não se ateve à questão de bloco de governo e a bloco de oposição, foi uma questão numérica, de 9 a 3... Não deixa de ser esmagadora.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, a expressão “esmagadora” por si só já não é, no mínimo, gentil.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Não concordo com a posição de V. Ex<sup>a</sup>, mas está registrado o posicionamento.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Tem todo o direito de não concordar, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– É claro.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Mas, V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de não concordar.

Bom, sabendo que a Diretoria do Banco Central é colegiada e que discussões relativas a prorrogação de prazos, condições de pagamentos, perdão de multas oriundas de dívidas não pagas pelos grandes produtores vinculados ao agronegócio, que em boa parte estão concentrados na minha região, eu queria ouvir de V. S<sup>a</sup>s qual é o posicionamento de V. S<sup>a</sup>s sobre essas constantes prorrogações, sobre essas condições de pagamento que sempre estão sendo facilitadas, sobre aqueles que têm pedido empréstimos e não têm conseguido pagar suas dívidas.

Quero ouvir de V. S<sup>a</sup>s o posicionamento sobre isso.

Há uma questão que diz respeito ao funcionalismo e ouvi poucas pessoas falarem sobre isso, e V. S<sup>a</sup>s são de carreira. Mas é preocupação do funcionalismo público do Banco Central – e estou acompanhando de certa forma a luta dos servidores do Banco pela modernização da carreira de especialista do Banco Central com nível superior para os técnicos, a exemplo de outras instituições de mesmo nível estratégico, inseridas na carreira exclusiva do Estado. Esse assunto já foi tratado por um grupo de trabalho oficial BACEN/SHMP, entidades representativas cujo relatório final foi aprovado pela Diretoria Colegiada do Banco Central e encaminhado ao Ministério do Planejamento para a implementação desde o ano passado, mas que, por contingências conjunturais daquele momento, não foi enviado à Casa Civil para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Eu queria ouvir qual a posição de V. S<sup>a</sup>s sobre o que, objetivamente, o funcionalismo do Banco pode esperar sobre essa matéria em sua administração, especialmente ao Sr. Altamir.

E, por último, saber sobre a correspondência que foi enviada à Ministra Miriam Belchior relatando a grave situação do quadro de pessoal do Banco Central ante as possíveis aposentadorias. Como V. S<sup>a</sup> vai enfrentar o problema? É especificamente para o Sr. Altamir.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA)  
– Encerradas as inquirições, passo a palavra aos dois

indicados para que possam, começando pelo Dr. Sidnei Corrêa Marques, dirimir as dúvidas aqui levantadas.

**O SR. SIDNEI CORRÊA MARQUES** – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Exm<sup>o</sup>s Senadores, pelas perguntas. É uma oportunidade de discorrer sobre assuntos de máxima importância para o Banco Central.

Relativamente à primeira pergunta do Exm<sup>o</sup> Senador Armando Monteiro, é importante que o Brasil tenha um sistema de política monetária baseado em três pilares: política fiscal, a questão de políticas de metas da inflação e câmbio flutuante. Ou seja, é necessário, para o funcionamento desse tripé, que haja harmonia, basicamente, entre as duas instâncias, Ministério da Fazenda e Banco Central, na condução dessas duas políticas.

É importante lembrar também que, nessa questão da harmonia, recentemente, o Governo, por meio da Presidenta Dilma Rousseff, anunciou um corte considerável no Orçamento no sentido, evidentemente, de facilitar a convergência da inflação para a meta estabelecida.

Com respeito à fixação da meta, atualmente ela é fixada pelos três Ministros, o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento. Obviamente, cabe ao Banco Central adotar as medidas necessárias para fazer com que a inflação convirja para a meta. Ou seja, sendo ela fixada dessa forma ou de outra forma, em se mantendo a competência do Banco Central para estabelecer a taxa de juros, entendo que o importante é que ela terá que convergir para a meta. Com relação a quem vai fixar, evidentemente, está acima do Banco Central, eu não teria muito a acrescentar.

É importante ter em mente que essa questão de autonomia do Banco Central – autoridade para fixar metas – interessa a toda a sociedade. Os Srs. Senadores, como representantes da sociedade, são importantes interlocutores e podem, evidentemente, estabelecer a melhor forma.

Relativamente ao Pan-Americano, que foi a pergunta do Exm<sup>o</sup> Senador Eduardo Suplicy, o Banco Central tem um corpo de funcionários capacitado na área de fiscalização, motivado. Temos pessoal em quantidade suficiente e temos também metodologia de trabalho muito consistente. Temos aparato tecnológico, de modo que temos uma supervisão bancária que foi montada e desenvolvida nos últimos anos que é uma referência internacional. Agora, é uma situação localizada que a fiscalização do Banco Central, com esse aparato, identificou, adotando as medidas cabíveis previstas em lei e aquelas que considerou apropriadas, ou seja, tendo sempre em mente a estabilidade

do sistema financeiro e a proteção aos depositantes. A solução foi recomendada ao controlador, que conduziu negociações privadas e chegou à solução que está aí divulgada.

Todo evento que ocorre no sistema financeiro é motivo de análise no Banco Central e, constantemente, estamos desenvolvendo ferramentas, estamos pesquisando metodologias, de forma que a fiscalização, apesar de já ter um padrão muito elevado, segundo a gente afere nesses fóruns internacionais, não está parada, está se desenvolvendo o tempo todo, retroalimentando de forma tal que novas coletas de informações serão implementadas, novas metodologias certamente virão como um processo natural, não só do evento em si, mas um processo natural de atuação da área de fiscalização.

Eu confesso a V. Ex<sup>a</sup> que, com relação a Resolução nº 118, aos servidores do Banespa, eu não estou a par, ou seja, precisaria de pesquisar. O Banespa foi privatizado no início da década passada, dentro de um processo de saneamento dos bancos públicos, do setor público, e me parece que, naquele momento, as questões trabalhistas, as questões previdenciárias, haviam sido equacionadas. Agora, efetivamente eu não estou a par do que se passa. Então, eu vou, evidentemente, pesquisar.

**O SR. EDUARDO SUPILCY (PT – SP)** – Eu agradeceria depois se V. S<sup>a</sup> puder informar-me a respeito, inclusive no entendimento que, porventura, o Banco Central tenha com a Secretaria de Previdência Complementar, que também está estudando o assunto.

Obrigado.

**O SR. SIDNEI CORRÊA MARQUES** – De nada.

Eu passaria então, se V. Ex<sup>a</sup> está satisfeito com a resposta, à Senadora Ana Amélia.

O crédito rural conta com recursos que são doações do Tesouro, conta também com recursos que são oriundos dos depósitos à vista, uma percentagem. Atualmente 29% dos depósitos à vista são destinados obrigatoriamente ao crédito rural, e temos também a exigibilidade da poupança rural, que é mantida pelos bancos oficiais federais e os outros bancos estaduais também.

Em termos de montante, o número que eu me lembro de 2010 passa um pouquinho de R\$80 bilhões para a última safra. Desses R\$80 bilhões, perto de R\$40 bilhões são oriundos do depósito à vista e um pouco mais de R\$40 bilhões são oriundos da poupança rural.

Estava discutindo aqui os instrumentos de política monetária, taxa Selic, compulsório, medidas macropcionais, como aquela que estabeleceu uma

exigência maior de capital para os empréstimos pessoais de automóveis, de prazo mais longo, e a gente comentou aqui hoje a questão da majoração do depósito compulsório.

Foi mencionado pelo colega Altamir que os percentuais de compulsório já estão bastante alto, então a margem é relativamente pequena. Mas é importante lembrar que, se elevar o compulsório sobre o depósito à vista, o depósito de poupança, isso vai afetar diretamente as aplicações em crédito rural. Então vai afetar também o próprio combate à inflação, à medida que esses recursos são canalizados para a produção e vão ajudar o combate à inflação.

Com relação às cooperativas de crédito, o Banco Central deu um *up grade*, perdão da palavra, na fiscalização deste segmento, por entender, exatamente, que é de máxima importância social e para o País, inclusive é um fator de difusão da política monetária. Quanto mais pessoas estiverem no sistema financeiro, mais vai contribuir ou vai ser afetado pela política monetária, mas, de qualquer forma, vai influir no grau de eficiência da política monetária.

Então, em 2005, o Banco Central criou um departamento especificamente para cuidar desse segmento, e o departamento vem se estruturando ao longo do tempo e já está fazendo trabalhos muito importantes. O setor está se desenvolvendo, está se consolidando. Na parte de normas, houve avanços muito importantes no sentido de tirar uma maior carga regulatória a esse segmento, ou seja, é um segmento com uma especificidade que não pode se sujeitar à mesma carga regulatória que se cobra do segmento bancário e de outros segmentos. Então, o Banco Central está profundamente engajado, dedicado ao desenvolvimento. E eu vejo com muitos bons olhos ampliar as fontes de captação desse segmento. Os recursos do FAT, parece que são muito importantes, se conseguirmos viabilizar essa fonte de recursos.

V. Ex<sup>a</sup> satisfeita com essa resposta?

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL – PA)** – Eu gostaria que o Banco Central anunciasse que iria abrir uma linha de crédito imediatamente. Seria perfeito, o melhor dos mundos.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Eu passaria, então, à pergunta do Senador Inácio Arruda.

É importante ter em mente que a estabilidade monetária não é uma coisa que acontece da noite para o dia. É um processo que o Banco Central está conduzindo ao longo do tempo. Quem vir os números do início da década de 2000, década de 90, vai ver que a taxa de inflação está convergindo para um nível de país civilizado. Confesso que gostaria de ver baixar bem mais rapidamente, porque isso é importante, vai

facilitar, por exemplo, todas as operações de crédito rural. Não precisaríamos de crédito rural se essa taxa de juros estivesse bem baixa. Para isso, é preciso que a inflação esteja em nível... É o processo que está acontecendo e o Banco Central vai continuar para que isso aconteça.

Mas eu gostaria de ponderar a V. Ex<sup>a</sup> que o papel do Banco Central é fazer a inflação convergir para a meta, e, para isso, ele adota os instrumentos de política monetária que estão aí à disposição e sobre os quais a gente comentou hoje – o compulsório, a taxa de juros. E contamos também com uma ajuda das medidas prudenciais, que não são destinadas exatamente a essa política, mas elas colaboram grandemente quando faz qualquer medida que restringe um pouco o crédito. Não restringe muito, mas um pouquinho ajuda a diminuir o risco que as instituições assumem nas operações de crédito e vem também trazer outro benefício dentro da outra política que é o outro braço do Banco Central, que é a estabilidade financeira.

Então, o Banco Central foca na meta de inflação. Concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> que o emprego e outras questões que vêm ao encontro, às aspirações da sociedade são deveras importantes.

V. Ex<sup>a</sup> está satisfeita com a minha breve explanação?

**O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)** – Não é um problema de satisfação, é um problema de debate. Acho que nós vamos continuar um pouco nessa teima entre se devemos focar exclusivamente na questão da inflação ou se devemos considerar sempre a questão da satisfação da outra ponta, que é a geração de emprego, que vejo sempre como uma decisão política.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Exatamente.

**O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)** – Não é uma questão meramente técnica. Porque eu sempre ouço que isso é um problema técnico. Não, não é um problema técnico, é um problema de decisão política. Se ao Banco Central for dado a atribuição de que ele tem que olhar para esse outro lado, sempre para ponderar, mesmo que às vezes possa crescer um pouquinho a inflação, mas garanta os empregos, então, essa balança é que vejo que está muito próxima da ideia de que nós temos apenas um único foco. Isso é que acho que é um pouco prejudicial. Claro que nós queremos inflação zero, todo mundo quer inflação zero. Nisso estamos de acordo. Agora, mantida a geração de emprego, mantido o crescimento do País, mantido o seu desenvolvimento.

Então, estou entendendo exatamente a opinião do senhor. E há um debate aceso na sociedade, que espero um dia o Banco Central do Brasil também o considere como uma questão chave para ele. Outros

Bancos Centrais têm feito assim. O senhor vê que o FED sempre põe o olho na geração também de emprego, quer dizer, é uma meta muito importante para ele.

Claro que eu não vou, não vamos ficar aqui... Claro que estou satisfeito com a resposta de V. Ex<sup>a</sup>, porque ela toca nas questões de modo muito objetivo. Agora, trata-se de ideias que estão em curso na política econômica brasileira. Não vamos ficar discordando, vamos ficar dizendo o seguinte: bom, o senhor deu a resposta que está dentro do padrão do Banco Central hoje. A meta nossa é essa. Esse é o nosso caminho. Esse é o caminho do Banco Central. Quer dizer, o que tenho não é exatamente uma discordância. É que acho que o Banco Central tem que agregar a outra meta.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que o Banco Central pode, como instância de Governo, contribuir muito nesse debate e que a gente possa evoluir. Afinal de contas, nós Governo trabalhamos para a sociedade. Isso é importante que se tenha.

Eu passaria, então, à pergunta do Exma<sup>a</sup> Senadora Marinor Brito.

É importante a gente ter em mente que o setor agropecuário é uma parte de máxima importância para o País. É um setor dinâmico, moderno, que está obtendo produtividade e tem uma capacidade de competir internacionalmente muito elevada. E é importante também lembrar que o setor agropecuário brasileiro é responsável por grande parte do nosso superávit na balança comercial.

Então, é um setor dinâmico e, à medida que se fala aqui que este século é o século dos emergentes, a gente vê que os países emergentes, pelo menos nessa última década, têm conquistado um desenvolvimento muito rápido. E à medida que vai inserindo pessoas no mercado de consumo, as pessoas passam a comprar, a comer melhor, e o Brasil se afigura como uma dos grandes fornecedores de comida para o mundo.

É importante também cuidar bem da política agrícola e da política do crédito rural, do Proagro, que é um importante instrumento de amparo ao agricultor, principalmente aos mais pobres, aos da agricultura familiar.

Há um outro, além da questão social, o crédito rural e o Proagro, que são importantes instrumentos indutores de tecnologia, porque exigem a prestação de tecnologia por profissionais especializados.

Agora, evidentemente, nesse contexto de crédito rural, a política hoje está a cargo do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, cabendo ao Banco Central o controle dos recursos e a fiscalização das operações. E dentro dessa competência, o Banco Central procura ser zeloso o máximo possível, primeiro para que

os recursos direcionados, previstos para a agricultura cheguem efetivamente ao setor. Então, essa é a primeira tarefa do Banco Central: zelar para fazer com que os bancos apliquem os recursos de acordo com as normas, de acordo com o direcionamento, e isso tem sido feito; e que os recursos do Proagro sejam devidamente utilizados; e que também o Banco Central, como administrador do Proagro, faça os pagamentos, à medida que os eventos de perda ocorram – ou seja, um atraso aí de 10, 15, 20 dias, acho que é bastante razoável, porque qualquer atraso no pagamento irá efetivamente afetar o produtor.

Com relação à modernização da carreira de técnico...

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Não, eu perguntei, Excelência, sobre a posição de V. Ex<sup>a</sup> sobre o perdão de multas oriundas de dívidas não pagas. V. Ex<sup>a</sup> não respondeu. E há uma diferença muito grande no tratamento para o agronegócio

respeito da sua avaliação e em que medida o Banco Central está estudando isto.

O Senador Valter Pinheiro tem marcada uma audiência – acho que esta semana – com a Presidenta Dilma Rousseff para tratar exatamente sobre esse tema, e eu transmiti a ele que quero ajudá-lo e apoiá-lo nessa iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Dr. Altamir, antes de poder concluir suas explicações ao Senador Eduardo Suplicy, eu passaria a palavra ao Senador Armando Monteiro, que gostaria de também fazer algumas indagações finais.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – É que ficou uma indagação pendente sobre os spreads bancários aí, com a consideração...

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Pois não.

Dr. Altamir.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Se me permite V. Ex<sup>a</sup>, eu tenho uma dívida – trata-se de crédito, evidentemente –, mas eu tenho uma dívida com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Armando Monteiro.

Na verdade, relativamente à questão da concorrência no mercado financeiro, mais especificamente em relação a spread bancário. Na verdade, o que temos observado é que o spread bancário tem caído de maneira bastante acentuada nos últimos anos. Desde 1999, quando se instituiu no Banco Central um grupo de trabalho para cuidar desse tema... Há, de fato, um grupo que estuda isso minuciosamente. Nós temos, inclusive, um relatório anual de economia bancária que traz estudos bastante interessantes sobre o tema. Isso está aos cuidados da Diretoria de Política Econômica, mais especificamente do Departamento de Pesquisa.

Muitas abordagens tem sido feitas e, certamente, vamos caminhar no sentido de redução desses spreads e, portanto, redução da taxa ao tomador final, que é, de fato, o que interessa.

Eu acho que, em relação a medidas, algumas delas estão elencadas ali, algumas já foram inclusive tomadas por esta Casa, no que diz respeito, por exemplo, ao cadastro positivo, que é uma medida de interesse relevante para a sociedade. Mas tem um ponto que eu acho que é fundamental, que é aquele de conscientização da sociedade a respeito das possibilidades que o mercado oferece.

Nós temos visto que determinadas modalidades de crédito são bem mais oportunas, e nem por isso a sociedade busca esses canais. Quando se instituiu o crédito consignado, por exemplo, a expectativa que se tinha de início era de que isso pudesse, evidentemente, ser disseminado para os trabalhadores da iniciativa privada. Evidentemente, V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem as dificuldades que se tem para firmar acordos, por exemplo, com empresas do setor privado no sentido da implementação do crédito consignado. Tem a questão da estabilidade no emprego, que também é outra variante relevante sobre esse ponto de vista. Mas essa modalidade, sem dúvida, trouxe um barateamento expressivo do crédito ao tomador final. Nós estamos falando aqui de uma modalidade de crédito que concorre diretamente com o crédito pessoal, cuja taxa está na casa dos 70% ou 80%, e é uma modalidade que oferece crédito na casa de 26% ao ano, que ainda é uma taxa um pouco salgada, mas muito baixa para os padrões brasileiros.

Então, é nesse sentido, Excelência, que a gente tem buscado atuar, acho que o Banco Central vai continuar atuando nesse sentido, e o nosso papel, evidentemente, é olhar um pouco também para isso, e, certamente, esta Casa, como sempre, tem tido um cuidado muito especial com essa matéria. Vamos ver os desdobramentos, mas a expectativa é de redução dessas taxas.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – Permita-me um comentário.

Eu havia colocado a questão do papel que o Banco Central deve cumprir para exercer uma autoridade na questão da defesa da concorrência no setor. Quer dizer, um dos problemas do spread, sem nenhuma dúvida, é o grau de concentração bancária que existe no Brasil.

Poucas instituições, quatro ou cinco, respondem por 70% ou 75% da oferta de crédito. Então, é fundamental que a autoridade, seja ela o Banco Central ou

uma outra área, já que o Cadê não atua no Sistema Financeiro, o Brasil precisa que se institucionalize a presença da autoridade governamental para assegurar a defesa da concorrência no mercado financeiro, papel que o Banco Central hoje não cumpre. Ou seja, há práticas no Sistema Financeiro que evidenciam claramente distorções. Há um processo de certa cartelização, de rigidez de práticas que não revelam uma concorrência efetiva no sistema. Há até a constatação de que se imaginava que, à medida que os bancos estrangeiros pudessem chegar ao Brasil e atuar de maneira mais efetiva no mercado financeiro, isso pudesse estabelecer uma maior concorrência dentro do sistema. O que se verifica é que os bancos estrangeiros logo, logo se adaptaram extraordinariamente ao nível de taxa e de operações no Brasil e, de alguma maneira, acomodaram-se em patamares aí de spreads, que demonstram claramente uma situação, a meu ver, de deformação do sistema de concorrência.

Então, a minha indagação é a seguinte: qual é a sua sugestão para que alguma instância no Brasil exerça esse papel, que hoje, volto a dizer, o Banco Central não cumpre no Brasil?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Ou, no inverso, o Banco Central fazer uma política de permitir e ampliar ao máximo essa concorrência, abrindo outros setores. São as cooperativas, são os pequenos bancos que podem surgir, nos Estados, nos Municípios. Então, acho que o Banco Central pode também estimular o inverso para ter essa concorrência, senão fica fechado demais.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Hoje é papel do Banco Central observar os níveis de concorrência nas operações de fusão, de aquisição. Esse é um papel que o Banco Central tem cumprido, mas certamente acho que pode ser melhorado. É um ponto que, de fato, pode ser melhorado mais, inclusive com a participação de outros órgãos nessa análise do sistema financeiro como um todo.

Acho que esta Casa evidentemente tem o poder de sugerir e de disciplinar também essas matérias. Então, no que estiver ao alcance do Banco Central, certamente vamos continuar trabalhando para buscar uma maior concorrência, dentro daquilo que é da sua alçada.

E hoje, de fato, concordo com o Senador Armando Monteiro, nós temos essa atuação que é restrita às questões de fusão, de aquisição, certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Eu perguntaria se os Senadores Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Inácio Arruda, Armando Monteiro e Mariano Brito estão satisfeitos com as respostas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Não respondeu ainda à minha pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Nem a do Senador Eduardo Suplicy, nem da Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMELIA (PP – RS)** – Não tenho mais perguntas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Eu agradeço se puder ser respondida a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Com a palavra o Dr. Altamir, para concluir.

**O SR. ALTAMIR LOPES** – Muito obrigado.

Senador Suplicy, de fato, o uso do telefone celular, um instrumento a que hoje toda a população tem acesso, vejo com bons olhos. Vejo, do ponto de vista operacional e de redução de custos de transferência, como um instrumento legítimo e extremamente importante, principalmente para a população de baixa renda.

Tenho evidentemente todos os temores relacionados à segurança. Acho que se tem de criar mecanismos, mas a tecnologia da informação está aí para isso mesmo. Criar mecanismos que propiciem segurança a esses sistemas. Sem dúvida, é um mecanismo de uso fácil, difundido na sociedade e que pode trazer de fato uma redução expressiva dos custos de transação, com benefícios para a sociedade como um todo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP)** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Encerradas as arguições, solicito que os Senadores que ainda não votaram que possam fazê-lo, para que possa ser encerrado o processo de votação. (*Pausa*.)

Encerrada a presente votação, convido a Senadora Marinor Brito e o Senador Inácio Arruda para que possam trabalhar como escrutinadores da votação.

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL – PA)** – Nesta hora, era para se manter firme a base governista aqui.

(Procede-se à apuração.)

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL – PA)** – São 19 SIM, 1 em branco e 1 abstenção – acho que, regimentalmente, é a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Portanto, tendo o fim da apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: 19 SIM, 2 abstenções.

A Comissão, portanto, resolve aprovar o nome do Dr. Altamir Lopes para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil e, portanto, também a Comissão aprova o nome do Sr. Sidnei Corrêa Marques para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

**O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)** – Sr. Presidente, solicitamos a urgência para que a matéria possa ser apreciada no Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Lobão Filho. PMDB – MA) – Urgência aceita.

As matérias, portanto, vão ao Plenário, com pedido de urgência, do Senado Federal da República.

Nada mais havendo a deliberar, declaro encerrada esta reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 17 minutos.)*

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**2<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.**

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Vicentinho Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Aníbal Diniz, João Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Mário Couto, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Demóstenes Torres e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Marinor Brito. Deixa de comparecer o Senador Inácio Arruda e a Senadora Kátia Abreu. O Presidente registra presença honrosa do Ministro Nelson Tomaz Braga – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião: **ITEM ÚNICO Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2011** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FUX para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do

**nome do Senhor LUIZ FUX para compor o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, com vinte e três (23) votos favoráveis.** Usam da palavra os Senadores Vital do Rego, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Aécio Neves, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Álvaro Dias, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Ana Rita, Marinor Brito, Wilson Santiago, Lobão Filho, Lindberg Farias e Demóstenes Torres.

**REQUERIMENTO APRECIADO 1) REQUERIMENTO** Nº 1, DE 2011-CCJ “Requeiro nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação da Mensagem nº 36, de 2011, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FUX para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõo dispensa de leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único: Mensagem nº 36, de 2011.

A Mensagem nº 36, de 2011, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Fux para exercer o cargo de Ministro de Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Grau. Relatoria: Senador Marcelo Crivella, a quem eu concedo a palavra para proferir o relatório.

Com a palavra, V. Exª, Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria, com autorização de V. Exª, de convidar o Conselheiro Nacional de Justiça Nelson Tomaz Braga para compor a Mesa, representando

todos os magistrados do Rio de Janeiro que vieram para prestigiar, se V. Exª permite, a sabatina do Ministro Luiz Fux.

Na Comissão de Justiça e Cidadania, sob a Mensagem nº 36, de 2011, submete-se à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea a, e do art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Sr. Luiz Fux para exercer o cargo de Ministro de Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.

Pela Mensagem nº 36, de 2011, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Dr. Luiz Fux para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição, no art. 101, caput, estabelece que o Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 Ministros escolhidos entre cidadãos com mais de 35 e menos de 75 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

O art. 52, item III, a, combinado com o já referido art. 101, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente por voto secreto e maioria absoluta a escolha do Ministro do STF efetuada pelo Presidente da República após argúição em sessão pública.

Por seu turno, o art. 101, item II, do Regimento Interno do Senado, confere a esta Comissão de Constituição e Justiça, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383 da referida norma regimental.

Em observância ao art. 1º, item I, daquele ato, o Sr. Luiz Fux encaminhou o seu currículum vitae e outros documentos, que passamos a resumir.

Luiz Fux nasceu em 26 de abril de 1953 na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro. É bacharel em Direito, formado em 1976 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Obteve o título de Doutor em Direito Processual Civil pela UERJ, em 2009, com a tese Incapacidade Processual do Terceiro Interveniente. É professor titular em Processo Civil e livre docente da mesma disciplina na Faculdade de Direito da UERJ, tendo sido aprovado em primeiro lugar em ambos os concursos realizados por essa instituição, respectivamente nos anos de 1995 e 1988.

O indicado ingressou na Magistratura em 1983, quando se tornou Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, ocupou ainda o cargo de Juiz Eleitoral e foi promovido, por merecimento, a Desembargador do referido Tribunal em 1997. Em 29 de novembro de 2001, passou a ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Seu itinerário profissional consigna ainda o exercício dos cargos de Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e de curador de fundações no período de 1979 a 1982, bem como de advogado da Shell Brasil S.A. Petróleo, no período de 1976 a 1978, onde ingressou por meio da aprovação em primeiro lugar em concurso.

O Exmº Ministro Luiz Fux certamente estará aqui conosco. Quero saudá-lo e dizer que esta Casa o recebe com toda a vibração de sua alegria e se honra em recebê-lo.

Somos uma Casa política, expressão da vontade popular exercida no sagrado direito do voto, forjada no debate intenso e diário das questões que angustiam os processos e as contingências inevitáveis da nossa evolução econômica, social e política.

Cada um de nós, membros desta Comissão e deste Senado, traz na alma a impressão das ruas, do homem simples do povo, do jovem, da mãe de família, da nossa gente, que ama a liberdade, a justiça, a paz e tem horror a todas as formas de tirania que se extravasam sempre na intolerância, na prepotência, na violência e no ódio.

O Brasil é pacífico por tradição e convicção, vive em paz com seus vizinhos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro. País em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano do mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos; quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.

Houve, por muito tempo, quem menosprezasse a nossa tendência quase invariável de buscar para todos os problemas, por mais graves que se configurassem, soluções pacíficas e harmônicas que conciliassem interesses aparentemente contraditórios, mas resultando sempre na afirmação alta e corajosa de que, acima de tudo, devia ser considerado o bem comum dos brasileiros.

Houve sociólogos e políticos que, no caldeirão racial onde se forma há cinco séculos o homem brasileiro, pensassem ter visto sinais de indolência e conformismo para explicar a nossa aversão a atitudes drásticas extremas. Mas, longe disso, o que ocorre é que o povo brasileiro foi dotado de uma sabedoria peculiar, plasmada no enfrentamento de suas vicissitudes e agonias. Desde o princípio, suportou e se adaptou ao calor dos trópicos, às enchentes, e, a golpes de tenacidade e bravura, rompeu matas e florestas, escapou de onças e cobras, atravessou rios caudalosos, peregrinou pelo sertão, pela caatinga e pelo pantanal, com o suor pingando nos olhos, com a febre de mil doenças tropicais, em meio a um enxame

de insetos e fungos que lhe comiam os dedos dos pés, o branco dos olhos, os vasos linfáticos, para triunfar com o arrojo dos bandeirantes e balizar os limites de uma das maiores geografias do mundo.

Foi e é assim, nessa luta intensa, longa e impiedosa, que essa gente sofrida e valente ergueu o Brasil, terra de bravos, que são, inclusive, por desprezar atitudes afirmativas e eufóricas daqueles que, alucinados pelo fascínio do poder, esquecem-se de que o único caminho da glória é se engrandecer servindo ao povo.

Srs. Senadores, faço esse pequeno preâmbulo para dizer que o Ministro Luiz Fux é síntese disso tudo. De cada etapa de sua existência se irradiia uma lição de fibra e energia que enobrece e significa a vida.

Do menino pobre do Andaraí, lá nos subúrbios do meu Rio de Janeiro, bom filho, bom irmão, bom amigo, vem-nos a doçura da alma carioca.

Do jovem estudante e trabalhador, que, a caminho do emprego, ao lado do pai, Mendel Fux, imigrante romeno, filho de sobreviventes judeus que escaparam da perseguição nazista, aprendia, pelo exemplo, o idealismo e a renúncia, e rasgava as madrugadas debruçado sobre os livros, dessas imagens nos vem a fé no futuro.

Do Professor, do Procurador, do Juiz, do Desembargador, do Ministro fica essa devoção cega, esse respeito cego à Constituição, uma vida tecida no estudo e no trabalho, a extremada dedicação à ciência jurídica e a reverência religiosa aos sagrados direitos do homem, princípios sobre os quais ele cunhou para si a legenda bela e estupenda que preserva com a santidade de um dogma: "A justiça tem que ser caridosa, e a caridade tem que ser justa".

Foi assim, trabalhando o dia inteiro, dormindo tarde e acordando cedo, enfrentando desafios e superando obstáculos, que ele cursou o Colégio Pedro II, ingressou na Uerj, universidade e orgulho da nossa terra, sempre estudando e trabalhando para se manter, concluindo cada matéria em primeiro lugar, estagiando na Defensoria Pública, no Ministério Público, habituando-se a entender as agruras do povo e a lhe servir com espírito público e humanitário, que o menino, o office-boy trilhou o caminho da honradez e da justiça dos homens de bem.

Passou no concurso da Magistratura aos 27 anos em primeiro lugar. Foi o mais jovem Desembargador e Juiz de alçada do Tribunal de Justiça do Rio e o mais jovem Ministro do STJ. Foi primeiro colocado, mas sem se afastar dos colegas. Foi o mais jovem, mas sem desprezar os mais velhos. Porque o Ministro Fux consegue discernir, na sua alma carioca, que as eventualidades da vida não são para destruir a essência dos

verdadeiros e permanentes valores da humanidade, que são a humildade, a amizade, a solidariedade e a fraternidade, virtudes perpétuas e vitalícias.

Membro da Magistratura fluminense, por vezes surpreendida e varrida por episódios de lamentável e dolorosa mediocridade, mercê de Deus, Ministro Fux jamais caiu nas armadilhas do destino e das ambições, para orgulho do Rio.

Profundo conhecedor dos problemas do seu País e dos problemas cada vez mais complexos de nossa atormentada época, situa-se na galeria dos grandes juízes e dos maiores do seu tempo.

Curioso: ele não é dado a ler sentenças, nem cultua o Direito na sua forma hermética, o que deixa claro a sua aversão à solidão, a viver afastado do povo, à reclusão dos incomprendidos, a se colocar de maneira solitária e superior ao seu semelhante.

A que ele se propõe na carreira de Estado? A servir com o bom Direito.

Preserva o espírito e a sensibilidade e assumiu consigo próprio o difícil compromisso de ser autêntico. Essa fidelidade a si mesmo, essa coerência com seu modo de ser e de agir fizeram dele um modelo de decência e de singular comportamento, não só moral, como também estético.

Recentemente, percorreu os corredores desta Casa para, junto conosco, elaborar, aprimorar, ajudar a votar e aprovar o novo Código de Processo Civil, matéria que domina com maestria, da qual foi professor e aluno do seu amigo e mestre, Oscar Dias Corrêa.

O Ministro Fux vai levar para o Supremo areópago que Rui Barbosa exaltou em páginas imortais e que Pedro Lessa, na sua integridade moral, na pujança de sua cultura, de seu civismo, na fé do seu patriotismo, foi símbolo; uma brisa praiana, cheia de oxigênio revitalizante, de um espírito que detesta o clima de placidez e monotonia dos homens realizados, mas traz o estilo de uma nova magistratura que está cansada de imitar, de copiar. Senão ouçam-lo:

“Até mesmo na hora de votar, tento ser didático. Nunca li um voto, não leo os meus votos. Explico qual é a idéia que tenho do caso e, eventualmente, só para fechar o raciocínio, leo a síntese do voto. Essa metodologia de ficar lendo, ninguém presta atenção, ninguém agüenta. A pessoa gosta de saber por que foi escolhida, por que foi rejeitada, e da forma mais simples do mundo.

Hoje há um movimento muito grande pela simplificação do Direito. O Direito é muito hermético. As pessoas não entendem. É a mesma coisa: um médico se começar a falar de doenças com termos médicos, não se entende nada. O que se quer saber é o que se tem, qual é o problema e qual a solução.”

Sr@s e Srs. Senadores, hoje estamos imbuídos de uma grande responsabilidade e é um grave momento ponderar sobre a composição permanente do Supremo Tribunal Federal; Supremo do preclaro Ministro Carlos Alberto Direito, também da minha terra – permitam aqui quebrar o protocolo solene desta reunião para prestar homenagem a ele que nos deixou tão cedo e cuja lembrança marca a consciência de todos que assistiram a sua sabatina e presenciaram aqui suas lágrimas. Extraordinário esse Direito, ocupou o papado da magistratura com a modéstia e a humildade de um franciscano e foi no Supremo que ele encontrou os portões da eternidade e ocupou o seu lugar no panteão da Pátria.

É para nós um solene dever sabatinar e votar a indicação do Ministro Fux para a mais alta Corte, que devemos manter fora e acima de todas as paixões do facciosismo partidário e à margem do conflito dos interesses. É esse Supremo Tribunal Federal que devemos colocar acima das deformações ideológicas, pois nele, o supremo guardião do regime, é que todos nós, na hora de tempestade, encontramos a arca dos justos que nos protege e nos ampara contra o dilúvio da prepotência da força e da violência.

Longe de mim fazer desta tribuna proscênio de corporativismo ou regionalismo, mas sinto-me no dever de ressaltar os traços característicos de quem se dedicou ao Direito com a fé de um enclausurado sem perder a sensibilidade, o seu apego às coisas simples da sua terra, sua carioquice, sua identidade com o povo, o convívio com seus mestres, alunos e amigos, e é nisso que nós, os políticos, precisamos identificar a índole que vinca a sua personalidade e o patriotismo inegociável de quem ama e se devota a servir o bem comum.

Não haverá nunca democracia sem políticos. Somos, por vezes, subestimados, subalternizados, marginalizados e, não raro, ridicularizados, mas seremos sempre nós os mediadores entre o arbítrio e a democracia, o liame entre governantes e governados, os patronos dos ideais do povo junto aos Poderes da Nação, os intérpretes insubstituíveis das aspirações das comunidades mais carentes, perdidas na vastidão do nosso território diante da imponência dos Tribunais da Justiça, da Administração e do Parlamento.

É assim que, com a alma política da minha vocação, com o espírito de eleição, o mesmo que, sei, caracteriza todos nós, que identifico no candidato não só os imprescindíveis méritos morais e intelectuais, mas também as afinidades do instinto brasileiro de ser, que admiro e amo. Preocupando-se com as dores do mundo, no desejo de interpretá-las para a redenção de um povo modesto e sábio, amante das virtudes sim-

bles, da misericórdia, da liberdade, um povo sempre contra os tiranos e levando o sentimento do bom e do justo a uma espécie de loucura organizada, explosiva e contagiosa, como revelam os processos de nossa evolução e que, nos momentos mais graves dos conflitos de nossa existência como nação, há de nos guiar para dirimir os enigmas e nos conduzir à perspectiva iluminada e gloriosa do nosso destino.

Ninguém suporta aquele magistrado do rigor da letra da lei, que se apega à faltas veniais, descuidos, coisas sem importância, para arquitetar, com essas insignificâncias, uma sentença dramática, excessiva e injusta. Esse não é o Ministro Fux. Parodiando o inesquecível mineiro Carlos Drummond de Andrade, que foi buscar nas paragens do Rio a inspiração de sua obra imortal, ainda que isso significasse viver com o coração estraçalhado de saudades da sua pequena Itabira, quero dizer que há uma estrada ensolarada que começa no Andaraí, que passa pela UERJ, no Maracanã, e que vai dar no coração do Ministro. Por essa estrada passa Berta e passa Moisés, passa Luiz Lukniski, passam Mendel e Luci, passam os professores Simão Benjó, Heleno Fragoso, Barbosa Moreira, Chamun, passa a Alexandrina, passa a Dora, passa a Regina, passam os Cinco Trovões e os Graces, passam a esperança de quem sempre acreditou, a perseverança de quem sempre lutou, a inspiração dos ideais de sua bandeira e, com certeza, passarão para sempre, também, a vitaliciedade do Supremo, as aspirações justas e legítimas do povo brasileiro que um dia todos nós juramos amar e preservar para sempre.

É assim, Srs. Senadores, que pedindo a Deus, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, desse homem de família judia e ao nosso Senhor Jesus Cristo, que abençoe e proteja cada uma das decisões do Ministro a favor do Brasil, peço às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, dispondo dos suficientes elementos, deliberem favoravelmente a indicação presidencial do Ministro Fux para compor a Suprema Corte.

Gostaria também, ao final do meu relatório, de nominar os demais Senadores da Representação popular do Rio de Janeiro nesta Casa, Ministro Dornelles, que se encontra aqui presente, e meu companheiro do PT, para dizer que estamos juntos e unidos nesta indicação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir...

Há um requerimento sobre a mesa. Antes de ler o requerimento, registro, com orgulho e prazer, a presença ilustre do Ministro Luís Felipe Salomão, Ministro

Aldir Passarinho, Conselheiro Marcelo Rossi Nobre, do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Roberto Rosas, Desembargador Carlos Fernando Mathias, do Tribunal Regional Federal.

Há um requerimento sobre a mesa, que passo a ler:

“Requeiro, nos termos do art. 291, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, para imediata apreciação da Mensagem nº 36, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação, pela Presidente da República, do Sr. Luiz Fux para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eros Roberto Grau.

Sala das Comissões, 09 de fevereiro de 2011.

Senador Eunício Oliveira

Em votação o requerimento de dispensa de interstício para que, na presente reunião, proceda-se também a argüição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato Normativo nº 1.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O requerimento está aprovado.

Antes, convido os Srs. Senadores Pedro Taques, Francisco Dornelles, Lindbergh Farias, que é do Rio de Janeiro, para que conduzam o Senhor Ministro Luiz Fux ao recinto desta reunião. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senhor Ministro Luiz Fux, para sua exposição, pelo tempo inicial de 30 minutos, podendo V. Ex<sup>a</sup> utilizar o tempo que for necessário.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Luiz Fux.

**O SR. LUIZ FUX** – Excelentíssimo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, a quem parabenizo pela assunção da Presidência na data de hoje, Excelentíssimo Senador Marcelo Crivella, relator do processo referente à minha indicação, a quem também saúdo pela sua indicação, Excelentíssimo Ministro Nelson Thomaz Braga, representando o Conselho Nacional de Justiça, Excelentíssimos Srs. Senadores e Excelentíssimas Sr<sup>as</sup>s Senadoras, funcionários da Casa, imprensa presente, autoridades presentes as quais não tive acesso, excelentíssimos Srs. Ministros Aldir Passarinho, do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça; Conselheiro Marcelo Nobre, do Conselho Nacional de Justiça; Desembargador Carlos Fernando Mathias de Souza, do Tribunal Regional Federal; demais autoridades presentes às quais tive acesso na ficha do Cerimonial, minhas senhoras e meu senhores, eu, em todas as minhas intervenções na vida acadêmica

calcado numa bela passagem de Shakespeare, dramaturgo inglês, na peça Júlio César, costumo afirmar que um homem quando caminha o que vai à frente é realmente o seu passado. Este momento de hoje me leva a um mergulho no meu passado, um passado de dez anos atrás quando eu aqui estive e, para honra minha, o Senado Federal me aprovou na sabatina referente ao Superior Tribunal de Justiça. Não fosse naquele oportunidade, a chancela e a legitimação conferida pelo Senado Federal, eu certamente não estaria aqui hoje. De sorte que eu não só parabenizo a todos os membros desta comissão que hoje assumiram, como também manifesto a minha admiração, que, sem dúvida alguma, é um dos componentes mais importantes na relação humana.

Quando aduzo ao meu passado, até por dever protocolar, impõe-se-me falar rapidamente sobre os meus anseios e a realização dos meus devaneios e dos meus sonhos. Eu iniciei a minha pública aos 23 anos de idade com ex-Promotor de Justiça, aos 27 anos fiz o concurso para magistratura e tive a honra de percorrer toda a minha carreira no Tribunal de Justiça do meu Estado, desde juiz da mais longínqua entrância de Trajano de Moraes até a estância especial, o Tribunal de Alçada, o Tribunal de Justiça. De lá, concorri a uma vaga ao Superior Tribunal de Justiça, que tive, mais uma vez repito, a honra de ver chancelada pelo criterioso Senado da República, esta Alta Casa legislativa.

A atividade de julgar evidentemente sintetiza-se num trinômio: sempre tem um autor que pede, há um réu que se defende, há um juiz que decide. Isso tudo se passa através do processo, que é um instrumento de realização de justiça, é um método civilizado de debates ou, como afirmava o professor Eduardo Cuturi, é um substitutivo da vingança privada. E a sede do processo, a criação desse instituto está umbilicalmente ligada à própria Constituição Federal, que organiza os nossos Poderes, que consolidou este Estado democrático, que plasmou princípios belíssimos elogiados aqui e alhures em relação ao País, em relação ao antropocentrismo que adotou ao valorizar como fundamento de República a dignidade da pessoa humana.

E a fonte de todas as lei é a Constituição Federal. Ela legitima todas as fontes, assim como as constituições de todos os países nada mais são do que uma especificação daqueles direitos que constam das declarações fundamentais do homem. E as lei obedecem às constituições assim como as constituições obedecem a essas declarações universais.

E não é diferente do que ocorre com o processo. O processo tem sua fonte primária na Constituição Federal. A maneira pela qual o cidadão pede justiça e

o Estado presta justiça está originariamente regulado na Constituição Federal. Não é por outra razão que um dos maiores autores da Itália, Nicolò Trocker, lançou uma das mais belas obras sobre Processo e Costituzione, o Processo e a Constituição, enunciando uma regra de ouro no sentido de que o juiz, no exercício de sua função, deveria plasmar uma decisão que fosse adaptável ao caso concreto. Afirmava Nicolò Trocker que se a todo direito corresponde uma ação que o assegura – porque se houver direito sem processo o direito fica sujeito ao livre-arbítrio dos homens, e o mais forte terá sempre razão –, o processo sem direito também permitirá uma grande discricionariedade por parte da autoridade judicial, e o juiz há de prover no vácuo, sem a matéria plena.

Essa interação entre o processo e o direito também ocorre notadamente com o Direito constitucional e é por isso que hoje algumas universidades e algumas faculdades de Direito têm na sua grade acadêmica a matéria relativa ao processo constitucional que é um processo especialíssimo com ações constitucionais singulares, como um habeas corpus, um mandado de segurança, uma ação popular, uma ação civil pública e outras inúmeras ações instrumentos de garantia da cidadania, que também é um dos fundamentos da República.

Então, eu escolhi exatamente o tema sobre essa vinculação entre o processo e a Constituição para fazer algumas digressões e, de alguma maneira brindar, este auditório que de forma tão tolerante acudiu a esta Casa hoje me dando a honra, digamos assim, de inaugurar a primeira sabatina e a primeira atividade da Comissão de Constituição e Justiça. Diria aos senhores, como ser humano que sou, que é grande honra e grande responsabilidade.

O processo e a Constituição, de há muito, estão vinculados. Todas as Constituições do mundo consagram regras processuais; todas as Constituições do mundo. A começar pelo princípio da inafastabilidade; nenhuma lesão, nenhuma ameaça a direito deve escapar da apreciação do Judiciário. De sorte que o Brasil, desde a Constituição republicana de 1891, que consagrava a ação popular voltada contra o suborno dos juízes em 1891, perpassando pela Constituição de 1934, que erigiu o tribunal do júri, a Constituição liberal de 1946, que até hoje tem aqueles seus instrumentos de garantia da cidadania, o mandado de segurança e todas as ações a disposição do público, nós hoje vivemos uma era mais avançada, qual seja, a era do pós-positivismo, em que a nossa Constituição, mercê de consagrar regras, estabelece também valores éticos que têm como destinatários o Judiciário e os homens públicos em geral.

Eu citaria apenas alguns exemplos muito interessantes e que valem a pena destacarmos porque são casos especialíssimos que destacam a Constituição desses países. Assim é que a Constituição alemã, a lei fundamental de Bonn, fundada na experiência constitucional de Friederich Müller assenta: todo poder emana do povo, inclusive o Poder Judiciário. A Constituição italiana, além de exigir que o juiz motive suas decisões, como já é regra também na nossa Constituição, estabelece: Il giudice è soggetto soltanto alla legge – o juiz é submetido somente à lei. A lei é o seu critério. A Constituição portuguesa, numa inovação belíssima, estabelece que quem não tem preparo, não tem formação, não sabe os direitos que tem. Então, o acesso à Justiça depende essencialmente do direito à informação. É preciso colocar à disposição da população carente intelectual a existência de instrumental jurídico que está à sua disposição. E, finalmente, para que não façamos aqui um passeio pelo mundo perdendo a oportunidade de esclarecermos outros aspectos, a Constituição da Costa Rica, um país que não tem uma tradição jurídica tão expressiva assim, estabelece há muito que a Justiça tem que ser pronta e célere, como hodiernamente a nossa Constituição pós-positivista determina que os processos tenham uma duração razoável.

Afora isso, talvez o traço mais importante, porque se trata da Constituição que foi lavrada por V. Ex<sup>as</sup>s, a Constituição desta Era Moderna, a Constituição dita positivista, é que ela não traz só regras relativas às questões constitucionais em geral; ela consagra princípios constitucionais. E, como o próprio nome indica, o princípio é o começo de tudo. De sorte que, na visão hodierna, na moderna escola do Direito – passamos um período em que o Direito era fundado apenas na razão, na visão kantiana, escola segundo a qual até os animais conheciam o Direito – perpassamos o período do legalismo, do positivismo, que serviu apenas para dizer que tudo se encontrava na lei. A escola exegética francesa chegava ao ponto de afirmar que não ensinavam um Direito francês; ensinavam o código napoleônico, como se o Direito e a justiça estivessem na lei, como se não fosse possível eventualmente que houvesse uma justiça positivada na regra jurídica. E a Constituição pós-positivista, Sr. Presidente, hoje, é uma Constituição que estabelece valores, valores inerentes à vida humana. O art. 3º da Constituição – e ela própria se inaugura sob a proteção de Deus – estabelece que um dos fundamentos da República é a dignidade da pessoa humana, a cidadania e a valorização do trabalho humano.

Com isso, o que queremos dizer é que, se a Constituição Federal é a fonte de todas as leis e estabelece

inúmeros princípios, como teremos oportunidade de verificar e de submeter à apreciação dos senhores, efetivamente nós – e falo nós como aplicador do Direito desde os vinte e sete anos antecedidos do meu exercício na função no Ministério Público, Senador Taques... A Constituição, como fonte de todas as leis, impõe aos magistrados que apliquem o Direito levando em consideração esses novos valores éticos encartados na Constituição principiológica de 1988. Eu perguntaria aos senhores na verdade sob a forma de resposta: como solucionar um problema humano sem perpassarmos pelo princípio da dignidade humana?

O Superior Tribunal de Justiça teve oportunidade de julgar um caso emblemático em que um delegado, para salvar a vida de um preso que se cortara com vídro na cela da cadeia, contaminou-se com o vírus da hepatite "C". Esse homem, então, foi instado a gastar somas vultosíssimas para curar-se de uma doença que até onde sabemos é incurável. Ele teve um dispêndio tão expressivo que passou a despesar do seu salário mais da metade, perdendo aquelas condições naturais, econômico e financeiras que lhe permitiam uma vida digna. Esse homem peregrinou dez anos pelo Judiciário, porque a sua causa de pedir, a sua razão de pedir era limítrofe à ideia de que ele caíra em estado de miserabilidade. Mas, na verdade, ele se encontrava em uma situação diferente daquela que ocorreu antes de salvar a vida alheia. Mas por dez anos ele perdeu, como se diz coloquialmente, a sua ação porque ele não era considerado miserável, o seu salário não se enquadrava na lei da assistência judiciária gratuita.

Pois bem, o Superior Tribunal de Justiça, ao fazer justiça – e justiça é algo que não se aprende, justiça é algo que se sente; os juízes sentem o que é justo. Assim o era no Direito Romano. Eles diziam que a sentença era quod judex perempta sentem. Aquilo que o Juiz sentiu – e o Superior Tribunal de Justiça sentiu que não era justo que um homem que salvava a vida alheia tivesse a própria vida legada à própria sorte e concedeu a ele a reposição do seu estado anterior, econômico e financeiro, em nome do princípio da dignidade da pessoa humana.

Então observem como essa nossa Constituição que nós devemos aos Srs. Senadores, principiológica ela tem uma importância relevantíssima na aplicação do Direito, na medida em que ela aproxima a solução judicial da ética e da legitimidade social. Esta é basicamente a função e a importância dos princípios processuais. Nós temos o nosso prazo limitado – e eu pediria vénia para adentrarmos num aspecto específico que são, no meu modo de ver, os princípios mais importantes que influem no Processo Civil. Ou influem no processo ou na solução judicial. E o primeiro princípio

que eu elegeria é exatamente o princípio da igualdade de todos – princípio oriundo da Revolução Francesa de 1789, um princípio que habita a nossa Carta Democrática cuja exegese melhor é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam. E nesse particular entra em cena a questão processual, na medida em que nós temos litigantes ricos e litigantes pobres. Temos litigantes habituais e litigantes com incapacidade técnica. E observem que isso tem uma importância muito grande, porque o processo não pode ter como resultado a desigualdade entre os litigantes. O juiz deve dar uma sentença o quanto possível aproximada da realidade. De sorte que o princípio da isonomia influi no fenômeno processual porquanto à parte pobre é concedida a gratuidade integral da justiça. E a parte hipossuficiente sob a ângulo técnico, hoje ela recebe o tratamento que resultou na conjuração de uma ilusão do Iluminismo de que o juiz deveria ser equidistante e assistir impassível à luta de um Davi contra o Golias e o Davi sem funda.

Hoje, preconiza-se o ativismo judicial. Derrui-se o mito da neutralidade, o juiz. Diante da incapacidade técnica do litigante, impõe-se ao magistrado o que a doutrina estrangeira denomina de igualdade das armas. Todas as declarações fundamentais dos direitos do homem exigem a contraposição dialética paritária entre os litigantes. Eles têm que litigar com alliance de l'arme , com igualdade de armas. Hoje não é mais vedado que o juiz determine a realização de uma prova que pode interessar obliquamente à parte mais carente. Mas, no fundo, o grande destinatário da prova é o juiz, porque ele é que deve dar a solução mais aproximada possível diante da realidade. Então o ativismo judicial e a queda do mito da neutralidade do juiz são exatamente barreiras que foram superadas pela nova concepção do princípio da isonomia.

Há um outro aspecto muito interessante. Tantos quantos aqui têm formação profissional de Bacharel de Direito ou até os estagiários que são considerados quase Advogados, pelo menos pela vizinhança, já ouviram falar da morosidade da justiça.

A Justiça é cara, a Justiça é morosa. E o que é mais injusto, e ainda afirmava, que a lesão de uma parte contra a outra era uma injustiça ruim. Mas a injustiça do sistema era intolerável.

Então, efetivamente, num plano fático, fazer com que o autor que tenha razão aguarde as delongas daquele processo moroso é, efetivamente, uma injustiça. Quem tem que suportar o ônus do tempo do processo é a parte que não tem razão.

Afirma-se em belíssima sede doutrinária que o processo não deve gerar dano ao autor que tem razão, exatamente para que a parte não nutra no seu

interior o desejo de fazer justiça pelas próprias mãos. Porque o monopólio da jurisdição é o epílogo de uma luta secular em que se conjurou a vitória do forte sobre o fraco.

Então, à luz do princípio da isonomia, o legislador constitucional autorizou a nós – e quando eu falo nós, eu digo nós do Senado, porque tive a honra de ser designado pelo Senado para presidir a Comissão de Elaboração do novo Código de Processo Civil, que foi aprovado nesta Alta Câmara. Pois bem, dispõe o novo Código de Processo Civil, que está para ser votado na Câmara dos Deputados, mas o atual Código já prevê: o autor que tem razão tem o direito de obter imediatamente uma solução prática para o seu problema. E o réu que não tem razão é que deve aguardar as delongas, as solenidades, as liturgias de que está prenhe o processo civil brasileiro.

O segundo princípio, sem dúvida alguma, de extrema importância, até porque – repiso eu – na dicção elegante do professor Eduardo Couture, que era um professor que frequentara a Escola Processual Brasileira, na medida em que morava em Rivera, no Uruguai, que fica exatamente, literalmente, a um passo do Brasil, pois é possível colocar um pé no Uruguai e outro pé no Brasil, porque Rivera faz fronteira com Santana do Livramento; então o professor Eduardo Couture, que frequentava a Escola Processual Brasileira, ele dizia duas coisas muito interessantes. Primeiro ele dizia que o processo deve efetivamente servir a parte que tem razão, nenhuma lesão deve escapar à apreciação do Judiciário. E uma outra afirmação dele eu trarei à lume rapidamente numa outra passagem que tem mais vinculação.

Então, dizia o professor Couture que a alguns casos a Justiça é tardia, principalmente naqueles casos em que a lesão está na iminência de ocorrer, mas ainda não ocorreu. E a tradição do Direito brasileiro sempre foi uma tradição de uma Justiça repressiva, de uma Justiça prestada ex post facto, depois do fato. E depois do fato, às vezes, literariamente Inês é morta.

De sorte que, num grande momento, trazendo lucidez ao princípio da inafastabilidade, os Senhores na elaboração da Constituição Federal fizeram inserir: “Nenhuma lesão, também nenhuma ameaça a direito, deve escapar à apreciação do Judiciário”. O Direito italiano é rico acerca da tutela que inibe a lesão que, pelo próprio nome, denomina-se tutela judicial de inibição.

Por que é que um comerciante, que teme uma concorrência desleal, tem que esperar que a concorrência desleal ocorra, se ele pode impedir que ela ocorra, se ele sabe onde estão os produtos, objetos da contrafação? Por que ele vai deixar circular aqueles produtos? Ele pode atuar através de uma tutela inibi-

tória, comprovando a ameaça ao seu direito e evitar que a lesão ocorra. E não é por outra razão, quando trata o Código de Processo Civil italiano sobre a tutela inibitória, ele a oferece e a concede chi ha ragione di temere una violazione, quem tem fundamentos e razões para temer uma violação.

Se alguém se sente na iminência de uma exposição imoderada e indevida da sua imagem; se essa exposição é imoderada e indevida, enfim, por um outro concorrente, tem o direito não somente de pedir a reparação como também a inibição, impedir que a lesão ocorra numa dicotomização, numa divisão entre o ilícito de lesão e o ilícito de perigo.

Nós temos um exemplo clássico no Direito brasileiro – vários exemplos: Mandado de Segurança Preventivo, um interdito proibitório que visa que ocorra o esbulho ou a turvação na posse. O interdito proibitório é uma tutela inibitória e está encartado, hoje, autorizado pela cláusula da inafastabilidade da Constituição.

O terceiro princípio – e é um princípio que habita as nossas vidas diuturnamente – é o princípio do devido processo legal, oriunda da emenda nº 5 da constituição americana – 1791 – hoje denominado due process of Law, o devido processo legal. Ninguém pode ser privado dos seus bens, dos seus direitos, da sua liberdade, sem o cumprimento do devido processo legal. E a Constituição inovou: devido processo legal não é somente o processo judicial em que se estabelece que o juiz tem que ouvir ambas as partes; o devido processo legal é uma cláusula que também é atinente ao processo administrativo.

E há hoje até uma súmula vinculante estabelecendo o devido processo legal no procedimento administrativo, com a presença obrigatória do advogado para a parte que está se submetendo àquele procedimento não jurisdicional.

E como princípio, senhores, finalmente – como princípios – um princípio que, segundo Fábio Konder Comparato, hoje está situado como centro da gravidade do Direito, ilumina o universo jurídico: o princípio da dignidade da pessoa humana. É um princípio que, segundo as suas raízes históricas, foi obtido por meio da proteção da própria humanidade; um princípio ex urgente após a queda do nazifascismo, onde o ser humano era descartável dependendo da sua origem étnica,. E o princípio da dignidade humana, na realidade, é um princípio de defesa da própria humanidade, e que os juízes devem aplicá-lo diuturnamente.

Por exemplo: o princípio da dignidade da pessoa humana estabelece que o juiz deve dar um tratamento equânime às partes. Num estudo de John Sutton, denominado Law Society, ele explicita que a população carente necessita de um tratamento desigual, porque o

princípio da isonomia e da igualdade exige o tratamento desigual para pessoas desiguais. Não é digno assistir a um litigante perder a causa porque não tem conhecimentos, não tem meios de arregimentar provas.

Eu nunca me esqueço – e isso acrescentou muito à minha vivência e à minha experiência humana –, eu era juiz do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro e assistia aquela decisão de improcedência do pedido de família, enlutada pela morte do seu chefe nos trilhos da rede ferroviária, porque aquela família não lograra comprovar, por meio do bilhete de passagem, a condição de passageiro do autor. Evidentemente que naquele momento de tragédia é absolutamente incompreensível que se exija que uma família vassalhe o bolso do de cujus para obter a prova de que ele era um passageiro que sofreu aquele destino. De sorte que influi no Processo Civil, influi no Processo Penal e no Direito Penal em geral, através de instrumentos que preservam a intimidade, através de um regra expressa que protege a integridade física dos presos. A Constituição estabelece a necessidade de se obedecer a esse cânones digno e humano aos presos. O Direito Constitucional estabelece o tratamento de uma presa quando ela está no período da sua gestação. A proteção à maternidade da detenta está na Constituição Federal também. Influi no Direito Tributário. Os princípios constitucionais influem no Direito Tributário e o princípio da dignidade humana também.

O Superior Tribunal de Justiça teve oportunidade de julgar um caso em que uma família morava no imóvel e, a um só tempo, exercia sua atividade comercial e, diante de uma dívida tributária, teve penhorado o imóvel. Só que aquele imóvel era, a um só tempo, o imóvel destinado ao comércio, mas, à luz da ratio essendi da lei, também era um bem de família, porque aquela família morava lá. E o princípio da dignidade da pessoa humana nos fez afastar o ato de constrição judicial.

E finalmente, senhores, novamente concitando a todos a que acreditem efetivamente que a Justiça é algo que não está só na lei, é algo que depende da sensibilidade, da humanidade do magistrado.

Não é preciso saber Direito para que se possa, à luz do princípio da razoabilidade, impedir que uma criança porque os pais não pagaram a mensalidade seja alijada no curso do semestre letivo. Concedemos todos os mandados de segurança nesse sentido.

Não é razoável que uma pessoa que tenha esperança de se curar de uma cegueira num país que tem estudos avançados não tenha o direito de obter essa providência judicial.

Nós tivemos também a oportunidade de decidirmos uma causa em que a retinose pigmentar era

uma doença ocular tratável em Cuba, em um centro avançado nesse segmento da medicina, e a parte pretendeu fazer esse tratamento e quantas pessoas nós conhecemos com essa doença? Praticamente uma em um milhão! E não obtivera a autorização. O Supremo Tribunal de Justiça concedeu essa providência, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, da vida humana. A dignidade da pessoa humana encarta a vida e encarta também a esperança de viver.

O Prêmio Nobel de Medicina Jerome Groopman escreveu uma obra *A Anatomia da Esperança*, onde ele comprova que a fé é o coração da cura, que as pessoas que têm fé que vão se curar têm uma vida mais longa do que aquelas que se deixam levar pela depressão natural em razão da doença.

Então, esses são os princípios. E eu deixei exatamente para fim talvez a parte mais delicada, a parte que diz respeito a minha humanidade. Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, a vida, no meu modo de ver, é simples e luminosa, mas a vida não passa despercebida. Não há vida sem sofrimento e Deus permite o sofrimento exatamente para que, por contraste, nós possamos dar valor a essa vida. E nesses momentos de sofrimento, de ansiedade – me perdoem, como passo agora – e nos momentos de sofrimento e de angústia, dois “F” resolvem a questão: família e fé. Evidentemente minha caminhada, que hoje se submete ao crivo de V. Ex<sup>as</sup>s, tem como respaldo minha querida família, composta pela minha mulher, meus dois filhos e agora por essa nova experiência do meu neto.

Durante a minha vida profissional eu tive um grande amigo, que foi meu pai. Se estivesse presente, certamente ele pediria para romper o ceremonial e sentar, talvez, no lugar onde está sentada a Senadora Marta Suplicy. Ele gostava de estar ali na frente, apoiando o filho dele, como aquele velho imigrante romeno que se realizava por meio do filho. Hoje ele está presente. Digo aos senhores que não é superstição. Eu tenho aquela mala e pedi que deixasse perto de mim o retrato dele, para que ele assistisse a esse momento que ele tanto queria e não teve essa oportunidade.

Então eu agradeço à minha família. Agradeço aos meus amigos, agradeço aos funcionários, agradeço a Deus. Falei aqui de lutas que travamos em nossa carreira. Falei da judicatura. Falei dos sonhos e, por cerimônia, não cheguei às lágrimas. Sou um homem afetivo. Sou um homem voltado a liberar as minhas emoções. Elas devem ser liberadas de imediato. Eu nunca me esqueço de que quando vi um painel da American Airlines, escrito pelo marido de uma das comissárias daquele avião que se chocou contra as torres gêmeas, os seguintes dizeres: “Se eu soubesse que essa era a última vez que você sairia por essa porta, eu pediria

para você voltar para dizer, mais uma vez, que eu a amo”. Então, os sentimentos devem ser exteriorizados tão logo os nossos sentimentos aflorem e o nosso órgão de fé, que é o nosso coração, assim demande. Meu compromisso com a magistratura é o de não deixar que minha consciência adormeça diante dos valores da ética e da responsabilidade social do magistrado, porque o magistrado que assim age é o único capaz de ter um álibi perfeito para cometer injustiças.

Eu também sempre hei de sonhar. Esse, para mim, é um momento de realização de um sonho bifronte, um sonho pessoal, um sonho que me comprovou que a maior capacidade do ser humano é transformar os seus sonhos em realidade, porque os sonhos não inventam. São eles que passam das noites para os dias e que nos fazem caminhar. Os antigos sonhavam em alcançar as estrelas e foram os protagonistas do progresso.

Falo também das emoções. Falo também do choro, do bom choro chorado, aquele choro que diz das nossas ansiedades naturais como seres humanos.

Uma vez me perguntaram, talvez no afã de que eu não responderia para não me comprometer: “O senhor quer ir para o Supremo Tribunal Federal?” Eu disse: eu quero. Eu sonho com isso, porque eu acho que o soldado que não quer ir para o generalato tem que ir embora do Exército. Eu queria. É claro que eu queria. Eu me preparei para isso a minha vida inteira. São trinta anos de magistratura, são trinta anos nessa ponte, que é a Justiça, por onde passam todas as missérias e todas as aberrações. Eu me dediquei a isso. Eu chorei por isso, mas toda vez que esse choro sincero invade a minha alma eu me lembro de Gonçalves Dias na Canção dos Tamoios:

Não chores, meu filho;

Não chores, que a vida é luta renhida:

Viver é lutar.

A vida é combate

Que os fracos abate

Que os fortes, os bravos só pode exaltar.

Muito obrigado pela tolerância com que me ouviram.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Depois dessa bela e emocionante exposição, vamos à fase de argüição.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao primeiro Senador inscrito, Vital do Rego.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> para me inscrever, por favor.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse abrir já a votação para que, à medida que fossem feitas as perguntas, os Senadores já pudessem exercer o voto, porque tenho certeza absoluta, Ministro Fux, de que será por unanimidade.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Esta Presidência submete ao Senado a proposta de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB – AM) – O PMDB aprova, Sr. Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – O PSDB aprova, Sr. Presidente.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (PR – TO) – O PR aprova, Sr. Presidente. O Partido da República.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – O PDT aprova, Sr. Presidente.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF) – O PTB aprova, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – O PCdoB aprova, Sr. Presidente.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (PMN – AC) – Sr. Presidente, o PMN aprova.

**A SR<sup>a</sup> RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – O PSOL aprova, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Não havendo nenhuma objeção, nós passamos à votação sem a perda da palavra aos Senadores inscritos, se assim desejarem.

**O SR. VITAL DO REGO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, como devo me importar, a votação inicia e V. Ex<sup>a</sup> chamará um a um...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Vou iniciar a votação com...

**O SR. VITAL DO REGO** (PMDB – PB) – ... os membros titulares desta Comissão. Independentemente dos seus chamamentos, dos respectivos nomes, S. Ex<sup>a</sup>s poderão proceder à votação durante a fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – É esse o procedimento.

**O SR. VITAL DO REGO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, operadores do Direito, familiares, sabatinado Ministro Luiz Fux, na condição de médico também senti minhas emoções. Na condição de advogado, senti a justiça. Durante os últimos seis meses, uma longa espera para que a mais alta Corte deste País pudesse resolver situações que tomaram conta da preocupação nacional, motivando todos nós, políticos cidadãos brasileiros, a perguntar por que não completar o conjunto de magistrados da mais alta Corte do nosso País, da grande tutela do nosso Direito.

Se nós tínhamos pressa, Ministro, imagina o senhor, aos 57 anos de idade, trinta anos de magistratura, que percorreu todos os degraus de um operador do Direito, de um formado em ciência jurídica. O senhor tinha pressa. Pressa de chegar, mas paciência em respeitar o tempo. O seu tempo ia chegar. É a fé que anima a sua vida, que encanta a sua alma, que forma o seu espírito, que faz a lápide da sua maravilhosa formação, invejável formação jurídica.

Ao ser aprovado em todos os concursos, desde advogado da Shell, passando em primeiro lugar, da advocacia privada à magistratura, passando pelo Ministério Público, V. Ex<sup>a</sup> sempre foi paciente, esperançoso e sempre teve fé e hoje realiza seu sonho sonhado, o seu sonho vivido, o sonho do romeno seu pai.

Que alegria, Ministro, poder, na primeira sabatina da minha vida como Senador eleito pelo Estado da Paraíba, poder encontrar V. Ex<sup>a</sup>, eu que já o lia como estudante de Direito, eu que já o conhecia nas suas memoráveis e humanitárias sentenças, fazendo valer não a teoria dos princípios que V. Ex<sup>a</sup> decantou com tanta maestria agora, mas fazendo valer na prática esses princípios e, principalmente, o restante do último princípio que V. Ex<sup>a</sup> falou e que talvez seja o princípio que mais esculpe a sua trajetória como magistrado: o da dignidade da pessoa humana.

Que alegria, Ministro, poder dizer “sim”.

Nós não estamos aprendendo a fazer justiça, mas, como diz V. Ex<sup>a</sup>, nós estamos sentindo que a justiça chega cada vez mais forte ao Supremo Tribunal Federal com o Ministro Luiz Fux.

Pois bem, Sr. Presidente, para concluir.

Quero dizer a esse pensador jurídico, acadêmico, sereno, rápido, humanista por excelência: nós todos nos honramos estar aqui para celebrar com V. Ex<sup>a</sup> não apenas a vitória do jovem Ministro, mas a vitória da Justiça.

Seja feliz, general do Direito, Ministro Luiz Fux.

**O SR. LUIZ FUX** – Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Excelência, quero trazer uma preocupação no sentido de nós trazermos brilho, o máximo de brilho possível a sua excelência o Ministro Luiz Fux. Em virtude inclusive disso, nós deveríamos percorrer o ritual, inclusive constitucional – eu tenho certeza será por unanimidade –, da indicação do Ministro Luiz Fux para o Supremo Tribunal Federal.

Diz o art. 52 da Constituição da República, no seu inciso III, sobre a competência privativa do Senado da República:

"III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição publica, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição";

Eu trago esta preocupação e gostaria e peço para estar errado nesta preocupação, Presidente, porque me parece que o texto constitucional fala na necessidade de primeiro arguímos o Ministro e, em seguida, nós submetermos seu nome à votação. Eu quero estar errado, Presidente, em relação a esta preocupação, mas esta é uma preocupação de forma, para nós trazermos todo o brilho possível, que faz jus, à indicação do Ministro Luiz Fux.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Randolfe, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Porém, este Plenário, que é soberano, decidiu, acatando uma proposta do Senador Flexa Ribeiro, fazer o procedimento dessa natureza. O Ministro Fux já fez a sua exposição. A arguição dos Srs. Senadores inscritos está sendo permitida, e o Ministro está aqui à disposição dos Srs. Senadores. O processo de votação foi iniciado porque houve uma solicitação do Plenário à Mesa, a Mesa submeteu ao Plenário; e o Plenário, inclusive, com indicação do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, anuiu para que procedêssemos dessa forma.

**A SR<sup>a</sup>. VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Presidente, se V. Ex<sup>a</sup>. me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senadora Vanessa.

**A SR<sup>a</sup>. VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Não, é pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup>. está inscrita na seqüência.

**A SR<sup>a</sup>. VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Sim.

**A SR<sup>a</sup>. VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. Eu só pediria aos Srs. Senadores que nós ordenássemos os trabalhos, porque, daqui a pouquinho, nós vamos ter também o plenário do Senado Federal. Peço que sejamos breves nas arguições ao Sr. Ministro.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero dizer que não vou utilizar os cinco minutos que o Regimento permite porque compartilho da opinião de que temos de ir ao Plenário para que possamos fazer a votação ainda no dia de hoje, na sessão de hoje.

Eu havia pedido a palavra – não sabia que, na ordem, eu era a segunda inscrita – para falar sobre as ponderações levantadas pelo Senador Randolfe.

Ele não leu o Regimento; ele leu a Constituição, e o que diz a Constituição. Acabamos tendo uma aula aqui sobre Constituição. Eu, que não tenho nenhuma formação, nada em Direito, eu me senti em uma sala de aula, Ministro, com a sua intervenção. E quero dizer que nós nos sentimos, os Senadores, como tendo argüido já o Ministro, como tendo feito todas as arguições, ou então aberto mão delas, porque estamos todos convencidos, com opinião, com juízo de valor já devidamente formado.

Dessa forma, solicitei inscrição, Ministro Fux.

Conheço V. Ex<sup>a</sup>. Não o conhecia pessoalmente, não tenho convívio, conheço do que ouvi falar e do trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, e acho que isso já é suficiente para que V. Ex<sup>a</sup> tenha não apenas a aprovação, mas o respeito desta Casa.

Quero lhe confessar – sou Parlamentar há alguns anos, mas chego agora a esta Casa, então é a primeira vez que participo, também, de uma arguição – que fiquei impressionada, no dia de ontem, quando V. Ex<sup>a</sup> visitou todos os partidos políticos, todos os blocos políticos. Fiquei impressionada com a forma como V. Ex<sup>a</sup> foi recebido e mais impressionada ainda com a unanimidade que se criou em acelerar todo o processo para que, após indicado, o nome de V. Ex<sup>a</sup> chegasse aqui e, imediatamente, nós o votássemos. Não houve nenhuma polêmica na formação da Comissão de Constituição e Justiça, e tenho certeza absoluta de que isso se deu muito por conta da matéria que nós íamos analisar no dia de hoje, que é a indicação do seu nome.

Então, quero dizer, Ministro Fux, que eu teria uma pergunta a fazer. Venho lá da Amazônia, juntamente com o nosso querido ex-Governador Eduardo Braga, e ia lhe fazer um questionamento sobre como é que o senhor vê o papel do Poder Judiciário, por exemplo, na implantação de políticas de combate às desigualdades regionais. Porque, infelizmente, o que marca o nosso País não são só as desigualdades sociais, são as desigualdades regionais também, e a gente sabe do papel importante que tem o Poder Judiciário na efetivação, no fazer valer prático desse artigo da Constituição Federal, que é um preceito, um princípio constitucional.

Mas eu não lhe faço essa pergunta, não, Ministro. Eu não lhe faço. Vou encerrar já para dizer que estou muito impressionada, não pela sua fala, pelo conteúdo, pelo grau do seu conhecimento; estou mais impressionada sabe por quê? Como mulher. Pela forma corajosa, pela forma espontânea com que o senhor demonstra os seus sentimentos e as suas emoções. Eu acho que

isso é importante, e isso é difícil na nossa sociedade de hoje; uma sociedade onde a mulher é preparada para demonstrar o sentimento, e o homem, para ser forte. Eu acho que não. Na hora de chorar, temos todos de chorar, homens e mulheres; na hora de falar duro, temos de falar duro todos.

Então, tenho certeza de que será esse espírito, esse sentimento de responsabilidade, de justiça, de igualdade que lhe moveu sempre em sua carreira, será esse o sentimento que vai movê-lo na carreira que certamente se iniciará no Supremo Tribunal Federal.

Parabéns. Parabéns, mesmo. Parabéns e muito sucesso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, penso que a Constituição da República deva ser cumprida. Tenho certeza de que o Ministro indicado, em sendo seu nome aprovado pelo Senado, a votação é secreta, lá no Plenário. Ele será um defensor da Constituição da República e é um defensor da Constituição da República. Portanto, nós Senadores não podemos abrir mão do nosso papel constitucional. A Constituição determina que nós temos a sabatina e, depois, a aprovação. V. Ex<sup>a</sup> já decidiu isso. Portanto, nós não podemos abrir mão da nossa argüição, conforme disse a Exm<sup>a</sup> Senadora do Estado do Amazonas.

Então, eu só queria solicitar à Presidência dessa Comissão de Constituição e Justiça que a votação seja secreta e ela, segundo determinado pelo art. 52 da Constituição, é aquela que se dá em plenário e, regimentalmente, a CCJ é tratada, como eu disse, pelo Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador, a votação está sendo secreta e vai continuar secreta. Vamos ouvir todos os oradores inscritos. Após a palavra dos oradores inscritos e o encerramento da argüição é que nós vamos dar início à abertura da votação.

Portanto, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre Ministro Fux, demais membros da Magistratura nacional aqui presentes, trabalhadores da Justiça, todos de olhos nesta Comissão de Justiça do Senado, tal qual a Senadora Vanessa, eu, após 18 anos afastado do Legislativo brasileiro, quando deixei a Câmara Federal para ir para a Prefeitura de Manaus, depois tendo a honra e a bênção de governar o Amazonas por dois mandatos, volto desta feita como Senador da República.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que o plenário, ao decidir o início da votação, não estabeleceu que a votação aconteceria antes da argüição, mas durante o processo de argüição, e aqueles que acreditam estar satisfeitos com a exposição e com a apresentação do ilustríssimo Ministro Fux podem exercer seu direito de cidadania do voto. Apenas encerrada a argüição e os debates, a votação então haverá de ser concluída, e o seu processo de apuração, portanto, iniciado para definir os votos desta Comissão.

Portanto, creio que, em que pese a pertinência da questão de ordem, essa questão de ordem está superada pela forma com que o nosso Presidente conduziu, junto com este plenário, o início do processo de votação.

Mas gostaria de dizer que, após a brilhante exposição, Ministro Fux, com que o senhor brindou esta Comissão, não só pelos aspectos da Magistratura, pelos aspectos jurisdicionais, pelos aspectos judicantes, mas principalmente pelos aspectos de cidadania e pelos aspectos humanos, achei extremamente importante o destaque que V. Ex<sup>a</sup> deu ao acesso à Justiça.

Ainda há pouco, nossa Senadora Vanessa falava das desigualdades regionais. Essas desigualdades regionais se dão de forma maior ainda com relação às dificuldades do exercício da cidadania em regiões como a Região Amazônica, onde o acesso à Justiça é fundamental.

Destaco também, na apresentação de V. Ex<sup>a</sup>, a questão da isonomia entre desiguais. Como fazer com que brasileiros de níveis e acessos à cidadania diferenciados possam ter seu direito assegurado na Constituição, que vale para todos?

Por fim, quero destacar uma questão que me parece essencial ao judicante: são as características pessoais. V. Ex<sup>a</sup>, ao emocionar-se nesta Casa, demonstrou que é capaz de sentir emoções, e só os que se emocionam são capazes de sentir os sentimentos de outro. Julgar é também ter bom senso, é também ter a capacidade de sentir a necessidade do cidadão.

Quero, portanto, dizer da minha satisfação de ter estreado e inaugurado nesta Casa com esta argüição e com a excelência da palestra proferida por V. Ex<sup>a</sup>. Desejo a V. Ex<sup>a</sup> sucesso na sua carreira após a aprovação pelo Senado, e digo que a ascensão de V. Ex<sup>a</sup> à Suprema Corte deste País é um farol a guiar inúmeros juízes que, neste momento, estão em todos os rincões do Brasil, acreditando que é possível chegar à Suprema Corte brasileira.

Parabéns pela sua trajetória, parabéns pela sua indicação, e tenho certeza de que parabéns pela sua aprovação e nomeação na Suprema Corte deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com a palavra, o nobre Senador Aécio.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Presidente Eunício, apenas para confirmar a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – E a minha também, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ilustre Ministro Luiz Fux, um rápido preâmbulo numa fala que não será longa, mas esta, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, é a primeira, é a reunião inaugural da Comissão de Constituição e Justiça, que, sem favor algum, poderia ser descrita como o coração desta Casa, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> fala tanto aos nossos corações.

Sabe V. Ex<sup>a</sup> que pertenço à bancada da oposição nesta Casa, formada por bravos companheiros, e naturalmente temos nos preparado para fazer, no plenário desta Comissão, no plenário das demais Comissões, no plenário desta Casa, junto à sociedade uma oposição forte em relação ao atual Governo, papel que nos foi determinado pelos eleitores brasileiros; uma oposição, sobretudo, fiscalizadora das ações do Governo; uma oposição que cobra os compromissos assumidos pela situação perante os brasileiros, mas uma oposição que também saiba propor, que saiba discutir, com vigor e com firmeza, sem se acovardar a qualquer instante às grandes questões nacionais.

Disraeli, que certamente V. Ex<sup>a</sup> conheceu por meio da literatura, o emblemático e festejado Primeiro Ministro inglês ainda nos tempos da Rainha Vitória, já nos ensinava que não existe e não existirá jamais um governo forte sem oposição forte. Exerceremos o nosso papel em benefício da democracia, mas oposição forte, Sr. Ministro Fux, caríssimo Presidente Eunício Oliveira, é aquela que sabe colocar permanentemente o interesse do País adiante dos interesses partidários e, sobretudo, eleitorais.

Compreendo a indicação do Ministro Luiz Fux, na verdade, como a maior homenagem feita nos últimos anos à magistratura brasileira. Conheço V. Ex<sup>a</sup> há muitos anos; conheço sua trajetória irretocável na magistratura brasileira, aqui externada por V. Ex<sup>a</sup> numa pérola de depoimento; conheço a sua formação humanística festejada por aqueles que o acompanham ao longo da sua vitoriosa trajetória, mas conheço, em especial, a sua visão liberal do Direito, não naquela concepção clássica do liberalismo, mas naquela que comprehende quem são os verdadeiros destinatários do Direito, os cidadãos, independente de onde vivam,

independente de quais sejam as suas condições sociais e o seu nível de formação profissional.

Portanto, a presença de V. Ex<sup>a</sup> no momento em que todos os Poderes da República, sem exceção, demandam reformas estruturais extremamente importantes é uma luz, talvez quase que um sol que se apresenta no final de um túnel poucas vezes trafegado. Sabemos nós que o próprio Poder Executivo precisa de reformas profundas que lhe dêem agilidade, eficiência na prestação dos serviços públicos. Sabemos nós, Parlamentares, a necessidade de uma profunda reforma política e também interna no Congresso Nacional, para que possamos nos reencontrar com os verdadeiros sentimentos da sociedade brasileira, e não é diferente, permita-me, Ministro Luiz Fux, a necessidade de que o Judiciário também, cada vez mais, se aproxime das necessidades das demandas da sociedade brasileira.

Portanto, neste instante – e sendo eu o primeiro Senador oposicionista a manifestar-se nesta reunião, certamente outros o farão, certamente com maior brilho do que eu –, gostaria de dizer que V. Ex<sup>a</sup> não é a partir de hoje o Ministro indicado por um grupo político, vitorioso nas urnas; V. Ex<sup>a</sup> é o Ministro do Supremo Tribunal Federal aplaudido, reconhecido e homenageado por todos os brasileiros.

Parabéns, Sr. Ministro. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, Senadora Marta Suplicy. (Pausa.) Ausente S. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro indicado, Srs e Srs. Senadores, membros da Magistratura, operadores do Direito que aqui se encontram, tenho, Sr. Presidente, que a função da CCJ e deste Senado da República, ao aprovar a indicação da Senhora Presidente para que um cidadão brasileiro possa chegar ao Supremo Tribunal Federal, se reveste da mais alta importância. Para que nós tenhamos uma ideia disso, a sabatina mais longa do Brasil, feita pelo Senado, durou sete horas. A sabatina mais longa nos Estados Unidos, cuja Constituição nós copiamos nesse particular, demorou sete meses. Não vamos impor ao Ministro indicado esse sofrimento, porque a tortura no Brasil ainda é crime, não é isso, Sr. Ministro? Esperamos que continue sendo.

Sr. Ministro e Sr. Presidente, penso que a Comissão de Constituição e Justiça tem o papel de analisar, preventivamente, se se encontram presentes os requisitos elencados no art. 101 da Constituição da República. Penso – e tenho certeza disso – que esses requisitos, gravados no art. 101 da Constituição da República, se encontram presentes. Mas isso não

significa, Sr. Presidente, que o Senado possa abrir mão de sua prerrogativa constitucional, que é por demais importante no mecanismo de controle que existe entre os Poderes da República.

Dessa feita, penso que o Ministro indicado deva revelar à sociedade, através das perguntas, dos questionamentos dos Srs. Senadores, determinados valores que se apresentam como fundamentais para o Estado democrático de direito. Sem querer me alongar, mas reconhecendo a existência desses requisitos previstos no art. 101 da Constituição da República, eu, como Senador eleito, representante do meu Estado, aqui na Casa da Federação, não posso deixar de fazer algumas perguntas àquele que será o guardião da Federação, que é papel constitucional do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Sr. Ministro indicado, sem maiores delongas, eu vou fazer algumas indagações e gostaria de saber o que o Ministro do STJ indicado para o Supremo Tribunal Federal entende sobre esses temas, sem, é lógico, perquirir a respeito de fatos concretos, porque nós todos sabemos que V. Ex<sup>a</sup> não pode revelar fatos concretos ou fazer prejulgamento, sob pena de suspeição ou impedimento no Supremo Tribunal Federal.

O primeiro questionamento: a Emenda Constitucional 45, de forma objetiva, Sr. Presidente, ao criar o Conselho nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, deu a eles algumas atribuições. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, em homenagem à Magistratura brasileira e ao Ministério Público brasileiro, revelasse à sociedade brasileira qual é a posição do senhor a respeito das atribuições desses dois Conselhos, uma vez que, ao meu pensar, esses Conselhos, em determinado momento, estão a avançar na chamada legislação administrativa – sem querer fazer juízo de valor sobre isso. V. Ex<sup>a</sup>, em chegando ao Supremo Tribunal Federal – quero crer que isso ocorrerá –, poderá fazer parte do Conselho Nacional de Justiça, Conselho nacional do MP, nos termos da Emenda Constitucional 45. Esse é o primeiro tema.

O segundo tema: qual é o entendimento de V. Ex<sup>a</sup> a respeito do princípio constitucional da moralidade? Eu gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> entende que a moralidade administrativa também se aplica a agentes políticos, como é o caso de Senadores, Deputados, aqueles que exercem cargos eletivos. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fizesse referência a isso e também, nesse particular, desse conta à sociedade brasileira a respeito da possibilidade de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, a 8.429, também a agentes políticos. Essa é uma pergunta que eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, com todo respeito, desse conta à sociedade.

Interessante também, neste tema da moralidade administrativa, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fizesse uma reflexão a respeito da Lei de Licitação, a 8666. Se aquele agente que não se enriquece em razão de atividades ilícitas praticadas em desfavor dos cofres públicos, se esse cidadão constrói, realiza a obra prevista na licitação, mas sem procedimento licitatório, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse revelar à sociedade brasileira se ele também responderia por improbidade administrativa ou não.

V. Ex<sup>a</sup>, numa quarta indagação, fez referência ao ativismo judicial. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fizesse uma reflexão a respeito da chamada judicialização de políticas públicas e se os juízes, no ativismo judicial, não estariam substituindo esta Casa, que é eleita pelo povo, ao legislar através de decisões com forças de sentenças aditivas. Essa pergunta eu gostaria da sua reflexão.

Eu gostaria de uma reflexão de V. Ex<sup>a</sup> a respeito das chamadas ações afirmativas e políticas de cotas, não só cotas raciais, mas cotas de todas as ordens, em se tratando de idade, de política de gênero. Se V. Ex<sup>a</sup> pudesse fazer isso...

E por fim, eu gostaria, de uma forma objetiva, que V. Ex<sup>a</sup> dissesse à sociedade brasileira, por meio desta Comissão de Constituição e Justiça, qual é o entendimento de V. Ex<sup>a</sup> a respeito do valor constitucional dos tratados internacionais. Se a República Federativa do Brasil está ou não obrigada a atender tratados internacionais e qual é o papel do Supremo Tribunal Federal em se tratando de respeito aos tratados internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quis fazer essas perguntas de forma objetiva, mais uma vez elogiando o fantástico currículo do indicado, ressaltando os valores humanísticos que ele trouxe, o que só valoriza a magistratura, e cumprimentando a Presidente Dilma pela indicação de um magistrado ao Supremo Tribunal Federal. O STF há muito reclama a participação de outros magistrados além daqueles de carreira, além daqueles que ali se encontram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu indagaria a V. Ex<sup>a</sup> se seria possível que o nosso convidado, o Ministro Fux, pudesse responder em bloco, ao final da manifestação dos outros Senadores, as indagações que por ventura pudessem ser feitas aqui.

**O SR. LUIZ FUX** – Eu estou à disposição dos Srs. Senadores. Se essa for a melhor metodologia, eu a ela me submeterei.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – São poucos ainda os titulares inscritos para a arguição.

Se o Ministro preferir, para que ele acompanhe o raciocínio, ele tem as perguntas do Senador Taques a responder.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ FUX** – Excelentíssimo Senhor Senador Pedro Taques, em primeiro lugar, eu gostaria de enfatizar um aspecto que nos une pela ideologia, na medida em que V. Ex<sup>a</sup> foi membro do Ministério Público e eu também fui membro do Ministério Público.

Por outro lado, evidentemente que perguntas desse alcance efetivamente só poderiam surgir de uma mente assim privilegiada, sóbria, como a mente de V. Ex<sup>a</sup>. São perguntas muito interessantes, algumas das quais eu faria uma ponderação a V. Ex<sup>a</sup>, porque há liminares em curso dependendo de referendo do Supremo Tribunal Federal e que eu teria o impedimento. Talvez, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, eu iria, diante mão, abordar essa premissa, porque essa premissa pode servir a outras observações que se faça sobre questões que coloquialmente se conhece como questões que estão sub judice.

Os conselhos, tanto o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido latu – porque não caberia aqui uma leitura escorreita de toda a Constituição Federal, e tanto quanto eu fiz foi consultar um catálogo de decisões pendentes de solução e de muita expressão além de outras, mas são 50 questões...

E isso é importante que nós enfatizemos porque o Direito brasileiro tem instrumentos capazes de evitar que o juiz perca aquilo que é o elemento mais importante da sua função que é a sua imparcialidade. A declaração fundamental dos direitos do homem afirma que todo homem tem o direito de ser julgado num prazo razoável por um juiz imparcial e obter uma decisão justa.

A questão se põe exatamente no sentido genérico sob o ângulo da imparcialidade. O Direito germânico, por exemplo, admite que os juízes debatam teses jurídicas. Eu trouxe aqui inúmeros acórdãos, mas evidentemente que não é o momento para isso. Mas basicamente também nesta sede do Direito germânico, que foi a fonte onde se abeberou o legislador brasileiro para criar os impedimentos do juiz – e um dos impedimentos do juiz é não poder julgar sobre aquilo que ele já se manifestou, e nós sabemos que a prenênciia do Supremo Tribunal Federal é para que haja

um membro que possa compor o quorum e resolver as questões – as teses jurídicas sub judice não podem ser objeto de especulação sob pena de criar um impedimento judicial.

Isso está no art. 125 do Código de Processo Civil, e, ainda que não estivesse, está imanente no sistema jurídico, imanente no sistema jurídico, porque, como afirmei, a Constituição Federal é uma especificação das declarações fundamentais dos direitos do homem, assim como as leis são uma especificação daquilo que consta da Constituição.

Basicamente ambos os conselhos têm atribuições administrativas, no sentido lato, mas há, por exemplo, uma liminar aguardando um referendo sobre, por exemplo, se o alcance das decisões do CNJ podem ir ao ponto de criar restrições ao exercício de atividades ou mesmo invadir a esfera judicial. Então, eu responderei a V. Ex<sup>a</sup> que a sociedade entendeu que deveria um controle externo do Poder Judiciário, um controle externo do Poder Executivo, porque, no exercício de todo Poder, pode haver o exercício regular do Poder, como pode haver também abusos de autoridade que precisam ser coibidos por esses conselhos. Então eu pediria vênia a V. Ex<sup>a</sup> porque consultei que há uma liminar sujeita a referendo.

No tocante à moralidade dos agentes políticos, o Supremo Tribunal Federal, num julgamento emblemático, entendeu que a Lei de Improbidade pressupunha uma hierarquia, de sorte que aquele servidor público que desobedecesse aqueles deveres funcionais dolosamente deveria responder por improbidade. Naquela oportunidade, surgiram dois votos divergentes do Ministro Nelson Jobim e do Ministro Gilmar Mendes, sobre a inaplicabilidade da Lei da Improbidade Administrativa àqueles que não são servidores mas são agentes políticos, e agente político não age segundo as regras estritas do funcionalismo, senão à luz da sua discricionariedade, à luz da conveniência e da oportunidade. Então como punir, segundo esses votos, administradores que agem segundo a conveniência e a oportunidade se isso compõe o mérito do ato administrativo e é insindicável pela Justiça em nome da harmonia e independência dos Poderes?

Se o Prefeito de uma cidade resolve erguer um monumento segundo sua conveniência e oportunidade, ele só poderá ser punido se houver um desvio ou se aquilo atentar contra o valor estético ou histórico através de uma ação popular. Afora isso, o mérito do ato administrativo é insindicável pelo Poder Judiciário. Mas essa corrente, tornou-se naquela oportunidade, aquela corrente se tornou vencida. Os tribunais superiores – é muito importante que se deixe isso muito claro – têm a função de uniformizar a jurisprudência do

País, porque a fonte legislativa é una, provém da União Federal, mas é aplicada por vários tribunais do País. Então, a preocupação é que o Direito seja interpretado diferentemente no Rio, em São Paulo, no Piauí, no Ceará. Cuidam os tribunais superiores da uniformização de jurisprudência e depois da Constituição de 1988, evidentemente, essa tarefa coube eminentemente ao Superior Tribunal de Justiça, mas também temos a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal. E isso é importante porque jurisprudência pacificada é sinônimo de segurança jurídica.

As pessoas... O cidadão confere à jurisprudência a mesma presunção de legitimidade das leis. O cidadão se comporta conforme a lei, em obediência ao princípio da constitucionalidade das leis. E o cidadão se comporta conforme a jurisprudência em respeito aos julgados dos tribunais superiores. Por isso que uma modificação da jurisprudência dos tribunais superiores é um fator de insegurança jurídica. E não é por outra razão que com a outorga que o Senado me conferiu, nós, da comissão de juristas, incluímos uma regra de que toda mudança de jurisprudência não pode ser abrupta, ela tem que ter uma modulação temporal, porque até aquele momento as pessoas se comportavam conforme a jurisprudência.

Quem quer que aqui esteja presente e exerce advocacia sabe e nós sabemos porque nós, juízes, fazemos a mesma coisa: a primeira preocupação de um profissional do Direito, ao inaugurar a sua pretensão no Judiciário, não é senão consultar a jurisprudência através da rede mundial de computadores. E ali ele verifica qual é a jurisprudência dos tribunais superiores e, então, guia-se por aquela jurisprudência. E a fortiori os tribunais têm que manter a jurisprudência.

Eu, por exemplo, sou oriundo de um tribunal de apelação onde cada um poderia dar o seu voto analisando os fatos e o Direito e a solução que quisesse dar. Mas nos tribunais superiores, os membros dos tribunais superiores têm obrigação de uniformizar a jurisprudência. E a jurisprudência uniformizada do tribunal ao qual eu ainda pertenço e ainda pertencerei e dele me despedirei, se V. Ex<sup>as</sup>s, concedendo-me a honra maior do que eu merecia, me aprovarem, a jurisprudência do meu tribunal é no sentido de que a ação de improbidade é aplicável aos agentes políticos. Certo ou errado, esta é a jurisprudência. Eu me curvo à jurisprudência do colegiado porque isso é o meu dever de ofício. Quando muito eu posso ressalvar o meu ponto de vista, como já o fiz uma vez nos albores da minha carreira, ainda como vezo de juízo da apelação e, depois, num requerimento do próprio Ministério Público, em embargos de declaração, entendi que havia

uma contradição in genere com a jurisprudência dos tribunais do País.

Senador Pedro Taques, que me honrou com tantas perguntas belíssimas, a Lei de Licitações não é uma lei diferente de nenhuma outra. A Lei de Licitações tem as suas virtualidades, ela tem os seus antecedentes. Nós precisamos extrair a razão de ser da lei. E a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores é no sentido de que a Lei de Licitações, quando estabelece aquelas regras e quando elas são descumpridas, não deve levar a punição ao administrador inepto, mas sim ao administrador que agiu dolo, ao administrador malicioso, ao administrador que desviou, com animus de desviar, o dinheiro público. Isso é absolutamente intolerável. Agora, evidentemente que não se pode, sob o manto da improbidade administrativa, cometerem-se abusos de autoridade. O exercício regular do Direito é louvável, e o exercício abusivo do Direito é reprovável.

Eu vou citar um caso para V. Ex<sup>a</sup>. Julguei uma ação de improbidade administrativa em que o prefeito fora indicado como réu, porque cedera todo o seu arsenal de remédios para o município vizinho, em razão de uma epidemia de disenteria de crianças menores, sem fazer licitação. E aí eu volto àquela questão originária: seria exigível que esse prefeito fizesse licitação para salvar as crianças de um município vizinho? Um prefeito que alugou uma sala para oferecer carteiras de trabalho aos trabalhadores para que eles pudessem exercer a sua profissão? Ele foi ação através de uma ação de improbidade, porque não fez licitação para alugar o prédio.

Então, a lei de licitações, a lei de improbidade não é uma lei diferente de qualquer outra. E a regra de superposição do Direito, a regra de superdireito é aquela que estabelece ao juiz: a lei se aplica tendo em vista os fins sociais a que ela se destina.

E agora, com o novo Código de Processo Civil, se a Câmara aprova-lo, ali há regras em procedendo determinando que juízes apliquem a lei levando em consideração, entre outros princípios, o da moralidade administrativa. Mas a moralidade administrativa não é arranhada nessas espécies em que não se demonstra o animus de violar a lei, o animus de se enriquecer, o animus de causar prejuízo ao Erário Público e o animus de violar os princípios do art. 37 da Constituição Federal, que norteiam a atividade do administrador. É a jurisprudência dos tribunais superiores.

Eu também queria agradecer muitíssimo a V. Ex<sup>a</sup> esta pergunta sobre a judicialização das políticas públicas e fazer também aquela ressalva a que me referi de que o Supremo Tribunal Federal está incumbido em uma ação de repercussão geral de julgar essa questão. Entendo, mais uma vez, eu recaio no impedimento

traçado pela legislação brasileira e que vai trazer um inúmero desconforto acaso o Senado Federal aprove a minha indicação.

Mas eu não quero escusar-me desse debate. Eu quero apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup> que nós temos hoje duas regras de ouro a cerca da judicialização das questões públicas.

A primeira delas é que, em princípio, a norma constitucional para ser exigida em juízo precisa ter aquela suficiência de estabelecer um direito, um dever e uma prestação. Normas programáticas, são promessas de alcance de alguma política pública, são, em princípio, segundo a doutrina, impassíveis de judicialização. Entretanto, também sob o ângulo genérico e abstrato, sem opinar subjetivamente sobre a questão, temos casos belíssimos de judicialização. E o meu elogio é sobre a questão elegante em si. Nós temos casos belíssimos sobre judicialização de políticas públicas como, por exemplo, o caso Grootboom, da África do Sul, em que o Judiciário determinou que se construíssem casas para pessoas que não tinham habitação. Nós temos exemplos na Índia, temos exemplos na Venezuela e inúmeros outros exemplos. Mas hoje essa questão da judicialização das políticas públicas passa pelo balanceamento de dois valores, que nós poderíamos tributá-los a Cass Sunstein e Otto Bachof.

Evidentemente não poderia ser diferente, a doutrina jurídica capitalista americana, segundo a sua ótica e a sua lucidez, esclarece que nem tudo o Estado pode cumprir, porque, afirma ela, na doutrina de cost of rights, o custo dos direitos, o dinheiro não nasce em árvores. Então, às vezes o Estado não tem dinheiro para cumprir aquela política pública.

E, por outro lado, o balanceamento com outro valor, que foi captado da Lei de Bonn, da Lei Fundamental Alemã, por inspiração de Otto Bachof, que é o mínimo existencial. Então, há uma contraposição entre o mínimo existencial – saúde, moradia e educação – e a reserva do possível.

De sorte que isso é uma questão que estou colocando apenas em nível doutrinário, porque V. Ex<sup>a</sup>, com a sua elegante pergunta e com a sua serena colocação, tanto quanto eu pude depreender, quis apenas saber qual era a minha opinião sobre esse assunto e, na impossibilidade de dá-la em razão do impedimento judicial, eu ao menos estou revelando a V. Ex<sup>a</sup> qual é o cenário jurídico que nos espera: o balanceamento entre o mínimo existencial e a reserva do possível. O mínimo existencial para o cidadão e a reserva do possível alegável pelo Estado.

Eu, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, apenas para adiantar, porque já estabeleci a premissa, as ações afirmativas têm a sua origem... As ações afirmativas de cotas são

derivadas, digamos assim, da nossa história, como sociedade escravocrata mais antiga do mundo – 400 anos de escravidão! O preâmbulo da Constituição promete uma sociedade justa, solidária, plural, com a erradicação das desigualdades.

Genericamente, essa é a origem das ações afirmativas. Atribui-se à indagação de um presidente americano, Howard Johnson, num discurso como paraninfo de uma universidade, perguntando aos alunos que acabavam de se formar: "Os senhores acham que serão iguais?" E exatamente as ações afirmativas evitam essa institucionalização das desigualdades, que é uma violência simbólica, porque não basta afirmar que todos são iguais perante a lei. Mas essa é uma questão pendente sobre a qual eu efetivamente não posso me pronunciar.

Com relação aos tratados internacionais, o respeito pelo Judiciário, eu diria a V. Ex<sup>a</sup>, digamos assim, a ótica do Superior Tribunal de Justiça, porque na Corte Especial nós julgamos a homologação de decisões estrangeiras.

Durante muitos anos, o risco Brasil aumentou muitíssimo, porque as empresas brasileiras estabeleciam foros internacionais para litigar e se escondiam por detrás da Justiça brasileira para não cumprir as decisões. E nós chegamos à conclusão de que isso desprestigiava o nosso País, desprestigiava a própria Justiça brasileira, porque se a parte se submete, por alguma questão negocial, à justiça estrangeira, cumpre ao Superior Tribunal de Justiça homologar a sentença estrangeira, inclusive homologar os laudos arbitrais estrangeiros.

A posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça é uma posição de vanguarda. Não havendo nenhum óbice daqueles formais estabelecidos pela lei, nós homologamos as decisões estrangeiras, porque isso faz parte de uma cooperação jurisdicional internacional e que eleva o País a um grau elevadíssimo, como merece o nosso Brasil, de seriedade.

Então, por essa razão, a fortiori, nós também temos entendido, na jurisprudência – e não me pronuncio sobre nenhum caso concreto – que devemos privilegiar os tratados internacionais, máxime os tratados internacionais relativos aos direitos humanos que, com a Emenda 45, assumiram a eminência de emenda constitucional.

Espero, Senador, que eu tenha respondido à altura das suas indagações em relação ao nosso questionário.

**O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente,** estou satisfeito com as respostas trazidas pelo Ministro indicado ao Supremo Tribunal Federal.

Quero, mais uma vez, ressaltar o valor humanístico da fala de V. Ex<sup>a</sup> porque, de acordo com a Constituição da República, e V. Ex<sup>a</sup> ressaltou bem isso, um juiz não pode ter aquela neutralidade pré-Revolução Francesa. O juiz é um ser do seu tempo.

Ele é ele e as suas circunstâncias.

Muito obrigado. Encontro-me satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com a palavra o nobre Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr<sup>a</sup>. Senadora, Srs. Senadores, Sr. Ministro, em primeiro lugar, eu queria lhe agradecer, Ministro, como militante do Direito.

O senhor, na preliminar da sua exposição, acabou nos concedendo uma belíssima aula sobre as lições mais progressistas do Direito mundial, e eu me sinto – e muito – contemplado com as respostas de V. Ex<sup>a</sup>. aos questionamentos do Senador Pedro Taques. Inclusive, as respostas de V. Ex<sup>a</sup>. reafirmam o que V. Ex<sup>a</sup>. ditou na preliminar sobre a análise precisa do Direito brasileiro pós-Constituição de 1988, sobre a vivência que temos do Direito hoje, de um Direito pós-positivista e um Direito valorativo e sobre o caráter principiológico do nosso Direito, caráter dos valores, ancorados no nosso Texto Constitucional. V. Ex<sup>a</sup>. fez isso, trazendo algo que considero indispensável para a natureza humana: a sensibilidade. Não é à toa que V. Ex<sup>a</sup>. emocionou todos desta Comissão, e não é à toa que o melhor exemplo disso foi a saudação de todos aqui, em pé, na palestra, inicialmente, proferida por V. Ex<sup>a</sup>.

Portanto, as preocupações, inclusive, que apresentei na questão de ordem anterior, e, no mesmo sentido que o meu colega Pedro Taques já colocou, creio que a melhor homenagem e a maior homenagem que devemos fazer a V. Ex<sup>a</sup>. é cumprir, aqui, nossa função constitucional, a função que nos foi designada pelo povo do nosso Estado, de estar na mais alta Casa legislativa do País, cumprindo a determinação constitucional de dialogar, de conversar, de indagar V. Ex<sup>a</sup>. sobre as opiniões que tem e de como deverá ser seu procedimento a partir da assunção para a suprema corte do País.

Portanto, reitero, estou sensibilizado com sua palestra inicial. Eu me sinto, e muito, contemplado com as posições que V. Ex<sup>a</sup>. expôs nas respostas, ainda há pouco, que reafirmam, eu diria... Permite-me dizer: o senhor está além da ótica liberal, o senhor está além da Revolução Francesa, o senhor está num nível de compreensão progressista do Direito que vai além desse passo importante para nossa evolução civilizatória, mas precisa ser dado o passo seguinte. E encontro em V. Ex<sup>a</sup>., percebo em V. Ex<sup>a</sup>. esse comprometimento.

Então, nesse sentido, eu teria três questionamentos, que me permita fazer e dialogar com V. Ex<sup>a</sup>. O primeiro, de certa forma, também no sentido que já foi perguntado: muito se tem dito, na imprensa, sobre o tema da, digamos assim, judicialização da política ou, inversamente, da politização do Judiciário. Sobre esse tema, muito controvertido, muito dito, muito falado, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. E, ainda sobre esse tema: seu engajamento, sua ênfase nos princípios constitucionais. Há um que remonta de fundamental importância, sobre o qual V. Ex<sup>a</sup>. falou na sua palestra inicial: o princípio da soberania popular, tão bem ancorado no parágrafo único do nosso Texto Constitucional, corroborado pelo art. 14, incisos I, II e III da Constituição, que fala do exercício de soberania popular. Compreendo esse princípio, inclusive, como um dos mais importantes mandamentos constitucionais nossos e que todos os Poderes da República devem a ele se submeter.

Então, eu queria uma opinião de V. Ex<sup>a</sup>. sobre tal princípio e sobre o papel do Judiciário na corroboração, e, cada vez mais, lembrar a República sobre esse princípio.

A segunda questão é, também, uma saudação, Ministro. V. Ex<sup>a</sup>. foi Presidente, como já foi citado, da Comissão Especial que reformou o nosso Código de Processo Civil. V. Ex<sup>a</sup>. reduziu um Código Civil complexo, enfadonho, com mais de 1.100 artigos para uma proposta sintética de 250 artigos, já debatidos aqui, neste Senado da República, garantindo uma das grandes necessidades que devemos ter, hoje, no Judiciário, que é a necessidade de agilização do processo judicial e de que menos enfadonho, menos processual e mais prático venha a ser o nosso processo civil.

Então, nós temos já, de V. Ex<sup>a</sup>. – não é à toa a sua indicação –, essa belíssima contribuição ao Direito brasileiro.

Nesse sentido, eu pergunto: nesse mesmo caminhar, não estaria, por exemplo, a ideia de os nossos tribunais superiores, no que diz respeito às matérias específicas de cada tribunal, passarem a ter a última palavra, quem sabe diminuindo, dessa forma, a sobrecarga de debates sobre o Supremo Tribunal Federal, deixando-o, cada vez mais, com o papel de Suprema Corte, para analisar, de fato, única e exclusivamente, as matérias de ordem constitucional?

Por fim, voltando à soberania popular, eu trago uma pergunta que não é de minha lavra, é uma pergunta trazida, inclusive, pelos movimentos sociais, pelos movimentos de direitos humanos, de que, aqui, serei signatário.

Eu queria, também, saber a opinião de V. Ex<sup>a</sup>., e o compromisso de V. Ex<sup>a</sup>., também, sobre os meca-

nismos jurisdicionais de participação nos temas de interesse social que são e que virão a ser apreciados pelo Supremo Tribunal Federal, em especial sobre a necessidade e/ou a possibilidade de realização de audiências públicas sobre esses temas, e de um instituto que considero fundamental no Direito brasileiro, trazido ao Supremo Tribunal Federal, que não é uma inovação, obviamente, do Direito brasileiro, mas é um instrumento que, ao que me parece, democratiza o Judiciário, que é o instituto do *amicus curiae*. Então, a sua opinião sobre a possibilidade de, cada vez mais, utilizarmos esse importante instituto.

Fecho por aqui as indagações a V. Ex<sup>a</sup>., não deixando de homenageá-lo e de destacar que o homem existe ao seu tempo e o homem é revelado pela sensibilidade que tem.

Seus dotes poéticos, trazendo um dos maiores nomes da literatura brasileira aqui para nós, deixam claro que V. Ex<sup>a</sup>., na nossa Suprema Corte, agirá com a sensibilidade e com a percepção progressista de que precisa o Direito brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>., para a resposta.

**O SR. LUIZ FUX** – Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL, tão jovem e tão brilhante, que me faz perguntas de uma profundidade que, certamente, não representam a sua vivência política, V. Ex<sup>a</sup>. também está além do seu tempo.

V. Ex<sup>a</sup>. reitera, então, a indagação do Senador Pedro Taques sobre a judicialização das questões das políticas públicas e a politização do Judiciário.

Eu vou começar pelo final: é absolutamente inconcebível a politização do Judiciário. A Lei Orgânica da Magistratura impede-nos, desde a origem, de exercício de qualquer atividade político-partidária. O juiz não pode transmitir para as suas decisões a sua ideologia política. Segundo a própria soberania popular, o juiz é um homem do povo, escolhido como um homem de dentro da sua coletividade. Ele tem de levar os valores sociais que reinam na sociedade numa determinada época.

É muito importante, e, agora, eu volto ao professor Eduardo Couture, que ele, que frequentava a Escola de Direito Processual Brasileiro e assistiu ao julgamento dos tribunais, dizia o seguinte: homens, quando um se enamora de uma ideia e outro de outra, eles discutem com grande cultura e com grande estupidez. Exatamente porque, às vezes, a parte não quer saber quanto direito os juízes sabem; a parte quer saber se ela tem direito. Ela não quer saber se o juiz é erudito, ela quer saber se está certa ou se está errada. É mais ou menos como na Carta de Sete Partidas: o juiz tem que ter sensibilidade e saber direito, se possível.

No que toca à soberania popular, eu diria a V. Ex<sup>a</sup>, com a exegese elástica, com a interpretação elástica que esse dispositivo oriundo da revolução americana ostenta, que todo poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes. Então, a soberania popular está entregue nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>s em dados momentos, naquelas hipóteses em que a Constituição determina que haja um plebiscito popular para que o povo decida quais são os destinos da Nação. Na impossibilidade de fazê-lo, num país continental como o Brasil, vale-se a República Federativa do Brasil, em seu Estado Democrático, de suas duas Casas, compostas por homens experientes, que também devem cumprir os requisitos constitucionais e que são os verdadeiros representantes do povo. V. Ex<sup>a</sup>s do Senado Federal e da Câmara dos Deputados exercem, sim, a nossa soberania popular.

V. Ex<sup>a</sup> referiu-se à agilização da Justiça, à morosidade da Justiça, que eu mesmo a ela aduzi naquele momento inicial. Só para que nós não tenhamos a sensação de que a Justiça é morosa só no Brasil, eu sempre recomendo a todos que tenham a oportunidade de ler uma obra que foi traduzida pela Ministra Ellen Gracie, do Professor Mauro Cappelletti, sucessor de Calamandrei, na Universidade de Roma, e do Professor Bryant Garth, da Universidade de Stanford, sobre os problemas do acesso à Justiça no mundo.

Este livro é o resumo de 14 volumes que têm cada um mais de 2.000 páginas. O Professor Mauro Cappelletti dedicava-se mais de 16 horas por dia à pesquisa e revelou, de maneira inequívoca, que a Justiça é morosa em todos os países do mundo. Alguns países têm instrumentos relativos à mediação, à conciliação necessária, ao esgotamento da via administrativa como condição prévia para o exercício da jurisdição, mas o nosso País não. No nosso País, a cláusula é a da inafastabilidade da jurisdição, a única função que tem a característica de decidir uma causa com grau de incontestabilidade e reversibilidade, que se denomina tecnicamente de transformar aquele caso julgado em coisa julgada. Segundo o eminentíssimo Professor Barbosa Moreira, esta coisa julgada, nos umbrais da catedral do processo, ela fica ali no altar mor, intocável. No nosso País, é necessário o ingresso do Poder Judiciário à míngua de uma mediação ou de uma conciliação obrigatória.

Mas, nesse caminhar, V. Ex<sup>a</sup>, então, indaga sobre se não seria mais crível que à Suprema Corte se reservasse o papel apenas de Corte Constitucional a apreciar violação dos direitos constitucionais, das regras constitucionais. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, esse é o escopo, essa é a finalidade.

Sucede que a nossa Constituição de 1988, pós-positivista, é enciclopédica. Ela invadiu todos os ramos da Ciência Jurídica. Então, imagine V. Ex<sup>a</sup> se, num determinado processo, há uma juntada de um documento e a outra parte não é ouvida sobre esse documento, ela não vai recorrer só ao tribunal de apelação, ela não vai recorrer só ao Superior Tribunal de Justiça, ela vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal, dizendo: "Foi violada a Constituição Federal, foi violada a cláusula do contraditório, foi violada a cláusula do devido processo legal". E, nesse particular, a violação não é indireta, a violação é direta, conforme a parte argumenta, não só nas suas razões de recurso, mas na sua irresignação imediata, quando ela é impedida de se pronunciar sobre determinado documento.

Não obstante, após a Emenda 45, surgiram modificações nos tribunais superiores no afã exatamente de estabelecer que a jurisprudência dos tribunais superiores devem ser necessariamente respeitadas hierarquicamente pelos tribunais inferiores, quer através da Súmula Vinculante, que tem um espectro maior e vincula inclusive a Administração Pública, quer através dos recursos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça, que vincula os tribunais que estão abaixo daquela jurisdição última. O novo Código de Processo Civil, que está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, traz esta regra clara, que conspira em favor das suas aspirações com relação ao Judiciário. As teses firmadas pelo Tribunal Superior são teses de adoção obrigatória, para não obrigar o cidadão que já sabe que tem direito à 1<sup>a</sup> Instância a percorrer um decêndio para obter a solução que ele já sabe que vai obter porque ela está corporificada na jurisprudência predominante dos tribunais superiores.

E, por fim, Senador Randolfe, V. Ex<sup>a</sup>... Entendo até que tenha sido um gesto indireto de generosidade de V. Ex<sup>a</sup> com essa pergunta sobre as audiências públicas e o amicus curiae. Porque nós, no projeto do Código de Processo Civil, eu e meus eminentes professores companheiros da comissão de juristas, nós submetemos o Código de Processo Civil a toda forma de legitimação prévia de uma lei. Realizamos audiências públicas em todo o Brasil, para que todos opinassem sobre a lei. O Senado Federal realizou audiências públicas para legitimar a lei. E as audiências públicas dão uma legitimação democrática não só à lei, mas também à decisão judicial. E por isso é que V. Ex<sup>a</sup> faz uma ligação com a ideia do amicus curiae, porque evidentemente que os juízes não podem ter um conhecimento enciclopédico. Já basta a presunção absoluta da lei de que nós conhecemos todo o manancial jurídico do País. E V. Ex<sup>a</sup> sabe quantas leis por presunção absoluta os juízes têm que conhecer?

Treze mil leis. Treze mil leis federais. Esta é uma presunção de que o juiz não se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece. A figura do amicus curiae e as audiências públicas são exatamente utilíssimas na solução dos problemas que transcendem o conhecimento enciclopédico do magistrado.

Eu pediria vénia a V. Ex<sup>a</sup> para rapidamente citar um caso em que eu fui instado a julgar ainda quando juiz da 9<sup>a</sup> Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro. Por isso que o cidadão, para curar-se de um acidente vascular cerebral, submeteu-se a uma cirurgia em São Paulo, que é um grande centro médico do País, um centro avançado, com hospitais de excelência, aqui desnecessário nominá-los, e até impróprio nominá-los ou desigualá-los. Mas esse cidadão, abastado, tratou-se nesse hospital de excelência e curou-se desse AVC.

Curado desse AVC e tendo condições financeiras, a família o transportou de volta para a sua cidade de origem por meio de um jato, um táxi aéreo, que era municiado ele próprio com uma ambulância aérea. Imagine V. Ex<sup>a</sup> que seria irônico, se não fosse trágico, que, no curso dessa viagem, esse homem curado do AVC, deitado numa maca desse avião, viu desprender-se da parede do avião aquela bala de oxigênio, que caiu sobre sua cabeça.

Quatro meses depois, esse homem veio a falecer, e a indagação era a seguinte: ele faleceu de outro AVC, porque essa doença era recorrente ou havia nexo e causalidade entre a queda daquela bala de oxigênio e o ferimento causado na cabeça daquele homem?

Evidentemente, esse conhecimento enciclopédico nós não temos. E aí funcionaram como amicus curiae do juízo – no caso, o meu juízo da 9<sup>a</sup> Vara Cível – os maiores neurologistas do País.

Então, as audiências públicas tal como foram realizadas em relação à anencefalia dos fetos anencefálicos que o Supremo Tribunal Federal julgou são apenas um exemplo de muitas outras que podem ocorrer, porque legitimam as decisões judiciais, transformam a Constituição naquilo que Peter Häberle dizia que era uma sociedade aberta de intérpretes da Constituição.

E, apenas para terminar, brindando a juventude e a inteligência de V. Ex<sup>a</sup>, eu próprio, no Superior Tribunal de Justiça, fui instado a decidir um caso de fidelização numa empresa de telefonia. E me parecia que fidelidade era algo intuitu personae, algo pessoal. Eu não sabia que havia essa questão de fidelização com uma empresa; achava que aquilo era ligado ao universo humano, a fidelidade.

E, como eu não sabia do tema, convoquei um amicus curiae, um amigo da corte, a agência reguladora, que me explicou se era possível ou não uma pessoa adquirir um telefone de uma empresa telefônica, uma

linha, e depois se desprender dela e adotar, assumir uma outra empresa.

Então, o novo Código de Processo Civil, ainda submetido à Câmara, traz a figura do *amicus curiae*, para vencer esse mito do conhecimento enciclopédico do juiz e dar a solução mais justa possível.

Espero ter respondido a todas as suas indagações.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Presidente, total e plenamente satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Informo ao Plenário que ainda há doze oradores inscritos. Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza de ser breve, para encerrarmos e fazermos a apuração dos votos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Ministro Luiz Fux, nesse salto de qualidade e competência, nesse avanço na trajetória percorrida está à frente, sem dúvida, o seu passado. É ele que autorizou V. Ex<sup>a</sup> a proferir essa brilhante exposição, que nos encantou, que nos emocionou e que fez com que merecesse os aplausos de pé, fato raro nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Sou da Oposição, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Aqui já se manifestou também o Senador Aécio. Em outros momentos, a nossa postura foi diametralmente oposta – em momentos semelhantes a este, em sabatinas semelhantes a esta.

E V. Ex<sup>a</sup> não imagina a satisfação com que adotamos a postura do aplauso hoje, porque muitos se enganam, quando imaginam que é desconfortável para a Oposição aplaudir o Governo, quando ele acerta.

Ao contrário. A mim, pessoalmente, me oferece um momento de satisfação ímpar, porque me confere autoridade para me opor ao Governo em outros momentos absolutamente imprescindíveis, como tenho feito, e tantos outros colegas de oposição.

Nesse caso, nós aplaudimos a indicação da Presente da República, porque essa indicação guarda relação estreita com todos os requisitos básicos para que alguém possa alcançar o Supremo Tribunal Federal, onde estão fincados os alicerces básicos do Estado de Direito Democrático. Uma instituição tão importante para o País, que não pode ser apequenada com indicações que não mereçam aplausos quase que unâimes, já que temos neste País juristas incríveis, com competência extraordinária. Sem dúvida, os magistrados brasileiros oferecem à Nação uma perspectiva de futuro especial, em razão do seu preparo, da sua competência.

O itinerário percorrido por V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, 30 anos de estudo, de investigação, de pesquisa, de

trabalho, de exercício da magistratura como verdadeiro sacerdócio, o credencia a ser o Ministro do Supremo Tribunal Federal que o povo brasileiro deseja.

Portanto, a Oposição manifesta o seu apoio e o seu aplauso com a maior satisfação nesta hora. E é confortável poder adotar esta posição.

Eu nem faria perguntas, mas, para atender a curiosidade de algumas pessoas, resolvi fazê-las e, depois, verifiquei que deveria recuar, exatamente porque V. Ex<sup>a</sup> afirmou: “A lei é o critério do juiz”. E há questões que estão sub judice que não podem ser apreciadas neste momento. De qualquer maneira eu as registrarei. V. Ex<sup>a</sup>, com a competência reconhecida, haverá de se pronunciar sobre elas da forma que entender adequada.

V. Ex<sup>a</sup> buscou lá na constituição da Costa Rica, e que nós esperamos que seja uma regra brasileira, justiça pronta e célere. E há uma angústia em relação à prescrição, especialmente de processos que ganham notoriedade. Um deles diz respeito ao mensalão. O Supremo Tribunal Federal deverá julgar, mas há uma enorme preocupação em relação à hipótese da prescrição. Este é um registro.

O outro registro diz respeito a um projeto que ganhou também grande notoriedade, o Ficha Limpa, a questão da retroatividade para os condenados antes da promulgação da lei.

A outra questão diz respeito a Cesare Battisti. V. Ex<sup>a</sup> se referiu à justiça italiana várias vezes. O conceito do direito italiano universal é, sem dúvida nenhuma, do conhecimento de todos nós. A justiça italiana condenou Cesare Battisti, requer que o Governo brasileiro o extradite e nós estamos vivendo esse impasse há algum tempo. Sei que é também uma questão que deve provocar algum constrangimento, mas tenho o dever de registrar a V. Ex<sup>a</sup>, com a tranquilidade de quem sabe que nada o constrangerá em razão do seu preparo.

Uma outra questão, mais simples, diz respeito à vaga de suplente a parlamentares que estão aguardando uma definição desta questão: a vaga de suplente pertence ao partido ou à coligação. Já há uma liminar no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, essas são as questões e eu concluo dizendo que estamos convictos de que o Supremo Tribunal se valoriza com a sua presença.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Com a palavra, o Sr. Ministro Fux.

**O SR. LUIZ FUX** – Sr. Presidente, Sr. Marcelo Crivella, eu também gostaria de cooperar com o Senado. Vou procurar ser um pouco mais sucinto, sem deixar passar nenhuma das observações feitas por V. Ex<sup>a</sup>s.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, me traz realmente um grande desejo de voltar a fazer um mergulho no meu

passado, porque, coincidentemente, quando ingressei no Superior Tribunal de Justiça, seu irmão era o Presidente da Comissão: presidia a Comissão no momento em que eu fazia a minha sabatina. E V. Ex<sup>a</sup>, naquela oportunidade, compareceu e estava presente àquela minha sabatina; hoje, dez anos depois, está novamente aqui presente, agora na qualidade de Senador da República, me questionando sobre temas tão interessantes como soem ser esses que V. Ex<sup>a</sup> enunciou.

Senador, no que concerne à possibilidade de prescrição de determinados delitos, digamos assim, emblemáticos – e é muito importante que a decisão judicial tenha o caráter exemplar –, com relação a essa questão, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que o juiz do sistema de tripartição entrevistado por Montesquieu e que foi adotado por nós, ele não cria o Direito; ele aplica o Direito posto. E não é por outra razão que a lei estabelece o contraditório, o devido processo legal – ninguém pode ser condenado sem contraditório, sem o devido processo legal e sem o cumprimento de todas essas etapas. O que é possível é priorizar casos que efetivamente são emblemáticos e podem dar uma resposta mais ágil à sociedade. Isso não criaria nenhuma desigualdade no meu modo de ver, por quanto essa matéria não está posta, não está sub judice, e também há um interesse público em que essas questões sejam postas à opinião pública. Entretanto, o CNJ já expediu um regramento no sentido de pleitear em todos os juízos e tribunais que esses processos emblemáticos sejam julgados com prioridade.

E V. Ex<sup>a</sup> pode ter absoluta certeza – estou falando como homem de carreira: os juízes trabalham muito, os juízes trabalham incansavelmente muito! Sucedem que as liturgias processuais criadas pela lei, as etapas processuais que devem ser cumpridas não podem ser suprimidas, porque todos têm o direito ao devido processo legal. Então, mais importante para o ordenamento jurídico do que a prescrição é o cumprimento do devido processo legal. Então, por vezes isso ocorre, porque há um abarrotamento muito grande.

Eu darei um dado aos senhores que é absolutamente estarrecedor. participei recentemente de um evento com Ministros do Superior Tribunal de Justiça da Alemanha, juízes da Suprema Corte americana, e os dados são estarrecedores. O Superior Tribunal de Justiça tem um acervo de 260 mil processos; o Supremo Tribunal Federal, em números atuais, tem 88 mil processos, depois que surgiu a repercussão geral. O Superior Tribunal de Justiça da Alemanha julga por ano 3 mil processos; eu recebo por mês no meu gabinete mil ou mil e quinhentos processos. Eu recebo por mês; eles julgam por ano, dividindo entre todos eles. Cada Ministro! A Suprema Corte americana julga 90 casos

por ano. Para nós, cada voto seria um livro. Daria para escrever um livro.

Tem alguma coisa errada. Efetivamente, tem alguma coisa errada, e a coisa errada não é o Judiciário, porque eu volto a repetir: nós temos de cumprir a lei, nós temos de julgar 250 mil processos. Há hoje em tramitação um milhão de ações de poupadore em caderneta de poupança. Se nós não utilizarmos a metodologia com a devida vênia que é proposta pelo Senado Federal, através do código, do incidente de resolução de causa repetitiva; ou seja, as cortes superiores definem a tese jurídica. Ela é aplicável generalizadamente a todas as ações individuais.

As ações individuais podem prosseguir com seus pedidos próprios, mas aquela tese jurídica tem de valer para todos. Se todos são iguais perante a lei, devem ser iguais perante a Justiça. Isso é um mecanismo que se utiliza para impedir o abarrotamento dos tribunais. O milhão de ações de poupadore se transformou em um milhão de recursos. Quem frequenta o Judiciário sabe perfeitamente que é impossível qualquer tribunal do planeta julgar, em prazo razoável, um milhão de recursos. Então, temos de criar instrumentos legais para evitar esses malefícios da duração do tempo do processo.

O legislador constitucional agora, efetivamente, abriu ao legislador infraconstitucional a possibilidade de criar um procedimento célere, como são os procedimentos do novo Código, com essa cláusula pétreia da duração razoável dos processos – é uma cláusula tão eficiente que, na Comunidade Europeia, há condenações de Estados soberanos pela demora da prestação da justiça.

V. Ex<sup>a</sup>, com o bom senso que lhe é peculiar, já ressalvou que eu não posso me pronunciar sobre determinados casos sub judice, mas, para não deixar de homenagear V. Ex<sup>a</sup>, eu arrolei neste pequeno caderno todas as questões que estão sub judice. É muito delicado nós, aqui, deixarmos entrever qualquer tipo de opinião sobre causas que estão sob a apreciação do Supremo Tribunal Federal. Primeiro, porque não sou membro do Supremo Tribunal Federal, vou me submeter à aprovação de V. Ex<sup>a</sup>s. Eu não posso me pronunciar nessa qualidade nem com essa inspiração ainda. Em segundo lugar, se V. Ex<sup>a</sup>s me honrarem com a aprovação, eu estaria impedido e, então, a minha vitória seria uma vitória de Pirro para a Nação. Mas como eu não quero deixar de homenagear V. Ex<sup>a</sup>, digo que, em relação à questão da ficha limpa por exemplo, que efetivamente está sub judice, há dois critérios em contraposição: o critério da irretroatividade e o critério da possibilidade de o juiz poder individualizar, especificar a pena de cada caso concreto – isso não interferiria

no processo eleitoral. São prejudiciais, premissas básicas pelas quais eu, se honrado com a aprovação, terei de passar e não posso me adiantar com relação à ficha limpa.

No caso Battisti, as questões postas são as seguintes. A extradição já foi decidida, mas decidiu-se também que a última palavra cabia ao Presidente da República. As questões postas são: a discricionariedade, a obrigatoriedade do cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, que concluiu pela extradição... Não vou participar do julgamento da extradição, mas, eventualmente, do julgamento de uma reclamação sob o pálio da alegação de que o Presidente não cumpriu a decisão do Supremo Tribunal Federal. Estas questões se põem: se é discricionário ou não, se há tratado e ele tem ou não o dever de entrega. As respostas, o Supremo dará com a composição que o destino entender cabível no momento oportuno.

E o mesmo – perdoe-me o Senador Alvaro Dias – ocorre com relação a essa vaga de suplente: se pertence à coligação ou se pertence ao partido. Eu apenas queria homenagear V. Ex<sup>a</sup>s com a informação de que eu não menosprezei a sabatina, preparei-me para todas as questões, inclusive, para citar aquelas em que não posso exteriorizar a minha opinião.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Eu só quero, evidentemente, concordar com a posição adotada pelo Ministro Luiz Fux. Antecipei-me, inclusive, dizendo que entendia que o critério é a lei, e a lei recomenda essa postura de cautela, mas esses assuntos não podem ser ignorados, eles devem estar na pauta e, por isso, eu os trouxe à presença de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ FUX** – Agradeço muito...

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Mas nós conseguimos interpretar um pouco olhando a expressão de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. LUIZ FUX** – Aí, então, é preciso fazer a sabatina de novo!

Então, eu gostaria de dar os parabéns porque eu próprio não consegui interpretar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com a palavra o nobre Senador Magno Malta.

Ausente S. Ex<sup>a</sup>, com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Senador Eunício Oliveira, Sr. Relator Marcelo Crivella, prezado Ministro Luiz Fux, primeiramente parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela indicação ao Supremo Tribunal Federal. O Ministro vem cumprindo, com brilhantismo, a função jurisdicional, uma carreira iniciada no Rio de Janeiro, juntamente com a nobre profissão de professor universitário, e é também a uma das referências nacionais em Direito Processual Civil, tendo colaborado, como

aqui já foi falado, de forma destacada para o estudo da reforma do Código de Processo Civil.

Quando o Ministro iniciou sua fala – eu nunca o havia escutado – logo fiquei muito encantada, porque quem fala em devaneio e sonho, em uma situação tão importante e tão séria como essa, é, pensei, uma pessoa que vai levar para aquela Casa devaneios, sonhos e aspirações. E uma sociedade justa se constrói com devaneios e sonhos. Fiquei, então, muito feliz com esse início, que foi a primeira ou segunda frase que V. Ex<sup>a</sup> aqui pronunciou.

Tenho algumas questões que não sei se são respondíveis ou não, mas se V. Ex<sup>a</sup> considerar que chegam perto de qualquer impedimento, não as responda, porque já percebi sua humanidade e a sua busca pelo respeito e dignidade das pessoas. Então, pule rápido, porque eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> estivesse lá para defendê-las.

Recentemente foi desarquivado o Projeto de Lei da Câmara Nº 122, de 2006, que criminaliza a homofobia. Entendo que a Constituição Federal, ao garantir a dignidade humana e a promoção do bem de todos, sem preconceito ou discriminação, objetiva proteger e garantir integridade física e emocional da população LGBT. Qual o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>, como pretendente ao cargo de Ministro do STF, em relação à criminalização do preconceito ou descriminação de gênero, orientação sexual e identidade de gênero?

Outra questão: a Lei Marinha da Penha. Essa lei foi uma conquista do Movimento de Mulheres. Nós, mulheres, lutamos muito pela aprovação dessa lei, tendo em vista os alarmantes números de violência doméstica presentes na nossa sociedade, que atinge a marca de uma mulher ser espancada a cada quinze segundos no Brasil. Muito além de uma finalidade pedagógica, a Lei Maria da Penha tem como objetivo a punição mesmo, a punição dos agressores e a proteção das mulheres ameaçadas de violência no âmbito doméstico. Recentemente a 6<sup>a</sup> Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu ser possível a suspensão do processo sem cumprimento de prisão por parte do agressor. Gostaria de saber o ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup>: trata-se se retrocesso na conquista dos direitos das mulheres? Essa flexibilização não nos faria retornar à situação anterior à edição da lei?

Outra questão: um dos maiores problemas do Poder Judiciário é a falta de rapidez, que V. Ex<sup>a</sup> já mencionou – acho que podemos até pular essa parte. Por outro lado, o acesso à Justiça é pela população de baixa renda. Esse acesso ainda é difícil, não é pleno, em especial porque é preciso ter acesso à Defensoria Pública, que é uma instituição que deveria ser mais valorizada. Sob o ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup> qual o papel do

Supremo Tribunal Federal para tornar o acesso à Justiça mais amplo, atendendo aos anseios da população, em especial às pessoas de renda mais baixa?

A última: muito se fala acerca da reforma política. Em 2009, o Poder Executivo enviou ao Congresso diversos projetos de lei propondo alteração da legislação eleitoral. No mesmo sentido, tramitam tanto na Câmara quanto no Senado, proposições relativas ao tema. No ano passado, foi constituída nesta Casa uma comissão de juristas presidida pelo Ministro Tófoli para estudar e apresentar uma proposta de reformulação do código Eleitoral. E já nesta Legislatura, o Presidente desta Casa, José Sarney, tem declarado que vai instituir uma comissão de Senadores para elaborar uma proposta de reforma política.

Na opinião de V. Ex<sup>a</sup>, que tipo de alteração legislativa ou até constitucional seria necessário? Ou, para ser mais breve, qual seria, na visão de V. Ex<sup>a</sup>, a mais importante, para adequar a estrutura política brasileira, pensando numa melhor representação dos cidadãos?

Obrigada.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/ PT – RJ) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente Eunício.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Pois não.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/ PT – RJ) – Não seria o caso, agora, de levar em consideração a sugestão feita pelo Senador Lobão, para o Ministro responder ao final, para darmos velocidade aos procedimentos?

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Pode ser. Da minha parte, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Submeto ao Plenário a proposta de V. Ex<sup>a</sup>, já que o Senador Lobão está ausente.

Estão todos de acordo com essa proposta? (Pausa.)

Então, Ministro, com sua permissão, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> anotasse as perguntas.

**O SR. LUIZ FUX** – Eu pediria uma gentileza, se possível. Às vezes, se a indagação é profunda e é feita rapidamente, não tenho condições de anotar. Eu poderia anotar somente o tema, para eu cumprir meu requisito.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Sei que fui muito rápida.

**O SR. LUIZ FUX** – Não, não, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> anotou?

**O SR. LUIZ FUX** – Anotei tudo.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Então, está bom.

**O SR. LUIZ FUX** – Só a da Lei Maria da Penha é que escapou, mas vou contar de novo.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Era só para saber se a flexibilização vai ser um retrocesso na lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Luiz Fux, inicialmente, expresso minha palavra de regozijo e de entusiasmo pela indicação do nome de V. Ex<sup>a</sup> para ocupar posto tão elevado numa instituição tão importante para o equilíbrio da Federação brasileira, que é o Supremo Tribunal Federal (STF).

Para ser rápido e dar vez a outros Senadores, eu enfocaria, em primeiro lugar, um pronunciamento do Ministro Peluso, Presidente do STF, por ocasião da inauguração do Ano Judiciário, quando S. Ex<sup>a</sup> propôs a implantação de um novo Pacto Republicano. Dois deles tramitaram no Congresso Nacional e, sem dúvida alguma, resultaram no benefício de uma maior celeridade nos processos, de um maior acesso do povo às ações e às demandas propostas perante o Poder Judiciário.

Agora, com o 3º Pacto Republicano, naturalmente, será alcançada, ainda com maior vigor, a dignidade da pessoa humana, que, efetivamente, é o objetivo de todos nós, do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. É natural que o Poder Judiciário tenha se defrontado com três equações importantes: a celeridade, a eficiência e a segurança jurídica. Por maior que seja a necessidade de se dar maior celeridade às questões judiciais, há preocupação com a aplicação da eficiência e também da segurança jurídica, para que ninguém, num Estado Democrático de Direito como o nosso, seja prejudicado no seu direito de defesa, no seu direito de propor, perante o Judiciário, num tempo razoável, o que considera importante assegurar na sua defesa.

No 1º Pacto, assinado em 2004, houve a aprovação do CNJ, com o controle administrativo e financeiro do Judiciário, que redundou numa estratégia positiva para uma maior credibilidade do Poder Judiciário, inclusive punindo na própria carne: juízes que não se coadunavam, no seu comportamento ético e profissional, com as diretrizes do Judiciário. E foram estabelecidas regras importantes, como a súmula vinculante e a regra da repercussão geral, a que V. Ex<sup>a</sup> já se referiu. No 2º Pacto, em 2009, acesso universal à Justiça, especialmente para os necessitados, e aprimoramento

da prestação jurisdicional, com a razoável duração do processo e a prevenção de conflitos. E, afinal, o aperfeiçoamento das instituições do Estado, com o fortalecimento da segurança pública, combinando políticas de combate à criminalidade com ações sociais.

Em resumo, os dois pactos estabeleceram essas regras principais, esses mecanismos de defesa do cidadão e do aprimoramento da Justiça.

Eu gostaria de saber, apenas, de V. Ex<sup>a</sup> se vai participar ativamente, como participou da elaboração do Código de Processo Civil – tive o prazer e a honra de aqui, no Senado Federal, me entender diversas vezes com V. Ex<sup>a</sup>, ao lado de Valter Pereira, eu era o Vice-Presidente da Comissão... Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> irá participar ativamente da formulação dessa nova idéia do 3º Pacto.

Na sua opinião... Já que isto não se trata de um julgamento, V. Ex<sup>a</sup> pode falar abertamente, não é? Trata-se da elaboração de um anteprojeto, que será enviado finalmente ao Poder Legislativo e que terá repercussão perante a sociedade brasileira, notadamente para aqueles que têm ânsia de justiça, de acesso mais facilitado ao Poder Judiciário. Na sua opinião, quais as novas regras que poderiam ser consubstanciadas, para aprovação pelo Congresso Nacional, no 3º Pacto Republicano?

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Meus parabéns! Que Deus o ajude!

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Sr. Ministro Luiz Fux, queremos inicialmente parabenizá-lo, dizer que compartilhamos da emoção de V. Ex<sup>a</sup>, por ocasião da sua fala. Quero também dizer que, hoje, estamos tendo a chance, a oportunidade, de votar no que, posso dizer, foi um grande acerto da nossa Presidente Dilma: a escolha do nome de V. Ex<sup>a</sup>. Estamos tendo a chance de votar num dos melhores nomes possíveis para compor, de fato, o Supremo Tribunal Federal, alguém de qualificada experiência, de respeito e qualidade técnica, e que tenha a qualidade que mais primo num magistrado: a intransigência na defesa dos direitos humanos.

Então, é importante que nós tenhamos mais um defensor dos direitos humanos no Supremo Tribunal Federal, capaz de levar a sensibilidade e a preocupação com a pessoa humana para as decisões. Isso é importante, uma vez que sentenças podem ser proferidas através apenas da frieza das leis impostas pelos códigos. Só que a vida, os problemas humanos não são regidos de forma cartesiana, onde todo caso terá correspondência com uma repercussão legal. Pelo contrário, cada sentença tem um quê de subjetividade, em

que a competência moral, o comprometimento técnico e as ideologias devem atuar. E é nesse ponto que devo louvar esse comprometimento do nosso futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal – V. Ex<sup>a</sup>, Luiz Fux – com os direitos humanos.

Várias questões polêmicas e que envolvem direitos humanos estão em discussão no Supremo Tribunal.

E, principalmente, que tenha cada vez mais um pensamento progressista, para que tenhamos avanços em diversas questões para que possamos superar velhos entraves que ainda orbitam o nosso direito, como direitos não reconhecidos e entendimentos arcaicos de nossa legislação. Essa minha, digamos, comemoração, pode ser corroborada por sua atuação irretocável no Superior Tribunal de Justiça e, mais recentemente, na elaboração do novo Código de Processo Civil, que aqui foi lembrado por diversos outros Senadores que, com toda certeza, trará avanços importantíssimos para a transparência e celeridade dos processos judiciais.

Nós que militamos pelos direitos humanos temos a plena convicção de sua postura no Supremo Tribunal Federal, que a sua presença no Supremo Tribunal Federal honrará nossa luta e será um representante de nossos anseios naquela corte.

Quero, então, neste momento, parabenizar mais uma vez o Ministro Luiz Fux; desejar muita sorte nessa nova caminhada. Na verdade, eu gostaria aqui de poder também sabatinar. Mas a questão que eu gostaria de abordar já foi levantada por outros Senadores, que é a questão da judicialização da política. Então, outros Senadores já se colocaram com relação a esse ponto, e já me sinto contemplada. Então, para finalizar, quero mais uma vez parabenizá-lo, desejar boa sorte, que realize um belíssimo trabalho e que Deus o abençoe nessa caminhada que, com certeza, será belíssima, que trará muitos benefícios para o nosso povo, principalmente na área dos direitos humanos, que é uma área que nós defendemos e atuamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senadora Ana Rita.

Conforme o combinado, V. Ex<sup>a</sup> vai se manifestar no final da interpelação dos oradores inscritos.

O próximo orador inscrito a sabatinar é a Senadora Marinor Brito.

Com a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA MARINOR BRITO** (PSOL – PA) – Boa tarde a todas e a todos. Quero saudar todos os componentes da Mesa, saudar o Ministro Luiz Fux, todos os Senadores e Senadoras presentes nesta reunião, a Imprensa de um modo geral, os funcionários da Casa. Quero dizer ao Ministro que a Liderança do PSOL, nesta Casa, recebeu o nome de V. Ex<sup>a</sup> com muita

alegria, sobretudo porque temos acompanhado, por meio de vários parceiros advogados a trajetória de V. Ex<sup>a</sup> no STJ.

A magistratura brasileira, pela primeira vez, me parece, nos últimos anos, não fez qualquer crítica destrutiva, qualquer reclamação da indicação do nome de V. Ex<sup>a</sup>. Parece-me que há um movimento de contentamento desse segmento com a indicação de V. Ex<sup>a</sup>. Eu tinha, como todos aqui, me preparado para fazer várias perguntas e na aula, como alguns já se referiram, que V. Ex<sup>a</sup> nos proferiu, de Direito, V. Ex<sup>a</sup> adiantou muitas questões que, para nós do PSOL, são importantes, como a questão do ativismo judicial, o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da isonomia e a cada resposta tem demonstrado com firmeza que está disposto a ocupar a vaga no STF com dignidade, com sensibilidade e com preocupações com a situação de calamidade pública que setores importantes da população brasileira têm passado.

Venho de uma região do Pará, fui eleita para o primeiro mandato, onde a fome e a miséria do povo ainda são uma constante. O Pará é campeão de trabalho escravo; o Pará é campeão de desmatamento; o Pará é campeão de violência sexual contra crianças e adolescentes; o Pará é campeão de analfabetismo naquela região; e, em muito, a falta de ação da Justiça tem colaborado para a permanência desses crimes contra o povo da nossa região.

Recentemente, o Senado Federal realizou... Aliás, pela segunda vez, porque em 2003 realizou uma CPMI de enfrentamento da violência sexual e, agora, realizou uma CPI da Pedofilia, que acabou gerando, na nossa região, uma pressão no que a gente chama rede de proteção, e acabou existindo, em função da ação parlamentar, uma cobrança sobre o Judiciário paraense para que os crimes cometidos contra crianças e adolescentes, sobretudo os crimes sexuais, lá que inclusive foi o Estado em que se deu a inédita criação da Vara da Infância e da Adolescência, e, por conta da pressão social, nós acabamos fazendo com que o Judiciário realizasse um mutirão de julgamentos de processos que estavam engavetados em vários Municípios do Pará.

O Conselho Nacional de Justiça realizou, recentemente, um mutirão carcerário, que acabou identificando as péssimas condições de saúde e de superlotação, dos cárceres, permitiu a avaliação de mais de cem mil casos, de mais de cem mil processos judiciais.

Eu penso que a expectativa do povo em relação ao Poder Público, nas suas várias esferas, é muito grande para que ações como essas possam ajudar a dar celeridade, possam ajudar no enfrentamento de questões que nem sempre estão ligadas diretamente

ao Executivo, mas, em muitos casos, ao Judiciário, que tem permitido a impunidade lá no Pará.

Vocês acompanham nos noticiários nacionais a quantidade de crimes no campo. Inclusive, agora, dia 12, contam-se cinco anos da morte da irmã Dorothy. E eu vou me deslocar para a cidade de Anapu a fim de acompanhar as reivindicações do movimento, uma vez que a situação em Anapu continua tensa, os madeireiros continuam pressionando os trabalhadores.

Então, eu queria saber de V. Ex<sup>a</sup> se acha que é possível o STF realizar ações como essas nesses setores, como o de crimes de pedofilia, crimes de homofobia, crimes contra as ditas minorias e contra esse povo explorado da Amazônia.

Queria, para finalizar, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a nossa expectativa também é muito grande em relação aos debates que estão na pauta do Supremo. Eu vim a esta Casa originária da Lei da Ficha Limpa e, obviamente, gostaria de sair daqui com algumas respostas. Mas já estou muito satisfeita com as expressões e as colocações de V. Ex<sup>a</sup>. Eu acho que está na hora de virar uma página triste da história do nosso País, a história onde o poder econômico, onde o abuso e a utilização da máquina pública a serviço da manutenção do poder precisam ser extintos.

Então, parabenizo V. Ex<sup>a</sup>. Infelizmente não tivemos oportunidade de conversar com V. Ex<sup>a</sup> antes, mas a nossa bancada inteira está torcendo e desejando êxito a V. Ex<sup>a</sup>, que pode contar, aqui nesta Casa, com os dois Senadores, do Pará e do Amapá, do Partido Socialismo e Liberdade.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com apalavra o Senador Lobão filho.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Wilson Santiago.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, encerrou-se no plenário da Câmara a Ordem do Dia. Consequentemente, os oradores inscritos também. Do Senado Federal, melhor dizendo. É o costume, companheiro. Então, eu gostaria de apelar a V. Ex<sup>a</sup> que submetesse ao plenário, que fizesse um apelo aos demais integrantes do plenário, para, se possível, resumirmos as nossas interpelações, eu digo até perguntas, ao Ministro, já que todos os temas em discussão submetidos, sub judice, no Supremo Tribunal Federal já foram... a opinião do futuro Ministro já foi dada. Por isso, se houver possibilidade de agilizarmos a discussão, a votação, a sabatina aqui na Comissão, seria essencial para o Presidente não ser obrigado a

encerrar a sessão e até convocar uma outra sessão extraordinária...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Wilson Santiago...

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB)

– Só esse apelo. É só esse apelo. Acredito...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Wilson Santiago, agradeço a participação de V. Ex<sup>a</sup> e concedo a palavra ao nobre Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Ministro Fux, sem querer ter a pretensão e a petulância de fazer indagações com a pertinência técnica do nosso Senador Pedro Taques e tantos outros, queria apenas fazer um singelo registro; singelo, mas intenso registro.

Eu raras vezes vi unanimidade em qualquer coisa. A unanimidade por si já é rara. Algumas vezes vi unanimidade nas Comissões na indicação de membros de Agência ou de Ministros porque, às vezes, é uma tradição desta Casa a unanimidade nesse setor. Mas, Ministro Fux, V. Ex<sup>a</sup> é o monarca da unanimidade, porque, além da unanimidade na votação que possivelmente venha, V. Ex<sup>a</sup> é uma unanimidade nas opiniões – e isso é raro.

Não ouvi uma opinião divergente ou contrária, o que é natural no processo democrático, em indicações de cargo relevante como o de V. Ex<sup>a</sup>. Eu vi uma unanimidade de opiniões e opiniões muito positivas. Imaginei, no início, que fosse consequência da notória sapiência jurídica de V. Ex<sup>a</sup>, corroborada até por esse extenso currículo, que mais parece um compêndio do que um currículo – de tão pesado parece até uma arma ninja. Mas descobri, depois da fala de V. Ex<sup>a</sup>, que não é por conta do currículo; eu diria até que é por conta da figura humana que V. Ex<sup>a</sup> demonstrou ser aqui a esta Comissão. Fiquei profundamente admirado de suas posições.

Eu já sabia, depois que ouvi o relatório do Senador Marcelo Crivella, que sua participação no Supremo Tribunal Federal seria certamente abençoada por Deus, porque o relatório dele foi lido quase como que uma oração. Mas agora percebo que a sua vida toda foi abençoada por Deus pela posição que aqui declinou a esta Comissão. Então, fico feliz e satisfeito em ver que teremos um Ministro abençoado por Deus em cada atitude, em cada linha, em cada palavra, em cada sentença dada nesse importante, e mais importante, tribunal do nosso País.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Luiz Fux, e mais do que a V. Ex<sup>a</sup>, parabéns ao País que terá um ministro de sua estirpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Presidente Eunício, eu ia até declinar da minha fala, Ministro Fux, haja vista o adiantado da hora e nós queremos votar no plenário, mas, em vez de declinar, vou resumi-la, até porque seria cobrado pelo povo do Rio de Janeiro, Senador Crivella, que apresentou aqui um brilhante relatório. O Senador Dornelles fez uma fala no plenário desta Casa fantástica e até o Senador Aécio Neves, que é Senador por Minas Gerais, mas é tratado informalmente no Rio de Janeiro como quarto Senador na Casa, também falou. Então eu me sinto no dever de rapidamente falar aqui da alegria do povo do Estado do Rio de Janeiro, do sentimento nos meios acadêmicos e intelectuais, do orgulho do Rio de Janeiro com a vossa indicação. O senhor – eu queria destacar aqui – passou em todos os concursos, Senador Demóstenes, em primeiro lugar, na Promotoria, como Juiz. E eu queria ressaltar um aspecto que está claro na fala do Desembargador Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nélson Calandra: “A indicação do Ministro Luiz Fux para o STF representa uma belíssima vitória para a magistratura brasileira. É também demonstração da sensibilidade da Presidente e do Ministro da Justiça. Era uma reivindicação antiga da classe, de que houvesse mais juízes de carreira no Supremo”.

Está aqui também o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Gabriel Wedy, que diz que o principal pedido da Ajufe era que o escolhido fosse um juiz de carreira. “É com grande alegria e satisfação que recebemos a notícia da sua indicação. Ele é juiz de carreira e, certamente, emprestará seu notório saber jurídico exigido pelo texto constitucional aos trabalhos feitos pelo STF”.

Não quero me alongar, mas quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> emocionou esta Casa ao falar de sua família, ao falar de seu pai; não só por isso, mas ao falar de valores éticos, de responsabilidade social, de mostrar verdade. Os Senadores viram. E eu falo muito isso das nossas eleições, Senador Pedro Taques. Eu digo que, quando nós falamos pela televisão, o povo vê quem está falando a verdade, com entusiasmo. E isso passou aqui no Senado Federal.

Eu tinha preparado três perguntas, que, com certeza, já foram feitas por outros Senadores, e o senhor vai responder coletivamente agora. Uma, rapidamente, é sobre a judicialização da política. Eu não quero falar de casos concretos, mas houve a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o caso da suplência no Parlamento. O Supremo decidiu uma coisa. A Câmara

está empossando os suplentes da coligação. Esse é um caso que não envolve só a questão da suplência. Mas existe nesta Casa, no Congresso Nacional, uma vontade muito grande de separar áreas, de delimitar competências entre os Poderes.

Queria falar também, e vejo como é forte a sua defesa desse princípio, do ativismo judicial, a defesa de direitos do cidadão. Mas V. Ex<sup>a</sup> falou aqui também de um certo equilíbrio com o princípio da reserva do possível. E eu queria falar do outro lado.

O senhor sabe que nós estamos com um problema, Ministro Fux. Um dos maiores problemas da Frente Nacional dos Prefeitos hoje é com os exageros. O senhor sabe que nós temos uma grande dificuldade hoje no Brasil de acharmos pessoas que queiram assumir as Secretarias de Saúde. As pessoas querem ser consultoras, porque às vezes há decisões judiciais que pedem que, em 24 horas, se entregue um medicamento muito difícil de se encontrar no mercado. Esta é uma realidade concreta da vida do nosso País hoje: os Secretários de Saúde se escondem para não serem presos. Eu não quero abrir mão aqui da lógica do ativismo judicial, da defesa dos direitos do cidadão. Isso é fantástico. Agora, qual é o equilíbrio contra os exageros?

Por fim, o senhor, pela sua atuação fantástica como Ministro do STJ, se notabilizou pela defesa da celeridade, da velocidade, pela luta contra a lentidão da Justiça. E V. Ex<sup>a</sup>, quando presidiu a comissão para apresentação do anteprojeto do Código de Processo Civil, demonstrou essa preocupação. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> falasse, rapidamente, sobre isso. Não precisa se alongar. E também sobre os planos para a luta contra a lentidão, a luta para dar velocidade à Justiça.

Ao encerrar, como representante do Estado do Rio de Janeiro, eu não poderia deixar de – espero que todos me compreendam – felicitá-lo. O senhor passou aqui uma certeza para todos nós. Não estou falando para agradá-lo. Tenho certeza de que, pelas suas ideias, pela sua vontade, pelo seu compromisso com a realidade do povo que mais precisa no nosso País, eu acho que o senhor tem tudo para fazer história no Supremo Tribunal Federal.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. E transmito aqui o sentimento do povo do Estado do Rio de Janeiro, que está orgulhoso com a vossa indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com a palavra o nobre Senador, ex-Presidente desta Comissão a quem tive a honra de substituir, Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Sr. Ministro Luiz Fux, Sr. Conselheiro Nelson Tomás Braga, primeiro

quero reconhecer o valor de V. Ex<sup>a</sup>, todos já o fizeram, mas V. Ex<sup>a</sup> realmente é alguém da área do Direito e eu espero que o Supremo doravante possa ser composto dessa forma. Como disse o presidente da Associação Nacional dos Magistrados, Desembargador Calandra, de São Paulo, é de muito bom alvitre que o Supremo Tribunal Federal também volte a ser composto não exclusivamente, mas por magistrados de carreira e por magistrados oriundos do Superior Tribunal de Justiça, como já era tradição no passado. V. Ex<sup>a</sup> vem resgatar essa tradição e eu parabenizo a Presidente Dilma Rousseff por ter feito essa indicação.

Lembro até que participamos de um evento em São Paulo, outro dia, de um painel, eu, V. Ex<sup>a</sup>, o Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Toffoli e mais o advogado Arnold Wald. Eu contei essa história e vou contar novamente, porque era um público muito restrito, até para lhe fazer uma pergunta.

Outra dia, Senador Pedro Taques, eu fui a um salão cortar o cabelo, pasme V. Ex<sup>a</sup>, às vezes meu cabelo chega até a ficar em pé. Lá encontrei uma colega advogada, talvez tenha feito a pergunta mais infeliz da minha vida, fui extremamente indelicado. Perguntei para ela: quantos anos você tem? Ela disse: Senador, não posso dizer isso porque o Supremo ainda não decidiu quando é que se dá o nascimento com vida.

Eu contei essa história só para dizer – naquela oportunidade não houve chance de debate –, somente para questionar a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Fux, se em algum momento o Supremo tem abusado da edição da súmula vinculante. E pego como exemplo a súmula que ficou conhecida como a súmula das algemas. Parece que ali, a despeito da Constituição Federal dizer claramente que essa súmula será editada após reiteradas decisões sobre matéria constitucional e quando haja controvérsia atual acerca do tema, o Supremo editou. Talvez até naquele momento houvesse um certo temor no Brasil de que nós descambássemos para o estado policial. Talvez por isso o Supremo tenha feito dessa forma. Mas aproveito para perguntar, indagar a V. Ex<sup>a</sup>, que brilhantemente presidiu a comissão de juristas que acabou por elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil, que já se transformou em projeto, que já foi votado pelo Senado e está na Câmara – V. Ex<sup>a</sup> encontrou a solução para a área cível –, se também o Superior Tribunal de Justiça e talvez até outros tribunais superiores não deveriam também ter a súmula com efeito vinculante até, talvez, a repercussão geral. Qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre esse tema?

Algo que nós discutimos aqui muito, e esse tema não está posto na Justiça, é sobre crime organizado. Dois institutos tiveram uma polêmica grande aqui, tanto que é que ainda não encontrou votação o projeto da

lei do crime organizado. Então, queria saber a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre esses dois institutos que constam do projeto: a infiltração de agentes e a ação controlada por parte do magistrado para determinar em que momento a prisão... deixando que... quando uma organização criminosa se encontre praticando determinados delitos, até que momento isso pode acontecer para que o Poder Judiciário tenha obtido maiores provas ou a polícia tenha obtido maiores provas e possa com isso desencadear um processo mais efetivo de prisão daqueles agentes.

Qual é a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre esses dois institutos?

O Ministro Joaquim Barbosa sugeriu – e nós incluímos no novo Código de Processo Penal, já votado aqui, primeiro no anteprojeto e, depois, no novo Código – que, em caso ou nos casos da interposição de recurso extraordinário e recurso especial, todas as vezes em que houver essa interposição se suspenda o prazo de prescrição. Por quê? Porque, segundo ele, segundo outros Ministros do Supremo Tribunal Federal, quase sempre esses recursos são usados na área penal apenas para procrastinar, o efeito é meramente procrastinatório, já sabem que não terão resultado, mas, com isso, muitas vezes, acabam garantindo a impunidade pela obtenção da prescrição.

Um outro problema que nós discutimos aqui, até no projeto sobre lavagem de dinheiro que também não conseguimos avançar por conta especificamente dessa polêmica, é o desejo do Ministério Público, da Polícia e do Poder Judiciário, especialmente de seus agentes que atuam nessa área, que dados cadastrais que não configurem quebra de sigilo possam ser acessados diretamente tanto pela Polícia quanto pelo Ministério Público, assim como alguns outros órgãos, como Banco Central, Tribunal de Contas da União, outros tribunais, Coafe. Qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre isso?

V. Ex<sup>a</sup> entende que pode o Ministério Público fazer investigação em determinados casos e com determinadas regras preestabelecidas? Uma briga existente entre a Polícia Civil e a Polícia Militar acabou também atrapalhando uma idéia, que o Supremo Tribunal Federal até já decidiu a respeito, de que pode a Polícia Militar lavrar os Termos Circunstâncias de Ocorrência, os chamados TCOs. Por quê? Porque, num voto até muito bonito do Ministro Ayres Britto, acompanhado por praticamente todo o Supremo, ele diz que ali não há qualquer elemento de cognição e simples anotação do que aconteceu para remessa a autoridade policial, que é o delegado de polícia, e depois composição pelo Poder Judiciário e juizados especiais de primeiro grau. Qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup>: a PM pode lavrar o TCO?

A revista Veja traz, esta semana, uma matéria que nós discutimos aqui amplamente nos últimos oito anos e que não conseguimos aprová-la. Por quê? Também embora a Magistratura, o Ministério Público e outros agentes do Direito sejam favoráveis à criação do chamado RDD Max ou Supermax, até obedecendo a um preceito constitucional que diz que os estabelecimentos serão adequados para cada tipo de crime praticado, grau de periculosidade do agente e que as penas serão cumpridas de forma progressiva etc., mas nós tentamos implantar aqui o RDD Max. Foi aprovado o RDD.

O que é o RDD Max ou Supermax, que o Brasil é até signatário de tratados e convenções internacionais de direitos humanos para adoção aqui? Independentemente da prática de qualquer ato criminoso dentro do presídio, o magistrado, já pelo comportamento do réu, pelo longo cabedal de crimes que ele cometeu, especialmente se ele pertencer ou comandar organização criminosa, pode dizer qual o prazo que ele deve ficar isolado e quais as condições do isolamento. Naquela ocasião, preferiu o Congresso – e com pressão muito grande do Governo Federal – aprovar o atual sistema em que o regime disciplinar é imposto por dois anos, prorrogados por mais dois anos, desde que a pessoa tenha praticado algum delito ou alguma grave infração dentro do presídio, quando nós sabemos que um grande delinquente, um comandante de crime organizado não faz nada, manda fazer, não é verdade? Então, qual é a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, se é possível, constitucionalmente, a adoção desse regime disciplinar diferenciado.

Outro problema que nós atravessamos aqui foi a supressão do exame criminológico, porque o Governo também – e, veja só, não foi só este Governo, o governo anterior também; então, não é uma questão de governos, mas uma questão de Estado. Mas o Governo quis esvaziar os presídios, inclusive com grandes delinquentes, com delinquentes que praticaram crimes graves, e aboliu o exame criminológico. Então, qual é hoje o requisito para uma pessoa ser posta imediatamente em liberdade, se cumprido determinado período, ter direito à progressão ou ao livramento condicional? É que ela tenha cumprido aquele lapso temporal e que não tenha também praticado nenhuma falta dentro do presídio, que tenha um bom comportamento carcerário.

Com isso, praticamente todos os delinquentes do Brasil, independentemente da quantidade ou da qualidade dos crimes cometidos, terão direito à progressão e terão direito naturalmente ao livramento condicional. V. Ex<sup>a</sup> pensa se nós podemos ou não adotar novamente o exame criminológico, que condiciona a uma junta médica um prévio parecer sobre a condição ou não

de periculosidade – vamos usar esse termo – daquela pessoa presa, daquele delinquente preso, no momento em que ele tenha ou não o direito à progressão, independentemente do tempo cumprido. É claro que o magistrado também pode desprezar, fundamentadamente, o laudo que lhe será submetido.

Então, qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre o exame criminológico?

Agradeço e parabenizo V. Ex<sup>a</sup>.

Apenas ao nosso querido Presidente, Eunício: quando o nosso Senador Pedro Taques propôs que a votação fosse feita ao final, ele propôs, primeiramente, para cumprir a Constituição. E V. Ex<sup>a</sup>, que é um Parlamentar de larga experiência: muitos querem votar imediatamente, para poderem realizar outras tarefas, inclusive de cunho parlamentar. Mas evidentemente que acaba sendo um desrespeito para o sabatinado quando isso acontece, porque nós chegamos ao final da sessão plenamente esvaziados. E todos sabem que o Ministro Fux e outros Ministros que serão aqui indicados merecem a atenção plena de todos os Srs. Senadores até o final. E é claro que V. Ex<sup>a</sup> foi democrático, V. Ex<sup>a</sup> agiu, inclusive regimentalmente, delegando essa decisão ao Plenário desta Casa, mas talvez o melhor caminho seja realmente abrir ao final para que, até o final, embora com o sacrifício de muitos, possam todos ficar aqui, até para beber da sabedoria do Ministro Fux e de outros tão grandes quanto ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Demóstenes, é que o Ministro Fux foi tão brilhante na sua apresentação que os Srs. Senadores pediram essa dispensa. E eu imaginava que a gente, com essa posição, pudesse agilizar os trabalhos, tendo em vista que está havendo uma sessão plenária do Senado e, com a quebra do interstício, o Ministro Fux ainda deve ser submetido, se aprovado aqui na Comissão, ao Plenário do Senado.

Por fim, o último orador inscrito, o Senador Wilson Santiago, para, em seguida, ouvirmos o Ministro Fux e apurarmos os votos que estão nesta urna que está aqui fechada.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, Srs. demais Senadores e Senadoras aqui presentes, Sr. Ministro Luiz Fux, Sr. Relator, profissionais da Imprensa, demais senhores e senhoras, eu teria, Sr. Presidente, várias indagações a fazer ao Sr. Ministro, mas todas elas foram consumidas pelos companheiros que me antecederam. Daí por que me dou por satisfeito em relação a esse ponto.

No demais, parabenizo o Ministro pela sua carreira como magistrado, homem que veio da...

Ele iniciou sua vida no Ministério Públco, e tenho certeza que a experiência adquirida desde como integrante do Ministério Públco até hoje, como representante de uma instância maior da magistratura, terá condições plenas – já comprovou isso – de exercer e de dar continuidade e até também de fazer com que sua história, sua vida seja cada vez mais contemplada no currículo do qual, até então, temos conhecimento.

Admiro muito os integrantes da magistratura. Digo até que, no decorrer do tempo, entendo que o Supremo Tribunal Federal, se possível, deve ser representado pela maioria dos integrantes da magistratura. Por várias razões.

Tive origem na Defensoria Pública. Passei nove anos no Tribunal do Júri da capital, João Pessoa, e aprendi muito com os magistrados da época, com os representantes do Ministério Públco da época, que me ensinaram que a tranquilidade, o respeito ao ser humano e, além de tudo, a razão e a independência em um julgamento prevalecem sobre os demais fatores que, de fato, interfiram ou possibilitem a diversificação daquele julgamento.

Daí por que a admiração por V. Ex<sup>a</sup> se estendeu ao ler seu currículo. Li alguns livros de V. Ex<sup>a</sup>. Tomei conhecimento, porque são muitos; são em torno de vinte. Além também de V. Ex<sup>a</sup> presidir uma comissão extremamente importante, que é a do Código de Processo Civil, que se encontra ainda aqui, no Senado Federal.

Entendendo que já fiz um apelo anteriormente, de até me sentir satisfeito, entendendo que os demais se sentiriam também, por conta de a sessão estar no final, já se encerrando os oradores e também a Ordem do Dia, eu me dou por satisfeito, dizendo que o Supremo Tribunal Federal, com certeza, terá um grande representante que, humanamente, decidirá em favor dos seus desiguais ou até dos seus iguais, para que tenhamos justiça e tenhamos, além de tudo, respeito ao cidadão brasileiro.

Era só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Não havendo mais Senadores inscritos, passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Luiz Fux, para suas considerações sobre os questionamentos, para que, em seguida, encerremos a votação e façamos a apuração dos votos, para submeter à vontade do Plenário, se assim for, a indicação de V. Ex<sup>a</sup>s.

**O SR. LUIZ FUX** – Exm<sup>os</sup> Srs. Senadores, eu, representando esta Casa, tive a honra de presidir a comissão de criação do novo Código de Processo Civil, cujo ideário comum é a duração razoável dos processos, a celeridade, eu utilizaria esse mesmo ideário para promover as respostas a todas as perguntas que aqui

foram formuladas, em razão dos trabalhos adiantados do Plenário, como foi aqui advertido pelo Presidente, Senador Eunício Oliveira.

Preliminarmente, gostaria de agradecer muito as perguntas que me foram formuladas pela Senadora Marta Suplicy, de maneira tão elegante, e tenha a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai exercer esse mandato com a mesma excelência com que governou o Estado do País que apresenta as demandas mais complexas.

Pedir vênia a V. Ex<sup>a</sup>, porque a questão da união estável de homossexuais está pendente ainda de julgamento. Mas apenas dizer que a tese central que se sustenta é que o Direito brasileiro, como garantia intransponível, apregoa isonomia e vedo a discriminação de qualquer pessoa com liberdade de culto pelo sexo ou pela sua crença. De sorte que essa questão perpassa por esse tema da liberdade sexual, perpassa pelo problema do respeito às opções e às desigualdades entre os seres humanos e perpassa também pela questão de que os homossexuais têm todos os deveres civis. Então, eles, talvez, tenham que ter também todos os direitos civis.

São as teses que estão em debate que me impedem de fazer uma opção por uma delas.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>: qualquer flexibilização da Lei Maria da Penha representa, efetivamente, um retrocesso, numa sociedade onde as mulheres se destacaram não só pelos seus atributos pessoais, como também pelos seus atributos intelectuais. Hoje, temos inúmeras mulheres Ministras, temos uma Presidente da República do Brasil.

Nas minhas horas vagas, gosto muito de ler sobre Psicologia. Autoajuda, eu acho que, olhando para o espelho, nós nos autoajudamos, mas a Psicologia é um tema um pouco mais profundo.

Um grande psicólogo e psiquiatra, médico, Luiz Alberto Py, traça as diferenças entre o homem e a mulher. Ele diz que é, digamos assim, algo irrefletido um homem dirigir-se a uma mulher e dizer a ela “coloque-se no meu lugar”, porque é absolutamente impossível.

Há uma supremacia das mulheres, que são resolutas, têm uma independência nata e isso aí, efetivamente, não pode fazer com que haja um retrocesso numa suposta sociedade que fora, segundo alguns, uma sociedade machista.

O Supremo Tribunal Federal pode, sim, contribuir para o acesso à Justiça, em primeiro lugar, fazendo com que se cumpra e se obedeça a sua jurisprudência. Vai evitar uma série de ações, quando a súmula vinculante obriga a administração e obriga que os juízes respeitem aquela solução. Aí, não haverá recursos daquela decisão e, automaticamente, a Justiça rápida significa, também, uma acepção do acesso à Justiça,

que é um acesso a um processo justo e rápido, que dá ao autor aquilo a que ele faz jus.

No que concerne à reforma política, às alterações legislativas, o que eu poderia sinalizar como de bom alvitre, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que, aqui, há um impedimento ideológico afetivo.

A Comissão que está promovendo a reforma eleitoral, que, a fortiori, é uma reforma política, é levada a efeito por esse jovem Ministro magnífico e brilhante que é o Ministro Antônio Dias Tofolli, de sorte que me geraria, em primeiro lugar, um constrangimento, mas também me gera a certeza de que tudo de bom ocorrerá, tendo em vista que ele preside essa Comissão.

Senador Antonio Carlos Valadares, quero destacar, aqui, o prazer que tive pelo convívio na reforma, na Comissão de criação do novo Código de Processo Civil. Evidentemente, o Ministro Cesar Peluso é uma das maiores inteligências do nosso País e, evidentemente, tudo quanto provém de S. Ex<sup>a</sup> tem toda a pertinência sob o ângulo da sua juridicidade.

Eu, humildemente, ainda luto pelo nosso Código. Não sei se terei tempo e disponibilidade para participar ativamente dessa Comissão do pacto federativo, mas se puder fazê-lo, eu sugeriria que houvesse algo em torno da desformalização dos procedimentos, para poder agilizar mais a Justiça.

Entendo que é hora de o Brasil pensar, assim como há na Europa, em um contencioso administrativo, com coisas julgadas administrativamente. Há determinadas questões que precisam ser desjudicializadas. Não se justifica mais que se submetam ao Poder Judiciário onde não há conflito, e são atividades às vezes até cartoriais, que não precisariam passar pelo Poder Judiciário. E empreender a força da jurisprudência, que na doutrina de Chaïm Perelman, da Teoria da Argumentação, é uma decisão que provém das mais altas autoridades, que arrebatam e se justificam politicamente diante de um auditório.

Com relação, digamos assim, ao pacto federativo, sobre se é bom ou se não é bom para o Brasil, ou se é bom para mim, o que é bom para o Brasil é bom para mim. O que é bom para a Nação brasileira é bom para mim. O Brasil, para mim, é o ar que eu respiro, é o berço dos meus filhos, que já estão grandes, é o berço do meu netinho e, também, infelizmente, é o túmulo onde estão os meus antepassados. Então, tudo o que é bom para o Brasil é bom para mim.

Senadora Ana Rita, eu agradeço muitíssimo pela sua fala e, acima de tudo, pela sua benção. Nós precisamos muito de benção, porque nada que fazemos escapa, evidentemente, à orientação de Deus. Eu nunca tive dúvidas sobre os acertos e os desacertos da Magistratura. Os juízes erram por entendimento. Mas,

quando nós acertamos com um espectro tão maior e conseguimos trazer um benefício maior ao cidadão e à humanidade, tenho absoluta certeza de que a mão do juiz foi guiada pela mão de Deus. Por isso, agradeço a sua benção.

Senadora Marinor Brito, eu tenho também o mesmo pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, no sentido menos pessoal e muito mais institucional, de que a minha indicação realmente representa a vida e a esperança da Magistratura de carreira. Eles estão assistindo. Sem nenhuma vaidade, tenho o vezo de não gostar de falar absolutamente nada de mim, a minha função é resolver os problemas alheios; mas, de alguma sorte, a minha indicação tem realmente um significado para a Magistratura. Eu sou juiz de carreira, inclusive disputei o Superior Tribunal de Justiça, onde exercei minhas funções há nove anos, na vaga destinada ao juiz de carreira. Concorri na vaga de desembargadores. Então, essa indicação sinaliza um grande sonho institucional para essa juventude.

Os juízes estão fazendo concurso cada vez mais novos. Eles podem alimentar a esperança, que é um grande móvel de toda a vida, a utopia serve para a gente caminhar, podem alimentar esse desejo de que é possível ser juiz de carreira, começar no interior e terminar na Suprema Corte, com o aval sério do Senado Federal.

Senador Lindbergh Farias – eu pulei o Senador Lobão Filho propositadamente, porque representa o fecho daquilo que eu quero dizer –, eu gostaria muitíssimo de agradecer a participação de V. Ex<sup>a</sup>. Eu tive oportunidade de admirá-lo como líder, como homem que tem coragem, porque este é um atributo muito importante nos magistrados. Num país onde os juízes não têm coragem, num país onde os juízes temem, as decisões valem tanto quanto valham esses homens.

Sob o ângulo psicológico – eu gosto tanto de ler –, diz-se que – e a Senadora Marta Suplicy certamente vai gostar de ouvir isso, porque é uma atestação científica – o momento mais pungente da vida de um homem, e nós passamos por esse momento, é a morte do nosso pai. O que o pai diz nós assimilamos, mas depois nos despojamos daquele conceito; mas o que a mãe diz nunca mais sai da cabeça do filho.

Quando eu tinha 23 anos, a minha me disse: "Meu filho, o que eu mais aprecio em você é a sua independência." Então, eu tenho, graças a Deus, independência e coragem. Estou pronto para exercer todos os desafios que se puserem à minha frente.

A judicialização da política. Espero já ter respondido, mas, de qualquer maneira, há questões que na verdade não são judicialização da política, são lesões a direitos individuais. Por exemplo, o Supremo Tribunal

Federal já decidiu que o Parlamentar tem o direito subjetivo público de questionar, através das vias judiciais próprias, a sua participação em um processo legislativo que está viciado. Isto é um direito subjetivo que acompanha a regra de que nenhuma lesão escapará à apreciação da Justiça.

Com relação ao fornecimento de medicamentos e essas ordens judiciais que tanto atemorizam as autoridades, a realidade básica é a seguinte: em primeiro lugar, essa questão está também como repercussão geral para ser decidida. Mas apenas o que se põe aqui é uma postura ideológica. Os juízes do sistema brasileiro anteriormente eram verdadeiros burocratas judiciais. Eles apenas condenavam. Os juízes do sistema anglo-saxônico, que seguiram mais o modelo não do iudex, que pronunciava as palavras da lei no sistema romano, mas dos pretores, que exerciam o imperio iudice (?), esses juízes do sistema anglo-saxônico não condenam, eles ordenam. Porque quem descumpre uma ordem judicial podendo fazê-lo, na verdade não está descumprindo uma ordem judicial, está cometendo um atentado à dignidade da jurisdição, à dignidade da Justiça. Então, essa nova feição do processo civil, como vem previsto no art. 14, inciso V, do Código de Processo Civil, traz exatamente essa nova postura judicial, porque, para o cidadão, passa uma ideia de frustração, passa uma ideia de que o Poder Judiciário não é eficiente, não efetiva suas decisões. E essas ordens judiciais, por vezes, são necessárias à luz do cânones maior e da normatividade suficiente da regra constitucional de que a saúde é um dever do Estado e um direito de todos. Mas é claro que isso tem sido visto pelo Supremo Tribunal Federal à luz do enfoque da reserva do possível. São remédios que não existem no Brasil. Se são remédios que não têm um atestado da sua científicidade, evidentemente que não se pode obrigar a essa... Essa ordem judicial não pode obrigar a esses secretários. Mas, de qualquer maneira, há aí uma aproximação entre o sistema anglo-saxônico e o sistema romano-germânico, e nós adotamos uma estratégia semelhante às injunctions, que são ordens judiciais. O juiz brasileiro hoje também não condena, ele ordena, e isso arregimenta um elevado prestígio para o Poder Judiciário, que, exatamente por não ordenar e só condenar, já teve seu prestígio elevado a níveis alarmantes de insatisfação pela população.

É a hora da nossa redenção. O juiz tem que ter os instrumentos capazes de fazer valer a sua responsabilidade social. Se nós temos deveres, nós temos que ter meios para exercer esses deveres.

No que toca à celeridade, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que o projeto da Casa a que V. Ex<sup>a</sup> pertence, o Senado Federal, preconiza a desformalização dos procedi-

mentos, tornando mais simples, estimula a conciliação e a mediação, que é a melhor forma de solução dos conflitos, porque otimiza o relacionamento social. Ninguém sai perdendo. E, por fim, estabelece julgamentos vinculantes.

E aí eu aproveito a oportunidade para ingressar na indagação do Senador Demóstenes sobre a Súmula Vinculante dos tribunais. Eu entendo como um instrumento extremamente eficiente para evitar demandas e aventuras judiciais essas Súmulas Vinculantes dos tribunais locais, desde que versem sobre leis locais. Porque as leis locais são inapreciáveis pelo Superior Tribunal de Justiça. Só são apreciáveis pelo Supremo Tribunal Federal nas hipóteses de controle da constitucionalidade.

De sorte que uma jurisprudência sobre ICMS, que é um tributo específico do Estado, muito embora também tenha uma previsão na Constituição Federal e na lei federal, que é o Código Tributário Nacional, mas algumas questões, aquelas leis que o Estado edita para reduzir a base de cálculo, uma cesta básica, enfim, aquelas peculiaridades locais poderiam ficar subssumidas a uma Súmula Vinculante dos tribunais locais. Inclusive o art. 557 do Código de Processo Civil dispõe que o relator da apelação pode negar seguimento a ela se ela estiver em confronto com a jurisprudência predominante daquele tribunal. O que não pode é que a jurisprudência predominante daquele tribunal esteja em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Mas se estiverem em consonância, o relator já pode evitar essas questões.

Por outro lado, Senador Demóstenes, V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu não sou homem de fugir de pergunta, evidentemente. Não tenho o menor problema de enfrentar questões. Essas questões todas que V. Ex<sup>a</sup> me sugeriu – crime organizado, prisões, suspensão de prescrição que foi sugerida pelo eminentíssimo Ministro Joaquim Barbosa, já há regras de direito tributário que suspendem as prescrições, quando o processo está arquivado, à busca de bens do executado.

Adoção de regime disciplinar diferenciado, progressão de pena, exame criminológico, na realidade, essas questões não passarão previamente pelo Supremo Tribunal Federal.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira tem uma teoria à qual não me filio, mas a que sou extremamente simpático, porque não está posta na lei. Mas V. Ex<sup>a</sup>, de certa forma, quando abordou a questão da ação de descumprimento de preceito fundamental, entendeu que deveria haver, por via oblíqua, um controle prévio da constitucionalidade das leis, que é uma forma de se evitar essa repetição de recursos por inconstitucionalidade das leis.

Então, na verdade, o Supremo Tribunal Federal não vai fazer controle prévio dessas belíssimas ideias que V. Ex<sup>a</sup> aqui lançou. Não vai fazer controle prévio, mas essa é uma opção de política legislativa, que está na mão de V. Ex<sup>a</sup>s. V. Ex<sup>a</sup>s são representantes do povo brasileiro, têm de auscultar o sentimento do povo, para saber se efetivamente esses meios inibem as ações criminosas ou se eles se enquadram no risco daquela atividade supostamente profissional desses delinquentes; o risco do delito, se eles assumem o risco do delito, apesar de todas essas ameaças penais.

Senador Wilson Santiago, eu gostaria não só de agradecer a sua intervenção, mas de manifestar aqui a minha admiração pela Defensoria Pública. A Defensoria Pública tem feito um trabalho magnífico na defesa da população carente. Embora eu tenha sido membro do Ministério Público, e, no interior, há uma grande integração entre o Ministério Público e a Defensoria Pública, porque, se não fizermos nada por essa gente carente, ninguém absolutamente vai fazer.

Então, a Defensoria Pública é uma instituição pela qual tenho uma imensa admiração, e, sempre que possível, eu a coloco no patamar que ela efetivamente merece.

Por fim, acredito que não esqueci absolutamente ninguém, eu queria terminar, respondendo ao Senador Lobão Filho. Na verdade, não é responder; é dizer a ele que, realmente, a sua percepção quanto à presença da nossa fé e da nossa submissão a Deus é muito grande no exercício da magistratura. Disse mesmo que, neste mundo de Deus, é a função mais aproximada dessa tarefa divina.

Piero Calamandrei, na obra Eles, os Juízes, Vistos por um Advogado, dizia que a Justiça é a ponte onde passam todas as misérias e todas as aberrações; é o mais alto apostolado que um homem pode exercer. E exige-se uma independência olímpica, uma cultura encyclopédica; deve-se tolerar a verdade alheia e, acima de tudo, respeitar os homens de acusação ainda infundada.

Muito obrigado, mais uma vez.

Espero, Sr. Presidente, que eu não tenha criado tanto transtorno para a pauta de V. Ex<sup>a</sup>. Obrigado. (Palmas.)

A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Podemos iniciar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Por favor.

A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Primeiro voto, indicado o Ministro Luiz Fux: “sim”; segundo voto: “sim”; terceiro voto: “sim”; quarto voto: “sim”; quinto voto: “sim”; sexto voto: “sim”; sétimo voto: “sim”; oitavo voto: “sim”; nono voto: “sim”; décimo voto: “sim”; déci-

mo primeiro voto: "sim"; décimo segundo voto: "sim"; décimo terceiro voto: "sim"; décimo quarto voto: "sim"; décimo quinto voto: "sim"; décimo sexto voto: "sim"; décimo sétimo voto: "sim"; décimo oitavo voto: "sim"; décimo nono voto: "sim"; vigésimo voto: "sim"; vigésimo primeiro voto: "sim"; vigésimo segundo voto: "sim"; e último voto, vigésimo terceiro voto: "sim". Todos os votos apurados: "sim", Excelência, sem nenhuma abstenção. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Vou proclamar o resultado da votação: dos 23 Senadores componentes desta Comissão, V. Ex<sup>a</sup> recebeu 23 votos "sim".

A escolha do nome do Sr. Ministro Luiz Fux está aprovada.

A matéria vai a Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18 horas e 26 minutos.)*

#### **SECRETARIA DE COMISSÕES**

#### **SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

#### **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA**

#### **ATA DA 1<sup>a</sup> REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON- SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54<sup>a</sup> LEGIS- LATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.**

Às quatorze horas e cinqüenta e um minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, nos termos do artigo 88, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÉGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, PAULO DAVIM, KÁTIA ABREU, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES e FLEXA RIBEIRO**. Deixa de comparecer o Senhor Senador **WILSON SANTIAGO**.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Em escrutínio secreto são eleitos para o biênio 2011/2012 como Presidente da Comissão o Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, com treze votos favoráveis, e para Vice-Presidente da Comissão a Senhora Senadora **KÁTIA ABREU**, com doze votos favoráveis e uma abstenção. Às quinze horas e um minuto, o Senhor Presidente em exercício, Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**. Após, usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, JORGE VIANA, BLAIRO MAGGI, ANIBAL DINIZ, PAULO DAVIM, ANTONIO CARLOS VALADARES e VANESSA GRAZZIOTIN**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

#### **REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA EM 23/02/2011**

**O SR. PRESIDENTE** (Aloysio Nunes Ferreira. PSDB – SP) – Tenho o privilégio duvidoso de, em razão da idade, presidir esta reunião, que é a primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta sessão legislativa ordinária.

Há número regimental. Esta reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do vice-Presidente da Comissão. Até o momento nós temos uma única chapa inscrita que aponta para Presidente o Senador Rodrigo Rollemberg e, para Vice-Presidente a Senadora Kátia Abreu.

Hoje é um dia de várias reuniões, várias reuniões inaugurais foram realizadas, todos nós já sabemos como se vota. Aqui estão sobre a mesa, à disposição dos senhores, cédulas já devidamente rubricadas e que deverão ser utilizadas na medida em que forem os Srs. e as Sras. Senadores chamados.

Vou fazer, portanto, a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias. Começamos pelos titulares do Bloco PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB:

Senador Aníbal Diniz

Senador João Pedro

Senador Jorge Viana

Senador Vicentinho Alves  
Senador Pedro Taques  
Senador Rodrigo Rollemberg, vai participar da votação, Excelência?

Em seguida, vou chamar os membros titulares do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV:

Senador Vital do Rêgo  
Senador Wilson Santiago  
Senador Eunício Oliveira  
Senador Romero Jucá  
Senador Eduardo Braga  
Senador Ivo Cassol  
Senadora Marisa Serrano  
Senador Paulo Davim  
Senadora Kátia Abreu  
Senador Vicentinho Alves

Vamos, então, chamar os suplentes:

Senadora Ana Rita  
Senador Walter Pinheiro  
Senadora Vanessa Grazziotin  
Senador Blairo Maggi

Senador Cristovam Buarque. Está ausente. Encontra-se enfermo.

Senador Valadares.

Senador Valdir Raupp. Não está presente.

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Não está presente.

Senador Lobão Filho.

Senador Moka.

Senador João Alberto Souza.

Senador Garibaldi Alves.

No PSDB

Senador Cícero Lucena.

Senador Flexa Ribeiro.

Desculpe-me, Senador Flexa Ribeiro, a nossa pequena representação tucana já votou.

Senadora Marinor Brito.

(continua a votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Aloysio Nunes Ferreira. PSDB – SP) – Está encerrada a votação.

Eu convido para escrutinadores a Senadora Marisa Serrano e o Senador Jorge Viana. (*Pausa*)

Muito obrigado, Sr. Senador e Srª Senadora.

Terminada a apuração, verificamos o seguinte resultado: foi eleito Presidente da Comissão o Senador Rodrigo Rollemberg, com 13 votos apurados, e a Senadora Kátia Abreu eleita Vice-Presidente, com 12 votos.

Eu convido o Sr. Presidente a ocupar o seu lugar à mesa, cumprimentando pela eleição, desejando a ele, cuja carreira política eu acompanho a muito tempo e que honra essa Casa, convidá-lo para que ocupe o seu lugar à mesa e, se desejar fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira, que presidiu a nossa reunião, meus nobres Pares, Senadoras e Senadores, prezado Líder do meu Partido, Senador Antonio Carlos Valadares, eu quero dizer que é motivo de muita honra para mim poder assumir a Presidência desta Comissão numa reunião presidida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, por quem tenho, há algum tempo, muita admiração.

Agradeço a confiança dos Senadores aqui presentes. Vou dar o melhor das minhas energias para estar à altura da confiança de cada uma das senhoras e dos senhores e dizer da agenda ampla e positiva que temos a enfrentar nesta Comissão nos próximos dois anos. Esta é uma Comissão que cuida da área do meio ambiente, e temos um debate que já esquenta na Câmara dos Deputados com a revisão do Código Florestal. Entendo que é absolutamente possível compatibilizar desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Eu me orgulho de dizer que na Câmara dos Deputados participei da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária e da Frente Parlamentar Ambientalista. Portanto, me sinto apto a contribuir nesse diálogo para construir a melhor proposta de bom senso para que tenhamos um Código Florestal atualizado, que garanta que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, mas possa também garantir às futuras gerações qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Nossa Código de Defesa do Consumidor completou vinte anos no ano passado. Existe um Comissão de Juristas – já tive a oportunidade ontem, de conversar longamente com o Ministro Herman Benjamin, que é o Presidente desta Comissão de Juristas que está analisando a atualização da Reforma do Código de Defesa do Consumidor. Há dois temas que esta Comissão já debateu bastante, que é a questão da regulamentação do mercado eletrônico e a questão do super endividamento. E pretendemos também construir, com o apoio de V. Exªs uma agenda positiva com os órgãos de controle no sentido de aperfeiçoar os sistemas, modernizar os sistemas de controle e dar ampla transparência.

Quero me colocar à disposição de cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores, e agradecer mais uma vez, do fundo do coração, a confiança que obtive de cada um de vocês neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Srªs Senadoras, Srs. Senadores,

Eu quero fazer uma saudação a V. Ex<sup>a</sup>, parabenizando-o pela assunção à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Esta é uma das comissões, entre todas as importantes do Senado, que tem um destaque especial. Para nós da região amazônica é importante a questão do meio ambiente, como para todo Brasil, mas também com referência a defesa do consumidor, como V. Ex<sup>a</sup> já fez referência, e fiscalização e controle. Temos, então, uma pauta bastante extensa. Tenho certeza de que a competência, a inteligência e a experiência de V. Ex<sup>a</sup> farão com que V. Ex<sup>a</sup> exerça com sucesso a presidência que está assumindo agora, junto com a Senadora Kátia Abreu, como sua vice-Presidente.

Eu, como membro suplente da Comissão, quero me colocar à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para, dentro de minhas possibilidades, ajudá-lo e ajudar todos para que possamos levar o trabalho da Comissão, como foi feito pelo Presidente hoje Governador do Estado do Espírito Santo, Senador Renato Casagrande...

E pediria a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodrigo Rollemberg:... Eu fui autor de um requerimento da legislatura passada da criação de uma Comissão Permanente de Acompanhamento da Implantação do Projeto de Belo Monte. Essa Comissão tem sequencia. Nós precisamos fazer a nova eleição para que possamos retomar os trabalhos, porque Belo Monte, como todos nós queremos, todos os brasileiros, precisa ser implantado. E é preciso que haja o acompanhamento do Senado Federal para que ele seja exemplo em nível mundial de um projeto da magnitude de Belo Monte implantado na região amazônica, que atende não só a questão da necessidade da geração de energia para o Brasil, não atende só a questão da viabilidade econômica dessa geração, mas também as questões ambiental e social das áreas que serão impactadas pelo empreendimento.

Então, há um trabalho que já foi iniciado na legislatura passada ao qual temos que dar continuidade de forma emergencial, porque os contratos de construção do projeto, se já não foram assinados – a notícia que se tinha era a de que seriam assinados ontem, não sei se ocorreu a assinatura –, logo o serão. As licenças de implantação já foram concedidas, e vão ser iniciadas as instalações dos canteiros de obras e, em seguida, o início da barragem.

Então, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, após a reunião ordinária da próxima quarta-feira, nós possamos, em seguida, fazer, então, a eleição da Comissão de Acompanhamento da Implantação da Usina Belo Monte, no Estado do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

**A SR<sup>a</sup> MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigada, Presidente.

Quero também parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por presidir esta Comissão, que é tão importante para a sociedade brasileira. Cumprimento também a Senadora Kátia Abreu, outra batalhadora pelas causas do meio ambiente e do agronegócio no País.,

Nesses últimos quatro anos em que estivemos aqui nesta Comissão, vimos momentos importantes. Por exemplo, ano passado, completou 20 anos o Código do Consumidor.

Foi um ano em que trabalhamos muito nesta área justamente para comemorar os 20 anos de um Código que é tão importante e que é dessas leis – como a gente diz – que pegou, porque hoje o consumidor brasileiro sabe aonde ele deve ir e quais são os seus direitos e briga por isso e luta por isso.

Também, Sr. Presidente, criamos aqui nesta Comissão a Subcomissão Permanente de Águas. Estivemos, ano retrasado, em Istambul, vários Senadores aqui, no Fórum Mundial de Águas. Foi a primeira vez em que se reuniram parlamentares de diversos países, principalmente do Oriente Médio, à época preocupados com a questão da água. Para muitos países, a água é muito mais importante do que petróleo. Ela é vital, e é vital mesmo para a sobrevivência da humanidade. Discutimos muito isso.

No ano que vem haverá outro Fórum Mundial de Águas. O próximo vai ser em Marseille, na França. E tenho certeza de que vamos acompanhar o desenvolvimento daquilo que é tão importante para a sociedade e discutir questões que a ANA tem trabalhado, como os nossos rios transfronteiriços e os nossos rios transnacionais, como o rio Amazonas, por exemplo, que nasce num país e deságua em outro, deságua aqui no Brasil; e nossos rios transfronteiriços, como o rio Paraguai e o rio Apa, que passa pela cidade onde eu nasci, Bela Vista, e que é o primeiro rio em que a ANA está trabalhando, como um exemplo de legislação para um rio transfronteiriço, porque é um rio do Mercosul também. Então, equivale a dizer que temos muito trabalho, também, na questão não só da água, mas na questão do meio ambiente.

Como disse o Senador Flexa, que vem de uma região amazônica, quero dizer que venho, como outros Parlamentares, de uma região em que o meio ambiente é tido assim como um mantra para todos nós, que é a questão do Pantanal. A preservação do Pantanal, que é Patrimônio da Humanidade, para nós é muito importante. É fundamental que a gente continue aqui discutindo essas questões.

Portanto, como temos muito trabalho pela frente, espero e tenho certeza de que esta Comissão vai tra-

balhar em todas essas vertentes, além da fiscalização e controle, que é fundamental, que é uma das razões de ser desta Casa. O Senado tem a prerrogativa de fiscalizar e controlar os órgãos públicos, principalmente os órgãos executivos. E, nesta Comissão, é essa a razão também de estarmos aqui discutindo e debatendo as questões maiores do nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, queria parabenizá-lo e, da mesma maneira, a Senadora Kátia Abreu. Para mim é uma honra, estreando aqui no Senado, poder ser membro efetivo desta Comissão, que é uma das razões de eu entender que posso dar uma contribuição para o meu País, para a minha região, para o meu Estado, como Senador.

A expectativa que tenho é elevada. Fico olhando para os colegas – pude ouvir, ainda há pouco, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Flexa – e vejo homens e mulheres experientes. Temos aqui dois ex-Ministros, ex-Governadores, pessoas que têm, na luta por um Brasil melhor, uma causa de vida.

Para mim é muito importante, Presidente... Não estou querendo diminuir a importância de outras Comissões desta Casa, mas o mundo vive uma encruzilhada muito grande por conta de alguns temas que já são parte da realidade e da agenda do planeta – mudança climática, mudança no padrão de consumo da população do planeta, uma maneira diferenciada de nos relacionarmos as atividades produtivas, com o uso dos recursos naturais – e esta Comissão abrange tudo isso; ela vai do consumidor ao meio ambiente.

Penso que, se nós não cairmos na armadilha de cometer atos que já vi no passado, de uma carga ideológica pesada nesse tema, de transformar temas que são globais, que são universais em disputas, eu acho que podemos dar uma contribuição enorme ao País. E, efetivamente, na hora em que discutimos a legislação ambiental brasileira – digo assim, porque sou engenheiro florestal –, penso que está mais do que na hora de fazermos uma atualização do nosso Código Florestal. Mas fazermos com a experiência que os Senadores e Senadoras que compõem esta Casa carregam, com conhecimento da realidade, mas também preocupados com aquilo que nem conhecemos ainda, a dimensão que isso pode ganhar, que são os resultados dessa presença humana desordenada e que nos leva a debater mudança climática no nosso Planeta. Então, parabenizo V. Ex<sup>a</sup>.

Acho que é importante termos a Senadora Kátia Abreu dirigindo os trabalhos. Ela tem uma posição pública clara assumida, mas eu venho aqui desarmado de qualquer outro propósito que não seja o de me somar com os meus colegas Senadores e ver se a gente faz um trabalho eficiente, objetivo. Quem sabe, na hora em que a proposta de mudança no Código Florestal chegar aqui, a gente possa recebê-la, e, de maneira tranquila, escorados na experiência que cada um aqui tem de vida, dar uma contribuição para o País, para o meio ambiente e, obviamente, para nós consumidores, em um tema tão relevante.

Então, que possamos, daqui a pouco, colher bons frutos dessa nova gestão aqui na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. Aliás, só um pequeno reparo: eu estava perguntando a um assessor meu, ali, ainda, teimosamente, o nome é Comissão de Fiscalização e Controle. Talvez, seja hora... Parece-me que é hora... Dois Presidentes passaram por aqui... Eu acho que seria bom pôr ali: Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. É uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Quero só registrar que, tão logo soube da indicação do Democratas de que o nome para compor a Vice-Presidência seria a Senadora Kátia Abreu, fiz questão de telefonar para ela para dizer da minha satisfação de poder compor com ela esta Presidência. É uma alegria muito grande ter uma pessoa tão representativa do setor produtivo como vice-Presidente desta Comissão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o Presidente pela assunção à presidência da Comissão, também a Senadora Kátia Abreu, que não está presente, e os colegas que fazem parte desta Comissão. Estou aqui na Comissão, Presidente, como suplente, não por falta de vontade de participar como titular, mas perdi a indicação para o meu colega de partido, o Vicentinho, que estará aqui representando o PR na Comissão. Mas, mesmo assim, com toda certeza, estarei presente aqui em todas as reuniões porque entendo que esta é uma matéria das mais importantes que temos para discutir aqui, no Senado Federal.

Como o Governador Jorge Viana já colocou, e outros que me antecederam, a importância desta Comissão transcende, com toda certeza, a das outras que estão nesta Casa, até porque grande parte das outras tem de passar por aqui para seguir adiante. E, para o meu Estado, Mato Grosso, ela é particularmente mais importante, tanto é que os três Senadores fazem

parte da Comissão: Pedro Taques, como titular, e eu e o Senador Jayme, como suplentes.

Espero poder colaborar com a Comissão, com V. Ex<sup>a</sup>, com os demais companheiros Senadores e buscar o entendimento, para que a gente possa ter um País que produza muito, mas que também respeite as questões ambientais. Tive, como Governador do Estado do Mato Grosso, um grande embate, uma grande dificuldade com as questões ambientais no início do mandato, porque eu também não sabia – Jorge, você foi Governador no mesmo período que eu –, saí da roça, digamos assim, e, de repente, virei Governador. Não fui preparado para ser Governador. E comecei a fazer uns embates que não deveriam ter sido feitos na época e aí eu passei, então, por várias etapas de nomes que não vêm ao caso aqui. Mas aquilo me chamou a atenção e fui fazer uma reflexão sobre o que estava acontecendo no Estado e achei que devíamos fazer uma mudança da política ambiental no Estado do Mato Grosso, até porque, para preservar os empregos e a produção, preciso do consumo. Se houver boicote no consumo, não tenho como ter produção. Então, as coisas são muito ligadas, intimamente ligadas. Conseguimos fazer no Estado uma mudança bastante grande. No início do Governo, em que eu era representante do Governo, da população do Estado, recebi uma motosserra de ouro, como símbolo do desmatamento naquele Estado. Um pouco antes de sair do Governo, o mesmo Green Peace que me deu a motosserra me presenteou com bombons de cupuaçu, significando que tínhamos cumprido a nossa tarefa e eles estavam reconhecendo um grande trabalho feito naquele Estado.

Mas ele não foi feito só porque o Governo quis; ele foi feito porque a sociedade entendeu que deveria ter sido feito. Os setores produtivos do Estado não se negaram a participar, a viajar com o Governador, a participar dos fóruns mundiais de meio ambiente, trazer as grandes urgências para discutir e dizer “muito bem, queremos mudanças, queremos mudanças”. Mas, de que forma? Como vamos fazer as mudanças? E chegamos a grandes entendimentos, e o resultado é uma pacificação muito bonita, digamos assim, no Estado do Mato Grosso.

Acho que, com a experiência que tenho como Governador, por ter vivido e feito esses confrontamentos, posso e quero ajudar esta Comissão, porque sei que, ajudando a Comissão, estarei ajudando o meu País.

Quero, realmente, que o Código Florestal que vem para cá seja sinal de avanço, não um avanço sobre a floresta. Não é isso que se pretende, mas é dar segurança jurídica a quem já fez... O próprio Governo que nos representou no passado mudou muitas vezes as regras, mudou e deixou, de certa forma, a pé aqueles

que não se legalizaram no período em que as coisas aconteceram.

Então temos que buscar, e essa Comissão será responsável por isso, o entendimento nessa e em outras matérias.

Quero, para finalizar, dizer que esta Comissão, Sr. Presidente e Srs. Membros, nós temos que prestar mais atenção no que acontece abaixo da lei. Em nosso País, infelizmente, não só nessa área mas em várias outras – eu pretendo discutir esses temas aqui no Senado –, para se aprovar uma mudança na vírgula de uma lei demora anos. Mas depois que passa a lei, vem o decreto, vem a norma, a portaria, as normativas e elas são muito maiores e mais fortes que a própria lei. E o nosso País vem parando. Está parando na Aneel, na Antaq, no Meio Ambiente, está parando em inúmeros lugares. Quando vamos ver, observamos que a lei até permite, mas a norma, a portaria não permite. Ela está maior do que a própria lei. Acredito que nós no Senado e nós nas Comissões vamos discutir isso. Eu quero ser alguém que, junto com meus companheiros, vamos levantar essa questão. Não é possível que uma norma, uma portaria seja maior que a vontade do Senado. O Senado tem que fazer a lição de casa de rever muitas normas e procedimentos colocados que, a meu ver, não tem embasamento legal ou, pelo menos, passou da razoabilidade, vamos dizer assim

Então esta Comissão, meu querido Jorge que também foi governador no meu período acho que nós temos muito a colaborar e todos que estão aqui. Nossa responsabilidade é construir um País melhor e, para isso, temos que ter alimentos para nossa população, roupas, infraestrutura e, claro preservar o meio ambiente para nós mesmos e para a população do futuro.

Sr. Presidente conte comigo, quero ajudar muito esta Comissão, porque como eu disse no início da minha fala é talvez a Comissão mais importante que há aqui no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB-DF) – Eu que agradeço, Senador Blairo Maggi. Tenho convicção de que V. Ex<sup>a</sup> com a sua experiência de grande produtor rural e de ex-governador, bem como o Senador Jorge Viana com sua experiência de ex-governador e engenheiro florestal poderão dar uma contribuição enorme a esta Comissão.

Passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

**O SR. ANÍBAL DINIZ** (Bloco/PT-AC) – Senador Rodrigo Rollemberg, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela condução à Presidência desta Comissão. Também considero esta Comissão como uma das mais importantes dentre as comissões existentes aqui no Senado, porque dela depende muito fortemente a imagem que o mundo vai ter do Brasil. E compete a nós

Senadores integrantes desta Comissão zelar por essa imagem do Brasil no exterior e zelar pela justiça que vamos produzir a partir das nossas decisões.

Proponho, Senador Rollemberg, que nós construamos ao longo desses dois anos uma agenda positiva, uma agenda de buscas e saídas e possamos ser o equilíbrio onde haja distorções por defesas apaixonadas de posições absolutamente antagônicas. Sabemos que o avanço político só acontece quando construímos consensos. O senhor tem uma responsabilidade ainda maior na presidência desta Comissão porque esta Comissão tem o privilégio de reunir uma experiência acumulada de vários ex-governadores da Amazônia, ex-ministros e daqui, certamente, vão surgir muitas soluções interessantes para serem partilhadas com as demais Comissões e com o processo regulatório do uso do solo e das florestas brasileiras.

Queremos nos colocar à total disposição e desejamos pleno sucesso para nós todos desta Comissão e, em particular, para o senhor que estará na Presidência dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB-DF) – Agradeço, Senador Aníbal as palavras.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

**O SR. PAULO DAVIM** (PV – RN) – Senador Rodrigo Rollemberg, quero saudá-lo pela assunção à Presidência desta Comissão, que considero uma Comissão extremamente importante, sobretudo neste momento e no contexto que vivemos neste País, pois entendemos que o Brasil é um país de dimensão continental e, graças a Deus, convive em paz com o meio ambiente. Na Amazônia, temos a riqueza que não é só brasileira, a riqueza do mundo, que é a floresta amazônica. No Nordeste, temos as belas dunas, as praias, os mananciais dos lençóis freáticos, mas também temos problemas como a desertificação, que é acelerada, sobretudo no Seridó, no meu Estado, em vários Estados do Nordeste. Convivemos duramente com o clima semiárido.

Portanto, esta Comissão terá um papel muito importante na discussão dos temas que serão debatidos aqui.

Evidentemente, hoje está muito em voga, existe uma expectativa muito grande da chegada, nesta Casa, da reforma do Código Florestal. É óbvio que é muito importante, mas há outros temas também que precisamos abordar. Abordar de uma forma desapixonada. Abordar com argumentos técnicos, científicos, de uma forma responsável. E nós, do Partido Verde, não temos nenhum interesse em nos contrapor ao movimento agropecuarista, de forma alguma. Queremos estar lado a lado, pois é assim que entendemos que a gente resolve o problema do meio ambiente e o

problema da produção. A gente precisa ter a grandeza, a responsabilidade, o discernimento de saber colocar os assuntos em pauta com absoluta isenção.

E é assim que pretendo aqui, na condição de representante do Partido Verde, trazer a minha contribuição. Acho que esses temas que serão abordados aqui serão temas que vão demarcar a legislação ambiental do Brasil. O Brasil sempre ostentou uma posição de vanguarda no mundo na questão da legislação ambiental. E eu tenho absoluta certeza de que esta Comissão terá o compromisso de continuar a manter o Brasil nessa posição de vanguarda na legislação ambiental. Tenho absoluta certeza disso. Precisamos debater com responsabilidade, sem açodamento, sem decisões no afogadilho, no emocional, levando em consideração sobretudo os interesses do País e da sociedade.

Mais uma vez, quero saudá-lo pela presidência da Comissão.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, como único representante do PV nesta Casa, tem uma grande contribuição a dar a esta Comissão e ao Senado como um todo.

Com o palavra, o Líder Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senador Rodrigo Rollemberg, V. Ex<sup>a</sup> assume a presidência desta Comissão com a responsabilidade de dar continuidade a um trabalho grandioso que aqui foi realizado pelo nosso companheiro e colega Renato Casagrande, eleito Governador do Estado do Espírito Santo. E também terá a incumbência de mostrar a sua responsabilidade como Parlamentar e também como membro do Executivo, já que V. Ex<sup>a</sup> foi Secretário de Turismo do Distrito Federal e, em seguida, Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, Parlamentar, Deputado Federal dos mais brilhantes, Líder da nossa Bancada. Isso significa dizer que V. Ex<sup>a</sup> está preparado para assumir esta função tão nobre, tão edificante, tão importante no Senado Federal, qual seja, a de dirigir esta Comissão, que tem uma tríplice missão: atender aos interesses do consumidor; fiscalizar os atos do Poder Executivo e dos demais Poderes; defender o meio ambiente, o que envolve hoje preocupações mundiais, tais como, o aquecimento global, o efeito estufa, as mudanças climáticas.

V. Ex<sup>a</sup> é um homem interessado e vai comandar esta Comissão de forma democrática, de forma brilhante. E é isso que desejo a V. Ex<sup>a</sup>. Muitas felicidades e aquele abraço. Tenho certeza de que esta Comissão não vai se decepcionar com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares. Agradeço

a confiança de V. Ex<sup>a</sup>, que me indicou, como meu líder, para compor esta Comissão. Tenho certeza de que contarei sempre, como contei até hoje, com a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup>, que tem como uma das grandes bandeiras do seu mandato, a revitalização do rio São Francisco, o nosso querido Velho Chico. Consulto se mais algum Senador quer fazer uso da palavra.

Não havendo mais oradores inscritos, quero agradecer mais uma vez a presença de todos, convocando reunião ordinária.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZIOTIN (PCdoB – AM)**

– Desculpe-me, eu estava pouco atenta. Gostaria de cumprimentar o Senador Valadares, líder do PSB, partido amigo, partido irmão. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> fará um brilhante trabalho à frente desta Comissão, uma das comissões que eu considero mais importantes nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg PSB – DF)**

– Muito obrigado, Senadora Vanessa Graziotin, foi uma honra ter trabalhado conjuntamente com V. Ex<sup>a</sup> na Câmara dos Deputados. Tenho convicção de que V. Ex<sup>a</sup> dará grande contribuição a esta Comissão.

Convoco a próxima reunião ordinária desta Comissão, como determina o Regimento Interno, para terça-feira, às 11h30m. Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA  
E REFORMA AGRÁRIA**

**ATA DA 1<sup>a</sup> REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA  
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA  
DA 1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
54<sup>a</sup> LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2011.**

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na Sala 13, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, do Senador **CASILDO MALDANER**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **GLEISI HOFFMAN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, ACIR GURGACZ, WALDEMIR MOKA, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, MARISA SERRANO, JAYME CAMPOS, ALVARO DIAS, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPILY, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, LUIZ HENRIQUE, CIRO NOGUEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral e Cyro Miranda. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. O Senhor Presidente eventual, Senador Casildo Maldaner, informa que a presente reunião destina-se

à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da CRA, para o biênio 2011/2012. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores(as) Jayme Campos e Ana Amélia para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos foram eleitos, por unanimidade, os Senadores **Acir Gurgacz e Waldemir Moka** para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CRA, respectivamente. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto, os seguintes Senadores(as): Casildo Maldaner, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ivo Cassol, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e Marisa Serrano. O Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra e agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado, expondo a importância dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner**, Presidente, Eventual, da CRA.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**

**SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO  
A REUNIÕES DE COMISSÕES**

**O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)** – Prezados colegas, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, como estabelece o Regimento, cabe presidir a instalação o mais idoso – uns dizem que é o mais idoso, outros dizem que é o mais experiente, outros dizem que a terceira idade, outros... como queiram.

Então vamos dar início à instalação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esta Comissão é composta por dezessete titulares e, consequentemente, dezessete suplentes. Há uma formalidade a ser observada na instalação com a escolha do Presidente e do vice-Presidente da Comissão,

Declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54<sup>a</sup> Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e à eleição do vice-Presidente e do Presidente desta Comissão para o biênio 2011/2012, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos à eleição do Presidente e do vice-Presidente.

Esclareço às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores que a eleição dar-se-á em escrutínio secreto, conforme o art. 60 do Regimento Interno do Senado.

Informo que os candidatos à Presidência e à vice-Presidência são o Senador Acir Gurgacz para Presidente e o Senador Waldemir Moka para vice-Presidente.

Comunico aos membros desta Comissão que as cédulas de votação se encontram sobre a mesa, devidamente rubricadas por mim, que presido esta reunião.

Dessa forma, solicito aos nobre Senadores que, à medida que forem chamados, de acordo com a lista oficial, venham à mesa, retirem as cédulas, depositem o voto na urna que se encontra sobre a mesa, e assinem a folha de votação. Encerrada a votação, depois a gente proclama o resultado.

Pela ordem alfabética...

Vamos chamar os que estão presentes.

A reunião deveria ter iniciado às 9h30min, mas como está havendo reunião da Comissão de Relações Exteriores, estão fazendo a apuração e vários membros daquela Comissão também pertencem a esta, como também vamos ter, logo em seguida, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e vão membros desta vão para lá, vamos abrir e começar a votação dos que estão presentes.

**O SR. JAYME CAMPOS** – (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)) – Pois não, Senador Jayme Campos.

**O SR. O SR. JAYME CAMPOS** – (DEM – MT) – Sr. Presidente, quero solicitar à Secretaria desta Comissão, na medida em que é o suficiente, para abertura dos trabalhos, a assinatura de nove Senadores. Toda-via, quero indagar: se é suficiente o número de Senadores presentes para prevalecer maioria, ou seja,.a Comissão é composta por dezessete Senadores, se o *quorum* nesta Comissão é suficiente para a eleição do novo Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)) – Posso responder à questão de ordem dizendo que para iniciar a eleição já temos número suficiente, pois há nove Senadores presentes, que é mais de 50%. A Secretaria está me informando que há mais um; então são dez.

**O SR. JAYME CAMPOS** – (DEM – MT) – A minha indagação, de forma direta, Sr. Presidente é se o número de Senadores que compõem esta Comissão, melhor, que estão agora na Comissão, é o suficiente.

Eu imagino que deveria haver, pelo menos, nove votos dos dezessete. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)) – Já têm dez votos dos dezessete. Já têm maioria.

**O SR. JAYME CAMPOS** – (DEM – MT) – Se tiver o voto dos dez presentes no plenário, já é o suficiente. Quero dirimir as dúvidas para que a eleição seja, de fato...

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)) – Agora, com a presença da Senadora Gleisi, já temos...

**O SR. JAYME CAMPOS** – (DEM – MT) – Perfectamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)) – Eu é que agradeço

Pela ordem alfabética... Está presente a Senadora Gleisi Hoffmann, que já convidamos para retirar as cédulas.e proceder à votação. Em seguida , nós temos aqui... Ah, isto aqui é por Bloco de Apoio, né? Temos aqui o Senador Acir Gurgacz, que, por sinal, é candidato a Presidente.

Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Gleisi Hoffmann...

Podemos já partir para o candidato a Vice, Senador Valdemir Moka.

Depois, temos aqui a Senadora Ana Amélia, ilustre gaúcha, honrando o Rio Grande do Sul.

Senador Eduardo Amorim.

Com muita honra, convidamos o grande Senador e ex-Governador do Mato Grosso, Jayme Campos. Também com muita honra, o nosso ex-Governador de Rondônia, candidato a Presidente da Comissão, Senador Ivo Cassol, catarinense também, por sinal.

Como convidamos o Senador Ivo Cassol, temos outro catarinense, que também foi Governador de Rondônia, nosso Senador Valdir Raupp. Rondônia está em peso aí.

Para completar os nove, para ter maioria absoluta, vou chamar o mais velho, então, para votar. (Pausa.)

Consulto se deixei de chamar algum dos Srs. Senadores membro da Comissão. Se os que estão presentes votaram, vamos dar por encerrada a votação.

Para designar agora dois escrutinadores, vamos contemplar uma gaúcha, que é a Ana Amélia, Senadora pelo Rio Grande do Sul, uma mulher, e vamos pedir aqui, por sinal, alguém do Mato Grosso, o Senador Jayme Campos.

Senadores Ana Amélia e Jayme Campos ficam designados para fazer a escrutinação.

(Pausa.)

De acordo com a apuração que fizeram a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme Campos, encer-

rada a votação, dos nove que votaram, que é maioria, a proclamação é: nove a favor ao candidato a Presidente...

Quero registrar a presença da Senadora Angéla, de Roraima, que, apesar de encerrada a votação, chegou para prestigiar os nossos candidatos a Presidente e Vice.

O resultado constam nove votos, sendo nove votos ao Senador Acir para Presidente e nove votos ao Senador Moka para Vice-Presidente.

Dessa forma, proclamo eleitos para o Biênio 2011/2012 o Senador Acir Gurgacz para Presidente e o Senador Waldemir Moka para Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Dessa forma, convido o Senador Acir Gurgacz bem como o Senador Waldemir Moka para tomarem assento à mesa.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é com grande satisfação e orgulho que assumo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com certeza uma Comissão muito importante para o nosso País.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos Senadores e às Senadoras que depositaram na nossa pessoa e do nosso Vice-Presidente este compromisso de dirigir esta Comissão ao longo dos anos 2011/2012.

Agradeço aos Pares do PDT a indicação do nosso nome para esta Comissão, assim como aos Líderes do Bloco de que fazemos parte, em nome do Presidente do Bloco e Líder do PT, Senador Humberto Costa.

O dito popular de que o Brasil é um país de vocação agrícola pode até parecer ultrapassado quando vemos a nossa economia atingir um elevado patamar de industrialização e de alta tecnologia.

Mas a verdade é que o Brasil rural é muito maior do que se imagina. Basta dizer que a agricultura representa um terço do PIB brasileiro, levando-se em conta a agricultura familiar e toda a cadeia econômica envolvida, desde a indústria produtora, de beneficiamento e de transporte.

Só para termos uma ideia do tamanho da agricultura brasileira, em 2010 a OMC apontou o País como o terceiro maior produtor agrícola do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e União Europeia. Podemos dimensionar essa grandeza também pela estimativa do Ministério da Agricultura para a safra nacional de grãos do ciclo 2010/2011, que chegará a 153 milhões de toneladas, um aumento de 2,6% em relação à safra do ano passado.

E nossa agricultura continua crescendo. As exportações do agronegócio brasileiro somaram US\$5,1 bilhões em janeiro deste ano, 26,3% a mais do que o registrado em janeiro de 2010. De acordo com dados divulgados recentemente pelo Ministério da Agricultura, o resultado é o melhor, desde 1989, em que teve início essa série histórica.

A despeito das barreiras tarifárias e não tarifárias mantidas na OMC, as exportações brasileiras têm conseguido manter um nível de competitividade invejável, a exemplo dos grãos como soja, milho e arroz, de frutas como laranja, banana e maçã, da carne bovina, suína e de frango, além da cana-de-açúcar e outras *commodities*. Não é por menos que o Governo brasileiro vem anunciando, ano após ano, novas safras recordes de grãos no Brasil.

Os números e os bons resultados da agricultura brasileira são, portanto, resultado de muito trabalho, da organização do setor, da produção agroindustrial e do suor de agricultores que lutam, sol a sol, para colocar comida na mesa de pessoas do mundo inteiro, além, é claro, do investimento em pesquisa e tecnologia que nossas universidades, institutos e empresas públicas e privadas têm feito ao longo dos anos.

A modernização da agricultura brasileira resultou em progresso técnico e na modificação da organização da produção, sobretudo no que diz respeito às relações sociais. A integração da agricultura com a indústria não significou apenas uma mudança de ordem quantitativa, onde o que importava era comprar, produzir e vender cada vez mais, mas também uma transformação radical em suas estruturas de produção e comercialização.

Hoje, o meio rural brasileiro é cheio de peculiaridades regionais e socioambientais que carregam influências do processo histórico de ocupação de nosso território, da evolução agrícola e do desenvolvimento do País. Temos um agronegócio forte e pujante, que consegue competir internacionalmente e bater recordes de produção e exportação a cada ano, e uma agricultura familiar também forte, mas que, mais do que nunca, precisa de uma atenção especial do Governo para que seja cada vez mais fortalecida.

E será para o pequeno agricultor familiar que quero dedicar uma atenção especial, com a implantação das políticas de crédito e do desenvolvimento com tecnologia aos pequenos produtores rurais para que possam desenvolver melhor suas atividades, com mais dignidade e qualidade de vida.

Conheço bem a realidade da agricultura no Estado de Rondônia, as potencialidades, os gargalos, as necessidades e os desafios de nossa agricultura. E agora, aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária do Senado Federal, buscaremos compreender também a complexidade e a diversidade da agricultura brasileira.

Sei o tamanho dessa responsabilidade, mas sei também que poderei contar com o apoio das instituições especialistas do setor, desde os órgãos governamentais, como o Ministério da Agricultura, a Embrapa, bem como as associações, sindicatos e cooperativas de produtores, e, principalmente, com a experiência dos colegas Senadores que compõem esta Comissão. Vamos ser um elo de ligação dos agricultores, pecuaristas e extrativistas da floresta amazônica com o Senado Federal e o Governo brasileiro.

Como já disse, os desafios são grandes, e talvez o principal deles seja maximizar a produtividade com custos acessíveis para a população mundial, sem deixar de defender a segurança alimentar, minimizar os impactos ambientais e trazer retorno econômico para a atividade. Nenhum outro segmento da sociedade brasileira tem um desafio comparável ao setor agrícola e, por isso, precisamos atuar de forma estratégica, pensando em ações que atendam às necessidades de construção de uma agricultura sustentável que valorize o homem do campo.

Precisamos resolver a regularização fundiária do meio rural e as pendências legais envolvendo as questões ambientais e a produção agrícola. O desenvolvimento da atividade agrícola precisa ser facilitado e não travado pela legislação ambiental ou pelos órgãos ambientais. E o problema maior nem é o rigor da legislação ambiental, mas sim a ineficiência e falta de agilidade dos órgãos ambientais e da reforma agrária.

Vamos trazer a discussão sobre a reforma do código florestal também para a Comissão de Agricultura, pois entendemos que ela terá um grande impacto no meio rural, e a discussão precisa ser a mais ampla possível. Nessa questão, o Governo tem de levar em consideração o processo histórico de colonização do País e a evolução de sua agricultura e adaptar as normas ambientais para essa realidade.

Nesse sentido, a revisão do Código Florestal é uma prioridade. É preciso pulso firme e vontade política para encarar esse problema de frente e lutar por uma política ambiental que regulamente o uso do solo no meio rural e permita a atividade produtiva com sustentabilidade ambiental, econômica e social. Já existem estudos no Brasil que viabilizam o melhor aproveitamento do meio ambiente para produção agrícola, respeitando o uso de áreas de proteção ambiental, potencializando o uso de áreas degradadas dentro de sua capacidade e do zoneamento ecológico e econômico, o que deve vir a ser a futura fronteira do agronegócio, interligando fortemente a ação do Estado com a iniciativa priva-

da rumo à efetivação do Brasil como o maior produtor de alimentos do mundo.

Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, precisamos unir a necessidade e potencial agrícola brasileiro com a necessidade de trabalharmos o meio ambiente. Tenho certeza de que, unindo os interesses do meio ambiente e os interesses dos produtores rurais o Brasil chegará a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Esse é o objetivo de todo brasileiro, de todo produtor rural que trabalha no campo.

Agradeço, mais uma vez, a presença dos nobres Senadores e a confiança em nós depositada.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz pela ascensão à Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e o Senador Waldemir Moka, do nosso partido, o PMDB, na vice-presidência, Senador do Mato Grosso do Sul; dizer da nossa alegria de vê-los aí, presidindo essa comissão tão importante para o País, como V. Ex<sup>a</sup> bem relatou em seu pronunciamento, que, graças aos recordes de safra, ao aumento da nossa produção agrícola e pecuária, o pobre está tendo condições de comer um pouco mais e que os programas sociais do Governo Lula, nos oito anos passados, e que o Governo da Presidente Dilma também deve seguir esse mesmo caminho, diminuindo as desigualdades do nosso País, a miséria, a pobreza, fazendo do Brasil um País mais justo. Nós sabemos que as *commodities* da área agrícola e de minério de ferro é que têm sustentado a economia do nosso País.

Então, faço votos de que esta Comissão seja ativa, como sempre foi e cada vez mais, para que a nossa agricultura e a pecuária brasileira continuem prosperando. E conte com um parceiro, conte com o PMDB, para ajudar na reforma do Código Florestal Brasileiro, de que sou um dos defensores, tenho até projeto aqui no Senado da Reforma do Código Florestal Brasileiro.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, parabéns ao Vice-Presidente Moka.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Contamos com V. Ex<sup>a</sup>, sempre atuante, e com sua experiência.

Pela ordem, com a palavra, agora, o Senador Benedito de Lira. Na sequencia, o Senador Ivo Cassol e o Senador Flexa Ribeiro; após, o Senador Jayme Campos

*Continua a votação.*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP-AL) – Sr. Presidente, meu caro companheiro Moka, logo que fui chegando à sala já fui logo levando puxão de orelha de .Ex<sup>a</sup> Mas eu queria justificar porque logo cedo o pessoal do meu Estado já encontrou o caminho. A minha casa, hoje, amanheceu muito bem visitada. Mas queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que reputo esta Comissão de Agricultura como uma das mais importantes do Congresso Nacional, quer na Câmara, quer no Senado Federal.

A Comissão no Senado é mais jovem, considerando que a Câmara Alta do País entendeu que não poderia conviver com as mais diversas comissões e assuntos tratados nesta Casa se não tivesse uma Comissão para tratar dos assuntos importantes que é a agricultura deste País. Um País do tamanho do Brasil com essa área extraordinário agricultável, um País que tem duas importantes coisas que outros países não têm e nós com abundância e qualidade: água e sol.

Então este País tem que ser o grande celeiro de produção de alimentos.

V.Ex<sup>a</sup> quanto vice, todos oriundos da Região Norte, uma região que tem uma capacidade produtiva no setor da pecuária extraordinária. Tenho certeza absoluta que iremos fazer aqui um bom trabalho, precisamos fazer um bom trabalho. Nobre Senador Acir, ao lado desse grande pecuarista, ruralista que é o Senador Moka, e eu conheço de perto suas ações quando Deputado e o que ele representou na Câmara para a pecuária e agricultura brasileiras.

É uma coisa impressionante para os companheiros Senadores que não conheciam, por certo, a atividade do Moka, porque nós convivíamos na outra Casa. Mas o Moka, desde que chegou à Câmara dos Deputados, nunca deixou de ser membro da Comissão de Agricultura da Casa.

Então, nesta oportunidade, apesar de ser oriundo de um Estado pequeno, que não tem a pujança do Estados de V. Ex<sup>a</sup>s, quero dizer que todos nós teremos que dar a nossa contribuição para que possamos fazer um grande trabalho à frente da Comissão da Agricultura do Senado Federal. Grandes embates estão a nos aguardar, e teremos que estar prontos para enfrentá-los, porque este País recentemente tem pago as suas contas e tem melhorado o seu desempenho no saldo da balança comercial. E nos dá muita alegria, Senador Moka, quando vemos e ouvimos os números de mais de US\$300 bilhões de reserva. Isso significa dizer que precisamos construir mais, trabalhar mais, e a agricultura precisa ter uma atenção muito mais especial do que tem tido. Ela precisa de muito mais, porque a agricultura brasileira está nessa pujança, Presidente, por conta da força de trabalho dos agricultores.

Uma coisa com a qual não concordo, apesar de não ter força para resolvê-la – e acredito que, juntos, poderemos encontrar um caminho: não podemos fazer a agricultura pagando juros de mercado, como acontece atualmente. Mesmo que sejam juros um pouco mais baixos, principalmente na agricultura familiar, é preciso que a agricultura não pague juros de nada, para melhorar, então, a capacidade de produção e o produtor, que é aquele que faz a produção no dia a dia, que na verdade era o menos atendido no contexto global do resultado final do seu trabalho.

Então, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela sua indicação como presidente da Comissão e, ao mesmo tempo, Moka, quero cumprimentá-lo, porque conheço seu trabalho de perto. Convivemos de perto na Comissão de Agricultura, e comecei a gostar muito mais da agricultura e da pecuária depois que eu conheci V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, tenha a certeza de que, além de sua capacidade, além de sua visão, V. Ex<sup>a</sup> está ao lado de um grande companheiro, que formará com V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, uma dupla extraordinária para conduzir a todos nós.

E aqui, de nossa parte, V. Ex<sup>a</sup>s terão a nossa boa vontade e, acima de tudo, a determinação de trabalharmos juntos.

Parabéns! Sucesso!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Só quero informar aos Senadores e Senadoras que, na sequência, encerraremos e abriremos uma nova sessão, para leitura dos requerimentos.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco PP/RO) – Obrigado.

Eu quero parabenizar o nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir, do nosso Estado de Rondônia. Estamos de parabéns. Também quero cumprimentar e parabenizar o Vice-Presidente, Senador Moka, de um grande Estado produtor.

A minha maior alegria de fazer parte deste Senado, especialmente desta Comissão de Agricultura, é tratar o nosso Estado de Rondônia com a mesma igualdade dos demais Estados da Federação brasileira. Todo mundo tem conhecimento de que, quando se destacava aqui na Comissão de Agricultura e no Congresso Nacional, quando se falava de agricultura, muitas vezes, Sr. Presidente, o nosso Estado era tratado com indiferença, como se o Estado de Rondônia fosse diferente dos demais. E é o contrário: o Estado de Rondônia serviu de berço para a reforma agrária nas décadas de 70, de 80. E V. Ex<sup>a</sup>, que acompanha,

junto com seus familiares, o crescimento de Rondônia, sabe e é testemunha disso.

Na presidência desta Comissão, eu tenho certeza absoluta de que, com os demais pares, vamos poder mostrar que o Estado de Rondônia, esse Estado produtor que tem mais de 120 mil pequenos produtores rurais, que a nossa produção agrícola faz diferença não só em Rondônia, mas em todo o Brasil. E a agricultura no nosso País disputa qualquer mercado internacional. Tanto que é verdade que o custo de produção aqui é menor do que o dos outros países. E, volta e meia, o que assistimos, em âmbito nacional, em âmbito internacional, são organismos internacionais tentando, de uma maneira ou de outra, inviabilizar o nosso setor produtivo. São organismos internacionais tentando, de uma maneira ou de outra, inviabilizar o nosso setor produtivo. Eu fico feliz que nós tenhamos nesta Comissão pessoas comprometidas com o setor produtivo. Por mais que alguém diga que outras comissões são mais importantes mais eu quero deixar aqui registrado que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é a comissão mais importante do Senado brasileiro. E por que é a mais importante? Porque ela cuida de um setor que produz alimentos para as mesas dos cidadãos do mundo inteiro e, além disso, é de onde sai também a matéria prima para processamento e industrialização, que gera emprego e gera renda. Então, a agricultura no Brasil é invejável nos parâmetros internacionais e conta com esse parceiro e companheiro que veio aqui para reforçar.

Como Governador do Estado de Rondônia, um Estado cujo PIB cresceu, nos oito anos consecutivos, em torno de 18%, enquanto o País crescia 4,5%, 5% ao ano, qual foi o setor em que eu investi? Foi no agro-negócio; foi na agricultura familiar, foi na agricultura extensiva. E, hoje, nós temos um Estado forte, que deu o privilégio ao governo atual, no mês de janeiro, de ter um aumento de receita de 40% se comparado a 2010.

Então, fico feliz de fazer parte desta Comissão tão importante e, com certeza, estarei defendendo a igualdade com os demais Estados da Federação, para que Rondônia seja incluída entre eles não só como Estado da região norte, mas como berço da reforma agrária, dos pequenos produtores e que seja tratado com a mesma igualdade com que sempre foi.

Fico feliz por nosso Estado ter, na mão do Senador, a Presidência desta Comissão, e também do outro estado produtor, Mato Grosso do Sul, ter o Senador Moka como Vice-Presidente.

Sucesso para V. Ex<sup>as</sup>s e para nós todos nesta Comissão!

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol. E, com certeza, nós contaremos e precisaremos do seu apoio e da sua experiência como ex-governador e atual Senador.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Acir Gurgacz, caro Senador Waldemir Moka, eleito nosso Vice-Presidente, é uma alegria muito grande participar desta Comissão, eu que estou estreando no Senado da República e que venho de um Estado cuja economia tem mais de 1/3 da sua produção sustentada pela agropecuária.

Nós estamos chegando à instalação desta Comissão na semana em que começa, no Rio Grande do Sul, a colheita do arroz na cidade de Camacuã, na parte sul do Estado. E por isso, ontem, estivemos no Ministério da Fazenda solicitando apoio para os mecanismos de comercialização de uma das maiores safras de arroz, produto básico da cesta básica dos brasileiros. A comercialização precisa desse suporte financeiro, caso contrário, os produtores não terão mais condições de continuar dando essa colaboração no sentido da estabilidade dos preços e também da oferta do produto para o abastecimento do mercado interno. Hoje, o Brasil produz o suficiente para o seu mercado interno.

Mas, também, lamentavelmente...

Se o Sr. Presidente pedisse um pouco de atenção dos colegas aqui, a gente poderia falar...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, por gentileza, peço um pouco de atenção para ouvirmos a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Acho que, assim, com essa medida, a gente pode ter maior produtividade.

Eu só queria dizer exatamente que tenho preocupações muito grandes com o setor agropecuário. Após quarenta anos como jornalista, acompanhei o setor. E é o setor da economia que tem uma dinâmica muito maior. Em quatro meses uma safra se faz. O superávit comercial brasileiro é todo ele sustentado pelo agro-negócio. Foi citada por V. Ex<sup>a</sup>, no seu discurso, bem como pelos aparteantes, a importância dessa matéria. Existe não só um problema grave que virá para o Senado, que é o Código Florestal, mas também outras situações que precisam ser enfrentadas com coragem pelo Congresso Nacional, que tem responsabilidade. Lamento que esta Comissão tenha tão tardeamente sido criada, a Comissão de Agricultura do Senado, mas sempre há tempo de produção.

E também solicitaria que nós providenciássemos que a Comissão de Agricultura tivesse uma sala

especial, porque parece que nós não temos uma sala especial para funcionar, assim como as demais comissões importantes do Senado.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> pela dificuldade de conseguir concluir o meu pensamento. Respeito sempre quando os colegas falam, mas esta é a forma de trabalho que nós vamos ter que enfrentar. É a forma e o comportamento de atitudes dos Srs. Senadores. Agora mesmo, Vereadores do Município de São José do Norte, também no Sul do Rio Grande do Sul estão aqui porque a safra de cebola está correndo o risco de apodrecer por falta de preço. Temos concorrência no Mercosul, que são muito graves, muito sérias por conta das assimetrias, Senador Eduardo Suplicy, e isso provoca um prejuízo a toda a economia brasileira.

Muito obrigada ao senhor, acredito no seu comando, pelo conhecimento que tem do setor, especialmente do seu vice-Presidente o amigo Moka, que durante muito tempo acompanhei pelo Canal Rural em todas as tratativas e demandas que interessam ao setor da produção primária no País, que gera empregos, gera renda e a interiorização do desenvolvimento do País.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós agradecemos a Senadora Ana Amélia e entendemos que os membros que fazem parte desta Comissão têm um amplo conhecimento da agricultura e pecuária brasileiras. Tenho certeza que faremos uma grande trabalho todos nós juntos com relação à produção de alimentos não só para o Brasil mas para o mundo.

Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente, eu estou inscrito também.

**O SR. EDUARDO SUPLYC** (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo, Senador Jayme Campos. Apenas quero cumprimentar o Presidente Acir Gurgacz e também ao vice Waldemar Moka e dizer quão importante serão os trabalhos desta Comissão e, certamente, presidido por ambos, estará assegurado o sucesso pelo conhecimento que ambos têm da área agrícola, pecuária e das questões relativas ao campo brasileiro. Quero aqui dizer que estava em votação na Comissão de Relações Exteriores, mas como suplente teria votado em ambos os Senadores e me coloco à disposição de ajudar sempre, colaborar com o sucesso de nossos trabalhos.

Gostaria apenas de sugerir que, como há requerimentos de convocação de autoridades, que na tradição normalmente seguida aqui possam os requerimentos ser transformados em convite às autoridades do Governo Federal, para que aqui exponham os seus objetivos, trabalhos e planos.

É a sugestão que formulo, Sr. Presidente. Vou precisar me ausentar para votar na Comissão de Assuntos Econômicos, de onde sou titular, mas deixo aqui essa sugestão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Exmº Senador Jayme Campos, do Mato Grosso.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente Acir; Sr. Vice-Presidente Waldemar Moka; demais Senadores e Senadoras, quero manifestar a minha alegria de continuar como membro desta importante Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a certeza de que V. Ex<sup>a</sup>s vão realizar aqui um trabalho extraordinário, sobretudo um trabalho partindo da coerência e que efetivamente possamos dar a nossa contribuição em favor da agricultura e da reforma agrária deste Brasil.

Todavia, Sr. Presidente, nós temos que esclarecer alguns pontos aqui nesta Comissão diante do momento em que o País vive de maior insegurança jurídica no campo, na medida em que se discute o novo Código ambiental que certamente vai permitir que aqueles que produzem, que constroem a grandeza deste País possam ter tranquilidade e paz no campo.

V. Ex<sup>a</sup> está aqui há algum tempo, como eu estou. Há menos de dois anos atrás, nós aprovamos uma medida provisória permitindo que o Governo Federal buscasse a regularização fundiária na região amazônica no Brasil. O Brasil tem 63 milhões de hectares nessa vasta região e, lamentavelmente, as pessoas também não tiveram acesso à titulação fundiária. E, nesse caso, acho que tanto V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, como o vice-Presidente e todos nós desta Comissão, temos que chamar a atenção do Poder Executivo, sobretudo do MDA e do Incra, para fazer com que a política pública de fato possa levar essa tranquilidade.

Diante do que nós temos acompanhado e visto, lamentavelmente, alguns segmentos da sociedade, sobretudo dos pseudo-defensores da questão ambiental, taxando aqueles que produzem como se eles fossem bandidos.

Hoje, lamentavelmente, os interesses internacionais se sobrepõem aos interesses do povo brasileiro, sobretudo aqueles que defendem um país independente.

De modo que não tenho dúvida alguma, pela sua experiência, conhecedor profundo da região amazônica, do valoroso e querido Senador Moka, conhecedor da política agrícola, da pecuária do Brasil, especialmente da região Centro-Oeste, nós vamos fazer um grande trabalho.

Quando as pessoas trabalham de forma independente, ética e coerente, sem dúvida alguma ele irá se traduzir em benefício da nossa sociedade.

De modo que, aqui, me proponho a continuar, como membro desta Comissão, apoiando os bons projetos, aqueles que efetivamente possam transformar o Brasil em um grande celeiro, buscando a produção sustentável, compatibilizando o desenvolvimento com a preservação, coisa que já está fazendo a pecuária brasileira.

Infelizmente, temos sido vistos com uma visão caolha por alguns segmentos, que entendem que o produtor é apenas o devastador do campo, do cerrado, da Amazônia brasileira. Não é verdade.

O Brasil hoje tem um grande potencial a ser explorado. Todavia, o que nós precisamos é de regras claras, juridicamente falando, e, acima de tudo, de políticas públicas que, efetivamente, possam trazer o respeito e o devido valor para aqueles que, indiscutivelmente, produzem, lavram a terra e que têm contribuído sobremaneira para o crescimento da nossa balança comercial.

Cumprimento V. Ex<sup>as</sup>s, o Senador Acir, cumprimento também ao nosso Vice-Presidente, que espero que façam com que a nossa Comissão seja o instrumento para discutir as matérias de interesse da agricultura e da reforma agrária. Parabéns e que Deus abençoe todos nós aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Campos. A sua experiência é muito importante para nós, e vai ser muito importante, ao longo desses dois anos em que trabalharemos juntos nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, passaremos a palavra ao Senador Waldemir Moka, e encerraremos a Comissão, iniciando outra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Vice-Presidente Moka, serei breve.

Eu não poderia deixar de expressar aqui a minha satisfação pela eleição de V. Ex<sup>as</sup>s para assumirem a Presidência e Vice-Presidência desta Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, comissão da maior importância para a Nação brasileira e, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes do Senado Federal.

A agricultura brasileira tem, ao longo das últimas décadas, sustentado a economia do nosso País e, lamentavelmente, não tem o reconhecimento do governo brasileiro, da importância que ela tem na geração de emprego e na geração de divisas para o País e, muito mais, pela ocupação que ela faz do interior do nosso

País, levando qualidade de vida a brasileiros que se dedicam ao agronegócio.

Eu sou de um Estado da Amazônia, Estado do Pará, que é a nova fronteira agrícola, eu diria, com o avanço da produção agrícola que vem de Mato Grosso do Sul, entrando em Mato Grosso e chegando, agora, pelo norte do meu Estado. Temos a certeza absoluta do muito que podemos oferecer à Nação brasileira. Agora, é necessário, Senador Moka, Senador Acir Gurgacz, V. Ex<sup>a</sup>, Senador, que de forma competente e honrada representa o Estado de Rondônia no Senado Federal e que agora preside a Comissão, nós precisamos, nós, Senadores da Amazônia,

Eu, Senador Flexa Ribeiro, Senador Jayme Campos, Senadora Kátia Abreu e outros Senadores, ontem, no plenário do Senado, convoquei o Senador Moka para que também aderisse à Bancada da Amazônia, pela competência, pelo conhecimento e pela dedicação dele sobre a área do agronegócio. Mas ele pode ser convidado *au concours* para que participe desse grupo.

Nós temos que mostrar ao Governo que a Amazônia pode e deve participar do desenvolvimento do Brasil, mas, lamentavelmente, a Amazônia é tida como se fosse o único bioma e engessada, em função disso.

Sabemos nós, a Amazônia sabe, os ministérios competentes também sabem que na Amazônia existem vários biomas, inclusive cerrados, campos naturais... Quer dizer, todos somos defensores de que não se deve derrubar a floresta, defendemos desmatamento zero; mas temos que defender a utilização das áreas já antropizadas, e, muito mais do que isso, a utilização das áreas propícias que não têm florestas. Por exemplo, no Estado de Roraima, a maioria da sua área é de campos naturais. A Ilha do Marajó, no Pará, tem campos naturais; há o cerrado de Mato Grosso e do sul do Pará. Ou seja, são áreas que podem e devem ser usadas para produzir para o Brasil e para o mundo.

O futuro do Brasil, Senador Acir Gurgacz, é, sem sombra de dúvida, ser o maior *player* na produção de alimentos do mundo. E esta Comissão terá a competência e a inteligência de V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência, e a do Senador Moka, na Vice-Presidência, e muito poderá contribuir para que possamos realmente inserir a Amazônia no contexto brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. É um prazer estarmos juntos, mais uma vez, e lembro muito bem da competência com que V. Ex<sup>a</sup> administrou a Comissão de Ciência e Tecnologia. Tenho certeza de que faremos um belo trabalho; contamos com a sua experiência e o seu apoio.

De fato, Senador Flexa, a Amazônia precisa e está num momento muito importante para podermos colocar realmente a agricultura junto com a preservação da Floresta Amazônica. Ambos, ambientalistas e produtores rurais, temos que andar juntos, pois os objetivos são os mesmos: queremos o bem-estar da população, tanto preservando quanto produzindo.

Passo a palavra ao Senador Moka, nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS)

– Meu caro Presidente Senador Acir; amigo que representa esse grande Estado que é o Pará, Senador Flexa Ribeiro; ex-Governador de Mato Grosso, meu amigo, também um grande representante desse setor agropecuário, Senador Jayme Campos.

Penso, Senador Acir, que no Senado, eu que fiquei muito tempo na Câmara dos Deputados, aqui é o inverso: lá são 513 para uma quantidade de comissões, lá há uma disputa mesmo dos Deputados no assento das comissões; aqui, somos 81 e o número é praticamente o mesmo. E já percebia quando vinha aqui, via que os Senadores correm de uma comissão à outra, até porque aqui a titularidade é de 3 Senadores. E essa, sem dúvida nenhuma, será uma dificuldade na hora de fazer com que a Comissão possa ser tocada.

Se o Presidente me permite, eu quero colocar o aspecto prático da Comissão, porque vai ser exatamente o trabalho que nós conseguirmos colocar aqui em prática que vai dar exatamente essa dimensão para a Comissão. A Comissão de Agricultura do Senado, até onde eu sei – o Senador poderia me corrigir – tem cerca de 10 anos, não tem mais do que isso, não é? Tem cinco anos, este é o sexto ano? Aqui são dois anos, esta é a terceira diretoria que se forma aqui. E eu penso que é exatamente este o trabalho: dar a dimensão e a importância da Comissão. Vejam, a Senadora Ana Amélia chegou a dizer, e é verdade, eu vim aqui, está ali: Comissão de Infraestrutura. Aí eu falei: “Mas não é aqui”. O funcionário disse: “É aqui mesmo, é que a Comissão de Agricultura não tem uma sala específica”. Penso que é isso mesmo, quer dizer, a importância que o próprio País, e aí não falo de um Governo específico, mas ao longo do tempo, não... É preciso tratar a agricultura exatamente como... E, talvez, seja por isso mesmo... Porque olhem que, por mais desmando, a agricultura neste País sempre respondeu.

O Brasil só passou por essa crise mundial porque tinha um colchão, na época, de mais de 200 bilhões de dólares, hoje mais de 300. Se forem ver a origem, uma grande parte se deve exatamente ao chamado agronegócio, é o excesso, a exportação das nossas *commodities*. E é claro que, de longe, é um setor que gera renda, traz emprego.

E nós, que somos de Estados considerados do interior, como Rondônia, o seu Estado, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nós sentimos, nos nossos Municípios, Municípios onde têm agricultura, a pujança do Município. Por quê? Porque nós falamos lá: quando a agricultura e a pecuária vão bem, o comércio é o primeiro segmento que sente, o comércio vai bem. E aí, quando o comércio vai bem, contrata mais porque vende mais, e você faz girar a espiral da economia. E é claro que essa coisa da União, do País, dos Estados, isso tudo é virtual. Na verdade, está lá, no Município.

Por isso, Acir, acho que nós devíamos, aqui, com os colegas – vejo aqui e saúdo minha colega do Mato Grosso do Sul, a Senadora Marisa Serrano – juntar-nos para fazer esse trabalho. Tenho certeza de que, com o comando e a batuta desse extraordinário homem público de Rondônia, nosso Presidente e Senador Acir, nós vamos, juntos, com a experiência aqui dos demais Senadores, fazer com que a Comissão possa realmente enfrentar os grandes problemas da agricultura – nada que não possamos encaminhar, discutir.

E essa questão do Código Florestal, penso que aqui, no Senado, até porque é uma Casa menor, nós vamos poder, com tranquilidade, mostrar.

E o que mais me preocupa, nos últimos anos, e eu queria deixar isso para encerrar: não é por acaso que sempre se fala assim, é só perceber de onde vem a maior luta querendo taxar onde o Brasil aumentou sua expansão agrícola. Temos que ter muito claro isso e separar o que é questão ambiental e o que são interesses comerciais, porque nós, no Mato Grosso do Sul sentimos isso.

Nós saltamos, no País, o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, os grandes do País, na hora da pecuária, o Brasil saltou do sexto produtor e exportador de carne para o primeiro no ranking, e isso incomodou muito lá, sobretudo na Europa, irlandeses, principalmente, Holanda, os produtores, que subvencionaram esses produtos. Na hora em que se começa a colocar produto com grande qualidade e com preço competitivo, o tesouro do Mercado Comum Europeu tem que aumentar os seus subsídios para fazer com que esses produtos continuem competitivos no mercado europeu.

Nós precisamos colocar essa questão como uma questão de frente e entender isso daí. Agora, é claro que existem problemas ambientais. Vamos tratá-los, porque não é verdade que o produtor rural seja responsável por essa questão de desastre ambiental. Até porque, Acir, o produtor rural precisa do solo, tem que cuidar do clima, porque dele depende exatamente o seu sustento. Seria um equívoco um fazendeiro querer degradar o seu solo, a sua propriedade.

Vou dar um exemplo muito claro: eu sou do Mato Grosso do Sul, nós temos quase 70% do Pantanal, há mais de 250 anos, os pantaneiros produzem a chamada proteína vermelha, carne – 250 anos, meu caro Senador Flexa Ribeiro. E o “bioma” do Pantanal é o mais preservado deste País.

Então, não é verdade. Nós temos que, realmente, discutir essa questão com equilíbrio. Temos que preservar? Temos que preservar. Temos que fazer realmente, até porque isso interessa ao produtor rural. Agora, precisamos também reformar o Código Florestal, que é um código que está defasado, e, se não fizermos isso agora, em junho, quando começa a vigorar o decreto, a grande maioria dos produtores vai entrar na chamada ilegalidade. Daí a urgência de se votar o Código Florestal.

Mas esse debate nós vamos ter oportunidade de fazer aqui, na Comissão do Senado, até porque o compromisso na Câmara é de que ele será votado em março. Eu sou um daqueles que torço para que, tanto na Câmara como no Senado, a gente seja capaz de sentar, de conversar racionalmente e de estabelecer texto que proteja o meio ambiente, que é fundamental – e eu colocaria isso como prioridade –, mas que não engesse a nossa produção, porque aí nós vamos estar fazendo o jogo daqueles que não querem produtos de alta qualidade com preço competitivo.

Eu agradeço e, mais uma vez, desejo ao Presidente aqui sucesso na condução dos trabalhos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, e tenho certeza de que, juntos, faremos um belo trabalho aqui, nesta Comissão. Vamos dividir as nossas responsabilidades para que possamos atender à necessidade do produtor brasileiro, e essa discussão – ambientalistas e produtores rurais – não tem fim, mas precisa ser discutida, tem que ser debatida. O produtor rural, de fato, não é quem causa problema ao meio ambiente.

Passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

**A SR<sup>a</sup> MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente. É um prazer enorme vir aqui, até porque devo ficar como suplente desta Comissão, mas vim aqui, principalmente, para parabenizá-lo pela assunção ao cargo e dizer que fica em boas mãos a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; dizer que, nesses últimos quatro anos, eu fiz parte desta Comissão como titular e eu acredito muito que V. Ex<sup>a</sup> vai desempenhar o papel que nós precisamos para o nosso País: garantir as nossas reservas e, principalmente, garantir que o produtor continue plantando, colhendo, produzindo neste País.

Quero cumprimentar, também, o meu amigo e conterrâneo, Senador Moka; dizer da alegria de estamos juntos aqui, nesta Casa, trabalhando pelo nosso Estado, pelo nosso Mato Grosso do Sul. Tenho certeza de que esta Comissão, que trabalha não só com a agricultura, mas com pecuária, apóia também e discute o meio ambiente, mesmo que tenha uma Comissão específica nesta Casa, e a reforma agrária que é uma questão sempre candente, espinhosa, mas necessária de debate nesta Casa. Talvez a gente deixe essa questão um pouquinho de lado, mas é uma questão extremamente séria para o nosso País e, principalmente, para o meu Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu quero parabenizá-los, dizer que vamos estar sempre juntos e, mesmo como suplente, vou estar sempre aqui, apoiando e ajudando sempre que possível esta Comissão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Tenho certeza de que a senhora vai contribuir muito para os andamentos dos trabalhos nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.



Edição de hoje: 130 páginas

OS: 2011/10709